Manual do Candidato

Português

A **Fundação Alexandre de Gusmão (Funag**), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e aspectos da pauta diplomática brasileira.

Com a missão de promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira, a **Funag** promove atividades de natureza cultural e acadêmica que visam a divulgação e a ampliação do debate acerca das relações internacionais contemporâneas e dos desafios da inserção do Brasil no contexto mundial.

Fomentando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo exposições, mantendo um programa editorial voltado para a divulgação dos problemas atinentes às relações internacionais e à política externa brasileira, velando pela conservação e difusão do acervo histórico diplomático do Brasil, a **Funag** coloca-se em contato direto com os diferentes setores da sociedade, atendendo ao compromisso com a democracia e com a transparência que orienta a ação do Itamaraty.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (0 xx 61) 411 6033/6034/6847
Fax: (0 xx61) 322 2931, 322 2188

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
Centro - 20080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (0 xx 21) 233 2318/2079

Informações adicionais sobre a Funag e suas publicações podem ser obtidas no sítio eletrônico: *www.funag.gov.br*
e-mail: *publicacoes@funag.gov.br*

IRBr – Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Manual do Candidato

Português

Francisco Platão Savioli*
José Luiz Fiorin**

2ª edição
atualizada e revisada

* Professor Doutor do Departamento de Comunicação e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
* Professor associado do Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo.
Ambos são co-autores de: *Para entender o texto* (16ª edição) - Editora Ática
Lições de Texto: *Leitura e redação* (5ª edição) - Editora Ática

Apresentação

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) oferece aos candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores, a série *Manuais do Candidato*, com nove volumes: Português, Questões Internacionais Contemporâneas, História do Brasil, História Geral Contemporânea, Geografia, Direito, Economia, Inglês e Francês[1].

Os *Manuais do Candidato* constituem marco de referência conceitual, analítica e bibliográfica das matérias indicadas. O Concurso de Admissão, por ser de âmbito nacional, pode, em alguns centros de inscrição, encontrar candidatos com dificuldade de acesso a bibliografia credenciada ou a professores especializados. Dada a sua condição de guias, os *manuais* não devem ser encarados como apostilas que por si sós habilitem o candidato à aprovação.

A Funag convidou representantes do meio acadêmico com reconhecido saber para elaborarem os *Manuais do Candidato*. As opiniões expressas nos textos são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

---

[1] O IRBr considera importante ao Concurso de Admissão que os candidatos não descuidem do aperfeiçoamento no idioma francês, uma vez que (a) será exigida proficiência de alto nível em francês no processo de formação de diplomatas e (b) parte da bibliografia do Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA I) é constituída de textos em francês.

SUMÁRIO

TEXTOS

EXERCÍCIOS

TEXTOS

Lição 1

Considerações sobre a noção de texto

Leia o texto abaixo, uma tirinha de Hagar, do famoso cartunista Dik Browne.

(Browne, Dick. *O melhor de Hagar o Horrível* / Dik Browne; Porto Alegre: L&PM, 1999, p. 60)

O último quadrinho contém uma intervenção da mulher de Hagar numa discussão entre ele e a filha. Sob a forma de uma interrogação, a mãe da menina dispara contra o pai um torpedo demolidor e é daí que decorre o efeito de humor da tirinha.

É preciso, no entanto, ter presente o dado de que a intromissão da mulher na conversa de Hagar só produz esse efeito arrasador e o conseqüente efeito de humor por causa da sua relação com as duas falas anteriores. Não estivesse inserida nesse contexto, a mesma fala poderia ter significado oposto: um elogio caloroso da mulher ao seu marido.

Para isso, basta supor que, no primeiro quadrinho, Hagar tivesse cumprimentado a filha pelo bom gosto de ter escolhido como namorado um rapaz muito especial. No segundo, tivesse perguntado como é que teve a sorte de conquistar um jovem tão fidalgo e valoroso. Nesse contexto, a fala do terceiro quadrinho teria o sentido diametralmente oposto ao do texto original.

Essas observações põem em relevo um dado muito importante para quem deseja compreender a natureza de um texto e ter noção clara do que se passa no seu interior: o sentido de cada parte do conjunto nunca é autônomo. Quando se trata de um texto, a compreensão do sentido global não resulta da mera soma das partes, assim como o sentido de cada parte não pode ser decifrado sem levar em conta o texto em que ela está inserida. Prova disso é que, na tirinha escolhida como exemplo, sem alterar uma só letra da fala do último quadrinho, poderíamos virar do avesso o sentido dessa passagem e a do conjunto todo.

Ao fazer esses comentários e essas observações, já estamos utilizando a própria palavra *texto*, que é exatamente a noção que estamos pretendendo

definir. Mas o que é um texto? Essa palavra é bastante usada no dia-a-dia por profissionais que, de uma forma ou de outra, trabalham com a linguagem (professores, jornalistas, diplomatas, etc.): *o texto da nota do Governo Brasileiro ao Departamento de Estado foi incisivo; seu texto está muito longo; este texto é primoroso; o texto constitucional contém matérias que estariam melhor na legislação ordinária*...No entanto, se perguntarmos a esses profissionais o que é um texto, terão eles, em geral, dificuldade para determinar precisamente o significado dessa palavra.

Para explicar o que é um texto, comecemos por definir suas propriedades:

1. Um texto possui coerência de sentido, o que significa que ele não é um amontoado de frases. Ao contrário, é um todo organizado de sentido. A palavra texto vem de uma das formas do verbo latino *texo*, que quer dizer "tecer". O texto é um tecido, não um aglomerado desconexo de fios. Nele, o sentido de cada uma das partes é dado pelo todo. O significado de uma frase do texto será depreendido da totalidade. Assim, a mesma frase colocada num contexto diferente poderá apresentar sentidos diferentes.

O contexto é uma unidade lingüística maior em que se insere uma unidade menor. Assim, a oração serve de contexto para a palavra; o período, para a oração; o texto integral de um romance, para cada capítulo. O contexto pode ser explícito, quando está expresso lingüisticamente, ou implícito, quando não precisa ser verbalizado, porque pode ser depreendido da situação. Assim, por exemplo, quando um passageiro entra num táxi e diz ao motorista *Cidade Universitária*, não precisa dizer *por favor, queira conduzir-me até a Cidade Universitária*,pois o motorista depreende isso da situação. No entanto, fora desse contexto, no balcão de uma loja de ferramentas por exemplo, dizer ao balconista *Cidade Universitária* pode não significar nada sem esclarecimentos suplementares. O contexto implícito é o conhecimento de mundo pressuposto por uma unidade lingüística.

Se o sentido de cada parte do texto se depreende do todo, o sentido de um segmento lingüístico qualquer depende do contexto. Por conseguinte, o mesmo segmento colocado em contextos diferentes terá sentidos distintos. Tomemos quatro pequenos textos, para exemplificar esse fato:

a) Acabou a água lá em casa. Não sabíamos a que se devia o fato. Pensamos que fosse um corte de abastecimento não anunciado pela Sabesp, mas, quando fomos ver, era a bomba.
b) Recebemos um telefonema, avisando que uma bomba tinha sido colocada no prédio. Notificamos a polícia, que mandou evacuar o edifício e passou a procurar algum objeto suspeito, até que, num dos banheiros, localizou um pequeno embrulho: era a bomba.

c) O porta-voz do Banco Central anunciou uma máxi-desvalorização do real. Era a bomba que, segundo insistentes boatos, o governo lançaria sobre o mercado.

d) Apesar de ter estudado bastante, Pedro não tinha ido bem no vestibular. O que temia não era a bomba, mas ter que recomeçar o cursinho.

O segmento lingüístico *era a bomba* tem significados diferentes nos quatro contextos: no primeiro, significa "a bomba, isto é, o aparelho destinado a impulsionar a água, estava com defeito"; no segundo, "a bomba, ou seja, o artefato explosivo, que estava sendo procurado, estava no pequeno embrulho"; no terceiro, "o acontecimento inesperado e ruim que o governo lançaria sobre o mercado era a máxi-desvalorização do real"; no quarto, "a reprovação não provocava temor".

Se o texto é um todo organizado de sentido, quais são os *fatores de textualidade,* isto, o que é que faz com que um texto seja um texto e não um simples amontoado de frases? Há vários fatores de textualidade. Por ora, mencionemos dois, que merecerão adiante um tratamento mais detalhado: a coerência e a coesão.

Um texto será coerente, quando nele não houver nada ilógico, desconexo, contraditório, não-solidário; quando suas partes mantiverem compatibilidade, continuidade de sentido umas em relação às outras. Por exemplo, o texto abaixo é incoerente, porque o segundo período não tem qualquer relação semântica com o primeiro, porque entre essas partes não há continuidade de sentido.

— V. Exª pretende candidatar-se a presidente?

— Durante toda a minha vida pública fui um político coerente e incorruptível.

A coesão, por sua vez, diz respeito à ligação das frases ou orações do texto, por elementos que garantem sua concatenação ou retomam o que foi dito. Por exemplo, no período *Apesar de ser indisciplinado, nosso centro-avante faz gols,* o conector *apesar de* estabelece uma relação entre *ser indisciplinado* e *fazer gols,* mostrando que, embora o jogador indisciplinado cause problemas para seu time, o fato de fazer gols é mais relevante, do ponto de vista do falante, do que ser indisciplinado, dado que, com seus gols, traz mais benefícios do que prejuízo a sua equipe.

O segundo fator é menos relevante do que o primeiro, pois um conjunto de frases, mesmo sem qualquer elemento de coesão, pode ser coerente e, por conseguinte, ser um texto. Observe um trecho de uma crônica de Carlos Drummond de Andrade:

Noite de autógrafos de todos os editados, o salão assim de cheio.

– Mas que calor!
– Ainda bem que está circulando o *on the rocks*.
– É o meu autor preferido.
– No original ou em tradução?
– Não é vestido. É ela mesma, por transparência.
– O glorioso romancista poderia dizer duas palavras ao microfone cultural da Rádio Universo?
– Desculpe, mas no momento...
– Diga assim mesmo. Qual é o livro que está autografando?
– Este que o senhor está vendo.
– É a sua última obra?
– Com licença. Meu nome é Cristina.

(*Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 1 368)

Nesse texto, há poucos elementos de coesão. No entanto, quando lemos que se trata de uma noite de autógrafos, o conjunto das frases ganha coerência, torna-se um texto, pois percebemos que está reproduzindo pedaços de conversa, interrupção da conversa alheia com outro assunto, comentários, fofocas, etc., tudo isso com a intenção de retratar, com humor, o que ocorre num evento dessa natureza.

2. A segunda característica de um texto é que ele é delimitado por dois brancos, isto é, por dois espaços de não sentido. Se a primeira característica de um texto é ser um todo organizado de sentido, um texto não precisa ser necessariamente verbal. Um quadro, um filme, uma novela, uma história em quadrinho, um gesto são textos. Qualquer que seja a forma como o conteúdo se manifesta, visualmente, verbalmente, visual e verbalmente ao mesmo tempo, como no cinema ou na história em quadrinho, o texto tem um início e um fim. Antes do começo e do término, há dois espaços de não sentido, dois brancos: no texto verbal escrito, o espaço em branco que o delimita; no caso do texto falado, o silêncio que precede o momento de tomar a palavra e que segue a seu término; no texto visual e verbal do cinema, o momento em que se apagam as luzes e o termo *fim*; no texto auditivo não verbal de uma sinfonia, o instante em que o maestro levanta a batuta e aquele em que a abaixa.

3. Um texto é produzido por um sujeito num dado tempo e num determinado espaço. Por isso, ele revela idéias, anseios, expectativas, temores, enfim uma visão de mundo da formação social em que está o seu

produtor. Por essa razão, é um objeto integralmente histórico, não no sentido de que narra os acontecimentos de sua época, mas de que nos mostra os ideais e as concepções presentes numa dada sociedade. Por exemplo, o ressurgimento, com força total, da idéia de que o caráter do homem não se altera em contacto com o meio representa bem a exasperação em que vive o homem moderno com o aumento crescente da criminalidade, pois essa concepção permite dizer que a questão da violência não é social, mas deriva do fato de que alguns indivíduos são intrinsecamente maus. Isso leva à proposição de soluções que parecem mais rápidas para o problema: por exemplo, a pena de morte.

Todo texto apresenta um ponto de vista sobre a realidade. Mesmo que a negue, representa uma atitude em relação a ela, pois engajamento ou alienação são posições a respeito dos acontecimentos. Cabe lembrar que, como uma sociedade é dividida em grupos com interesses divergentes, os pontos de vista sobre uma questão posta em debate são múltiplos. Assim, a mesma sociedade que gerou a concepção de que um policial militar tem o direito de matar um assaltante já dominado, engendrou a idéia de que o Estado não tem o direito, em hipótese alguma, de tirar a vida de alguém. Embora as posições a respeito de uma dada questão sejam múltiplas e divergentes, alguns pontos de vista, numa certa época, tornam-se dominantes, passam a ser quase consensuais. É muito difícil argumentar contra eles.

Diz-se que os textos sempre se constituem em oposição a outros textos. São heterogêneos, pois, sob uma posição expressa num, ressoa o ponto de vista ao qual ela se opõe. Para entender bem o discurso da UDR contra a reforma agrária, é preciso compreender o discurso da Comissão Pastoral da Terra a favor.

Em síntese, um texto é um todo organizado de sentido, delimitado por dois brancos, que manifesta um ponto de vista social sobre uma dada questão.

Desse conceito de texto pode-se concluir que:

a) a leitura de um texto não pode basear-se em fragmentos isolados; produzir um texto não é amontoar frases sem qualquer relação entre elas;
b) a leitura de um texto deve, de um lado, levar em conta aquilo que ele diz, e, de outro, a relação entre o ponto de vista social que ele expressa e aquele em oposição ao qual se constitui; produzir um texto é adotar uma posição sobre um dado assunto e argumentar em favor dela.

Lição 2

Variação lingüística, modalidades de linguagem e produção do texto escrito.

Leia o texto abaixo:

Antigamente

Antigamente, os pirralhos dobravam a língua diante dos pais e se um se esquecia de arear os dentes antes de cair nos braços de Morfeu, era capaz de entrar no couro. Não devia também se esquecer de lavar os pés, sem tugir nem mugir. Nada de bater na cacunda do padrinho, nem de debicar os mais velhos, pois levava tunda. Ainda cedinho, aguava as plantas, ia ao corte e logo voltava aos penates. Não ficava mangando na rua nem escapulia do mestre, mesmo que não entendesse patavina da instrução moral e cívica. O verdadeiro smart calçava botina de botões para comparecer todo liró ao copo d'água, se bem que no convescote apenas lambiscasse, para evitar flatos. Os bilontras é que eram um precipício, jogando com pau de dois bicos, pelo que carecia muita cautela e caldo de galinha. O melhor era pôr as barbas de molho diante de um treteiro de topete; depois de fintar e engambelar os coiós, e antes que se pusesse tudo em pratos limpos, ele abria o arco. (...)

Em compensação, viver não era sangria desatada, e até o Chico vir de baixo, vosmecê podia provar uma abrideira que era o suco, ficando na chuva mesmo com bom tempo. Não sendo pexote, e soltando arame, que vida supimpa a do degas. Macacos me mordam se estou pregando peta. E os tipos que havia: o pau-para-toda-obra, o vira-casaca (este cuspia no prato em que comera), o testa-de-ferro, o sabe-com-quem-está-falando, o sangue-de-barata, o Dr. Fiado que morreu ontem, o zé-povinho, o biltre, o peralvilho, o salta-pocinhas, o alferes, a polaca, o passador de nota falsa, o mequetrefe, o safardana, o maria-vai-com-as-outras... Depois de mil peripécias, assim ou assado, todo mundo acabava mesmo batendo com o rabo na cerca, ou simplesmente a bota, sem saber como descalçá-la.

Mas até aí morreu o Neves, e não foi no Dia de São Nunca de tarde: foi vítima de pertinaz enfermidade que zombou de todos os recursos da ciência, e acreditam que a família nem sequer botou fumo no chapéu? (ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, 1320-1321)

Esse texto mostra como a linguagem se altera de uma época para outra. Muitos termos e expressões, corriqueiros num determinado período, deixam de ser usados e tornam-se incompreensíveis em outro. É o que acontece com grande parte do vocabulário com que o texto é construído. Vejamos alguns exemplos: cair nos braços de Morfeu = dormir; debicar = zombar, gozar de; voltar aos penates = voltar para casa; mangar em = demorar; *smart* = elegante; liró = bem vestido; copo d'água = lanche oferecido aos amigos; convescote = piquenique; bilontra = velhaco; precipício = perigo; jogar com pau de dois bicos = defender ora uma, ora outra de duas idéias opostas, para agradar às duas partes; treteiro de topete = tratante atrevido; abrir o arco = fugir; abrideira = aperitivo; suco = coisa excelente; ficar na chuva = embriagar-se; pexote = inexperiente; arame = dinheiro; supimpa = muito bom; degas = eu; pregar peta = mentir; biltre = vil, abjeto, infame; peralvilho = indivíduo vestido com apuro exagerado; salta-pocinha = indivíduo afetado; polaca = meretriz estrangeira; mequetrefe = patife; safardana = salafrário; fumo = faixa de crepe para luto.

Todas as línguas apresentam variantes, isto é, não são faladas da mesma maneira nos diversos lugares, nos distintos grupos sociais, nas diferentes épocas, nas diversas situações. As línguas não são unas. Muitos podem pensar que o fenômeno da variação ocorra apenas no Brasil. Atribuem isso ao fato de os brasileiros não amarem sua língua, serem desleixados com ela, não a conhecerem bem. Esse ponto de vista não passa de preconceito. A variação é inerente ao fenômeno lingüístico. Todas as línguas têm variantes, até mesmo os idiomas antigos. O português e as demais línguas românicas (francês, italiano, espanhol, romeno, catalão, dalmático, sardo, rético, franco-provençal e provençal) provêm do latim vulgar (popular), uma variante bem distinta do latim culto.

A variação ocorre, porque a sociedade é dividida em grupos: uns habitam uma região, outros, outra; uns estão numa faixa etária, outros, noutra; uns pertencem a uma classe social, outros, a outra; uns têm uma profissão, outros, outra, e assim por diante. O uso de uma dada variante lingüística confere uma identidade ao falante, porque o inclui num grupo social bem específico. Ao longo de nosso aprendizado lingüístico, passamos a distinguir, a imitar, a julgar as diferentes variantes. Quando alguém fala, sabemos se ele é português ou brasileiro, gaúcho ou carioca, adolescente ou velho, identificamos a que grupo social pertence. Ao mesmo tempo, aprendemos que certas construções ou expressões podem ser usadas em situação informal de comunicação, mas não em situação formal. Há certas variantes que são tidas como certas e outras, erradas; algumas são consideradas elegantes e outras, feias. Há, pois, um julgamento social sobre elas.

A pronúncia e o vocabulário são os dois componentes da linguagem em que se manifesta com mais evidência o fenômeno da variação. No entanto, ele ocorre em todos os planos da linguagem:

a) no plano fônico: o *s* no final das sílabas é pronunciado como uma chiante pelos cariocas e como uma sibilante pelos paulistas; *t* e *d* seguidos de *i* soam como *tch* e *dj* em quase todo o País e como *t* e *d* em certas regiões, sobretudo as de imigração italiana; em determinados segmentos sociais há uma tendência a tornar paroxítonas as palavras proparoxítonas, com a eliminação de certos sons: *exerço* em lugar de *exército*, *lampa* por *lâmpada*; *Petropis* em vez de *Petrópolis*, *fórfi* por *fósforo*; em algumas camadas sociais, vocaliza-se o *lh*: *muié, cuié, teia* (por telha) e há uma tendência para a mudança do lugar do *r* na sílaba: *percisa, pregunta, percurar, cardeneta, largato*.

b) no plano morfológico: em certas camadas da população, conjugam-se certas formas de verbos irregulares, muitas vezes por analogia, como se fossem regulares: *se eu o ver, reteu, se eu propor, interviu;* usa-se, em determinados segmentos, a primeira pessoa do plural do presente do subjuntivo pela forma correspondente do indicativo: *estudemos, escutemos, andemos* e iguala-se a primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo do verbo *ir* à terceira: eu *foi;* por influência francesa, em certos meios, em lugar de expressar o término da ação por *acabar+de+infinitivo,* usa-se *vir+de+infinitivo*: *Ele vem de publicar um livro muito bom.*

c) no plano sintático: em certas regiões do país, usa-se o pronome de tratamento *tu*, mas com verbo na 3ª pessoa; em determinados grupos sociais, utiliza-se, com muita freqüência, o pronome *lhe(s)* na função de objeto direto: *não lhe vi ontem, eu lhe adoro;* em muitas camadas da população, o relativo *que*, quando precedido de preposição (principalmente o *cujo* que tem o valor de um relativo introduzido por *de*), deixou de ser usado como relativo; ele torna-se um introdutor da oração adjetiva e a função sintática que ele deveria exercer passa a ser exercida por um pronome pessoal: *A menina que os olhos dela são azuis esteve aqui* por *A menina cujos olhos são azuis esteve aqui;* em diversos segmentos sociais, usam-se pronomes pessoais oblíquos no lugar dos retos: *sem eu e você* em vez de *sem mim e você;*em determinados grupos, não se faz a concordância nominal, nem verbal de número: *os aluno, eles bebe muito;* outrora uma oração concessiva podia, dependendo do sentido, ser construída tanto com indicativo como com subjuntivo; hoje é de rigor o subjuntivo: "bastou serem escrituras de Deus, para o Demônio, as reverenciar, ou as temer, *posto que* não *falassem* com ele" (Vieira); "*posto que entrou* na batalha sem coroa, e disfarçado, para não ser conhecido, um só tiro de uma seta perdida matou o Rei" (Vieira); da mesma forma, o particípio das locuções verbais com ter podia concordar com o objeto direto: *quebrar as tréguas que tinham feitas*.

d) no plano lexical: em Portugal, usam-se *camisola, bicha, miúdo, fato-de-banho* e *cueca* para designar o que denominamos, no Brasil, *suéter, fila, menino, maiô e calcinha; rórido* pertence a um nível de língua bem preciosista, enquanto *orvalhado* é a palavra comum; em certas regiões, utiliza-se o termo *alcatifado* por *acarcepado*.

A língua varia, em todos os seus componentes, de região para região, de grupo social para grupo social, de uma época para outra, de uma situação de comunicação para outra. O que complexifica o fenômeno da variação é que esses diferentes fatores se entrecruzam. Assim, por exemplo, temos um falar carioca que se distingue de um baiano. Dentro de cada um desses falares regionais, temos uma variante popular e uma culta. Cada uma delas apresenta uma variante formal e uma informal, e assim por diante.

As variantes regionais são chamadas *diapóticas*. Observe este trecho dos *Contos gauchescos*, de Simões Lopes Neto, em que se trabalha com o falar gaúcho:

> Mas também quanto porongo!... Quantas vezes, depois duma canseira, boleava-se e caía um potro lindaço, cogotudo e bem laçado, ia-se ver, era um colmilhudo, com cada dente como uma estaca... velho como o cerro do Batovi; ou era um mancarrão de montaria, aporreado e cuerudo... outras vezes ainda... enfim, havia sempre embaçadelas! (Porto Alegre, Globo, 1949, p.165).

Nesse trecho, usam-se basicamente variantes lexicais: porongo = diz-se do cavalo que tem nos membros uma grande exostose, que lembra uma cuia ou porongo; bolear = lançar a boleadeira (aparelho para lançar animais); cogotudo = que tem cogote proeminente, pescoçudo; colmilhudo = diz-se do cavalo de grandes colmilhos (presas) e, portanto, velho e imprestável; mancarrão = diz-se do cavalo velho, manco; aporreado = diz-se do cavalo mal domado ou indomável; cuerudo = diz-se do cavalo que sofre de cuera (matadura no lombo do cavalo originada do uso de lombilhos); embaçadelas = engano.

As variantes que marcam os diferentes grupos sociais são chamadas *diastráticas*. Nelas incluem-se as gírias e os jargões. São diastráticas a chamada norma culta e a variante popular. Aquela goza de prestígio social e esta, muitas vezes, é estigmatizada. Vejamos um exemplo.

> Aqui é bandido: Plínio Marcos. Atenção, malandrage! Eu num vô pedir nada, vô te dá um alô! Te liga aí: Aids é uma praga que rói até os mais fortes, e rói devagarinho. Deixa o corpo sem defesa contra a doença. Quem pegá essa praga está ralado de verde e amarelo, de primeiro ao quinto, e

> sem vaselina. Num tem dotô que dê jeito, nem reza brava, nem choro, nem vela, nem ai, Jesus. Pegou Aids, foi pro brejo! Agora sente o aroma da perpétua: Aids pega pelo esperma e pelo sangue, entendeu?, pelo esperma e pelo sangue! (pausa)
>
> Eu num tô te dando esse alô pra te assombrá, então se toca! Não é porque tu tá na tranca que virou anjo. Muito pelo contrário, cana dura deixa o cara ruim! Mas é preciso que cada um se cuide, ninguém pode valê pra ninguém nesse negócio de Aids. Então, já viu: transá, só de acordo com o parceiro, e de camisinha! (pausa)
>
> Agora, tu aí que é metido a esculachá os outros, metido a ganhá o companheiro na força bruta, na congesta! Pára com isso, tu vai acabá empesteado! Aids num toma conhecimento de macheza, pega pra cá, pega em home, pega em bicha, pega em mulhé, pega em roçadeira! (Vídeo exibido na Casa de Detenção de São Paulo. Agência: Adag; Realização: TV Cultura, 1988)

Esse texto falado por Plínio Marcos trata o problema da Aids de maneira realista, sem qualquer idealização. Pretende ele levar os presos a usar camisinha em todas as relações sexuais, a não ter relações sem consentimento do parceiro e a não usar droga injetável. Para dar eficácia ao texto, usa-se a variedade lingüística dos destinatários: variante não-culta, em sua modalidade oral, e gíria da marginalidade. Observe, por exemplo, a omissão do *r* nas formas verbais: *ganhá, valê, qué, transá,* etc.; a substituição da expressão não *é* por *né;* o uso de formas populares de pronúncia: *dotô, mulhé, vô, tá, malandrage;* a inadequação no uso da concordância verbal (sujeito de segunda pessoa e verbo na terceira): *tu que é metido;* a mistura dos pronomes de tratamento de segunda e de terceira pessoas: *num tô te dando esse alô pra te assombrá, então se toca;* o uso do termo *Aids* como masculino e as variantes lexicais *congesta, tranca, ganhá na força bruta, sentir o aroma da perpétua,* etc.

A variação de uma situação de comunicação para outra é chamada *diafásica*. Sabemos que há construções e termos apropriados para uma situação informal (um bate-papo com os amigos) e uma ocasião formal (uma audiência com o Presidente da República). Há, assim, uma linguagem informal, coloquial e uma formal. Compare o trecho abaixo de uma crônica de Drummond com a troca de palavras entre Irene e São Pedro no poema de Manuel Bandeira que vem a seguir. No primeiro caso, temos uma linguagem formal, diríamos caricaturalmente formal; no segundo, formas marcadas de coloquialidade:

Sr. Prefeito do Distrito Federal:

Saiba V. Ex.ª que, numa dessas claras manhãs, ainda estivais, mas sem a brasa de fevereiro, estava a ancila deste cronista varrendo literalmente a testada, ou seja, removendo para um canto, onde o gari pudesse apanhá-las, as coisas que vulgarmente se encontram no passeio, quando um transeunte a advertiu de que devia munir-se de uma pazinha e recolher as referidas coisas ao nosso domicílio. Respondeu ela (natural de Manhuaçu, mas com o senso holandês de limpeza) que por muitos anos de vida sempre varrera os detritos da calçada sem jamais os guardar para si e os patrões, pelo que não faria tal. O senhor, que era o chefe regional da limpeza urbana *in person*, insistiu, mas não obteve da minha fiel colaboradora senão a mesma negativa formal e surpresa. Ficou tudo nesse pé, até dois dias depois, quando recebi o documento que passo aos olhos de V. Ex.ª, em cópia: (*Poesia e prosa.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 1097-1098).

Irene no céu

Irene preta
Irene boa
Irene sempre de bom humor.
Imagino Irene entrando no céu:
– Licença, meu branco!
E São Pedro bonachão:
– Entra, Irene. Você não precisa pedir licença.
(*Poesia completa e prosa.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 220)

As línguas não são estáticas, mudam ao longo do tempo. Basta lermos os discursos parlamentares do século passado e os atuais, para perceber que há muita diferença entre os dois estados da língua. Muitas pessoas dizem que a língua está em decadência, porque não se observam mais certos padrões tidos por clássicos. Línguas não declinam, mudam. As variações no tempo são denominadas *diacrônicas.* Vejamos um texto em português arcaico, para observar como a língua mudou ao longo dos séculos. Trata-se da Cantiga da Ribeirinha, composta provavelmente em 1189:

No mundo non me sei parelha,*	*não sei quem se compare a mim*
mentre* me for'como me vay	*enquanto*
ca já moiro por vos – e ay!	
mia senhor branca e vermelha*	*alva e de faces rosadas*
queredes que vos retraya*	*retrate, represente*
quando vus eu vi en saya!*	*sem manto*

Mao dia me levantei,	
que* vus enton non via fea!	*pois*
E, mia senhor, des aquel di'aya!	
me foi a mi muyn mal,	
e vos, filha de don Paay	
Moniz, e bem vus semelha*	*bem vos parece*
d'aver eu por vos guarvaya*,	*que eu deva receber, por vosso intermédio,*
pois eu, mia senhor, d'alfaya*	*um luxuoso vestuário de corte*
sunca de vos ouve nen ei*	*até hoje não recebi nada de vós*
valia d'ua correa*.	*qualquer coisa de ínfimo valor*

(*Cancioneiro da Ajuda*. Prefácio e notas de Marques Braga. Lisboa, Sá da Costa, 1945, p. 80-81)

Além do vocabulário bem diferente do da língua atual, notemos algumas características gramaticais da língua arcaica: 1. os nomes terminados em-*or* (como *senhor*) eram uniformes, ou seja, não tinham uma forma para o masculino e uma para o feminino; 2. a segunda pessoa do plural dos verbos terminava em-*des* (por exemplo, *queredes*).

Modalidades escrita e falada

Em nossa sociedade, quase todas as variedades lingüísticas apresentam uma modalidade escrita e uma modalidade falada. Muitas vezes, pensa-se que a escrita seja uma simples transcrição da fala. Na verdade, a relação entre elas é muito mais complexa. São duas modalidades distintas. Cabe lembrar, em primeiro lugar, que a oralidade é condição necessária, porém não suficiente, da fala. Quando lemos, por exemplo, um texto previamente escrito, temos manifestação oral da linguagem, mas não temos a construção de um texto falado.

Quando se produz um texto, ele é produzido para alguém, que é seu receptor. O texto falado é recebido ao mesmo tempo que é elaborado. Enquanto o emissor vai construindo o texto, o receptor vai ouvindo-o. Na escrita, é diferente, pois o texto é lido só depois de ter sido escrito, depois de estar pronto. Dessa característica resultam várias distinções entre um texto escrito e um texto falado.

a) Na fala, a recepção ocorre no interior de uma situação de interlocução, ou seja, dentro de uma cena enunciativa, que compreende dois participantes (os interlocutores) e se passa num determinado tempo e num dado lugar. Essa cena é a instância de instauração de um *eu* (pessoa que fala), um *tu* (a pessoa com

quem se fala), um *aqui* (o lugar onde está o *eu*), um *agora* (o momento em que o *eu* toma a palavra). A partir do *eu/aqui/agora*, ordenam-se todas as pessoas, os tempos e os espaços colocados no discurso. Ora, na fala, não é preciso explicar ao interlocutor a que o emissor se refere, quando diz *eu, aqui, agora, ontem hoje, lá, ele,* etc. O sentido desses elementos lingüísticos é retirado da própria situação de interlocução. Por outro lado, o receptor entende os sentidos que se referem à situação. Se alguém diante do carro parado, com o capô aberto, diz: *Droga! Mandei ver o motor semana passada*, não precisa explicar que se trata do *motor* do carro. Da mesma forma, se isso for dito diante da enceradeira, a referência do termo motor será outra. Como a comunicação na escrita se dá fora da situação de interlocução, é preciso recriar a cena enunciativa, a situação, para que o receptor compreenda quem está falando, que dia é que foi mencionado como *ontem,* quais são as referências situacionais dos sentidos. É por isso que, numa carta, por exemplo, é imprescindível que se mencionem o lugar e a data em que o texto foi produzido, que se assine o texto e que se narrem todos os elementos situacionais cuja omissão não permite entender o sentido do que é dito.

b) Na fala, ocorre uma alternância dos papéis de falante e de ouvinte. O receptor pode interromper o emissor a qualquer momento e tomar a palavra. Este, por sua vez, usa certas estratégias para manter a palavra (por exemplo, prolongar uma vogal, enquanto procura um termo), busca anuência do interlocutor (diz, por exemplo, *né?, certo?, cê não acha?*), solicita-lhe colaboração (por exemplo, *como é mesmo que se diz?*), etc. Na escrita, não ocorre essa alternância de papéis. Mesmo quando nela se cria um diálogo, trata-se de uma simulação e não de um diálogo real com suas interrupções, superposições de vozes, tentativa de segurar a palavra, marcas da presença do outro, etc.

c) Na fala, o planejamento e a execução do texto são concomitantes. Por isso, o texto falado caracteriza-se por um grande número de pausas, frases truncadas, repetições, correções, períodos começados e abandonados para iniciar outro, desvios, voltas, acelerações. O texto escrito não apresenta marcas de planejamento e de execução. O produto é apresentando pronto ao leitor e não em elaboração como na fala. Na versão final do texto escrito são abandonadas as marcas da construção do texto. Nele, não aparecem hesitações, truncamentos, correções, etc.

d) Na fala, empregam-se períodos mais curtos e mais simples. Na escrita, eles são mais longos e complexos. Nesta, usam-se mais orações subordinadas. As unidades de sentido de um texto escrito são os parágrafos, os capítulos, etc. No texto falado, são os turnos (intervenção de cada falante) e os tópicos (assuntos de que se fala).

e) Na fala, há um grande envolvimento do interlocutor no texto do outro. Ele colabora em sua elaboração, participa dela com sugestões, diz que compreendeu, assente na continuação, etc. Há uma série de marcadores conversacionais que servem para indicar esse envolvimento do interlocutor: *hum, hum!, certo!, claro!, ah, sim!*). O falante monitora o acompanhamento do interlocutor (por exemplo, *você está me entendendo?*). Essa participação do interlocutor é tão intrínseca ao texto falado que, quando, por exemplo, se fala ao telefone e a outra pessoa não diz nada, imediatamente se lhe pergunta: *alô, você está ouvindo?* No texto escrito, não há esse envolvimento da parte de um interlocutor.

Muitas pessoas dizem que, num texto escrito, podem-se admitir quando muito variantes lexicais, mas, em hipótese alguma, variantes de outros planos da língua, pois elas constituem erro. A questão é mais complexa. No trato com as variantes, devemos substituir o par *certo/errado* pela dicotomia *adequado/ inadequado*. Com efeito, cada variante é mais adequada para uma determinada situação de interlocução. Por isso, na construção de uma personagem de um romance, por exemplo, não se pode atribuir-lhe aleatoriamente uma variante lingüística. As variantes criam uma identidade para o narrador e para as personagens: por exemplo, não se faz um peão da fronteira do extremo sul do País falar como um adolescente carioca. Uma variante cria um efeito de sentido, pois se ajusta a um lugar, a um tempo, a uma situação de interlocução, a um grupo social. Um bom falante da língua é o que sabe usar a variante adequada à situação de comunicação. É tão inadequado dizer, num bate-papo de botequim, *Fi-lo ao meu alvedrio*, quanto, num depoimento na Câmara dos Deputados, afirmar *Fiz pruque me deu na teia*. O lingüista romeno Coseriu dizia que um bom falante é um “poliglota” em sua própria língua.

Não são idênticos, em termos de variação lingüística, os textos de José Simão, colunista de televisão da *Folha de S. Paulo*, e os editoriais desse jornal; uma carta a um amigo e um requerimento a um ministro; o jornal *Notícias Populares* e o *Estadão*, Camões e Jorge Amado.

É preciso compreender o fenômeno da variação e entender que escrita e fala são duas modalidades diferentes da linguagem, para daí tirar duas conclusões a respeito da produção dos textos escritos:

1. a menos que o texto escrito queira simular a fala, não deve aparecer nele nenhuma característica do texto falado: frases truncadas, marcas da presença de um interlocutor, sinais do planejamento e da elaboração, etc.;

2. os textos científicos, técnicos, jornalísticos só admitem a chamada norma culta; outros textos, para marcar a identidade do narrador ou de

personagens, permitem o uso de outras variantes, desde que elas sejam adequadas à identidade que se quer construir (não se pode fazer um baiano falar como um gaúcho).

Lição 3

A propósito da noção de erro

Leia com atenção o texto abaixo.

Sexo, palavras e estrangeiros

Aprendi o Português já marmanjo. Comecei aos 17 anos com um curso de "imersão" no terceiro científico do Colégio Imaculada Conceição em Dourados, Mato Grosso do Sul. Como todos os adolescentes que viajam para países estrangeiros, o meu aprendizado inicial foi informal. Entre as primeiras 100 palavras que conheci, 40 deviam ser obscenas ou, no mínimo, de uso pouco recomendado em reuniões finas.

Isso faz quase 20 anos. Desde então, seja no Brasil, seja nos EUA, continuo estudando. Uma segunda língua a gente não domina completamente, por mais que se esforce. Nunca é, nem nunca será, igual à língua "mãe".

Mesmo assim, acho o Português um idioma relativamente fácil de aprender. (...) É possível saber como se formam os tempos verbais, quando se usa cada preposição. A ortografia tem uma base fonética. Até a acentuação, por mais que mude, obedece a um esquema racional.

Hoje em dia, depois de dois ou três "drinques", fico até eloqüente na língua de Camões. Não sou nenhum Ruy Barbosa, é verdade. Mas escrevo sem maiores dramas, vou em festas sem dar vexames e os meus filhos pararam de me corrigir.

A única faceta da língua que não consigo dominar (e temo que nunca conseguirei) é o masculino e o feminino.

Para um estrangeiro orgulhoso do seu Português, não há nada pior do que ser interrompido no meio de uma frase longa, complexa e bem torneada, justo na hora que começa a impressionar as mulheres, com uma correção do tipo: "é o planeta". No caso, o estrangeiro em questão se vê obrigado a brecar o discurso de repente, engolir várias palavras e quebrar o raciocínio para perguntar "como?". Ao que o interlocutor prestativo inevitavelmente responde: "planeta é masculino".

Se for um pouco mais erudito acrescentará, de quebra: "vem do grego". Nisso, a platéia começa a dar risadinhas, muda-se de assunto e, como se não bastasse, o nosso gringo ainda terá de agradecer a correção. (...)

Mas cá entre nós, esse negócio de masculino e feminino é complicado.

(...) O problema de dar sexo às palavras, para o estrangeiro pelo menos, é que é impossível adivinhar os gêneros de algumas delas. (...) Os

> brasileiros todos podem confundir uma concordância verbal ou deixar escapar uma "meia gordinha", mas muito dificilmente trocam o gênero de uma palavra.
>
> Todas as línguas, ao que parece, têm umas armadilhas feitas especialmente para pegar gringo. Em Português, é claro, passam pela questão do sexo. (SHIRTS, Matthew. *O Estado de S. Paulo*, 8/4/1995, C2)

Esse texto, com muita graça, enuncia algumas questões básicas concernentes à questão do erro lingüístico: 1 – há formas lingüísticas que podem ser usadas em determinadas situações de comunicação e não em outras; 2 – há regras que são observadas por todos os falantes de uma dada língua e outras que não são gerais.

Muitos lingüistas dizem que, do estrito ponto de vista lingüístico, não há formas corretas e incorretas, dado que todas elas se equivalem. O que há é inadequação ou adequação à situação de comunicação. Para eles, a correção tem um caráter extralingüístico, ou seja, social. Corrige-se aquilo que não está de acordo com os usos lingüísticos prestigiados socialmente. Essa posição, na verdade, está apenas parcialmente correta, pois confunde níveis diferentes do problema. Analisemo-lo mais detidamente.

Como vimos na lição anterior, a língua é um conglomerado de variantes regionais, sociais, situacionais e temporais. Há formas mais ou menos coloquiais, há expressões que se usam numa região e não noutra, há formas mais ou menos populares, há termos e construções que se usam em família ou entre os amigos, mas não na presença de estranhos, há formas consideradas grosseiras e outras que são vistas como delicadas. Do estrito ponto de vista lingüístico, essas variantes são equivalentes. Por exemplo, dizer *eles jogam* ou *eles joga* não afeta a compreensão e, por isso, uma delas não é superior à outra do ponto de vista linguístico. Observe, por exemplo, que o francês perdeu a marca de 3ª pessoa do plural, sem que isso trouxesse problemas para a comunicação, pois a língua cria outros mecanismos para assegurar a compreensão adequada do que se quer transmitir. Se essas formas são equivalentes do ponto de vista lingüístico, não o são do ponto de vista social, pois a primeira (*eles jogam*) é mais prestigiada. No caso das variantes, então, a correção é extralingüística. Temos, nesse caso, de falar em adequação ou inadequação à situação de comunicação. Há situações comunicativas que exigem a norma culta (por exemplo, os textos administrativos, didáticos, etc.) e outras que quase "determinam" o uso de uma variante mais coloquial (por exemplo, uma conversa com amigos íntimos). Usar uma variante inadequada cria uma imagem desfavorável do falante. Observe no texto abaixo como é analisada a questão do efeito de sentido gerado pelo uso das variantes lingüísticas:

> ...e se não fosses um mariola e um cavalo, saberias, filho, que se não queres que te tomem por um rústico, não deves falar como os zagais. E isso de dizer "estou com o saco cheio" é vício de linguagem, conduta feia, de que usam malandrins e tu não usarás; que, quando estiveres com o saco cheio, hás de dizer "não estou precisamente demasiado eufórico", ou coisa análoga. Que é sempre preferível, ao invés da torpeza de designar as coisas pelos nomes corriqueiros que lhes dão, nomeá-las quando for preciso, *eleganter*, isto seja, por circunlóquios, metáforas, boleios e demais lindezas da linguagem figurada, pois que as palavras escolhidas e adornadas provam o requinte e a boa ensinança daquele que as profere. (LOPES, Edward. *Travessias*. São Paulo, Moderna, 1980, p. 128)

Nos textos em que é de rigor a utilização da norma culta, o uso das construções abaixo seria inaceitável:

a) Por isso, em nome de todos os comediantes e humoristas, gostaria de lançar este pequeno protesto, pois, sendo o prefeito uma autoridade governamental, fica muito difícil, para nós, pobres mortais, *igualar-se* à verve oficial (Jô Soares. *Veja*, 24/5/1995, p.95). (Uso de forma de 3ª pessoa do singular em lugar da de 1ª pessoa do plural).
b) Qual é a personagem que mais *lhe* atrai no filme? (*O Estado de S. Paulo*, 29/5/1995, D10). (Uso do pronome oblíquo dativo (que indica objeto indireto) em lugar do pronome oblíquo acusativo (que manifesta objeto direto).
c) Nem os seguranças de Mário Covas acreditam na falta de cerimônia do patrão. Que foi surpreendido em pleno fuça a fuça no gabinete do Bandeirantes com dois vendedores de plano de saúde – *que ele próprio tinha autorizado a entrada* (*Folha de S. Paulo*, 10/4/1995, 5-2). (Uso inadequado do pronome relativo: o correto seria *cuja entrada ele próprio tinha autorizado*).
d) Sobre a minha renovação de contrato com o São Paulo, posso adiantar que já tivemos uma conversa no sábado, *onde* já evoluiu bastante (Goleiro Zetti, *Programa Bate-bola*, TV Gazeta, 31/1/1993). (Uso do *onde* no lugar de *que*).
e) Há momentos na vida *que* você não pode errar (Propaganda da Agroceres) (falta da preposição *em* diante do relativo com função de adjunto adverbial de tempo).
f) Espero que o pessoal *reflete* sobre o significado desta Copa do Mundo (Rivelino, *Programa Apito Final*, 8/7/1990, TV Bandeirantes). (Uso do indicativo pelo subjuntivo).

g) Dá licença que eu tenho que me lavá a louça da janta. Se o Zé descobre que dormi na cama dele, me mata eu e me mata você (Falas da novela *A próxima vítima*. *Veja*. 12/4/1995, p. 8).

Nesse caso, temos que falar em *aceitabilidade* social e cultural das formas da língua. Entra também nesse domínio a questão dos *estrangeirismos*. Muitos falantes adotam uma posição purista, de repúdio à incorporação de palavras estrangeiras. Querem manter a pureza do idioma, pretendem instaurar uma "polícia alfandegária" que impeça a entrada de estrangeirismos na língua, dizem estar protegendo o idioma da anarquia e da descaracterização. Cabe lembrar, no entanto, que o léxico de uma língua é constituído de palavras provindas de muitos idiomas, não é algo puro. O vocabulário do português formou-se com termos latinos, árabes, italianos, franceses, etc. Por outro lado, as línguas não se acham ameaçadas pela incorporação de palavras estrangeiras, porque seu sistema gramatical (que admite pouquíssimos empréstimos e, assim mesmo, periféricos) se mantém intocado. Aliás, as palavras estrangeiras adaptam-se ao sistema fônico e gramatical da língua que as toma emprestado. Por exemplo, como o sistema fônico do português só admite a consoante *nh* em posição intervocálica, quando emprestamos uma palavra estrangeira com *nh* em posição inicial, acrescentamos uma vogal antes, para que a referida consoante fique em posição medial intervocálica (dizemos *inhoque*, por exemplo). O jargão da informática emprestou do inglês o verbo *deletar*. Não se conjuga ele, no entanto, de acordo com a gramática inglesa, mas de acordo com o sistema de conjugações verbais do português. No caso do uso de estrangeirismos, nossa posição deve ser sensata. Não devemos nem ser puristas, nem ter um fascínio pelo uso de estrangeirismos. Devemos usá-los, quando não tiverem equivalente em português ou quando já forem de uso geral. Não é preciso um verbo como *declanchar* (do francês *déclencher*), porque o português tem um equivalente, *desencadear*. Não se pode, porém, condenar a utilização de palavras como *futebol, abajur* ou *restaurante*, porque são de uso geral. Não se pode pretender que, em seu lugar, se usem *ludopédio, lucivelo* ou *casa de pasto*. Leia estas observações de Hélio Schwartsman:

> *Como sucede a todos aqueles que só pensam naquilo – a língua, ou melhor, o idioma – Machado acabou desenvolvendo suas idiossincrasias. Ele condena com veemência a expressão "cometer suicídio". Considera-a uma má tradução do inglês "to commit suicide".*
>
> É evidente que seria ridícula tentar negar hoje que o verbo pronominal "suicidar-se" exista e que seja de fato pronominal (só se conjuga

> acompanhado do “se”, sempre). Etimologicamente, entretanto, “suicidar-se” é um pleonasmo. É formado pelo pronome latino “sui” (se) e pelo verbo “caedo” (matar). (...)
>
> Se o substantivo “suicídio” é castiço e tal ato é condenado pela moral e, até há pouco, também pela lei, ele combina com verbos como “cometer” ou “perpetrar”. Preserva a sanidade dos cada vez mais raros latinistas e não constitui maior ofensa ao vernáculo. Sem prejuízo, é claro, da forma “suicidar-se”. (*Folha de S. Paulo*, 7/5/1995, 5-14)

A questão do erro lingüístico não se esgota, porém, no problema da aceitabilidade. É preciso considerar que há realizações lingüísticas que, por descuido ou por falsa análise realizada pelo falante, contrariam as regras gerais do sistema lingüístico (aquelas que um falante nativo dificilmente viola) ou que não cumprem adequadamente a função de comunicar.

O sistema lingüístico possui regras muito gerais de formação de frases e um jogo de oposições formais. Assim, pertence ao sistema lingüístico do português a oposição *surdez* vs *sonoridade*, que forma as consoantes sonoras e as surdas (*b, d, gue, v, z, ge* vs, *p, t, k, f, s, ch*); as regras de combinatórias dos sons que prescrevem, por exemplo, que *r* simples não ocorre em posição inicial; as oposições gramaticais de pessoa, número, tempo, etc.; as oposições lexicais, como, por exemplo, *reprodutor/não-reprodutor*, que permite criar distinções entre *touro* e *boi, garanhão* e *cavalo, cachaço* e *porco*; as regras de ordenação de palavras para construir frases, como, por exemplo, o artigo precede o substantivo que ele determina. Observe que as regras do sistema são gerais, não variam de região para região, de grupo social para grupo social, etc. O que varia são as normas, que são usos habituais de um dado grupo social, de uma determinada região, de uma certa época, etc. O sistema contém aquelas regras fundamentais da língua. Ora, a violação das regras do sistema produz uma agramaticalidade. Nesse caso, o erro é intralingüístico, não tem nada a ver com um julgamento social sobre uma variedade lingüística mais ou menos prestigiada. Se um falante disser *Menino o bola joga campo no*, terá violado regras do sistema, como o artigo deve preceder o substantivo, a preposição precede o termo que rege, etc. Nesse caso, não terá produzido uma frase do português, mas terá pronunciado um amontoado de palavras. Dificilmente, um falante comete certas agramaticalidades. No texto com que iniciamos esta lição, o cronista diz, por exemplo, que um brasileiro não erra os gêneros das palavras.

No entanto, uma agramaticalidade, que pode aparecer na língua escrita, é a produção de frases em que faltam termos essenciais (por exemplo, o predicado) ou períodos compostos por subordinação em que não aparece a oração principal.

Esses “erros” prejudicam a comunicação, pois o leitor fica sem saber o que quis dizer quem escreveu a frase. Vejamos alguns exemplos:

a) Já houve o tempo da moreninha, da loirinha e agora chegou a vez da ruivinha. A cor do cabelo, no entanto, faz pouca diferença, pois a fórmula para conquistar jovens platéias com um interesse maior em sexo do que em música. O segredo do sucesso na música pop é um rostinho – e um corpinho – feminino bonito e bem sensual (*Folha de S. Paulo,* 17/9/1989, apud Unicamp 89). (Observe que, no segundo parágrafo, a oração iniciada por *pois* não tem predicado: não se sabe de que fórmula falava o enunciador).

b) Embora as enchentes, todos os anos, continuem a destruir cidades inteiras em algumas regiões do Nordeste, provocando prejuízos que chegam a milhões de dólares. (Nesse período não há oração principal: a primeira oração iniciada por *embora* é subordinada adverbial concessiva; a segunda é uma subordinada adverbial temporal reduzida de gerúndio).

Além dos casos de agramaticalidade, constituem também erros as violações de relações discursivas, ou seja, de relações entre partes e segmentos do texto: por exemplo, o uso de conectores argumentativos inadequados, a criação de enunciados ambíguos, etc. Nesse caso, pode-se dizer que temos verdadeiras agramaticalidades discursivas. Vejamos alguns exemplos:

a) PC Farias responde a mais de 30 inquéritos de corrupção na Polícia Federal (*Jornal Nacional,* 30/11/1993). (Nesse caso, há uma ambigüidade: pode-se entender que PC Farias responde na Polícia Federal a 30 inquéritos de corrupção ou responde a 30 inquéritos por ter corrompido agentes da Polícia Federal).

b) Os estudantes que pretendem ingressar na Unicamp, no próximo vestibular, concordam com o decreto do governo. Estão reclamando, apenas, que a Universidade de Campinas está exigindo a leitura de um livro que entrará no exame inexistente no Brasil: *A confissão de Lúcio,* de Mário de Sá-Carneiro. (*Isto é Senhor,* 14/9/1989, apud Unicamp 1989). (Pela posição em que foi colocado, o adjetivo *inexistente* parece estar referindo-se a *exame*).

c) O presidente americano (...) produziu um espetáculo cinematográfico em novembro passado na Arábia Saudita, onde comeu peru fantasiado de marine no mesmo bandejão em que era servido aos soldados americanos (*Veja*, 9/1/1991, apud Unicamp 1992). (Tem-se a impressão

de que *fantasiado* se refere a *peru* e de que *o presidente era servido aos soldados*).

d) Há meses não chove em Brasília. Portanto, o governo não pensa em racionamento de água. (Nesse caso, é completamente despropositado o uso do conector conclusivo *portanto;* o que se deveria era usar o adversativo *mas*).

Até o momento, vimos que três fenômenos de natureza diferente são considerados erros:

a) desvio da norma adequada a uma dada situação de comunicação;
b) agramaticalidade da estrutura da frase ou do período;
c) violação de relações discursivas.

Há, no entanto, outros fenômenos distintos que também são erros lingüísticos.

a) **Erros de ortografia**. A ortografia é o conjunto de convenções que regem a grafia das palavras. Essas convenções, no caso dos países de língua portuguesa, resultam de acordos entre os diferentes países. As normas de ortografia são coercitivas para todos os falantes.

> Gosta de fama de *bad boy* (garoto *mal*) e faz tudo o que pode para mantê-la (*Folha de S. Paulo*, 11/6/1995, 4-5). (O adjetivo é grafado com *u* (mau) e o advérbio com *I* (mal)).

> Escrevi crônica pedindo aos leitores que sugerissem formas do ex-deputado se matar e recebi cerca de 1300 cartas com as propostas mais *ilárias* (*O Estado de S. Paulo*, 22/5/1995, D2). (Aqui temos dois problemas: hilária escreve-se com *h*; a forma correta do adjetivo que significa "que faz rir" é *hilariante*).

b) **Erro por imposição de uma tradição do ensino**. Nesse caso, entram aqueles fatos lingüísticos que pertenciam à norma culta da língua, mas que se alteraram e que a escola considera ainda como fatos reais do português.

> O atraso no pagamento implicará em multa. (Há hoje uma oscilação na regência do verbo *implicar*: é usado tanto como transitivo direto, quanto como transitivo indireto com a preposição *em;* a única regência considerada correta pela tradição gramatical é sem a preposição).

Custei a perceber o problema. (O verbo *custar*, no sentido de "ser custoso", é ensinado como unipessoal; só se considera correto *custou-me perceber o problema*).

Não tenho nenhuma dó de criminosos. (O substantivo dó é ensinado como masculino).

Leia esta crônica de Raul Drewnick, publicada em *O Estado de S. Paulo,* de 25/4/1995, em que um desses erros por imposição da tradição de ensino é analisado com muita graça.

A noite estava quase tão gostosa quanto o chope e o salaminho. Na mesa do bar, os seis amigos, todos catedráticos em mulher e futebol, conversavam disso mesmo, porque não houve, não há e nunca haverá assunto melhor para o brasileiro do que mulher e futebol. Sharon Stone foi comparada com Letícia Spiller. Romário com Túlio. Angélica com Xuxa, Viola com Edmundo e, depois de muito bate-boca, se chegou àquela conclusão de sempre: nenhuma.

Duas horas mais tarde, já sob o efeito das rodadas de chopinho que de dez em dez minutos o garçom renovava, eles mudaram um pouco o debate. Começaram a comparar Sharon Stone com Romário, Letícia Spiller com Túlio, Angélica com Viola e Xuxa com Edmundo. Discutiram, exaltaram-se, quase se desentenderam e no fim chegaram ao mesmo resultado do debate anterior: nenhum. Não houve vencedores. E vencidos, se houve, foram os chopinhos e os salaminhos, dizimados assim que se atreviam a aparecer. Estavam felizes. E felizes ficaram até que um deles, o mais fofoqueiro dos seis, começou a contar a história de uma garota, vizinha dele, famosa pelas curvas do corpo e pela generosidade do coração.

– Vocês precisam conhecer a Adriana. É um estouro, um petardo, uma bomba atômica! Se ela sai de casa e vai até a esquina, a rua toda treme. Se ela vai um pouco mais longe, explode todo o quarteirão.

– Nossa, ela é tudo isso, mesmo? Então a gente precisa conhecer.

– Ela não é tudo isso. É tudo isso e mais um pouco. Tudo isso e mais bastante. E ela topa qualquer parada. Já namorou com o bairro inteiro.

Nesse ponto, o mais empertigado dos seis amigos arregalou os olhos e perguntou, com expressão de espanto:

– O que foi que você disse?

– Eu disse que a menina é um avião e namora com todo mundo.

O que é que você está estranhando?

– Eu estou estranhando que você, um sujeito com instrução, diga uma asneira como essa.

– Que asneira?

– Que a menina namora com todo mundo.

– Mas é verdade. A Adriana é uma devoradora de homens. Dos 8 aos 80 não escapa um.

– Não estou censurando o comportamento dela. Estou é indignado com o seu desconhecimento gramatical.

– Com o meu desconhecimento gramatical? Você pode me explicar isso?

– Você disse que ela namora *com*.

– Disse. E daí?

– Daí que isso é uma barbaridade. O verbo namorar é transitivo direto. Quem namora, namora alguém, não namora *com* alguém.

Enquanto o acusado de crime contra a gramática assumiu um triste ar de réu para merecer a clemência dos amigos, um deles, quase tão empertigado, quanto o gramático de plantão, protestou:

– Espere aí, Aristarco. Você está massacrando o Cordeiro à toa. O dicionário do Aurélio diz que namorar com é perfeitamente válido.

– Ah, Praxedes, eu não esperava que você me viesse com essa. Você sabe muito bem que o Aurélio não é uma boa fonte. O Aurélio admite tudo: nóis vai, nóis fumo...

– Você está querendo dizer, Aristarco, que você tem mais autoridade do que o Aurélio?

– Não. O que eu estou querendo dizer é que em nenhum outro dicionário você vai achar esse absurdo de namorar *com*.

No início do debate, o Cordeiro, que sem querer tinha provocado a confusão, ainda tentou acompanhar os argumentos dos dois gramáticos, cada vez mais nervosos. Depois ele acabou dormindo, como os outros. Acordou dali a dez minutos, com a voz trovejante de seu defensor, o Praxedes. (...) Antes que o Aristarco, já rubro de cólera, apresentasse sua contra-argumentação, o Cordeiro resolveu mostrar-se grato ao seu advogado:

– É isso aí, Praxedes, você está certo. Deixe de ser chato, Aristarco. Você quer saber de uma coisa? Namorar é tão bom, mas tão bom, que até namorar contra é gostoso (C2).

c) **Hipercorreção**. É o uso de uma forma vista como correta no lugar de uma outra considerada indevidamente errada. Vejamos alguns exemplos:

> Não *haverão* recursos suficientes para o término das obras. (O verbo *haver,* no sentido de "existir", é impessoal. Portanto, a construção correta seria *Não haverá recursos suficientes para o término das obras.* No entanto, imagina-se que o sujeito seja *recursos suficientes* e que o verbo deva concordar com ele).

O *galfo* escapou-lhe das mãos (como em certas camadas sociais troca-se o *l* por *r*, em palavras como *calça*, *maldade*, *calcanhar*, pensa-se que a forma correta de *garfo* seja *galfo*).

d) **Falsa análise do enunciado**. É aquele erro cometido por uma análise inadequada da frase, quando se atribui a uma palavra ou expressão uma função sintática que ela não exerce, quando se estabelecem relações sintáticas inexistentes, quando se realizam analogias improcedentes dentro do período. Vejamos alguns exemplos:

> *Vai* chover multas na volta do feriado (*Folha da Tarde*, 31/12/1992,1). (Nesse caso, atribui-se à palavra, que é o sujeito, a função de objeto direto e, por conseguinte, não se realiza a concordância. A frase correta seria *Vão chover multas na volta do feriado*).

> Pode-se argumentar, é certo, que eram previsíveis os percalços que *enfrentariam* qualquer programa de estabilização (...) necessário no Brasil (*Folha de S. Paulo*, 7/10/1990, apud Unicamp 1991). (Atribui-se ao pronome relativo *que*, que retoma o substantivo *percalços*, a função de sujeito e não de objeto direto e faz-se a concordância do verbo com o antecedente *percalços* e não com o verdadeiro sujeito *qualquer programa de estabilização*).

> Quando ele resolver apresentar-se, oferecer explicações convincentes e *obter* o apoio da opinião pública, talvez seja inocentado (usa-se *obter* no lugar de *obtiver*, porque os verbos que aparecem antes no futuro do subjuntivo, por serem regulares, apresentam uma forma igual à do infinitivo; o verbo irregular *obter* contagia-se da regularidade dos anteriores, sobretudo porque todos terminam em-*er*).

> Sou clara e definitivamente pela admissibilidade do *impeachment* – correndo o risco até do auto-suicídio político (Dep. Antônio Morimoto (PTB-RO) *Folha de S. Paulo*, 24/9/1992, 1-4). (Analisa-se *suicídio* como um termo não-reflexivo e, por isso, acrescenta-se a ele *auto*, que significa “si mesmo”).

Muitas vezes, também a hipercorreção resulta de uma falsa análise do enunciado. A diferença, no entanto, é que ela acaba resultando, para quem a

pratica, numa regra de uso: por exemplo, certas pessoas nunca usam impessoalmente o verbo *fazer* indicando tempo passado (dizem sempre *fazem muitos dias* e não *faz muitos dias*).

e) **Falsas analogias**. São aquelas formas criadas por analogia com as regularidades da língua ou pelo estabelecimento de correspondências, que de fato não existem, entre certas formas da língua. Diferentemente do caso anterior, não se trata aqui de relações indevidas estabelecidas entre termos no interior de um período, mas da falsa pressuposição de simetrias entre formas da língua.

> [Os astecas] não só conheciam o banho de vapor, tão prezado na Europa, como *mantiam* o hábito de banhar-se diariamente (*Superinteressante*, out. 92, apud Unicamp 1993). (Usa-se *mantiam* no lugar de *mantinham*, porque se faz a seguinte analogia: se *comer* faz a 3ª pessoa do pretérito imperfeito do indicativo *comiam*, *vender* faz *vendiam*, *prender* faz *prendiam*, então *manter* faz *mantiam*).

> O governo *interviu* muito na economia nestes últimos anos (usa-se *interviu* por *interveio*, porque se faz a seguinte analogia: se *partir* tem, para a 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, a forma *partir* tem; *partiu*, *dormir* tem *dormiu*, *cair* tem *caiu*, então *intervir* tem *interviu*).

> O novelo *deslisou* pelo chão (usa-se *deslisar* por *deslizar*, porque se associa falsamente esse verbo ao adjetivo *liso;* note-se que existe, em português o verbo *deslisar*, muito pouco usado, que significa “alisar” e que não se confunde com o verbo *deslizar*, que quer dizer “escorregar brandamente”).

f) **Impropriedades lexicais**. É o uso de uma palavra com um significado que ela não tem, mas que se atribui a ela indevidamente, em geral por uma semelhança fônica muito acentuada com o termo que seria adequado.

> Estações de metrô de mármore, com lustres de cristal, contrastam com a miséria da população. A *luxúria* de Moscou tem seu contraponto no silêncio do mosteiro Donskoi, criado no final do século 16. É um conjunto arquitetônico elegante e modesto (*O Estado de S. Paulo*, 30/5/1995, G10). (*Luxúria*, em português, não significa “luxo”, mas “sensualidade”).

Os erros ou inadequações de linguagem não têm todos o mesmo efeito: alguns prejudicam a compreensão do texto; outros comprometem o enunciador.

> As Forças Armadas brasileiras já estão treinando 3 mil soldados para atuar no Haiti depois da retirada das tropas americanas. A Organização das Nações Unidas (ONU) solicitou o envio de tropas ao Brasil e a mais quatro países, disse ontem o presidente da Guatemala, Ramiro de León (*O Estado de S. Paulo*, 24/9/1994, apud Unicamp 1995).

Nesse caso, a má colocação da expressão *ao Brasil e a mais quatro países* prejudica a compreensão do enunciado, pois dá a entender que a ONU solicitou o envio de tropas ao Brasil e a mais quatro países, quando na verdade ela solicitou ao Brasil e a mais quatro países que enviassem tropas ao Haiti.

No caso abaixo, os erros lingüísticos comprometem o enunciador, pois criam dele a imagem de alguém sem qualquer intimidade com a língua e, portanto, de alguém bastante rústico.

O dom da oratória

> O pronunciamento do presidente Collor anteontem em cadeia nacional de rádio e TV despertou no ex-deputado José Costa (PMDB) recordações que coleciona para incluir em um livro de memórias e casos políticos de Alagoas.
>
> Há alguns anos – bem antes de alguém pensar em modernizar os portos – o deputado federal Ozeas Cardoso, amigo de Arnon de Mello, pai do presidente Collor, ajudou, por uma circunstância qualquer da vida, a categoria dos estivadores.
>
> Eram os tempos de guerra da velha UDN, partido do deputado. Sensibilizados, os trabalhadores resolveram promover uma festa para agradecer a mãozinha. O estivador escolhido para falar na ocasião atendia pelo sugestivo apelido de "Quebra Poste". Homem simples, começou se desculpando por não saber falar direito a língua pátria. Com essa limitação, mas fazendo questão de expressar toda a gratidão da categoria, "Quebra Poste" resumiu a mensagem em poucas palavras:
>
> – Seu nome, deputado, já diz tudo: tem o "o" de "onesto" e o "c" de "cincero". (*Folha de S. Paulo*, 23/6/1992)

Lição 4

A heterogeneidade lingüística

Leia o texto que segue.

Cansados, finalmente, os embaixadores de lhes responder o Batista que não era Messias, nem Elias, nem profeta pediram-lhe, finalmente, que, pois eles não acertavam a perguntar, lhes dissesse ele quem era. A esta instância não pôde deixar de deferir o Batista. E o que vos parece que responderia? *Ego sum vox clamantis in deserto:* Eu sou uma voz que clama no deserto. Verdadeiramente não entendo esta resposta. Se os embaixadores perguntaram ao Batista o que fazia, então estava bem respondido com a voz que clamava no deserto, porque o que o Batista fazia no deserto era dar vozes e clamar; mas se os embaixadores perguntavam ao Batista quem era, como lhes responde ele o que fazia? Respondeu discretissimamente. Quando lhe perguntavam quem era, respondeu o que fazia: porque cada um é o que faz, e não é outra cousa. As cousas definem-se pela essência: o Batista definiu-se pelas ações; porque as ações de cada um são a sua essência. Definiu-se pelo que fazia, para declarar o que era.

Daqui se entenderá uma grande dúvida, que deixamos atrás de ponderar. O Batista, perguntado se era Elias, respondeu que não era Elias: *Non sum.* E Cristo no capítulo onze de S. Mateus disse que o Batista era Elias: *Joannes Baptista ipse est Elias.* Pois se Cristo diz que o Batista era Elias, como diz o mesmo Batista que não era Elias? Nem o Batista podia enganar, nem Cristo podia enganar-se: como se hão de concordar logo estes textos? Muito facilmente. O Batista era Elias, e não era Elias; não era Elias, porque as pessoas de Elias e do Batista eram diversas; era Elias, porque as ações de Elias e do Batista eram as mesmas. A modéstia do Batista disse que não era Elias, pela diversidade das pessoas; a verdade de Cristo afirmou que era Elias, pela uniformidade das ações. Era Elias, porque fazia ações de Elias. Quem faz ações de Elias é Elias; quem fizer ações de Batista será Batista; e quem as fizer de Judas será Judas. Cada um é as suas ações, e não é outra cousa. Oh que grande doutrina esta para o lugar em que estamos! Quando vos perguntarem quem sois, não vades revolver o nobiliário de vossos avós, ide ver a matrícula de vossas ações. O que fazeis, isso sois, nada mais. Quando ao Batista lhe perguntaram quem era, não disse que se chamava João, nem que era filho de Zacarias; não se definiu pelos pais, nem pelo apelido. Só de suas ações formou a sua definição: *Ego vox clamantis.*

> Muito tempo há que tenho dous escândalos contra a nossa gramática portuguesa nos vocábulos do nobiliário. A fidalguia chamam-lhe qualidade, e chamam-lhe sangue. A qualidade é um dos dez predicamentos a que reduziram todas as cousas os filósofos. O sangue é um dos quatro humores de que se compõe o temperamento do corpo humano. Digo, pois, que a chamada fidalguia não é somente qualidade, nem somente sangue; mas é de todos os dez predicamentos e de todos os quatro humores. Há fidalguia que é sangue, e por isso há tantos sanguinolentos; há fidalguia que é melancolia, e por isso há tantos descontentes; há fidalguia que é cólera, e por isso há tantos malsofridos e insofríveis; e há fidalguia que é fleuma, e por isso há tantos que prestam para tão pouco. De maneira que os que adoecem de fidalguia não só lhes peca a enfermidade no sangue, senão em todos os quatro humores. O mesmo se passa nos dez predicamentos. Há fidalguia que é substância, porque alguns não têm mais substância que a sua fidalguia; há fidalguia que é quantidade: são fidalgos porque têm muito de seu; há fidalguia que é qualidade, porque muitos, não se pode negar, são muitos qualificados; há fidalguia que é relação: são fidalgos por certos respeitos; há fidalguia que é paixão: são apaixonados de fidalguia; há fidalguia que é *ubi:* são fidalgos, porque ocupam grandes lugares; há fidalguia que é sítio, e desta casta é a dos títulos, que estão assentados, e os outros em pé; há fidalguia que é hábito: são fidalgos porque andam mais bem vestidos; há fidalguia que é duração: fidalgos por antigüidade. E qual destas é a verdadeira fidalguia? Nenhuma. A verdadeira fidalguia é ação. Ao predicamento da ação é que pertence a verdadeira fidalguia. *Nam genus, et proavos, et quae non fecimus ipsi, vix ea nostra voco* (=Em verdade, não invoco a origem, os ancestrais e os méritos que não nos cabem, apenas as nossas [ações]), disse o grande fundador de Lisboa. As ações generosas, e não os pais ilustres, são as que fazem fidalgos. Cada um é suas ações, e não é mais, nem menos, como o Batista: *Ego vox clamantis in deserto.* (VIEIRA, Antônio. *Sermões.* Porto, Lello, 1959, vol. I, t. 1, p. 211-213)

No *Sermão da Terceira Dominga do Advento,* a que esse trecho pertence, Vieira parte do episódio bíblico (João, 1, 19-34), que narra a ida a João Batista de uma embaixada de sacerdotes e levitas de Jerusalém para perguntar-lhe quem era e sua resposta de que era a voz que clama no deserto. Com base nessa resposta, Vieira tece uma argumentação, para mostrar que a fidalguia, a nobreza pertence à esfera da ação, do trabalho, e não à herança familiar (sangue). Diz que ela não é nem qualidade, nem sangue, mas ação. Esse sermão opõe-se a um ponto de vista vigente na sociedade do tempo do pregador de que a nobreza era algo ontológico, era um valor herdado pelo nascimento. A essa perspectiva Vieira contrasta a idéia de que a nobreza é

uma virtude conquistada no trabalho, de que não há uma ordem social natural. Poderíamos dizer que à maneira de ver da aristocracia feudal Vieira contrapõe o modo burguês de considerar o mundo.

Esse texto revela uma propriedade fundamental da linguagem, a *heterogeneidade constitutiva*. Um discurso é construído a partir de uma relação polêmica com outro. Por isso, todo texto é atravessado por outros. Isso significa que um texto põe em cena duas concepções a respeito de uma dada questão: aquela que defende e aquela a que se opõe. É por essa razão que se diz que um discurso é constitutivamente heterogêneo: ele contém duas vozes sociais, dois pontos de vista, duas perspectivas sobre um determinado tema. Sob uma voz, há outra. Essas duas maneiras de ver não são mostradas, marcadas, no fio do discurso. A memória discursiva do analista é que as resgata e delimita. Um discurso antidilatorial só pode surgir numa sociedade em que há uma ditadura, um discurso abolicionista só aparece numa formação social escravagista, e assim por diante.

O discurso é heterogêneo, porque, numa sociedade, existem pontos de vista divergentes sobre cada questão, uma vez que ela é dividida em grupos sociais com interesses distintos. A linguagem é, assim, a arena desses conflitos, dessas polêmicas. Perceber o discurso em relação ao qual um outro se opõe é apreender a historicidade da linguagem, dado que a História se faz nesse movimento de contradição.

Heterogeneidade mostrada

Além dessa heterogeneidade constitutiva, com muita freqüência, o texto mostra a voz de outrem, cita a palavra de alguém que não o produtor do texto (= enunciador), deixa claro que está tratando de pontos de vista pelos quais o enunciador não é responsável. Nesse caso, há mecanismos lingüísticos que servem para mostrar quem está falando.

Heterogeneidade mostrada marcada

Nesse caso, a voz do outro está bem demarcada por elementos lingüísticos e, por conseguinte, separam-se nitidamente a palavra do enunciador e o discurso citado. Analisemos os principais mecanismos de citação marcada da voz do outro.

a) Negação

Veja o texto:

> Aprendeu em Fidelino de Figueiredo: “Com os mortos não se deve polemizar e com os vivos não vale a pena.”
>
> Aprendera antes em Goethe: “Nunca responder a um ataque, mesmo que nos acusem de ter furtado um talher de prata”.
>
> A princípio não respondia por orgulho. Era tão mais difícil que responder. Hoje, a idéia da réplica nem sequer lhe ocorre. A obra deve conter em si mesma resposta a qualquer objeção. (ANDRADE, Carlos Drummond. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 1011)

Uma negação contém dois pontos de vista, pois afirma alguma coisa e, ao mesmo tempo, refuta uma afirmação anterior. Há dois tipos básicos de negação: a *descritiva,* que aparentemente contesta um dado de realidade, mas, de fato, desmente um ponto de vista sobre ele; a *polêmica,* que claramente é contrária a uma dada perspectiva sobre alguma coisa.

As três primeiras negações do texto acima (*com os mortos não se deve polemizar; com os vivos não vale a pena polemizar; nunca responder a um ataque, mesmo que nos acusem de ter furtado um talher de prata*) são polêmicas, pois, afirmam um ponto de vista sobre o que não se deve fazer e, ao mesmo tempo, negam a opinião contrária de que se deve polemizar com os mortos, de que vale a pena polemizar com os vivos, de que sempre se deve responder a um ataque.

As duas últimas (*a princípio não respondia por orgulho; hoje a idéia de réplica nem sequer lhe ocorre*) são descritivas, pois, aparentemente, refutam um dado de realidade, isto é, de que a princípio respondesse e de que hoje a idéia de réplica lhe ocorra, mas, na verdade, contestam o ponto de vista de alguém sobre esses dados de realidade.

b) Discurso direto e discurso indireto

Num texto, muitas vezes, o enunciador insere a fala de outrem cita o discurso alheio. Faz isso contando o que o outro disse ou dando-lhe a palavra, criando uma simulação de um diálogo. Quando se reproduz a fala de alguém no interior do texto, temos o discurso direto. Leia o texto que segue.

> Escutar conversa alheia não é o meu *hobby,* mas se as palavras entram pelos ouvidos da gente sem pedir licença, que remédio senão escutá-las? No restaurante, em mesa quase encostada à minha, jantavam dois

rapazes de pouco mais de 20 anos, vestidos e penteados com esmero (apenas o cabelo um pouco longo), e mantinham o diálogo que reproduzo com possível fidelidade:

– Quanto a isso não há dúvida, meu caro. Cheguei à conclusão de que temos de promover uma política inteligente de especialização setorial.

– É óbvio, mas você não acha que cumpre ao mesmo tempo equacionar o grave estrangulamento do setor externo?

O primeiro concentrou-se, antes de responder:

– Ora, essa meta não oferece percalços, uma vez que se alcance a médio prazo – eu disse a médio prazo – a dinamização de nossas rendas nos mercados forâneos. Correto?

– Mas qual a processualística? Pela fixação de tetos permissíveis?

– Talvez. Penso antes no escalonamento gradativo do aporte de recursos.

O outro ponderou, mansamente:

– Mas você precisa ter em mente a factibilidade das expansões projetadas... (...)

Não se deve escutar conversa dos outros, mas aprende-se muito escutando conversa dos outros. Mormente de economistas. (Id., *ibid.*, p. 1453-1455)

Nesse texto, o narrador introduz a conversa das personagens e passa-lhes a palavra. Temos, então, a impressão de ouvir os dois jovens economistas falando. O narrador intervém no meio do diálogo, para indicar a atitude de cada um durante a conversa (*concentrou-se, antes de responder; ponderou, mansamente*). O discurso direto simula reproduzir fielmente a palavra de outrem.

As características do discurso direto são:

1) a fala de cada personagem é anunciada por um *verbo de dizer* (por exemplo, *dizer, ponderar, replicar, retorquir, obtemperar, afirmar, responder, perguntar*), que pode vir antes, no meio ou depois dessa fala ou pode ainda estar subentendido pelo travessão (em nosso exemplo, temos falas precedidas pelos verbos *responder* e *ponderar* e falas em que o verbo de dizer está subentendido, dado que a mudança de travessão indica que outra personagem tomou a palavra);

2) a palavra do narrador é nitidamente separada do texto que ele reproduz por aspas ou por dois pontos e travessão;

3) os pronomes pessoais e possessivos, os tempos verbais e as palavras que indicam tempo e lugar (advérbios de tempo e de espaço e pronomes demonstrativos) são usados tanto em referência ao narrador quanto em referência às personagens (tanto o narrador quanto as personagens dizem *eu* e tratam a pessoa a quem se dirigem por *tu,* consideram *aqui* o lugar de onde falam e, a partir dele, ordenam os outros espaços (*aí, ali, lá, acolá*), organizam os tempos a partir do momento de sua fala).

Analisemos agora uma outra forma de citar o discurso de outrem.
Leia o texto que vem a seguir:

> O sempre bem informado João esclareceu que peculatários e estelionatários, aproveitando a ocasião, exerciam o direito de voto e restituíam o roubado; em seguida, recolhiam-se espontaneamente à cadeia e, embora perdoados, teimavam em permanecer lá dentro, para purgação de suas faltas. (Id., *ibid.,* p. 1.081)

Nesse texto, o narrador não dá a palavra a João, mas nos conta o que ele disse. Assim, não temos a fala da personagem diretamente, mas tomamos conhecimento de seu ponto de vista, indiretamente, por meio das palavras do narrador. Temos, nesse caso, o discurso indireto. Seus traços são:

1) a palavra da personagem é introduzida por um *verbo de dizer* (no nosso texto, *esclareceu*);

2) o que disse a personagem é transmitido sob a forma de uma oração subordinada substantiva objetiva direta do verbo de dizer (no nosso exemplo, *peculatários e estelionatários... para purgação de suas faltas* é um conjunto de orações objetivas diretas do verbo *esclarecer*); por conseguinte, há uma separação nítida entre a palavra do narrador e a da personagem, que vem marcada por uma partícula: uma conjunção integrante (Esclareceu *que* tudo caminhava bem), ou um advérbio (Perguntou-me *onde* eu morava) ou um pronome interrogativo (Informou-me *quem* estava lá);

3) as pessoas, os tempos e os espaços são organizados sempre em referência ao narrador, pois só ele diz *eu,* apenas a pessoa a quem ele se dirige é tratada por *tu,* somente o lugar em que ele se acha é *aqui,* apenas o momento de sua fala é *agora.*

Comparemos um texto em discurso direto e em discurso indireto, para perceber melhor as diferenças:

> No dia 18 do mês passado, André afirmou-me lá na repartição:
> – Estive aqui ontem.

> No dia 18 do mês passado, André afirmou-me que estivera na repartição, no dia anterior.

No primeiro caso, o narrador dá a palavra a André e este apresenta-se como *eu*, denomina *aqui* o lugar de onde fala e organiza o tempo em função do momento da fala (como o estar na repartição ocorre no dia anterior àquele em que fala, usa o advérbio *ontem* e o pretérito perfeito). Temos, pois, discurso direto. No segundo caso, como o que André disse é contado pelo narrador e apenas este diz *eu*, *aqui*, *agora*, *o eu* da fala da personagem transforma-se em *ele* (estive > ele estivera), o *aqui* passa a *na repartição* e a anterioridade em relação ao *agora* na fala torna-se anterioridade em relação à fala do narrador, que já está no pretérito (por isso, o pretérito perfeito é trocado pelo pretérito mais-que-perfeito).

Estudemos sistematicamente a alterações que ocorrem na passagem do discurso direto para o indireto:

1. As orações exclamativas, imperativas e interrogativas transformam-se em orações declarativas.

> Guilherme tinha planos para a emergência, e todos se resumiam em tirar o máximo possível da liberalidade do padrinho.
> – O senhor me dá um presente de aniversário? (Id., *ibid.*, p. 1.226)

> Ele perguntou se o padrinho lhe daria um presente de aniversário. (A oração interrogativa passou a declarativa introduzida pelo verbo *perguntar*).

2. As interjeições e os vocativos desaparecerem ou seu valor semântico é explicitado na fala do narrador.

> O agente do recenseamento vai bater numa casa de subúrbio bem longínquo, aonde nunca chegam as notícias.
> – Não quero comprar nada.

> – Eu não vim vender, minha senhora. Estou fazendo o censo da população e lhe peço o favor de me ajudar.
>
> Ah moço, não estou em condições de ajudar ninguém. Tomara eu que Deus me ajude. Com licença, sim? (Id., *ibid.*, p. 1.229).

Uma mulher atende e diz que não quer comprar nada. O agente diz-lhe (*lhe* toma o lugar do vocativo *minha senhora*) que não foi vender nada, que está fazendo o censo da população e pede-lhe que faça o favor de ajudá-lo. A mulher responde-lhe (*lhe* está no lugar do vocativo *moço*) desalentada (o adjetivo explicita semanticamente a interjeição *ah*) que não está em condições de ajudar ninguém e exclama que espera que Deus a ajude (a oração exclamativa torna-se declarativa), pede licença (explicita semanticamente o conteúdo de *Com licença, sim*?, e fecha a porta.

3. Quando no discurso citado (fala da personagem) aparecerem um *eu* ou *tu,* que não estiverem no discurso citante (fala do narrador), transformam-se em *ele.* Os pronomes demonstrativos ou advérbios de espaço não correspondentes aos do discurso citante devem ajustar-se a estes.

> Diante do Palácio do Planalto, ouvi:
>
> – Pelas fotos, achava que este prédio fosse mais imponente. Aqui diante dele, vejo que ele é modesto.
>
> Diante do Palácio do Planalto, ouvi uma pessoa dizer que, pelas fotos, achava que aquele prédio fosse mais imponente e que lá diante dele via que ele era modesto.

O *eu*, presente na fala da personagem, transforma-se em *ele* (*eu achava*, *vejo* > *ele achava, via*), porque esse *eu* não tem correspondente no discurso citante. O demonstrativo *este* e o advérbio *aqui* tornam-se, respectivamente, *aquele* e *lá,* porque se ajustam à organização espacial do discurso citante: quando a personagem fala, está diante do Palácio; quando o narrador conta o que ela disse, o narrador não está diante do Palácio.

4. As pessoas do discurso citado que forem correspondentes às do discurso citante adquirem o estatuto deste último.

> Ele, com complexo de velhice, avaliava satisfeito a média de idade dos clientes:
>
> – Estou me sentindo à vontade. Gente de cinqüenta para cima. (Id., *ibid.,* p. 1.228).

Ele, com complexo de velhice, avaliava satisfeito a média de idade dos clientes e dizia que estava se sentindo à vontade, porque eram pessoas de cinqüenta para cima.

O *eu* da fala da personagem corresponde ao *ele* do discurso citante. Por isso, torna-se *ele* no discurso citante.

Eu comentei:

– Não estou gostando nada disso.

Eu comentei que não estava gostando nada daquilo.

O eu do discurso citado continua *eu*, porque é o mesmo *eu* do discurso citante.

5. Só há transformações temporais, quando o tempo do discurso citante for um dos tempos do subsistema do pretérito(pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito) e os da fala da personagem forem o presente, o pretérito perfeito ou o futuro do presente. Nos demais casos, não ocorrem alterações nos tempos verbais. As outras expressões de tempo ajustam-se à organização temporal do discurso citante. As mudanças de tempo verbal são as seguintes:

Discurso direto	Discurso indireto
Presente	Pretérito imperfeito
Pretérito perfeito	Pretérito mais-que-perfeito
Futuro do presente	Futuro do pretérito

Ele replicou:
Faço o que quero.

Ele replicou que fazia o que queria.

Ele replicou:
– Fiz o que quis.

Ele replicou que fizera o que quisera.

Ele replicou:
– Farei o que quiser.

Ele replicou que faria o que quisesse.

Nos três casos, há mudança nos tempos verbais, porque o verbo do discurso citante é o pretérito perfeito e os do discurso citado são, respectivamente, o presente, o pretérito perfeito e o futuro do presente. No exemplo abaixo, não há qualquer alteração, porque o tempo do discurso citante é o presente.

> Ele replica:
> – Faço o me dá na cabeça.
>
> Ele replica que faz o que lhe dá na cabeça

Vejamos um exemplo com a adaptação de um advérbio de tempo.

> No dia 18 de janeiro de 1990, ele disse-me:
> – Amanhã parto para Paris.
>
> No dia 18 de janeiro de 1990, ele disse-me que, no dia dia seguinte, partiria para Paris.

Amanhã indica o dia posterior ao dia em que o narrador fala, que é o dia 18 de janeiro de 1990. O discurso citante, no entanto, é pronunciado, quando 18 de janeiro já é passado. Por isso, o dia 19 não pode ser designado como *amanhã*, que é posterior ao dia da fala, mas deve ser indicado como *no dia seguinte*. Por outro lado, como o verbo do discurso citante está no pretérito e *parto* é um presente com valor de futuro do presente, transforma-se em futuro do pretérito.

Qual é a função desses dois modos de citação do discurso alheio? O discurso direto é uma teatralização da fala de outrem, é como se alguém entrasse em cena, tomasse a palavra e falasse. Por isso, produz um efeito de sentido de verdade. O leitor ou o ouvinte tem a impressão de que a integridade do discurso alheio foi preservada e, por isso, está adiante da autêntica palavra do outro. É como se ouvisse alguém falar, com toda a carga de subjetividade.

Podemos ter dois tipos de discurso indireto. Cada um produz um efeito de sentido distinto. O primeiro é chamado *variante analisadora de conteúdo*. Nele, eliminam-se todos os elementos emocionais e afetivos do discurso direto (interrogações, exclamações, interjeições, formas imperativas, etc.). Por isso, cria-se com ele um efeito de sentido de objetividade analítica. Nesse tipo, só importa o que se disse e não o modo como se disse. Ao levar em conta apenas o conteúdo, despersonaliza-se o discurso alheio e produz-se um efeito de *objetividade*. Com isso, gera-se uma distância entre a posição do enunciador e a de quem ele cita, abrindo-se, assim, caminho para a réplica e o comentário. O uso do discurso indireto na variante analisadora de conteúdo constrói a

impressão de uma análise racional e isenta de envolvimento emocional. Nesse caso, o discurso indireto não se interessa pela individualidade revelada pelo modo de dizer.

O segundo tipo é denominado *variante analisadora de expressão*. Nele, o que interessa é mostrar exatamente o modo de dizer do outro e não o conteúdo do que diz. As palavras ou expressões que se desejam ressaltar vêm entre aspas. Observe um exemplo:

> Assim gostaria eu de ouvir a descrição do jogo entre brasileiros e mexicanos, e a de todos os jogos. (...) Mas o estilo atual é outro, e o sentimento dramático se orna de termos técnicos. Mesmo assim, quando o cronista especializado informa que o Botafogo "não estava numa tarde de grande inspiração" ou que Zizinho "se desempenhou com seu habitual talento", fico imaginando se há no futebol valores transcendentais, que nós, simples curiosos, não captamos, mas que o bom torcedor vai intuindo com a argúcia apurada em uma longa educação da vista. (Id., *ibid.*, p. 1090)

Aqui não é exatamente o conteúdo da transmissão esportiva que importa, mas seu estilo. O autor ressalta expressões típicas de cronistas de futebol *não estava numa tarde de grande inspiração* e *se desempenhou com seu habitual talento*, para mostrar que, mesmo em meio à abundância de termos técnicos que caracteriza o estilo atual de narrar futebol, surgem expressões não-técnicas, bastante polissêmicas, que permitem pensar na existência dos valores transcendentais que regem o futebol.

Nessa variante, o enunciador dá relevo a expressões típicas do outro. Procura revelar, assim, peculiaridades de alguém, por meio de sua forma de falar, e, ao mesmo tempo, mostra sua posição de ironia, desdém, condescendência, tolerância em relação a ele.

Numa dissertação, podem-se usar tanto o discurso direto, quanto as duas variantes de discurso indireto, para fazer citação. Cada tipo visa a criar um efeito de sentido distinto.

c) Aspas

As aspas são utilizadas para marcar palavras ou expressões que o enunciador não quer assumir como suas, que não considera apropriadas ao texto, que julga serem aproximativas em relação ao que pretende dizer, ou para assinalar termos que pertencem a uma língua diferente daquela em que o texto está sendo escrito ou a um nível de linguagem distinto do texto (por exemplo, um termo chulo num texto em linguagem formal). Em síntese, colocam-se entre aspas

palavras ou expressões que o enunciador quer manter a distância. Observe um exemplo:

> Cada idade tem sua moral e sua sensibilidade; aos 20, cuida o poeta que sua verdade lhe virá de outros colegas mais "realizados", e apega-se a eles na ilusão de admirá-los, mas efetivamente à procura da "fórmula mágica" de que os presume depositários. É só o tempo de verificar que eles não a possuem, e que de resto tal fórmula não existe, e a admiração se recolhe ou cede lugar ao senso crítico. Este, por sua vez, sujeito a outros erros de ótica, e ainda à injustiça compensatória.
>
> A inexistência do "segredo" tem que ser descoberta por esforço próprio, a que o rapaz não se forrará. (Id., *ibid.*, p. 1009)

Nesse texto, temos três palavras ou expressões entre aspas: *realizados, fórmula mágica, segredo.* O trecho em questão faz parte de uma crônica em que o poeta comenta o fato de que inúmeros poetas jovens enviam sua produção literária aos já consagrados, em busca de conselho, etc. Os termos entre aspas são aqueles que o poeta não assume como seus. Para ele, não há poetas realizados, não há fórmulas mágicas para o fazer artístico e não existe um segredo no fazer poético. Esses termos pertencem a um outro discurso, não aceito pelo enunciador.

O uso ou não de aspas em determinadas palavras ou expressões cria uma imagem do locutor. Se alguém dissesse *O partido está conclamando os "companheiros" a opor-se às reformas constitucionais,* projetaria de si a imagem de alguém que tem reservas em relação a esse partido, pois não assume o termo *companheiros.* Se não utilizasse as aspas, não produziria essa imagem.

d) Glosas do enunciador

As glosas são comentários ou explicações sobre o dizer. Servem para mostrar a inadequação e o caráter aproximativo de um termo (por exemplo, *se se pode dizer, por assim dizer, digo metaforicamente*), para praticar a autocorreção (*ou antes, deveria ter dito*), para confirmar o que se disse (*é exatamente o que estou querendo dizer*), para solicitar permissão para empregar certos termos (*se me permitem dizer*), para corrigir antecipadamente um possível erro de interpretação (*isso nos dois sentidos da palavra, no sentido próprio do termo, no sentido figurado da expresssão*), para marcar palavras ou expressões de outro discurso (*como diz o outro, como se diz*), para assinalar hesitações na busca do termo exato (*creio que é melhor dizer, não acho a*

palavra, creio que o termo exato é). Em síntese, as glosas são usadas para prevenir um juízo inadequado do interlocutor (por exemplo, *se me permite dizer*), para evitar os riscos de uma interpretação distorcida de uma dada posição (*você notou a palavra que usei, entende o que quero dizer?*), para mostrar que certas palavras ou expressões não pertencem ao discurso que está sendo produzido ou não são adequadas a ele. Observe um exemplo:

> – Ora, essa meta não oferece percalços, uma vez que se alcance a médio prazo – eu disse a médio prazo – a dinamização de nossas rendas nos mercados forâneos. (Id., *ibid.*, p. 1454).

O falante usa uma glosa (*eu disse a médio prazo*), para acentuar uma expressão importante para a compreensão correta do que diz, evitando assim um possível erro de interpretação.

As glosas indicam sempre um debate entre as palavras, pois estas podem possibilitar duas interpretações, dois pontos de vista, duas vozes divergentes.

Heterogeneidade mostrada não marcada

Há certos mecanismos lingüísticos que mostram duas vozes no fio do discurso, mas não demarcam com nitidez seus limites no texto.

a) discurso indireto livre

Leia o texto que segue:

> Olhou as cédulas arrumadas na palma, os níqueis e as pratas, suspirou, mordeu os beiços. Nem lhe restava o direito de protestar. Baixava a crista. Se não baixasse, desocuparia a terra, largar-se-ia com a mulher, os filhos pequenos e os cacarecos. Para onde? Hem? Tinha para onde levar a mulher e os meninos?
>
> Tinha nada! (...)
>
> Se pudesse mudar-se, gritaria bem alto que o roubavam. Aparentemente resignado, sentia um ódio imenso a qualquer coisa que era ao mesmo tempo a campina seca, o patrão, os soldados e os agentes da prefeitura. Tudo na verdade era contra ele. Estava acostumado, tinha a casca muito grossa, mas às vezes arreliava. Não havia paciência que suportasse tanta coisa. (RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 29 ed. São Paulo, Martins, 1971, p. 138-139)

No discurso indireto livre, misturam-se duas vozes, a do narrador e a da personagem (em nosso texto, Fabiano). No entanto, faltam elementos lingüísticos, como os dois pontos e o travessão no discurso direto ou a conjunção integrante *que* no indireto, que determinem a fronteira entre as duas. Há dois tons diferentes, que permitem perceber essas duas vozes: o tom mais ou menos neutro da narração e o tom entre colérico e resignado da personagem. Há frases que são claramente do narrador (por exemplo, *Olhou as cédulas arrumadas na palma, os níqueis e as pratas, suspirou, mordeu os beiços*); outras que, sem dúvida nenhuma, pertencem à personagem (por exemplo, *Para onde? Hem? Tinha para onde levar a mulher e os menimos? Tinha nada!*). Outras, no entanto, poderiam ser de um ou de outro (por exemplo, *se pudesse mudar-se, gritaria bem alto que o roubavam* poderia ser dita tanto pelo narrador quanto pela personagem). Nesse texto, o uso do discurso indireto livre dá verossimilhança à narrativa. O narrador não poderia usar o discurso direto, porque a personagem não estava exteriorizando suas reflexões; nem o discurso indireto, pois o narrador não entra na consciência das personagens e, portanto, não poderia saber o seu conteúdo.

O discurso indireto livre mistura procedimentos do discurso direto e do indireto, mesclando a voz do narrador à da personagem, de forma que o conteúdo da consciência desta não apareça nem relatado, nem falado.

Para perceber a diferença entre o discurso direto, o indireto e o indireto livre, imaginemos um pequeno texto apresentado nessas três formas de incorporar o discurso alheio.

– *discurso direto*

A sentinela resmungou:
– Porcaria! Todos lá dentro da sala aquecida e eu aqui morrendo de frio!

– *discurso indireto*

A sentinela resmungou aborrecida que estava lá fora morrendo de frio, enquanto todos estavam lá dentro da sala aquecida.

– *discurso indireto livre*

Porcaria! Estava lá fora morrendo de frio, enquanto todos estavam lá dentro da sala aquecida.

As marcas do discurso indireto livre são:

1. as falas das personagens não são introduzidas por verbos de dizer (não há nas expressões que podem ser atribuídas a Fabiano, no exemplo acima, expressões como *ele disse, ele replicou*, etc.);

2. a palavra atribuída à personagem não é separada daquela considerada do narrador por conjunções, advérbios ou pronomes interrogativos, como no discurso indireto, nem por sinais de pontuação (dois pontos e travessão), como no discurso direto;

3. da mesma forma que no discurso direto, o discurso indireto livre contém interjeições, orações interrogativas, imperativas, exclamativas e outros elementos expressivos (no exemplo acima, aparecem *Para onde? Hem? Tinha para onde levar a mulher e os meninos? Tinha nada!*);

4. os pronomes pessoais, os tempos verbais, as palavras que indicam tempo e espaço são usados na mesma maneira que no discurso indireto (por exemplo, o *eu* da personagem apresenta-se como *ele;* um presente transforma-se em pretérito perfeito, se a narrativa for no pretérito; um aqui torna-se lá; por isso, uma frase como *Tudo na verdade era contra ele. Estava acostumado, tinha a casca muito grossa, mas às vezes arreliava* significaria "Tudo na verdade é contra mim. Estou acostumado, tenho a casca muito grossa, mas às vezes arrelio").

Por misturar procedimentos do discurso direto e do indireto, por mesclar as vozes do narrador e da personagem, por reunir elementos emocionais e o afastamento do *eu*, o discurso indireto livre fica entre a objetividade e a subjetividade. Por isso, ele é a forma por excelência de representar a consciência, o imaginário. Mostra a interioridade da personagem em contraposição à exterioridade manifestada pela visão do narrador. Com esse mecanismo de citação do discurso alheio, o narrador identifica-se com a personagem, mas ao mesmo tempo mantém independência em relação a ela. Nele, o narrador faz um jogo de aproximação e distanciamento da personagem.

b) Imitação.

Uma outra forma de apresentar duas vozes no mesmo texto é a imitação. Pode-se imitar um texto determinado ou um estilo. Quando se imita com a finalidade de desqualificar um texto ou um estilo, de negá-lo, de ridicularizá-lo, temos uma *imitação por subversão* (também chamada *paródia* por muitos autores). Quando não há essa intenção, faz-se uma *imitação por captação* (também denominada *estilização* por certos autores). Na subversão, ressaltam-se as diferenças entre o que imita e o que é imitado; na captação, as semelhanças. A percepção de que um texto imita um estilo ou um outro texto depende de nossa memória textual, isto é, dos conhecimentos a respeito dos textos já produzidos ou de diferentes maneiras de escrever.

Vejamos um exemplo de imitação de um texto.

Canção do exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho à noite –
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.
(DIAS, Gonçalves. *Poesia*.
Rio de Janeiro, Agir, 1975, p. 11-12)
(Nossos Clássicos, 18)

Meu lar

Se eu tenho de morrer na flor dos anos
Meu Deus! não seja já;
Eu quero ouvir na laranjeira, à tarde,
Cantar o sabiá!

Meu Deus, eu sinto e tu bem vês que eu morro
Respirando este ar;
Faz que eu viva, Senhor! dá-me de novo
Os gozos do meu lar!

O país estrangeiro mais belezas
Do que a pátria, não tem;
E este mundo não val um só dos beijos
Tão doces duma mãe!

Dá-me os sítios gentis onde eu brincava
Lá na quadra infantil;
Dá que eu veja uma vez o céu da pátria,
O céu do meu Brasil!

Se eu tenho de morrer na flor dos anos,
Meu Deus! não seja já!
Eu quero ouvir na laranjeira, à tarde
Cantar o sabiá!

Quero ver esse céu da minha terra
Tão lindo e tão azul!
E a nuvem cor-de-rosa que passava
Correndo lá do sul!

Quero dormir à sombra dos coqueiros,
As folhas por dossel;
E ver se apanho a borboleta branca,
Que voa no vergel!
Quero sentar-me à beira do riacho
Das tardes ao cair,
E sozinho cismando no crepúsculo
Os sonhos do porvir!

Se eu tenho de morrer na flor dos anos,
Meu Deus! não seja já!
Eu quero ouvir na laranjeira, à tarde
Cantar o sabiá!
(ABREU, Casimiro de In: BANDEIRA, Manuel. *Antologia dos poetas brasileiros*. *Fase romântica*. Rio de Janeiro, Ouro, 1967, p. 242-243)

O poema de Casimiro de Abreu tinha, na primeira edição de *As primaveras* (1859), o título de *Canção de Exílio.* Ele reproduz os mesmos temas da poesia gonçalvina: o exílio, as saudades da pátria, o desejo da volta antes da morte, a exaltação da natureza brasileira; além disso, repete figuras do texto golçalvino: o sabiá a cantar numa árvore (a laranjeira), o cismar sozinho no anoitecer, o céu do Brasil, etc. O texto de Casimiro caminha na mesma direção de sentido que o de Gonçalves Dias. Por isso, é uma imitação por captação.

Para estudar o que é imitação de estilo, é preciso discutir o que é estilo. Esse termo tem uma utilização muito variada. Fala-se em estilo de um escritor (o estilo de Machado, de Alencar, de Fernando Pessoa, de Eça de Queirós), de uma “escola” literária ou artística (o estilo simbolista, dos impressionistas, do arcadismo), de um criador qualquer (o estilo de Rodin, de Dior), de uma época (o estilo dos anos trinta, do estilo da *belle époque*), de um tipo de linguagem (o estilo diplomático, o estilo arrebatado dos discursos parlamentares), de uma atividade humana qualquer (o estilo do governo Collor, o estilo administrativo do ministro). Qual é o sentido de base dessa palavra que permite um uso tão amplo?

O estilo é o conjunto de traços que define desde as atividades humanas mais banais até as mais sublimes criações do homem. É o grupo de características que dá singularidade a um dado objeto. De forma mais precisa, pode-se dizer que é o conjunto de traços recorrentes do plano do conteúdo e do plano da expressão, que determinam o efeito de unicidade para alguma coisa. O estilo é um fato diferencial: distingue um escritor de outro, estabelece diferenças entre um pintor e outro, e assim por diante.

Vejamos alguns exemplos dessas recorrências. No plano do conteúdo, por exemplo, a descrição de objetos decorativos é característica do parnasianismo. Diz Alfredo Bosi que “o parnasiano típico acabará deleitando-se na nomeação de vasos e leques chineses, flautas gregas, taças de coral, ídolos de gesso em túmulos de mármore” (1975, 248). As figuras relacionadas à vida pastoril são recorrentes na poesia árcade. A ênfase nos comportamentos instintivos do homem e sua comparação com os animais são constantes no romance naturalista. No plano da expressão (plano dos sons, nível da organização

das palavras no texto, das construções), poderíamos citar os seguintes exemplos: a busca da musicalidade da linguagem, com a criação de aliterações, etc., é uma constante na poesia simbolista; as rimas perfeitas e ricas e a métrica impecável são características do parnasianismo.

Cabe lembrar que o que define um estilo não é um traço isolado, mas um conjunto de características.

Os imitadores, os que parodiam, os falsificadores, os *covers*, etc. procuram exatamente imitar o estilo, o conjunto de características que dá singularidade, os traços que permitem dizer *parece um Matisse, soa a Alencar, é simbolista*. Tomemos um exemplo de imitação de estilo.

> "Quando Bauer, o de pés ligeiros, se apoderou da cobiçada esfera, logo o suspeitoso Naranjo lhe partiu ao encalço, mas já Brandãozinho, semelhante à chama, lhe cortou a avançada. A tarde de olhos radiosos se fez mais clara para contemplar aquele combate, enquanto os agudos gritos e imprecações em redor animavam os contendores. A uma investida de Cárdenas, o de fera catadura, o couro inquieto quase se foi depositar no arco de Castilho, que com torva face o repeliu. Eis que Djalma, de aladas plantas, rompe entre os adversários atônitos, e conduz sua presa até o solerte Julinho, que a transfere ao valoroso Didi, e este por sua vez a comunica ao belicoso Pinga. A essa altura, já o cansaço e o suor chegam aos joelhos dos combatentes, mas o Atrida enfurecido, como o leão, que fiado na sua força, colhe no rebanho a melhor ovelha, rompendo-lhe a cerviz e despedaçando-a com fortes dentes, para em seguida sorver-lhe o sangue e as entranhas – investe contra o desprevenido Naranjo e atira-o sobre a verdejante relva calcada por tantos pés celestes. Os velozes Torres, Madrida e Avellan quedam paralisados, tanto o pálido temor os domina; e é quando o divino Baltasar, a quem Zeus infundiu sua energia e destreza, arremete com a submissa pelota e vai plantá-la, qual pomba mansa, entre os pés do siderado Carbajal..."
>
> Assim gostaria eu de ouvir a descrição do jogo entre brasileiros e mexicanos, e a de todos os jogos: à maneira de Homero. (ANDRADE, Carlos Drummond. *Op. cit.*, p. 1090)

O próprio poeta diz que a descrição do jogo imaginada por ele no primeiro parágrafo imita o estilo de Homero, em que uma das características é a plasticidade. Pode-se dizer que o poeta não descreve um objeto, mas coloca-o diante de nós, faz com que o vejamos. Essa visualidade da poética homérica é dada pela utilização de adjetivos ou expressões de valor adjetivo bem concretos (por exemplo, não se diz que Bauer era rápido, mas que era *o de pés ligeiros;* pelas comparações (por exemplo *como o leão, que fiado na sua força, colhe*

no rebanho a melhor ovelha, rompendo-lhe a cerviz e despedaçando-a com fortes dentes, para em seguida sorver-lhe o sangue e as entranhas), pela atribuição de um adjetivo concreto referente ao efeito a um substantivo abstrato designativo da causa (por exemplo, *pálido temor*), pela atribuição de uma característica bem precisa a cada personagem (por exemplo, *solerte Julinho, valoroso Didi, belicoso Pinga*), pela tentativa de concretização maior dos substantivos comuns, seja designando os objetos por uma característica, seja atribuindo aos nomes um adjetivo bem concreto (*couro inquieto, presa* [= bola], *verdejante relva, submissa pelota*). Como o poeta refaz (recria) o estilo de Homero por desejar ouvi-lo repetido na descrição de um jogo de futebol, configura-se aí uma imitação de estilo por captação.

Lição 5

Seleção vocabular

Leia o texto abaixo:

Humpty Dumpty pegou o caderninho e contemplou-o cuidadosamente.
– Parece
que está certo... – começou a dizer.

– O senhor está segurando de cabeça para baixo – interrompeu Alice.

– Claro que estou! – disse Humpty Dumpty jovialmente, enquanto virava o caderninho. – Bem que me pareceu meio esquisito. Como eu estava dizendo, parece que a conta está certa, embora não tenha tido tempo de examiná-la a fundo, e isso mostra que você tem trezentos e sessenta e quatro dias para ganhar um presente de não-aniversário...

– Certo – reconheceu Alice.

– E só um para presentes de aniversário, como vê. Eis a... glória para você.

– Não sei o que o senhor entende por “glória” – disse Alice.

Humpty Dumpty sorriu com desdém. – Claro que você não sabe, até eu lhe dizer. O que quero dizer é: “eis aí um argumento arrasador para você”.

– Mas “glória” não significa “um argumento arrasador” – objetou Alice.

– Quando uso uma palavra – disse Humpty Dumpty em tom escarninho – ela significa exatamente aquilo que eu quero que signifique... nem mais nem menos.

– A questão – ponderou Alice – é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes.

– A questão – replicou Humpty Dumpty – é saber quem manda.

É só isso. (CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice*. 3 ed. São Paulo, Summus 1980, p. 195-196)

Nessa discussão entre Alice e Humpty Dumpty, quem tem razão é a menina. A língua é uma convenção social e a nenhum falante, sob pena de não mais poder comunicar-se, é dado mudá-la. Cabe ressalvar, no entanto, que isso não quer dizer que o sistema não ofereça margem de manobra, para que o falante possa exercer sua criatividade. As palavras têm significados e usos determinados na língua, opõem-se a umas, substituem outras, combinam-se com outras, etc. As palavras mantêm relações entre si. Assim, os termos *marido e*

mulher; bom e mau; surrar, espancar e bater podem substituir-se, quando queremos trocar uma palavra por seu antônimo ou por um sinônimo. Por outro lado, um vocábulo combina com alguns termos e não combina com outros. Assim, *louro* pode combinar-se com *cabelo*, mas não com *madeira; miar* combina-se com *gato,* mas não com *cachorro.* Uma palavra mantém com outras uma série de relações. O sentido deriva do conjunto de relações diferenciais e combinatórias que ela mantém com outras unidades do vocabulário. Essas relações não são fixadas pelo falante no momento em que produz um texto, como queria Humpty Dumpty, mas são determinadas na língua, sendo, portanto, sociais.

Se nenhum falante pode, a seu bel-prazer, alterar essas relações, existe então um uso adequado ou inadequado das palavras. Antes, porém, de analisar essa questão da escolha da palavra exata, vamos estudar um pouco mais detidamente as relações que os termos mantêm entre si. Os três tipos de relação são a sinonímia, a antonímia e a hiponímia.

Sinonímia

Não existem sinônimos perfeitos. O que há são aproximações de sentido. Dizemos que duas palavras são sinônimas quando seus significados mantêm uma intersecção, pois jamais eles se recobrem completamente. Se seus sentidos fossem idênticos, deveriam ser intercambiáveis em todos os contextos e obedecer às mesmas condições de emprego. Por exemplo, *jovem* e *novo* são sinônimos. No entanto, seus significados não são idênticos, pois não podem ser permutados em todos os contextos: ambos qualificam um nome humano (homem jovem, homem novo), mas *jovem* não se aplica aos não-humanos (pode-se dizer um livro novo, mas não um livro jovem). As expressões *em decúbito dorsal e de costas* são sinônimas. No entanto, suas condições de emprego não são as mesmas: o primeiro é empregado em contextos técnicos, por exemplo, da Medicina Legal, o segundo é usado na linguagem geral.

Dizer que não há sinônimos perfeitos não significa que não haja sinônimos. Dizemos que duas palavras são sinônimas, quando são substituíveis no mesmo contexto, sem mudança do sentido básico. Palavras como *urinar e mijar* são substituíveis no mesmo contexto e, embora a segunda seja mais grosseira do que a primeira, o sentido básico do que está sendo dito não se altera, quando se troca uma pela outra. Por isso, são sinônimas.

Analisemos mais detidamente por que os significados dos sinônimos não são idênticos:

1. porque não são intercambiáveis em todo o contexto, isto é, não se associam com todas as palavras: *baio e moreno* são sinônimos, mas o primeiro

só se aplica a eqüinos, enquanto o segundo se associa aos humanos e as partes do corpo humano; *pampa e malhado* são sinônimos, mas o primeiro só se aplica a eqüinos, enquanto o segundo se associa a outros animais; *soldo*, *salários* e *honorários* são sinônimos, mas o primeiro se aplica à remuneração dos militares; o segundo, à dos que exercem trabalho assalariado; o terceiro, à dos profissionais liberais; *cortar, decepar e amputar* são sinônimos, mas o primeiro é mais geral, enquanto o segundo e o terceiro aplicam-se a partes do corpo, sendo que o terceiro é usado em contexto médico;

2. porque têm condições diferentes de emprego discursivo:

2.1. têm valor social ou expressivo distinto: *barbeiro e cabelereiro* pertencem a mesmo nível de linguagem, mas a primeira é uma designação menos prestigiosa que a segunda:

2.1.1. um tem uma intensidade maior que o outro: *repudiar/rejeitar; berrar/gritar; suplicar/pedir; mourejar/trabalhar; miserável/pobre; caos/ confusão/desordem; adorar/amar; desgraçado/infeliz; rejeitar/declinar; abandonar/deixar;*

2.1.2. um implica aprovação ou censura moral, enquanto o outro é neutro: *beato/carola/religioso; gana/vontade; vício/defeito; estróina/gastador; econômico/seguro;*

2.2. pertencem a níveis de língua diferentes: *dar bola e mostrar interesse* são variantes lexicais diafásicas, porque, embora sejam sinônimos, não podem figurar no mesmo tipo de discurso, já que pertencem a registros de língua diferente; sua escolha está adaptada ao contexto social de comunicação.

2.2.1. são variantes diacrônicas (arcaísmos, neologismos, etc.): *nonada/ ninharia; avença/acordo; defesos/proibidos; alveitar/veterinário; físico/ médico;*

2.2.2. são variantes diatópicas (regionalismos, lusitanismos, brasileirismos, etc.): *sanga/regato; prenda/moça; china/prostituta; fifó/lamparina; peitica/ implicância; elétrico/bonde; comboio/trem.*

2.2.3. são variantes diastráticas (jargões profissionais, gírias, fala infantil, etc.): *papi/pai; óbito/morte; escabiose/sarna; dipsomaníaco/alcoólatra/ beberrão; esposa/mulher/patroa.*

2.2.4. são variantes diafásicas (um é mais catiço que outro, um é mais coloquial ou vulgar que outro): *passamento/morte; aura, zéfiro/brisa; ósculo/ beijo; rórido/orvalhado; pélago/oceano; linfa/água; pomo/fruto; obumbrar/ escurecer; falaz/enganador; grana/dinheiro; bóia/comida; jamegão/ assinatura; pifar/quebrar; curtir/fruir; gringo/estrangeiro.*

Quanto mais uma área conceptual apresenta interesse e importância para a comunidade cultural mais produz sinônimos. Por isso, os domínios da sexualidade, do dinheiro, das bebidas, dos jogos, da doença e da morte apresentam muitos sinônimos.

A escolha dos sinônimos depende da situação de comunicação. As palavras nunca são indiferentes. Palavras referentes àquilo que se considera desagradável, incorreto, grosseiro são tidas também como grosseiras, desagradáveis. Por exemplo, palavrões, obscenidades, designações racistas ou machistas. Nesse caso, o julgamento social recai sobre aquele que usa, em situações de comunicação inadequadas, essas palavras tidas como tabu. O falante será considerado grosseiro, politicamente incorreto, etc. Por outro lado, quando um médico usa termos do jargão médico, seu discurso ganha legitimidade aos olhos do paciente.

Do ponto de vista da construção do discurso, o uso de sinônimos em intervalos é um procedimento de coesão discursiva, que será estudado oportunamente. O uso de sinônimos em série é um procedimento de ênfase, pois se insiste numa idéia que deve ser salientada em todos os matizes. Cabe insistir que, nesse caso, o sinônimo não é uma repetição, já que cada termo é marcado por um traço ausente nos demais. Observe o uso em série dos sinônimos de dinheiro no texto abaixo:

> Eu bem podia me virar na Estação da Luz. Também rendia lá. Fazia ali muito freguês de subúrbio e até de outras cidades, Franco da Rocha, Perus, Jundiaí... Descidos do trem, marmiteiros ou trabalhadores do comércio, das lojas, gente do escritório da estrada de ferro, todo esse povo de gravata que ganha mal. Mas que me largava o carvão, o mocó, a gordura, o maldito, o tutu, o pororó, o mango, o vento, a granuncha. A seda, a gaita, a grana, a gaitolina, o capim, o concreto, o abre-caminho, o cobre, a nota, a manteiga, o agrião, o pinhão. O positivo, o algum, o dinheiro. Aquele um de que eu precisava para me agüentar nas pernas sujas, almoçando banana, pastéis, sanduíches. E com que pagava para dormir a um canto com os vagabundos lá nos escuros da Pensão do Triunfo. (ANTÔNIO, João. *Leão-de-chácara*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 63-64)

Antonímia

Assim como não existe identidade entre os sinônimos, não existe oposição absoluta entre palavras de sentido contrário, ou seja, entre antônimos. Em primeiro lugar, é preciso considerar que só podem opor-se palavras que tiverem um traço semântico comum. Pode-se opor *homem* a *mulher*, porque ambos têm os traços sêmicos *humanidade* e *sexualidade*. Não se pode opor *poste* a *sorvete*.

Quanto aos antônimos, cabem as seguintes observações:

a) palavras diferentes podem ter um mesmo antônimo desde que tenham ao menos um sentido comum: *fresco* e *jovem* podem ter como antônimo *velho*, porque aplicado a alimentos perecíveis *fresco*, significa "novo": *café fresco* vs *café velho;*

b) uma mesma palavra pode ter tantos antônimos quantos forem seus sentidos, pois cada termo possui vários traços semânticos e cada um deles pode opor-se a um dado traço de conteúdo de uma outra palavra: assim, *preto* é antônimo de *colorido*, em *TV em branco e preto;* de *mais claro*, em *pão preto;* de *pouco*, em *é uma nota preta;* etc.;

O jogo de figuras pode acabar com as antonímias. Por exemplo:

> As verdes (ecologistas) idéias incolores (sem substância) não têm encontrado eco junto à população.

Há antônimos que são mutuamente excludentes e que não admitem comparação (*homem* vs *mulher;* dizer *ela é mais mulher do que sua filha* só é possível, porque o termo *mulher* está empregado em sentido figurado); há antônimos que estão abertos à gradação (por exemplo, *rico* vs *pobre, inteligente* vs *burro*); há antônimos que se implicam (*pai* vs *filho*).

Hiponímia

Jean de Salisbury dizia *Nominantur singularia, sed universalia significantur*: uma palavra pode designar uma coisa singular, mas significa sempre um universal, ou seja, uma classe de elementos. No entanto, as classes podem ser mais ou menos específicas. Quando se diz *rosa*, essa palavra significa toda a classe das rosas, mas quando se diz *flor*, esse termo significa não só a classe das rosas, mas a das violetas, a das orquídeas, etc. Assim, *flor* significa uma classe mais genérica que *rosa*, já que ela contém a classe das rosas.

Hipônimo é uma palavra cujo sentido está incluído em outro mais amplo. *Canário* é hipônimo de *pássaro*. *Hiperônimo* é uma palavra de sentido mais amplo que inclui outra de sentido mais específico. *Pássaro* é hiperônimo de *canário*. *Co-hipônimos* são os hipônimos de um mesmo hiperônimo. *Canário, tico-tico, sabiá* são co-hipônimos, pois todos eles são pássaros.

O vocabulário de uma língua estrutura-se em redes organizadas por relações hiponímicas. Há hiperônimos de vários graus. Assim, um hiperônimo pode ser hipônimo de um hiperônimo de nível superior: *gato* é hipônimo de *felino*, que por sua vez é hipônimo de *mamífero*, que por seu turno é hipônimo de

vertebrado, que é hipônimo de *animal,* etc. Temos alguns hiperônimos que são extremamente gerais, que contém quase todas as palavras de uma determinada classe: *coisa, coisar, pessoa, elemento, indivíduo, ser.*

Além dessas relações entre as palavras, é preciso ainda discutir o que seja polissemia, homonímia e paronímia.

Polissemia

As extensões de significado, as transferências de sentido criam vários significados novos para a mesma palavra. A polissemia é o fato de uma palavra ter vários significados. Por exemplo, o termo *vela* quer dizer: 1. objeto para iluminação formado de um pavio, constituído de fios entrelaçados, recoberto de cera ou estearina; 2. peça que causa a ignição dos motores; 3. pano que, com o vento, impele as embarcações. A maioria das palavras da língua é polissêmica, porque a linguagem humana é polissêmica por natureza. O preço a pagar é o risco da ambigüidade. A polissemia está na base de grande parte dos jogos de palavras:

> a) Qual é o cúmulo da covardia? Recuar diante de um relógio que adianta.
>
> b) Qual a diferença entre o estudante e o rio? O estudante deve deixar o leito para seguir seu curso, enquanto o rio segue seu curso sem deixar seu leito.

A polissemia pode ser explorada, usando-se a mesma palavra em dois sentidos diferentes:

> O coração tem razões que a própria razão desconhece (Pascal).

Um outro caso interessante de exploração da polissemia é a associação a uma só palavra de dois complementos ou adjuntos incompatíveis entre si, mas compatíveis um a um com cada um dos sentidos do vocábulo.

> a) ...vestido de probidade *cândida* e *de linho branco* (Hugo) (joga-se igualmente com o fato de que *cândido*, na origem, significa “branco”).
>
> b) Sentiu o empurrão e não se zangou; concertou *o sobretudo* e *a alma*, e lá foi andando tranqüilamente (ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. I, p. 721).

É o contexto que determina em que sentido está sendo usada uma palavra polissêmica. O contexto elimina certas potencialidades significativas, tornando os vocábulos menos imprecisos. Por exemplo:

a) A babá tomou a mão da criança (= segurar).
b) Os EUA tomaram Granada, mas não a Bósnia (= conquistar).
c) Agora ele só toma água (= beber).
d) A Cidade Universitária toma vários alqueires (= ocupar).
e) Depois que passou a ocupar o cargo no ministério, tomou um ar insuportável (= assumir).

Homonímia

É a identidade fônica (homofonia) e/ou a identidade gráfica (homografia) de duas palavras que não têm o mesmo sentido. Diferentemente da polissemia em que a mesma palavra tem vários significados diferentes, na homonímia o que temos são palavras diferentes (de origem diferente), que se escrevem ou se pronunciam da mesma maneira. Os termos polissêmicos têm uma só entrada no dicionário; os homônimos, mais de uma. *São* é a terceira pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *ser* (do latim *sunt*), é o adjetivo que significa "sadio" (do latim *sanu(m)*), é o adjetivo que significa "santo", que em português é usado diante de nomes próprios começados por consoante (do latim *sanctu(m)*). São três palavras diferentes, que, no curso da evolução da língua, tornaram-se idênticas do ponto de vista gráfico e fônico. São homófonos homógrafos. *Cassar* (= tornar nulo ou sem efeito licença, autorização, direitos políticos, etc.) – do latim *cassare*) e *caçar* (= perseguir (animais silvestres), para os aprisionar ou matar – do latim *captiare* por *captare*) são homófonos não homógrafos. *Rego* (= sulco natural ou artificial que conduz água – de um termo pré-romano* *recu-*, cruzado provavelmente com o céltico *rica* 'sulco') e *rego* (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo regar, "umedecer por irrigação ou aspersão" – do latim *rigare*) são homógrafos não homófonos.

A possibilidade de confundir os homônimos é limitada:
a) pelo contexto:

O governo que não realiza um *censo* a cada dez anos não tem *senso*.

b) pela distribuição diferente, ou seja, pela posição diferente na frase, quando pertencem a classes distintas (por exemplo, um verbo não ocupa na

frase a mesma posição que um substantivo, este não pode ser colocado na mesma posição de um adjetivo, etc.):

Era moda plantar *hera.*

c) pelo gênero (nesse caso, um dos homônimos é masculino e o outro, feminino): o *guia* (= pessoa que guia)/*a guia* (= documento com finalidade administrativa que acompanha a mercadoria); *o capital* (= riqueza ou valores disponíveis)/*a capital* (= cidade onde se aloja a administração de um país, estado, etc.); *o cura* (= vigário de aldeia)/*a cura* (= ato ou efeito de curar); *o lente* (= professor)/*a lente* (= corpo transparente).

d) pelo número (nesse caso, no singular a palavra tem um significado e no plural, outro): *fúria* (= ímpeto violento)/*fúrias* (= divindades infernais); *copa* (= ramagem superior das árvores)/*copas* (= naipe vermelho em forma de coração).

Paronímia

Parônimos são vocábulos de estrutura fônica semelhante, mas com sentido diferente; são termos quase idênticos, com uma diferença de um ou dois sons: *descrição/discrição; infligir/infringir; iminente/eminente; emigrante/imigrante; locução/locação; fluir/fruir; inflação/infração; proscrever/prescrever.*

Seleção vocabular

Na seleção dos vocábulos, deve-se atentar para o seguinte:

a) Não confundir os homônimos: por exemplo, não se pode dizer *A seção legislativa mostrou que o Congresso trabalhou bastante*, pois *seção* significa “parte de um todo, segmento”. A palavra correta seria *sessão* (= espaço de tempo que dura a reunião de um corpo deliberativo, consultivo, etc.). Ambas não se confundem com *cessão* (= ato ou efeito de ceder).

b) Não confundir os parônimos. Veja este exemplo:

> Quando era ministro da Educação, Passarinho recebeu uma correspondência de um reitor de uma faculdade solicitando verbas ao “iminente ministro”, que não pestanejou. Colocou-a de volta no correio, dizendo ao solicitante que já havia sido nomeado e, portanto, não estava na “iminência de”. A

referência “eminente ministro” certamente tornaria menos acidentado todo o tráfego de petição do reitor. (*Veja*, 22/1/1986, p. 51).

Compreensível significa “que se pode compreender” e *compreensivo*, “que compreende os outros”. Não estaria, portanto, correta a seguinte frase:

Seu círculo familiar mostrou-se menos compreensível do que ele esperava.

A flor não *exalta* um perfume penetrante, mas *exala.*

c) Evitar certos deslizamentos de sentido, que dão à palavra um significado que ela não tem. A palavra *dilema* significa “raciocínio cuja premissa é alternativa, de sorte que qualquer de seus termos conduz à mesma conseqüência”, daí “situação embaraçosa com duas saídas difíceis ou penosas”. O termo não significa “problema difícil”. Não se pode, pois, dizer *O governo acha-se diante do dilema de equilibrar as finanças públicas,* dado que *dilema* implica uma alternativa. Está correta a seguinte frase: *O turista está diante de um dilema: se sai de dia, arrisca-se a ser roubado; se sai à noite, arrisca-se a ser agredido.*

Graças a e *gozar de* só podem ter como complemento um termo de sentido positivo. Estão corretas as frases *Ele venceu graças a seus esforços* e *Ele goza de boa saúde.* A menos que se esteja fazendo uma ironia, não se pode dizer *Ele venceu na vida graças a sua canalhice,* nem *Ele goza do ódio de todos.* É preciso fazer uma observação a respeito de *graças a.* O sentido dessa expressão parece estar mudando, pois já se encontra, com alguma freqüência, *graças a* introduzindo termos de valor negativo: *Graças à má administração do último governo, o estado está numa situação muito ruim.* Nesses casos, conserva-se apenas o traço semântico /causalidade/ e elimina-se o traço /positividade/. Como se trata de um processo ainda em curso, recomenda-se que a expressão seja usada apenas para introduzir conteúdos de valor positivo.

Panacéia quer dizer “remédio para todos os males”. Assim, não se deve acrescentar universal a esse substantivo.

Em nível de, que se difundiu na forma *a nível de*, implica a existência de níveis. Assim, é correto dizer *Esse problema não se resolve em nível de município,* porque o complemento supõe outros níveis de poder: o estado, a União. No entanto, é controvertido o uso que fez dessa expressão um secretário de estado de São Paulo, quando lhe perguntaram quanto custara o Memorial da América Latina, e ele respondeu que “a nível de mensalmente era possível precisar, mas a nível de totalmente não”. Ela já é francamente mal utilizada em

frases como *O romance é bem construído, mas a nível de psicologia é superficial; A nível de advérbio, os problemas sintáticos se complicam; A nível de indústrias têxteis, a situação está muito complicada.* Em nenhum desses casos, existe a idéia de conceitos dispostos em patamares distintos, de planos de que superpõem. Por isso, deveriam ser usadas expressões como *no que se refere, no que concerne.*

d) Evitar hiperônimos, quando a situação de comunicação exige precisão. Observe a precisão das palavras com que, neste sermão, Vieira fala da situação de cada animal em confronto com a dos peixes:

> Falando dos peixes, Aristóteles diz que só eles, entre todos os animais se não domam nem domesticam. Dos animais terrestres o cão é tão doméstico, o cavalo tão sujeito, o boi tão serviçal, o bugio tão amigo, ou tão lisonjeiro, e até os leões e os tigres com arte e benefícios se amansam. Dos animais do ar, afora aquelas aves que se criam e vivem conosco, o papagaio nos fala, o rouxinol nos canta, o açor nos ajuda e nos recreia; e até as grandes aves de rapina, encolhendo as unhas, reconhecem a mão de quem recebem sustento. Os peixes pelo contrário lá se vivem nos seus mares e rios, lá se mergulham nos seus pegos, lá se escondem nas suas grutas, e não há nenhum tão grande que se fie do homem, nem tão pequeno que não fuja dele. Os autores comumente condenam esta condição dos peixes, e a deitam à pouca docilidade, ou demasiada bruteza; mas eu sou de mui diferente opinião. Não condeno, antes louvo muito aos peixes este seu retiro, e me parece que se não fora a natureza, era grande prudência. Peixes! Quanto mais longe dos homens tanto melhor: trato e familiaridade com eles, Deus vos livre. Se os animais da terra e do ar querem ser seus familiares, façam-no muito embora, que com suas pensões o fazem. Cante-lhes aos homens o rouxinol, mas na sua gaiola; diga-lhes ditos o papagaio, mas na sua cadeia; vá com eles à caça o açor, mas nas suas pioses; faça-lhes bufonerias o bugio, mas no seu cepo; contente-se o cão de lhes roer um osso, mas levado onde não quer pela trela; preze-se o boi de lhe chamarem formoso ou fidalgo, mas com o jugo sobre a cerviz, puxando pelo arado e pelo carro; glorie-se o cavalo de mastigar freios dourados, mas debaixo da vara e da espora; e se os tigres e os leões lhe comem a ração de carne, que não caçaram no bosque, sejam presos e encerrados com grades de ferro. E entretanto vós, peixes, longe dos homens, e fora dessas cortesanias, vivereis só convosco, sim mas como peixes na água. (*Sermões*. Porto, Lello, 1959, vol. 3, t. VII, p. 251 252)

Em muitos casos, pode-se substituir o hiperônimo por um termo mais preciso. Nas frases abaixo o verbo *dizer* poderia ser trocado pelo verbo que está entre parênteses:

1. Ele diz sua história a quem quer ouvi-la (confiar, narrar, contar);

2. Você pode dizer-me por que não estava presente naquele dia? (explicar);

3. Diga-nos sua opinião com toda a sinceridade (dar);

4. Tive que mostrar minha habilidade, porque todos diziam que eu era desastrado (afirmar, assegurar, asseverar, pretender, sustentar);

5. Vou dizer-lhes uma novidade que os surpreenderá (confiar, confidenciar);

6. Ele acabou por dizer que se tinha enganado (confessar);

7. Diga-me em que rua você mora (indicar);

8. Limitaram-se a dizer-lhe algumas palavras de encorajamento (dirigir, exprimir);

9. Ele não faz questão de dizer seus projetos (expor).

Dizer pura e simplesmente *vento,* quando pode ser *minuano, mistral, siroco, brisa, zéfiro,* revela menor precisão e, portanto, menor senso de observação e análise de quem fala.

e) Não usar palavras em contextos em que elas não podem ser utilizadas. Embora *passageiro* e *temporário* sejam sinônimos, não se diz *Uma chuva temporária obrigou-os a refugiarem-se sob um toldo* ou *Ele teve um emprego passageiro durante as festas de fim de ano.* Não se pode dizer *O bode fazia esforços sobre-humanos para sair do poço.* A menos que se queira ofender as pessoas, não se diz *Era uma récua de homens,* pois *récua* significa "grupo de bestas de carga presas umas às outras".

f) Não usar uma pela outra, em contextos em que não são sinônimas, palavras que em certos contextos são sinônimas. *Prematuro* e *precoce* significam "que se manifesta ou sucede antes do tempo". Nesse caso, são sinônimos. Pode-se dizer tanto *colheita precoce* quanto *prematura.* No entanto, há contextos em que eles não são sinônimos. É diferente dizer *criança precoce* (= que tem talentos e habilidades que não são próprias de sua idade) e *criança prematura* (= que nasceu antes do tempo).

g) Não usar palavras em sentidos que elas não têm. Um participante de uma assembléia universitária dizia: – Todas as escolas estão em greve, a Geologia entrou, a Politécnica entrou, só nós estamos aqui parados, só nós estamos nesta *masmorra.* A palavra correta seria *modorra,* que significa "sonolência, soneira" e não *masmorra,* que quer dizer "prisão subterrânea".

Não se diz *Esvazio metade do leite do copo,* mas *Despejo metade do leite do copo,* pois *esvaziar* significa “tornar vazio um recipiente”.

h) Usar a palavra adequada à intenção de comunicativa. Não usar palavras de sentido pejorativo, quando não se quer exprimir censura em relação àquilo de que se fala. Não se dirá que alguém é *obsequioso* em vez de dizer que é *polido,* pois *obsequioso* indica que é *excessivamente polido.* Não se dirá *seu discurso é alambicado* em vez de dizer *seu discurso é castiço,* pois *alambicado* significa “afetado, pretensioso”. Usar as palavras no grau adequado. Entre *lamento o que aconteceu e deploro o que aconteceu,* há uma diferença de intensidade, pois o verbo *deplorar* é mais forte do que *lamentar*. A mesma coisa ocorre em: *Ela detestava esta cidade e Ela execrava esta cidade; Não se imagina a soma que ele gastou* e *Não se imagina a soma que ele dilapidou.*

i) Usar a palavra adequada à situação de comunicação. Não se devem usar variantes lexicais inadequadas à situação comunicativa. Assim, numa situação formal, não se usam termos próprios de uma situação coloquial: por exemplo, dizer *Não se imagina a soma que ele torrou* em lugar de *Não se imagina a soma que ele gastou; Não me encha o saco* em vez de *Não me aborreça; Seria o diabo se não se conseguisse encontrar uma solução* em vez de *Seria algo terrível se não se conseguisse encontrar uma solução.*

j) Evitar repetições. Evite palavras idênticas: *Meu carro era um belo carro;* palavras cognatas, ou seja, as que têm o mesmo radical: *Ela viu uma visão assombrosa;* justaposição de sinônimos sem nenhum valor expressivo: *Peguei o pacote grande e volumoso.* Devem ser eliminados os termos inúteis (por exemplo, em vez de dizer *Minha casa está situada num bairro mais tranqüilo que os outros bairros,* pode-se dizer *Minha casa está situada num bairro mais tranqüilo que os outros*). A palavra repetida deve ser substituída por um sinônimo, quando houver, ou por um anafórico, quando for possível. No texto *Minha casa está situada num bairro tranqüilo. Moro nessa casa desde criança,* a segunda frase pode ser reescrita da seguinte maneira: *Moro nesse imóvel desde criança* ou *Moro aí desde criança.*

l) Não usar palavras preciosas ou arcaicas, a menos que se queira usar uma linguagem de época para fins expressivos ou que a palavra tenha um matiz semântico especial. As palavras *nojo* e *britar* significavam “pesar, luto” e “partir, quebrar”. Conservaram-se apenas nas expressões *britar pedras* e *licença de*

nojo (essa expressão é usada somente na linguagem administrativa). *Nojo*, fora desse caso, significa "repugnância". Seria muito esquisito alguém ressuscitar os sentidos antigos, dizendo *A morte de seu pai encheu-me de nojo* ou *O copo britou-se.*

Rodrigues Lapa diz que é preciso ter muito cuidado no emprego dos arcaísmos, pois seu uso tende a tornar ridículo quem o usa. Afirma ainda que "em estilo, como em tudo, somos obrigados a ser homens do nosso tempo". (*Estilística da língua portuguesa*. 8 ed. Coimbra, Coimbra Editora, 1975, p. 59)

O preciosismo lingüístico é algo que entra na categoria de um estilo arcaico. Muitas pessoas acham que escrever bem é escrever com termos difíceis. Por isso, não divergem ou discordam, mas dissentem ou discrepam; não matam a sede, mas desalteram-se; não adiam, mas procrastinam; não têm convivência ou camaradagem, mas contubérnio.

Muitos escritores empregam arcaísmos e preciosismos com fins jocosos, irônicos, para satirizar. É o que faz Mário de Andrade, neste texto.

> Senhoras:
>
> Não pouco vos surpreenderá, por certo, o endereço e a literatura dessa missiva. Cumpre-nos, entretanto, iniciar estas linhas de saudade e muito amor com desagradável nova. É bem verdade que na boa cidade de São Paulo – a maior do universo no dizer de seus prolixos habitantes – não sois conhecidas por "icamiabas", voz espúria, senão que pelo apelativo de Amazonas; e de vós se afirma cavalgardes belígeros ginetes e virdes da Hélade clássica; e assim sois chamadas. Muito nos pesou a nós, Imperator vosso, tais dislates de erudição, porém heis de convir conosco que, assim, ficais mais heróicas e mais conspícuas, tocadas por essa pátina respeitável da tradição e da pureza antiga.
>
> Mas não devemos esperdiçarmos vosso tempo fero, e muito menos conturbarmos vosso entendimento, com notícias de mau calibre; passemos, pois, imediato, ao relato de nossos feitos por cá.
>
> Nem cinco sóis eram passados que de vós nos partíramos, quando a mais temerosa desdita pesou sobre nós. Por uma bela noite dos idos de maio do ano translato, perdíamos a muiraquitã; que outrém grafara muraquitã, e, alguns doutos, ciosos de etimologias esdrúxulas, ortografam muyrakitam e até mesmo muraqué-itã, não sorriais! Haveis de saber que este vocábulo, tão familiar a vossas trompas de Eustáquio, é quase desconhecido por aqui. Por estas paragens mui civis, os guerreiros chamam-se polícias, grilos, guardas-cívicas, boxistas, legalistas, mazorqueiros, etc.; sendo que alguns desses termos são neologismos absurdos – bagaço nefando com que os

desleixados e perimetres conspurcam o bom falar lusitano. Mas não nos sobra já vagar para discretearmos "sub tegmine fagi", sobre a língua portuguesa, também chamada lusitana. O que vos interessará, por sem dúvida, é saberdes que os guerreiros de cá não buscam mavórticas damas para o enlace epitalámico, mas antes as preferem dóceis e facilmente trocáveis por voláteis folhas de papel a que o vulgo chamará dinheiro, o "curriculum vitae" da civilização a que hoje fazemos ponto de honra em pertencermos.

(*Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978, p. 71-72).

O trecho faz parte do capítulo "Carta pras icamiabas". O remetente dessa carta é Macunaíma, o próprio herói do romance; o lugar em que está é a cidade de São Paulo; o destinatário são as *icamiabas*, ou seja, as amazonas, mulheres guerreiras, que, segundo a lenda, viviam na região hoje denominada Amazônia. Deve-se lembrar que o termo *icamiabas* é de origem indígena, enquanto a palavra *amazonas* provém do grego.

Esse texto, logo à primeira vista, parece ter sido escrito num período anterior ao modernismo, em que se cultivava uma forma "clássica" de escrever. Os traços que permitem afirmar isso são:

1. uso da segunda pessoa do plural para tratamento;

2. emprego sistemático do plural majestático (*nós* em lugar de *eu*);

3. utilização do objeto indireto pleonástico, em *Muito nos pesou a nós* (com a finalidade de realçar o objeto indireto, pode-se repetir a forma pronominal tônica depois da átona correspondente);

4. uso de um léxico preciosista (vocábulos de emprego muito raro) e até de sabor arcaizante (*voz* por "palavra", *missivas* por "cartas", *Hélade* por "Grécia", *belígeros ginetes* por "cavalos de guerra", *dislates* por "asneiras", *conspícuas* por "ilustres", "respeitáveis", *pátina* por "envelhecimento", *fero* por "feroz", *idos* por "dia 15" (no antigo calendário romano, os idos eram o dia 15 dos meses de março, maio, julho e outubro e o dia 13 dos outros meses); *translato* por "passado", *petimetre* por "homem que se veste com apuro exagerado", *discretear* por "discorrer calmamente", *enlace epitalámico* por "casamento", *vulgo* por "povo", *mavórticas*, adjetivo derivado de *Mavorte*, forma epentética (= resultante de epêntese, ou seja, do acréscimo de sons no meio de uma palavra) de Marte, por "guerreiras");

5. utilização de perífrases que chegam ao ridículo, para falar de coisas bastante banais (*trompas de Eustáquio* por "ouvidos");

6. emprego de formas da sintaxe clássica, como, por exemplo, oração reduzida de infinitivo em casos em que no português moderno se utiliza uma oração desenvolvida (por exemplo, de vós se afirma *cavalgardes* belígeros ginetes e *virdes* da Hélade clássica);

7. uso do infinitivo flexionado em locuções verbais ou junto de auxiliares causativos (por exemplo, *não devemos esperdiçarmos; fazemos ponto de honra pertencermos*);

8. emprego das normas portuguesas de acentuação (por exemplo, *saùdade* em lugar de *saudade, epitalámico* em vez de *epitalâmico*);

9. citação de dois versos de *Os Lusíadas,* com que se inicia o célebre episódio do *Gigante Adamastor:*

> Porém já cinco sóis eram passados
> Que dali nos partíramos cortando (V, 37, 1-2).

10. citação de um pedaço do 1º verso das *Bucólicas,* de Virgílio: *sub tegmine fagi,* que significa "debaixo de copada faia".

O texto surpreende no contexto do romance, porque o narrador rompe com a modalidade espontânea de linguagem que vinha utilizando até então e adota um registro marcadamente formal. Ao optar por um léxico e uma sintaxe já desusados, muito a gosto dos parnasianos e pré-modernistas (Rui Barbosa, Coelho Neto, Bilac), o narrador imita o estilo desses autores, para ridicularizar a literatura brasileira do período anterior ao modernismo e, por conseguinte, toda a cultura brasileira dessa época, já que esse estilo correspondia ao gosto da moda. Ao satirizar o caráter anacrônico e formal da linguagem da época, escarnece do caráter ultrapassado e solene de nossa cultura urbana em geral. Ironiza as discussões etimológicas, ou seja, sobre a origem das palavras, muito apreciadas então. Ao dizer que as palavras da gíria ou da linguagem familiar são neologismos absurdos, bagaço nefando, com que se conspurca a língua portuguesa, satiriza os puristas, que queriam preservar a pureza do português. Ridiculariza uma certa norma do português, o que era tido por "português castiço" no período. Ironiza uma forma de escrever, em que, sem o menor propósito, cita-se a literatura clássica.

Para terminar, vamos voltar à questão, já discutida na lição sobre o erro, do uso dos estrangeirismos. Todas as línguas tomam emprestado vocábulos de outras, devido ao intercâmbio entre os povos. Os puristas são aqueles que defendem o uso apenas de termos vernáculos e condenam qualquer empréstimo estrangeiro. A atitude purista contraria a evolução natural do idioma, tem da

língua uma visão estática, que não corresponde a sua realidade. Juntamente com as coisas e as idéias que nos chegam de outros povos, importamos vocábulos. Rodrigues Lapa, na obra citada, diz que "a grande lei que rege ou deve reger a adoção de estrangeirismos" é que "deverão ter acolhimento, quando correspondam efetivamente a necessidade de expressão" (p. 46). Quando não tivermos uma palavra em português ou quando o termo estrangeiro tiver uma matiz expressivo que não se encontra nos correspondentes portugueses, o empréstimo justifica-se. Da mesma forma, podem-se usar os empréstimos que, pelo uso, já se incorporam definitivamente ao nosso léxico. *Sucesso, eclusa, buquê, constatar, desolado, abandonar, lanche, sanduíche, governanta, gafe, dândi, haraquiri,* etc. entraram na língua por necessidade de expressão e estão plenamente incorporados ao idioma. Expressões como *Know-how* tem um matiz expressivo que não se encontra em nenhum vocábulo do português. Devem ser evitados aqueles termos que têm um correspondente adequado na língua. Por exemplo, dizer *As rosas nascidas da mesma tige* não é necessário, pois *caule* corresponde perfeitamente a *tige*. Da mesma forma, *ouviu-me atentivamente*, pois *atentamente* é o correspondente exato da palavra utilizada.

Por outro lado, podem-se usar estrangeirismos com finalidades expressivas. Pedro Nava usa uma série de expressões inglesas, para caracterizar a mãe de um colega:

> Eu adorava essas visitas clandestinas a Mrs. Spector, sua nice cup of tea cortada dum pingo de leite, seus cakes, suas torradas, suas frutas cristalizadas e o cheiro dos cigarros *bout de rose* que ela fumava. Porque ela fumava, o que me enchia de mais assombro que a harmonia de sua voz rouca, que consentia sempre que tivéssemos mais leite, mais chá, yes dear, mais torta, mais biscoito, mais cake, surely dear, mais manteiga, mais doce, why not? my dear... O Moses exultava, orgulhoso de sua mãe, do modo como ela nos recebia e nos gavava (*gavava*, do francês *gaver* = "dar comida em excesso"). (*Balão cativo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976, p. 155)

O que não se deve fazer, sem que haja alguma razão expressiva, é usar construções ou formas gramaticais estrangeiras. A expressão *venho de chegar* por *acabei de chegar* não deve ser utilizada. Do mesmo modo, a *moça a mais bela* por *a moça mais bela*. *Dito de outro modo* corresponde exatamente ao português *em outras palavras, em outros termos*.

Lição 6

Texto figurativo e texto temático

Leia os dois textos abaixo:

a) Nessa ocasião, uma doença cruel devastou o território. Um hábil médico veio do país vizinho e ministrou remédios tão apropriados que curou todos os que a ele se confiaram. Quando a doença desapareceu foi pedir sua paga àqueles de quem cuidara – mas tudo o que ouviu foram recusas. Retornou a seu país, onde chegou exaurido pelas fadigas de uma viagem tão longa. Logo depois, porém, soube que a mesma doença voltara a atacar os trogloditas, e que ela afligia com vigor redobrado aquela terra ingrata. Desta vez foram eles procurá-lo, sem esperar que ele viesse a seu país.

– Não quero saber de vós, homens injustos! Vossa alma está infestada por um veneno mais letal do que esse do qual desejais a cura; não mereceis lugar na Terra, porque não tendes humanidade, e desconheceis as regras da eqüidade. (MONTESQUIEU. *Cartas persas*. São Paulo, Paulicéia, 1991, p. 32)

b) Nas relações entre os homens, o comportamento deve pautar-se não pelo egoísmo, mas pela eqüidade. Se as relações sociais se guiarem pelo interesse imediato, cada um procurará o que é vantajoso para si num determinado momento, sem levar em conta se está ou não prejudicando os outros, o que significa que, ao longo do tempo, todos acabarão sendo prejudicados. Se, no entanto, elas se orientarem pela eqüidade e pela justiça, todos terão benefícios. A base da organização social é a virtude.

Os dois textos dizem basicamente a mesma coisa: a organização social estará assentada sobre a eqüidade e a justiça ou todos os membros de uma dada formação social serão prejudicados. Apesar de conter o mesmo conteúdo, os dois textos são bastante diferentes. Em que reside a distinção entre eles?

O primeiro é constituído fundamentalmente de termos concretos: *médico, doença, país, remédios, trogloditas, terra,* etc. O segundo é organizado predominantemente com termos abstratos: *egoísmo, eqüidade, justiça, organização, virtude, interesse,* etc.

Desde a escola primária, aprendemos que os substantivos podem ser concretos e abstratos. Assim falando, tem-se a impressão de que apenas os substantivos se classificam em concretos e abstratos e de que a palavra isolada, isto é, fora do contexto, é que tem a propriedade de expressar concretude e abstração. As coisas, no entanto, não são bem assim.

Conceituemos esses dois termos:

a) *concreto* é o termo que remete a algo presente no mundo natural;

b) *abstrato* é a palavra ou expressão que não se refere a algo efetivamente presente no mundo natural, mas exprime categorias que organizam os elementos aí existentes.

A primeira advertência que se deve fazer no que tange a essa explicação do que seja concreto e abstrato é que essa oposição constitui uma categoria da linguagem e não da realidade. Assim, quando se diz que os termos concretos remetem a algo efetivamente presente no mundo natural, não se está dizendo que se referem a seres, acontecimentos, propriedades, etc. somente no mundo visível que nos rodeia, que podemos perceber imediatamente pelos sentidos. Como uma das propriedades da linguagem é que ela nos possibilita criar mundos, mundo natural serão os universos produzidos pelo discurso. Não tem sentido perguntar se *Minerva, lobisomem* ou *duende* são substantivos concretos ou abstratos. Evidentemente, são concretos, pois *Minerva* é um ser existente no universo discursivo criado pela mitologia; *lobisomem* ganha existência concreta pelo discurso folclórico; a mesma coisa pode-se dizer dos *duendes*.

Em segundo lugar, temos de levar em conta que não só os substantivos, mas todas as palavras lexicais (substantivos, adjetivos e verbos) classificam-se em concretas e abstratas. Com efeito, *chuva* é um substantivo concreto, pois remete a um fenômeno atmosférico efetivamente existente no mundo natural, enquanto *vaidade* é abstrato, porque expressa uma categoria que abarca um conjunto de fatos presentes no mundo natural (elogiar as próprias qualidades, ostentar as próprias virtudes, etc.); *liso* é um adjetivo concreto, pois indica uma qualidade imediatamente perceptível no mundo, enquanto *irascível* é um adjetivo abstrato, porque subsume fatos concretos como levantar a voz com facilidade, etc.; *ceifar* é um verbo concreto, pois exprime uma ação perceptível no mundo, enquanto *moralizar* é abstrato, porque organiza sob uma categoria um conjunto de ações concretas como impedir que funcionários públicos recebam propinas, não permitir que as questões de um exame vestibular sejam vendidas a alguns candidatos, etc.

Não devemos conceber a oposição concreto/abstrato como sendo constituída de dois pólos. Na verdade, é preciso vê-la como um contínuo que vai do mais concreto ao mais abstrato. Haveria, então, uma gradação de

concretude e abstração. O substantivo *plantação* no sentido de "conjunto de vegetais plantados" seria mais concreto que o substantivo *plantação* no sentido de "ato de plantar". Este, porém, seria mais concreto que o substantivo *vergonha.*

Por que as línguas possuem essa categoria gramatical? Porque há duas formas básicas de discurso: a) os construídos fundamentalmente com termos concretos, isto é *figuras,* que são chamados *figurativos:* b) os produzidos preponderantemente com palavras ou expressões abstratas, ou *temas*, que são denominados *temáticos. Figura* é um termo concreto, que indica o que existe no mundo natural; *tema* é um termo abstrato, ou seja, uma categoria que organiza os elementos concretos presentes no mundo natural. Quando dizemos que um texto é organizado predominantemente com figuras ou temas, estamos dizendo que, para classificar um texto como figurativo ou temático, temos que levar em conta a dominância de termos concretos ou abstratos, pois, num texto figurativo, podem aparecer palavras abstratas e, num temático, termos concretos.

Por que se constroem esses dois tipos de texto? Porque cada um tem uma função distinta. Os figurativos simulam o mundo, representam no texto os seres, os acontecimentos, as propriedades do mundo. Criam um efeito de realidade, pois trabalham com a concretude dos "fatos". Os temáticos explicam o mundo, ordenam as coisas, os eventos, as qualidades, classificam-nos, estabelecem relações (por exemplo, de inclusão, de implicação, de causa) entre eles.

Se observarmos os textos com que iniciamos esta lição, veremos que o texto *a* é figurativo e o *b*, temático. A relação entre o médico e os pacientes que não quiseram pagar seus serviços representa uma organização social não regida pela justiça; a recusa do médico em voltar a cuidar dessas pessoas simula o prejuízo que todos sofrem, quando pautam suas ações pelo egoísmo. O primeiro texto é, assim, a concretização do que está exposto abstratamente no segundo. Embora nele haja alguns termos abstratos (por exemplo, *humanidade, eqüidade*), ele é construído predominantemente com termos concretos, é um fato particular que ilustra uma idéia geral.

Figurativização e tematização são, pois, dois níveis de concretização do sentido. Nos textos temáticos, os temas estão na superfície do texto. No texto *b,* com que iniciamos esta lição, diz-se claramente que uma organização social não fundada na justiça produz prejuízos para todos. Nos textos figurativos, os temas acham-se sob a camada figurativa. Para entender o texto *a*, é preciso apreender os temas subjacentes a ele. Construir um texto figurativo é concretizar um tema. É o que faz um publicitário, quando cria um anúncio. Por exemplo, deseja ele associar uma determinada marca de cigarro aos temas *liberdade* e *aventura*. Figurativiza, então, esses temas com *bandos*

de cavalos bravios, paisagens do oeste americano, "cowboys" cavalgando, "cowboys" sentados ao redor de uma fogueira, etc. O primeiro passo na compreensão de um texto figurativo é, pois, a apreensão dos temas que ele contém, porque, caso isso não ocorra, o texto não terá muito sentido. Para entender um texto temático, é necessário captar o tema geral, que abarca os subtemas disseminados ao longo do texto.

Como se apreendem os temas de um texto figurativo? Leia o texto que segue:

> E assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português: e Jerônimo abrasileirou-se. A sua casa perdeu aquele ar sombrio e concentrado que a entristecia; já apareciam por lá alguns companheiros de estalagem, para dar dois dedos de palestra nas horas de descanso, e aos domingos reunia-se gente para o jantar. A revolução afinal foi completa: a aguardente de cana substituiu o vinho; a farinha de mandioca sucedeu à broa; a carne-seca e o feijão preto ao bacalhau com batatas e cebolas cozidas; a pimenta malagueta e a pimenta de cheiro invadiram vitoriosamente a sua mesa; o caldo verde, a açorda e o caldo de unto foram repelidos pelos ruivos e gostosos quitutes baianos, pela moqueca, pelo vatapá e pelo caruru; a couve à mineira destronou a couve à portuguesa; o pirão de fubá ao pão de rala, e, desde que o café encheu a casa com o seu aroma quente, Jerônimo principiou a achar graça no cheiro do fumo e não tardou a fumar também com os amigos. E o curioso é que, quanto mais ia ele caindo nos usos e costumes brasileiros, tanto mais seus sentidos se apuravam, posto que em detrimento das suas forças físicas. Tinha agora o ouvido menos grosseiro para a música, compreendia até as intenções poéticas dos sertanejos, quando cantam à viola os seus amores infelizes; seus olhos, dantes só voltados para a esperança de tornar à terra, agora, como os olhos de um marujo, que se habituaram aos largos horizontes de céu e mar, já se não revoltavam com a turbulenta luz, selvagem e alegre do Brasil (...).
>
> (AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. 13 ed. São Paulo, Martins, 1957, p. 103-104)

Esse texto fala de Jerônimo, um português que veio ganhar a vida no Brasil. Aqui modificou inteiramente sua maneira de ser. Observe que o texto, figurativo, opõe dois conjuntos de figuras. Um referente à lusitanidade; outro, ao brasileirismo. Alguns dos pólos dessa oposição não vêm representados por figuras explicitamente presentes no texto, mas são implicitadas pelas que aparecem claramente. Na relação abaixo, eles são citados entre parênteses.

Figuras de lusitanidade	Figuras do brasileirismo
ar sombrio e concentrado da casa	ar alegre da casa
passagem de companheiros para prosear	(não ida dos companheiros à casa)
reunião de gente para jantar	(não receber ninguém para jantar)
vinho	aguardente de cana
broa	farinha de mandioca
bacalhau com batatas e cebolas cozidas	carne seca e feijão preto
(ausência de pimenta)	a pimenta malagueta e a pimenta de cheiro invadiram a mesa
caldo verde, açorda, caldo de unto	ruivos e gostosos quitutes baianos, moqueca, vatapá, caruru
couve à portuguesa	couve à mineira, pão de rala, pirão de fubá, café, cheiro de fumo, fumar
força física	apuro dos sentidos
(ouvido grosseiro para a música)	ouvido menos grosseiro para a música
(não-compreensão das intenções poéticas dos sertanejos)	compreensão dessas intenções
(luz doce e triste)	luz turbulenta, selvagem, alegre

Num texto, as figuras não se acham desorganizadas, mas estão encadeadas, formando uma rede, um tecido, que denominamos *percurso figurativo.* Cada percurso figurativo manifesta um tema e o entrelaçamento dos diferentes percursos expressa o tema geral do texto. Observe que, no texto acima, as figuras são encadeadas para manifestar os temas da *lusitanidade* e do *brasileirismo.* À medida que Jerônimo abandona a culinária lusitana e adere à cozinha brasileira, vai-se operando nele uma mudança mais profunda, a passagem de uma imensa capacidade de trabalhar para um gosto por aquilo que agrada os sentidos. Temos, então, manifestado pelos percursos figurativos do texto dois temas caros ao naturalismo: o meio determina o modo de ser do homem; nos trópicos, o caráter amolece e torna-se mais sensual. Esses temas são expressoss pelo entrelaçamento dos percursos figurativos que manifestam as qualidades definidoras da lusitanidade e do brasileirismo.

Como o sentido do texto surge da relação entre suas partes, uma figura isolada não tem sentido. Com efeito, cada uma pode implicar idéias variadas, estar virtualmente relacionada a diferentes temas. É o percurso que determina a que tema ela estará correlacionada. Por exemplo, a figura *folhas amarelas caindo das árvores* pode entrar num percurso que expresse o tema da *tristeza* ou num que manifeste o da *velhice.* Apreender o sentido de um percurso implica

compreender o tema subjacente a ele, pois as figuras só ganham sentido, por manifestar um determinado tema. A figura *folhas amarelas caindo das árvores* manifesta o tema da *tristeza*, quando estiver no percurso: *chuva, dia cinzento, frio, vento, pessoa olhando tristonha pela janela,* etc. Expressa o tema da *velhice,* quando estiver associada a *velhos sentados em bancos, anciãos desocupados jogando cartas numa praça, velhinha com dificuldade para atravessar uma rua, moradores de um asilo vagando pelo pátio,* etc. e oposta a um percurso em que aparecem *jovens jogando, namorando, flores, árvores com folhas,* etc.

Por outro lado, o mesmo tema pode ser figurativizado de diferentes maneiras. O tema do *domínio dos homens sobre as mulheres,* por exemplo, pode ser expresso pela vida num harém ou pela história de uma mulher brasileira a quem o marido não permite que trabalhe, que saia de casa, ou ainda pela narrativa de que na China, como os pais desejam filhos do sexo masculino, meninas são mortas ao nascer. Não se pode introduzir, no percurso figurativo da vida no harém, a figura de uma mulher saindo com um homem que não seja de sua família para ir a um café, pois essa figura quebraria a coerência do percurso.

A falta de coerência num percurso figurativo torna o texto inverossímil. Por exemplo, não será coerente colocar, num percurso que manifesta o tema do *exotismo,* a figura *pessoa trabalhando num computador.* No entanto, pode-se quebrar a coerência figurativa num texto, para criar novos sentidos. Por exemplo, as figuras *paisagem campestre*, *rebanho de carneiros, pastor, riacho de águas límpidas* poderiam sugerir o tema do *bucolismo.* No entanto, se a esse conjunto se acrescentam *serpentes picando pessoas, aranhas, escorpiões, areias movediças, águas traiçoeiras,* o tema não é mais a beleza dos campos, mas, por exemplo, o do mal sob a beleza, sob a harmonia. Como uma figura isolada não tem sentido, uma única figura destoante no meio de um percurso figurativo não leva o leitor a pensar num novo tema, mas a achar que quem produziu o texto não percebeu a incoerência que estava criando. Na verdade, para gerar um novo tema, não se quebra a coerência de um percurso, mas se introduz no texto um novo percurso figurativo. É preciso dar ao leitor, disseminando várias figuras no texto, diversas pistas do tema que se propõe.

Como se encadeiam os temas? Leia o texto que segue:

> Se o ensino secundário visa à formação da personalidade e ao fornecimento, a esta, de instrumentos de trabalho, para a vida ou para o ingresso no plano universitário, – neste é que se operam dois movimentos que, longe de se contradizerem, se completam: a especialização e a cultura geral. Costuma-se opor uma à outra, como se fossem dois ideais antagônicos,

> quando ao contrário se completam em todo verdadeiro sistema pedagógico. Só se opõem as duas tendências, quando perdem ou corrompem o sentido verdadeiro. Quando a especialização se transforma em estreiteza de espírito, em profissionalização integral, em hipertrofia de um setor da atividade intelectual ou prática, então sim, podemos dizer que ela opera em detrimento da cultura. Quando esta, por seu lado, se torna sinônimo de diletantismo, de superficialidade, de enciclopedismo, então podemos dizer também que a cultura geral, nesse caso, se opõe à especialização, como aliás se opõe à própria cultura, pois passa ser uma simples “caricatura”...
>
> Mas, quando uma e outra se processam na medida de seu desenvolvimento natural, então, longe de se hostilizarem, se completam. E estamos no pórtico do verdadeiro espírito universitário, que é simultânea e concomitantemente, de especialização e de cultura geral. (LIMA, Alceu de Amoroso. *O espírito universitário*, apud Mackenzie 1972)

O texto acima é temático, pois se constrói preponderantemente com termos abstratos (por exemplo, *cultura, diletantismo, atividade intelectual, estreiteza de espírito*). Nos textos temáticos os temas estão na superfície textual, espalhados ao longo dela. Em nosso texto, aparecem os temas: *relação complementar entre a especialização e a cultura geral; corrupção do sentido da especialização, perda do sentido verdadeiro da cultura geral,* etc. Os diferentes subtemas de um texto temáticos são englobados num tema mais geral. No nosso exemplo, o grande tema do texto é a conciliação da especialização com a cultura geral na definição do verdadeiro espírito universitário. Os temas de um texto constituem um percurso temático, em que um tema mais amplo dá unidade a diferentes temas menores. No texto de Alceu Amoroso Lima temos, por exemplo, o percurso temático da perda de sentido da especialização, que engloba os temas da estreiteza de espírito, da profissionalização integral, da hipertrofia de um setor da atividade intelectual ou prática; nele aparece também o percurso temático da caricatura da cultura geral, que abrange os temas menores do diletantismo, da superficialidade, do enciclopedismo.

Da mesma forma que num texto figurativo, num temático, não pode haver quebra da coerência dos percursos temáticos. Por exemplo, em nosso texto, em que o tema geral é a conciliação da especialização e da cultura geral no verdadeiro espírito universitário, seria incoerente introduzir o tema da compartimentação do saber na universidade. No entanto, cabe lembrar que percursos temáticos opostos podem ser introduzidos num texto, para expressar um determinado tema geral.

Lição 7

Alteração do sentido das palavras

Leia o conhecido texto de Machado de Assis transcrito a seguir:

Um apólogo

Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

– Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma cousa neste mundo?

– Deixe-me, senhora.

– Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

– Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha.

Agulha não tem cabeça. Que lhe importa meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com sua vida e deixe a dos outros.

– Mas você é orgulhosa.

– Decerto que sou.

– Mas por quê?

– É boa. Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa alma, quem é que os cose, senão eu?

– Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose? Você ignora que quem os cose sou eu, e muito eu?

– Você fura o pano, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos babados...

– Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o pano, vou adiante, puxando por você, que vem atrás, obedecendo ao que eu faço e mando...

– Também os batedores vão adiante do imperador.

– Você imperador?

– Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e ínfimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto...

Estavam nisto, quando a costureira chegou à casa da baronesa. Não sei se disse que isto se passava em casa de uma baronesa, que tinha a modista ao pé de si, para não andar atrás dela. Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser. Uma e outra iam andando orgulhosas, pelo pano adiante, que era a melhor das sedas, entre os dedos da costureira, ágeis como os galgos de Diana – para dar a isto uma cor poética. E dizia a agulha:

– Então, senhora linha, ainda teima no que dizia há pouco? Não repara que esta distinta costureira só se importa comigo; eu é que vou aqui entre os dedos dela, unidinha a eles, furando abaixo e acima?

A linha não respondia nada; ia andando. Buraco aberto pela agulha era logo enchido por ela, silenciosa e ativa, como quem sabe o que faz, e não está para ouvir palavras loucas. A agulha, vendo que ela não lhe dava resposta, calou-se também, e foi andando. E era tudo silêncio na sala de costura; não se ouvia mais que o plic-plic-plic-plic da agulha no pano. Caindo o sol, a costureira dobrou a costura, para o dia seguinte; continuou ainda nesse e no outro, até que no quarto acabou a obra, e ficou esperando o baile.

Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E enquanto compunha o vestido da bela dama, e puxava a um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha, para mofar da agulha, perguntou-lhe:

– Ora, agora, diga-me, quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá.

Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha: – Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.

Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça: – Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária. (*Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. II, p. 554-556)

Nesse texto, o narrador confere à linha e à agulha traços humanos: elas conversam, dão-se um tratamento próprio dos seres humanos (*você, senhora*), atribuem-se verbos que indicam ações humanas (por exemplo, *fingir*). Ao mesmo tempo, a narrativa relata atividades que são próprias de uma linha e de uma agulha: *coser, furar o pano*, *prender, ligar* , *ajuntar,* etc. O que se observa, portanto, é que ao significado habitual dos termos agulha e linha se acrescenta um segundo plano de sentido: o humano. Daí se conclui que esse texto não fala propriamente de agulhas e linhas, mas de seres humanos. Se o narrador tivesse usado personagens humanas, o texto não teria a mesma expressividade. Quando se mostra que há pessoas com papel de agulha e outras com função de linha, aproveitam-se traços próprios desses objetos, para projetá-los nas pessoas.

Que traços o texto considera comuns à agulha e à pessoa que age como ela?

a) Ambas furam o pano, isto é, abrem caminho para os outros;

b) ambas vão adiante, puxando; carregando o que vem atrás;

c) ambas fazem trabalho obscuro;

d) ambas têm papel subalterno;

e) ambas não desfrutam do prazer do seu trabalho.

Agulha significa, nesse texto, "pessoa que abre caminho para outros e não recebe qualquer reconhecimento por isso". *Linha* quer dizer "pessoa que desfruta do esforço daqueles que lhe abriram caminho e lhe criaram oportunidade". As relações entre a linha e agulha são as mesmas que se estabelecem entre a costureira e a baronesa, os batedores e o imperador. A partir daí, todos os termos referentes às atividades próprias da linha e da agulha devem ser lidos como atividades humanas: *furar o pano* = "abrir caminho", etc.

O último parágrafo confirma, com a frase *Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária,* essa interpretação dada ao texto: na vida social, há os que realizam o verdadeiro trabalho e os que desfrutam do trabalho alheio.

Denotação e conotação

Um signo lingüístico é constituído da união de um conteúdo com a expressão (imagem mental dos sons) que o veicula. Ao conteúdo chamamos *significado;* à expressão denominamos *significante.* Um signo une, pois um significante a um significado.

Todas as palavras têm um significado habitual, conhecido dos falantes da língua. Por exemplo, *agulha* quer dizer "hastezinha fina de aço, aguçada numa das extremidades, e com um orifício na outra, por onde se enfia linha, fio, lã, cadarço, barbante, etc., para coser, bordar ou tecer"; *linha* significa "fio de linho, algodão, seda, etc. usado para coser, bordar, fazer renda, etc.". No texto acima, no entanto, essas duas palavras ganharam um outro sentido, passaram a designar, respectivamente, "pessoa que abre caminho para outras e não recebe qualquer reconhecimento por isso" e "pessoa que desfruta do esforço daqueles que lhe abriram caminho e lhe criaram oportunidade". O segundo sentido acrescenta-se ao primeiro.

Quando um significante se une a um significado, temos um signo denotado. Quando ao primeiro significado se sobrepõe um segundo, temos um signo conotado. No texto acima, *agulha e linha* não estão usadas em sentido denotado, mas em sentido conotado.

Cabe agora uma pergunta. Por que não se fala, nesses casos, simplesmente, em troca de significado, mas em acréscimo de um segundo significado a um significado de base? Quando se faz essa pergunta, na verdade, o que se está

querendo saber é o que é que permite a alteração do significado da palavra, dando a ela um valor conotado.

Quando se fala em acréscimo de um segundo significado, está-se indicando que um signo não pode passar a ter qualquer significado, mas só aqueles que tiverem alguma relação com o significado primeiro. Dizer que houve alteração de sentido por acréscimo quer dizer que a mudança se deu, porque o enunciador estabeleceu uma relação entre o significado de base e o significado novo.

As relações entre o significado acrescentado e o de base podem ser de dois tipos: de *semelhança* (ou intersecção) e de *contigüidade* (ou implicação). Entre o significado de base de *agulha* e o significado que essa palavra tem no texto, há traços semânticos comuns (intersecção), há uma semelhança sêmica: *abrir caminho para,* etc. Veja agora este trecho:

> O destino e a sociedade reduziram Dudu ao estado vegetoanimal. Não chega a ser um corpo, não chega a ser uma fisionomia, é um resto de pessoa, um resto de roupa, um resto de nome. (...) Saberá ler? Não, a fome é sempre analfabeta. (MENDES, Murilo. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994, p. 908)

O termo fome não significa “sensação que traduz a vontade de comer”, mas “pessoa que passa fome”, ou seja, o termo abstrato expressa algo concreto. O significado acrescentado implica o significado de base, coexiste com ele, está contíguo a ele: pessoa que passa fome coexiste com a fome.

Há dois tipos básicos de mudança de significado por acréscimo: a metáfora, que se dá por relação de semelhança entre o significado acrescentado e o de base; a metonímia, que ocorre por relação de contigüidade entre o significado primeiro e o significado segundo. Vamos estudar mais detidamente esses dois recursos retóricos. Preferimos denominá-los recursos retóricos e não figuras de palavras, como o faz nossa tradição lingüística, porque, neste livro, estamos chamando figura, por oposição a tema (termos abstratos), a todo termo concreto: mesa, homem, água, andar, azul.

Metáfora

> Senhor Deus dos desgraçados!
> Dizei-me vós, Senhor Deus!
> Se é loucura... se é verdade
> Tanto horror perante os céus...
> Ó mar! por que não apagas
> Co’a esponja de tuas vagas
> Do teu manto este borrão?...
> (ALVES, Castro. *Poesia*. 3 ed. Rio de Janeiro, Agir, 1966, p. 79)

Nesses versos do poema *Navio negreiro,* os termos *apagar, esponja, manto* e *borrão* não estão usados em sentido denotado. Portanto não significam "fazer cessar a combustão de (o fogo); extinguir (o fogo ou a luz)"; "objeto de substância leve e porosa, que se emprega para diversos usos, por causa de sua propriedade de absorver os líquidos e rejeitá-los sob pressão"; "vestimenta sem mangas que se coloca acima das outras roupas para proteger do frio ou das intempéries"; "mancha". No texto essas palavras querem dizer, respectivamente, "eliminar", "aquilo que faz desaparecer a sujeira moral", "superfície" e "evento que suja moralmente (no caso, o tráfico de escravos)". Entre os significados de base e os significados acrescentados há uma relação de semelhança, de intersecção. Entre os dois sentidos de *apagar,* o traço comum é "fazer desaparecer"; entre os dois de *esponja,* o traço comum é "capacidade de eliminar a sujeira de"; entre os dois de manto, é "camada extensa"; entre os dois de *borrão,* é "que suja, deslustra, emporcalha". Esses termos são, portanto, metafóricos.

Metáfora é a alteração do sentido de uma palavra pelo acréscimo de um significado segundo, quando, entre o significado primeiro e o acrescentado, há uma relação de semelhança, de intersecção, quando eles apresentam traços semânticos comuns.

Metonímia

> Laura apressava-se. Olhava para a direita, para a esquerda, mas não via nada, e o tempo ia passando, seis, sete, oito meses. No fim de oito meses, Josefa estava impaciente; tinha gasto cinqüenta dias a dizer ao namorado que esperasse, e a outra não adiantou cousa nenhuma. Erro de Josefa; a outra adiantou alguma cousa. No meio daquele tempo apareceu uma *gravata* no horizonte com todos os visos conjugais. Laura confiou a notícia à amiga, que exultou muito mais que ela; mostrou-lhe a *gravata*, e Josefa aprovou-a, tanto pela cor, como pelo laço, que era uma perfeição.
>
> – Havemos de ser dois casais...
>
> – Acaba dois casais lindos.
>
> – Eu ia dizer lindíssimos.
>
> E riam ambas. Uma tratava de conter as impaciências do *bigode*, outra de animar o acanhamento da *gravata*, uma das mais tímidas *gravatas* que tem andado por este mundo. Não se atrevia a nada, ou atrevia-se pouco. Josefa esperou, esperou, cansou de esperar; parecia-lhe brincadeira de criança; mandou a outra ao diabo; arrependeu-se do convênio, achou-o estúpido, tolo, cousa de criança; esfriou com a amiga, brigou com ela por

causa de uma fita ou de um chapéu; um mês depois estava casada. (ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. II, p. 960-961)

Esse texto foi retirado do conto *O contrato*, que narra um pacto realizado por duas moças, Josefa e Laura, de que se casariam no mesmo dia, na mesma igreja, na mesma hora. Nele, *gravata* e *bigode* não estão utilizados em sentido denotado. Não significam, portanto, "tira de tecido, geralmente estreita e longa, que os homens passam sob o colarinho da camisa e dão um nó na frente" e "pêlos que guarnecem o lábio superior do homem, à direita e à esquerda da linha que o divide". Significam "os rapazes que elas namoravam ou por quem estavam interessadas". A relação que existe entre o significado de base e o acrescentado é de contigüidade, de implicação. Como *bigode* e *gravata* são parte dos atributos físicos masculinos ou do vestuário dos homens, implicam o todo, "homem". Como a parte implica o todo, coexiste no todo, significa o todo. Essas mudanças de sentido que se dão em função de uma relação de contigüidade, de interdependência, de implicação são metonímicas.

Metonímia é a alteração do sentido de uma palavra ou expressão pelo acréscimo de um novo significado ao significado de base, quando, entre eles, existir uma relação de contigüidade, de inclusão, de implicação, de interdependência, de coexistência.

Sinédoque é um tipo de metonímia, porque também se produz em virtude de uma relação de contigüidade. É a metonímia em que a parte designa o todo ou vice-versa. Por exemplo: *Cortando o longo mar com larga vela* (*Os Lusíadas*, I, 45). Nesse caso, *vela* designa o navio, a parte denomina o todo.

Quatro observações devem ser feitas sobre a metáfora e a metonímia.

1. Como se percebe que um termo é metafórico ou metonímico? Se o significado de base é inadequado ao contexto, o sentido deve ser outro, conotado. Por exemplo, *Tendo ouvido que me faltava dinheiro para comprar sapatos, Elisiário sacou o botão de coral e disse que me fosse calçar com ele* (ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. II, p. 591). Como ninguém pode calçar-se com um botão de coral, essa expressão significa "dinheiro obtido com a venda do botão de coral".

2. As metáforas e as metonímias, uma vez construídas, podem criar um plano de leitura metafórico ou metonímico para o texto, ou seja, outros termos ganham um sentido metafórico ou metonímico. As metáforas e as metonímias podem permitir ler metafórica ou metonimicamente um texto inteiro.

Lua cheia

Boião de leite
que a Noite leva
com mãos de treva
pra não sei quem beber.
E que, embora levado
muito devagarinho,
vai derramando pingos brancos
pelo caminho.
(RICARDO, Cassiano. *Poesias completas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, p. 135)

Boião de leite significa "vaso bojudo de boca larga cheio de leite". No entanto, em *boião de leite que noite leva*, há uma inadequação semântica, pois a noite não carrega um boião de leite. Esse contexto obriga a atribuir a essa expressão o significado de "lua cheia". Trata-se de uma metáfora, porque, entre o significado de base e o acrescentado, há dois traços semânticos comuns: a forma redonda e a cor branca. Construída essa metáfora, todos os elementos do texto devem ser lidos metaforicamente: *noite leva* = "movimento da lua no céu à medida que a noite avança"; *pingos brancos* = "estrelas"; etc.

3. As metáforas e metonímias desgastam-se pelo uso e podem tornar-se clichês. Devem elas, nesse caso, ser usadas com muito cuidado, pois podem transmitir a idéia de que o enunciador não é capaz de pensamento próprio, contentando-se com reproduzir lugares comuns. Muitos autores, no entanto, renovam essas metáforas e metonímias, fazendo algumas alterações de palavras ou expressões, mas mantendo a estrutura da frase. Guimarães Rosa valeu-se muito desse expediente:

Amava-a com toda a fraqueza do seu coração (em lugar de *com toda a força de seu coração*) (*Tutaméia*. 3 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, p. 21);

O sol morre para todos, o rubro (em lugar de *O sol nasce para todos*) (*Ibid*., p. 123);

Já valente me levantei, desassustado, achei a tramontana (em lugar de *perdi a tramontana*). (*Ibid*., p. 128)

4. Para que servem as metáforas e metonímias? Aquelas apresentam uma nova maneira de ver o mundo, mais viva, ao pôr em relevo certas relações semânticas usualmente esquecidas ou não percebidas. No poema *Lua cheia*,

realça-se a forma e a cor da lua e das estrelas, ao vê-las como um boião de leite que vai derramando pingos brancos pelo caminho. Por outro lado, as metáforas servem para projetar num significado novo o traço culturalmente dominante num signo mais conhecido. Assim, chamar um homem de *garanhão* projeta no termo *homem* o traço culturalmente dominante no signo garanhão, /sexualidade insaciável/. As metonímias mostram a essência das coisas, aquilo que é visto como central num objeto, num evento, etc. Por exemplo, no caso do calçar-se com um botão de coral, o que é considerado central é a doação desse objeto, para que fosse vendido, a fim de permitir, com o dinheiro apurado, a compra de um calçado.

Lição 8

Modos de ordenar os tempos

João e Maria

Agora eu *era* herói
E o meu cavalo só *falava* inglês.
A noiva do cowboy
Era você, além das outras três.
Eu *enfrentava* os batalhões,
Os alemães e seus canhões
Guardava o meu bodoque
E *ensaiava* o rock para as matinês

Agora eu *era* o rei
Era o bedel e *era* também juiz
E pela minha lei
A gente *era* obrigado a ser feliz
E você *era* a princesa que eu fiz coroar
E *era* tão linda de se admirar
E *andava* nua pelo meu país

Não, não fuja não
Finge que agora eu *era* o seu brinquedo
Eu *era* o seu pião
O seu bicho preferido
Vem, me dê a mão
A gente agora já não *tinha* medo
No tempo da maldade
Acho que a gente nem tinha nascido

Agora *era* fatal
Que faz de conta terminasse assim
Pra lá desse quintal
Era uma noite que não *tinha* fim
Pois você sumiu no mundo sem me avisar
E agora eu *era* um louco a perguntar
O que é que a vida vai fazer de mim
(HOLLANDA, Chico Buarque de. *Violão MPB*. São Paulo, Imprima Comunicação Editorial, s/d, p. 8-9)

Observe que o advérbio *agora* indica o momento presente. Se o poeta está falando de algo que ocorre no momento atual, deveria ter usado o presente. No entanto, utilizou sistematicamente, ao longo do texto, o pretérito imperfeito, que é um tempo do passado. Por quê? Esses imperfeitos pertencem ao indicativo, modo que o falante usa para situar a ação na realidade. No entanto, como o imperfeito expressa o imperfectivo, ou seja, apresenta o processo sem precisar seus limites inicial e final, a língua emprega-o com valor de presente para criar um efeito de sentido de irrealidade, isto é, para manifestar fatos hipotéticos. Ademais, como o imperfeito situa os fatos no passado, usa-se esse tempo, que destaca os fatos do presente, para expressar os acontecimentos distanciados da realidade.

Por esse exemplo, podemos observar que o tempo lingüístico não é um simulacro do tempo cronológico, marcado em semanas, dias, horas, minutos, séculos, etc. Ele é uma construção de linguagem, que permite ao homem expressar uma vasta gama de experiências temporais: situar os fatos no presente, no passado, no futuro; tornar pretéritos os acontecimentos presentes; presentificar os eventos pretéritos e assim por diante. A ordenação temporal de um texto é um complexo jogo destinado a produzir diferentes efeitos de sentido.

O tempo é a categoria gramatical que situa os acontecimentos seja em relação ao momento da fala, que é sempre um *agora,* dado que esse termo quer dizer “o momento em que o falante toma a palavra”, seja em relação a um marco temporal inscrito no interior do texto. Quando se diz *Amanhã, ela andará triste pelo jardim,* o futuro *andará* indica que o acontecimento de andar é posterior ao momento da fala. Já quando se diz *No dia 12 de outubro de 1983, parti para a Europa em viagem de estudos,* instala-se no texto o marco temporal pretérito *no dia 12 de outubro de 1983* e mostra-se, com o uso do pretérito perfeito, que o acontecimento *partir para a Europa* é concomitante a ele. Por outro lado, quando se diz *Em 1999, já terei completado meu tempo de serviço,* instaura-se no texto o marco temporal futuro *em 1999* e o futuro do presente composto *terei completado* situa o evento expresso por ele como algo anterior ao marco temporal.

Precisemos melhor o que é o tempo lingüístico. É a categoria gramatical que permite indicar que os acontecimentos são concomitantes, anteriores ou posteriores, quer ao momento da fala, quer a um marco temporal (pretérito ou futuro) inscrito no texto. O tempo lingüístico é expresso fundamentalmente pelo verbo e pelos advérbios ou expressões adverbiais temporais.

Passemos a estudar os tempos verbais. Como o tempo situa os acontecimentos em relação ao momento da fala ou a um marco temporal pretérito ou futuro, temos três subsistemas temporais: um do presente, em que os fatos são situados como anteriores, posteriores ou concomitantes em relação ao

momento da fala; um do pretérito, em que os acontecimentos são considerados como concomitantes, anteriores ou posteriores em relação a um marco temporal pretérito; um do futuro, em que os eventos são assinalados como concomitantes, anteriores ou posteriores a um marco temporal futuro.

1. **Subsistema do presente**.

a) Quando um acontecimento for concomitante em relação ao momento da fala, temos o *presente.*

Agora *estou* muito ocupado.

O presente indica tanto o que se dá no momento da fala (por exemplo, *estar muito ocupado*), quanto o que tem uma duração muito grande no tempo (por exemplo *Neste século, a humanidade progride muito;* nesse caso, só se usa o presente quando a duração do acontecimento abarca o momento da fala), ou ainda, aquilo que é visto como eterno (por exemplo, *O quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos*). Para marcar a distinção entre o que ocorre exatamente no momento da fala e aquilo que abrange o momento da fala, mas tem uma duração maior, o português vale-se de uma perífrase verbal constituída do presente do indicativo do verbo *estar* + gerúndio do verbo que se está conjugando para expressar o primeiro valor e, geralmente, reserva a forma simples do presente para indicar a duração maior. Pode-se, assim, fazer uma oposição entre os dois valores:

Ele é brilhante, mas hoje sua aula está sendo trivial.

b) Quando o acontecimento for anterior ao momento da fala, temos o *pretérito perfeito.*

Já *choveu* muito.

A chuva é anterior ao momento da fala.

c) Quando o evento for posterior ao momento da fala, temos o futuro do presente.

Daqui a pouco *estarei* aí.

2. **Subsistema do pretérito**.

a) Quando o acontecimento for concomitante em relação a um marco pretérito instalado no texto, podemos usar o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito. O primeiro indica que o acontecimento está limitado em sua duração, sendo, portanto, visto como algo acabado dentro de determinados limites temporais.

No dia 13 de maio, a Princesa Isabel *assinou* a Lei Áurea.

O evento *assinar a Lei Áurea* ocorre durante a vigência do marco temporal *no dia 13 de maio*. É portanto, concomitante a ele. Além disso, esse acontecimento é visto como algo acabado. Por isso, é expresso pelo pretérito perfeito.

O imperfeito mostra o acontecimento em sua duração, como algo não limitado no tempo e, portanto, como não acabado.

No ano passado, ele *estudava* em Paris.

A ação de *estudar* se dá durante o marco temporal *no ano passado*. É, portanto, concomitante a ele. Ademais, o evento é visto em sua duração, como algo inacabado. Por isso, usa-se, para exprimi-lo, o pretérito imperfeito.

Observe-se que o pretérito perfeito tem dois valores diferentes em português: expressa anterioridade em relação ao momento da fala e concomitância acabada em relação a um marco temporal pretérito. Em outras línguas, como o francês escrito ou o italiano, esses dois valores são indicados, respectivamente, pelo pretérito perfeito composto e pretérito perfeito simples.

b) Quando o evento for anterior ao marco temporal pretérito, temos o *pretérito mais-que-perfeito*.

Quando ele chegou à recepção, o Presidente *já tinha chegado*.

A chegada do Presidente é anterior a sua chegada, que é o marco temporal pretérito.

c) Quando o acontecimento for posterior ao marco temporal pretérito, temos o *futuro do pretérito*.

Naquele momento, vi que não *teria* apoio dos meus colegas.

Ter apoio é posterior ao momento em que se percebe que o apoio não se daria. Essa percepção é um marco temporal pretérito.

O futuro do pretérito composto marca, assim como o simples, um fato posterior a um marco temporal pretérito. No entanto, ele indica também um fato anterior a um outro acontecimento ou momento no futuro. Em outras palavras, para o uso do futuro do pretérito composto levam-se em conta dois momentos de referência: ele é posterior a um e anterior a outro.

Todos supunham que, quando o inverno chegasse, a guerra da Bósnia *teria terminado*.

Ontem de manhã, eu sabia que, às dez horas, o avião já *teria chegado*.

Na primeira frase, o marco temporal pretérito é o momento da suposição. Em relação a ele, a chegada do inverno é posterior. Em relação ao início do inverno, o término da guerra da Bósnia é anterior. Na segunda, o marco temporal pretérito é *ontem de manhã*. O momento *dez horas* é posterior a ele, enquanto a chegada do avião ocorrerá depois do momento indicado no marco temporal, mas antes das dez horas.

3. **Subsistema do futuro**.

a) Quando um fato é concomitante a um marco temporal futuro, temos o que se poderia chamar *presente do futuro,* que é expresso geralmente por uma perífrase formada do verbo *estar* no futuro do presente + o gerúndio do verbo que se está conjugando.

Quando você for para a Europa, *estarei voltando.*

A ida para a Europa é um marco temporal futuro. Em relação a ele, a volta é concomitante.

b) Quando um evento é anterior a um marco temporal futuro, temos o futuro anterior, que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) chama *futuro do presente composto.*

Quando você for para a Europa, *já terei voltado.*

A volta é anterior à ida para a Europa, que é um marco temporal futuro.

c) Quando um acontecimento é posterior a um marco temporal futuro, temos o que se poderia denominar *futuro do futuro,* que é expresso pelo futuro do presente simples acompanhado de locuções como *depois que.*

Voltarei da Europa, *depois que* você for para lá.

A volta é posterior ao marco temporal futuro *ida para a Europa*.

Os advérbios de tempo dividem-se em dois sistemas: um referente ao momento da fala e outro, a um marco temporal pretérito ou futuro inscrito no texto (entre os advérbios não há um subsistema do pretérito e um do futuro; os advérbios que indicam anterioridade, concomitância ou posterioridade em relação a um marco temporal servem para o futuro ou para o pretérito).

O filme estreará *na próxima semana.*

Na próxima semana é um adjunto adverbial de tempo. Exerce, portanto, o mesmo papel que um advérbio de tempo. Usa-se *próximo* para indicar posterioridade em relação ao momento da fala.

O filme estreou na primeira semana de janeiro deste ano. *Na semana seguinte,* já tinha batido recordes de bilheteria.

Na semana seguinte indica posterioridade em relação ao marco temporal pretérito *na primeira semana de janeiro deste ano.* Nesse caso, não se poderia usar *na próxima semana.* Utilizar-se-ia também *na semana seguinte,* se o marco temporal fosse futuro.

O filme estreará na primeira semana do ano que vem. Tenho certeza de que, *na semana seguinte,* ele baterá todos os recordes de bilheteria.

Em princípio, não se misturam tempos verbais e advérbios pertencentes a sistemas temporais distintos. Não se diz, por exemplo:

No dia 3 de janeiro, começarei o vestibular. Amanhã, será a prova de português.

Se o *amanhã* de que se fala for o dia 4 de janeiro, deve-se dizer *no dia seguinte,* pois *amanhã* indica posterioridade em relação ao momento da fala e não a um marco temporal.

1. Advérbios e expressões de valor adverbial que situam os acontecimentos em relação ao momento da fala.

Anterioridade	*Concomitância*	*Posterioridade*
há pouco	agora	daqui a pouco
logo		
ontem	hoje	amanhã
há uma (duas, etc.) semanas/meses/anos, etc	Neste momento	dentro de ou em um(a) (duas, etc.) semana(s) mês(es)/ano(s), etc.
no mês/ano, etc. passado	neste ano, mês, etc.	no próximo dia 20 21, etc./mês/ano/etc.
no último mês/dia 5, 6, etc.		mês/ano/ etc.

2. Advérbios e expressões de valor adverbial que situam os acontecimentos em relação a um marco temporal pretérito ou futuro inscrito no texto.

Anterioridade	*Concomitância*	*Posterioridade*
na véspera	então	
na antevéspera		
no dia/ mês/ ano, etc. anterior	no mesmo dia/ mês/ano, etc.	no dia/ mês/ ano, etc. seguinte
um(a) semana/ mês/ ano, etc. antes		um(a) dia/ semana/mês/ ano, etc. depois
		daí/dali
		um(a)(s) horas/ dias, etc.

Uso de um tempo por outro

Pode-se usar um tempo pelo outro para criar determinados efeitos de sentido. Vamos dar alguns exemplos.

a) Não lhe *esconderei* que estou muito aborrecido com você.

O futuro do presente tem o valor de presente, porque, se o falante está dizendo ao seu interlocutor que está aborrecido com ele, não está escondendo esse fato no momento da fala. Usa-se o futuro pelo presente para produzir um efeito de atenuação. O futuro produz esse efeito de sentido, porque indica menos a realização de um acontecimento do que a expectativa de que ele ocorra. Substitui-se, assim, a "brutalidade" da afirmação no presente por um efeito de sentido de suposição, de probabilidade, Mantém-se uma distância em relação ao que se afirma.

b) Mandou lançar pregões por todos os arraiais, que no dia seguinte se *celebrava* a festa do Senhor. (Vieira)

O ato de celebrar é posterior à ordem de lançar pregões, que é um marco temporal pretérito. Deveria ser expresso pelo futuro do pretérito. No entanto, usa-se o pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito, para criar um efeito de sentido de certeza. Ele indica que é inevitável, é absolutamente certa a celebração da festa do Senhor.

c) No “Jornal da Cultura”, o sr. era a imagem do equilíbrio, uma espécie de caricatura do bom senso. *Teria colocado* panos quentes até na questão do *apartheid* na África do Sul.

Colocar expressa algo que ocorreu concomitantemente com o pretérito da narrativa. É manifestado pelo futuro do pretérito composto e não pelo pretérito perfeito, para criar um efeito de sentido de incerteza. Assim, um acontecimento que ocorreu é assinalado sob a forma de hipótese. O falante deixa claro, então, que de seu ponto de vista, o acontecimento não está confirmado.

d) Em 1822, é *proclamada* a Independência do Brasil.

É proclamada é um acontecimento acabado e concomitante em relação ao marco temporal pretérito *1822*. No entanto, esse evento não é expresso pelo pretérito perfeito, mas pelo presente. Temos aqui o chamado presente histórico. Por ele, presentificam-se fatos passados, tornando-os concomitantes ao momento da fala. Assim, dramatiza-se a narrativa e envolve-se nela o leitor. O presente histórico é equivalente ao *zoom* do cinema.

e) A julgar pelo comportamento do ministro e de seus assessores é nisso que estão pensando: numa forma de dolarização crescente, processo que no seu final *seria* capaz de dar um alívio à moeda brasileira e aplacar o foguete dos preços. (*Veja*, 22/9/1993, 114)

Os acontecimentos relatados são situados em relação momento da fala. *Estão pensando* é concomitante a ele. O final do processo de dolarização é, portanto, posterior a ele. Seus efeitos são expressos, no entanto, pelo futuro do pretérito (*seria*) e não pelo futuro do presente, para criar um efeito de sentido de dúvida, de incerteza. Usa-se o futuro do pretérito pelo do presente para transmitir informações não confirmadas, conjecturas ou fatos imaginários. Esse futuro chama-se futuro hipotético. Temos, nesse caso, uma dupla atenuação, pois o futuro já exprime a idéia de probabilidade e o futuro do pretérito indica ainda que essa probabilidade é totalmente incerta.

Há em português muitas possibilidades de uso de um tempo com valor de outro. Cada uma delas serve para criar um efeito de sentido. Raramente utiliza-se um advérbio com valor de outro. No entanto, *agora* freqüentemente combina-se com verbos no pretérito perfeito ou no futuro do presente, significando, respectivamente, *há pouco tempo e dentro de pouco tempo*, para expressar um passado muito recente ou um futuro iminente. Usa-se mesmo o diminutivo

agorinha, para significar que o passado ou o futuro estão muito próximos do presente.

Choveu ainda agora.
Vou agorinha.

A concordância de tempos

Um problema bastante espinhoso e raramente tratado nas gramáticas de língua portuguesa é a concordância dos tempos do subjuntivo, usados nas orações subordinadas, com o tempo do indicativo da oração principal. O subjuntivo, nota Mattoso Câmara, “tem a característica sintática de ser uma forma verbal dependente de uma palavra que o domina, seja o advérbio *talvez*, preposto, seja um verbo da oração principal” (1970, 89). Ora, essa característica sintática permite-nos afirmar que, como na maioria absoluta dos casos o subjuntivo depende do verbo da oração principal, deve ele compatibilizar-se com este. Há, assim, para o subjuntivo, uma concordância de tempos.

A) Se o tempo da oração principal estiver num dos tempos do subsistema do presente (presente, pretérito perfeito ou futuro do presente), teremos as seguintes possibilidades na oração subordinada:

1 – Presente
a) simultaneidade: presente

...*duvido* que na atual situação do Brasil alguém *esteja* em seu juízo perfeito. (I. L. Brandão).

b) anterioridade inacabada: pretérito imperfeito

Duvido que você *quisesse* pedir conselhos a ele. (R. Fonseca)

c) anterioridade acabada: pretérito perfeito

Duvido que você já *tenha comido* coisa melhor.

d) posterioridade: presente

Duvido que algum deles *abra* a boca. (R. Queiroz)

2 – Pretérito perfeito
a) simultaneidade: pretérito imperfeito

Falou-me, não porque me *distinguisse* particularmente, mas apenas porque tinha necessidade de falar. (L. Cardoso)

b) anterioridade: pretérito perfeito

...a arrecadação do Estado *aumentou* 3% neste primeiro ano de governo, embora muitos dos impostos *tenham baixado.* (M. Arraes)

c) posterioridade: pretérito imperfeito

Insisti para que *viesse* tomar um cálice. (O. Faria)

3 – Futuro do presente
a) simultaneidade: presente

Outros parágrafos, cada um valendo por si como um texto completo, *contarão* exatamente o que aconteceu, embora o acontecimento *seja* um mistério para a personagem, porque ela não vê o conjunto. (I. Angelo)

b) anterioridade inacabada: pretérito imperfeito

Dificilmente Cláudio aparecerá hoje no teatro. A esta altura, já deve saber da morte de Kátia e, embora não *fosse* de suas amigas – ou por isso mesmo –, ele *terá* motivos bastantes para evitar o teatro. (C. H. Cony)

c) anterioridade acabada: pretérito perfeito

Um jovem que *tenha acompanhado* a narração só *poderá* aderir ao tóxico se tiver instinto suicida. (*O Globo*, 18/2/1980)

d) posterioridade: presente

Tudo *farei* para que *sejam transformadas* em medidas concretas.

B) Se o tempo da oração principal for um dos tempos do subsistema do pretérito (pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito simples ou composto), ocorrem as seguintes possibilidades:

1 – simultaneidade: pretérito imperfeito

Serpa *levou* instintivamente a mão à cintura, embora o coldre com o revólver estivesse dependurado, junto ao paletó, no cabide a um canto da sala (F. Sabino)

Não *era* ladrão, embora *tivesse* a cara assustada de um vulgar ladrão (L. Diaféria)

...embora *fosse* um amigo recente, já lhe *tinha emprestado* pequenas quantias, que eram pagas com escrupulosa pontualidade. (C. H. Cony)

A perseguição *viria*, mesmo que *andasse* palmo a palmo. (P. Dantas)

Teria sido bem melhor que eu *morresse* logo, assim acabaria com meu sofrimento. (L. Cardoso)

2 – anterioridade: pretérito mais-que-perfeito

Vinte-e-um não *morreu*, embora a facada lhe *houvesse ofendido* os bofes. (J. Antônio)

...dizia que ele *entendia* das mulheres, não porque *as tivesse tido*.(Fatos e fotos, 931)

Mesmo que não *houvesse* sido até então, *passara* a ser a partir daquele instante.(J. Amado)

Não *conseguiria* fazer o trabalho, embora *tivesse tentado.*

Mas, mesmo que não o *tivesse feito*, eu a *teria interrompido.*(O. Faria)

3 – posterioridade: pretérito imperfeito

Ele *quis* proibir que eu *vendesse* meus livros aqui na porta. (N. Rodrigues)

Chamava-se um tradutor juramentado, para que *ficasse* oficialmente estabelecido que, em vez de assinar seu nome, ele havia se limitado a escrever na promissória, em turco... (F. Sabino)

A filha *insistira* para que *viesse* morar com ela. (Z. Gattai)

Com sua cabeça no colo *esperaria* que *tornasse*. (G. Lemos)

Teria feito qualquer coisa, para que a mãe *voltasse* a sorrir.

C) Quando o verbo da oração principal estiver num dos tempos do subsistema do futuro (presente do futuro, futuro anterior e futuro do futuro), temos as seguintes compatibilidades:

1 – simultaneidade: presente

Quando chegar a casa, *estarei torcendo,* para que você já esteja lá.

Quando sair da loja, *terei comprado* muito, embora *só esteja precisando* de duas ou três coisinhas.

Depois que acabar de pagar o carro, *comprarei* outro, embora, nessa ocasião, um carro certamente *esteja custando* os olhos da cara.

2 – anterioridade: pretérito perfeito

No mês que vem, *comprarei* mais dólares, embora, neste ano, a moeda americana *tenha rendido* menos que outras aplicações financeiras.

Quando acabar de pagar este imóvel, *terei conseguido* aumentar meu patrimônio, mesmo que os imóveis não se *tenham valorizado* muito.

Depois que acabar de pagar este imóvel, *aplicarei* em dólar, não porque *tenha rendido* mais do que a inflação, mas porque está ao abrigo das investidas do governo.

3 – posterioridade: presente

Quando estiver em casa, *estarei* de olho no trabalho dos empregados, para que tudo *seja* bem feito.

Quando chegar a casa, já *terei analisado* os números do mercado financeiro, para que *possamos* fazer boas aplicações.

Depois de chegar a casa, *tomarei* providências para que o conserto *seja efetuado.*

Observações:

1 – Com orações condicionais introduzidas por se, conformativas e temporais, bem como com orações adjetivas, exprime-se, com o futuro do presente do subjuntivo, a simultaneidade eventual em relação ao futuro do presente do indicativo.

Sim, *continuará* aqui, se *quiser.* (L. F. Telles)

Farei como você *mandar.*

...*responderei* à altura, quando *tiver* às mãos esta ocorrência. (R. Boschi)

...*farei* o que *julgar* necessário. (E. Muniz)

Diz-se que o futuro do presente do subjuntivo pode indicar simultaneidade eventual em relação também ao presente do indicativo. É um engano, pois essa possibilidade ocorre apenas quando o presente tiver o valor de futuro do presente.

Se *quiser, podemos* (= poderemos) livrá-lo da polícia. (C. Lispector)

Quando *tiver* novidades, *venho* (= virei) aqui.

2 – Nos casos elencados em 1, a anterioridade eventual é expressa com o futuro anterior do subjuntivo.

Se você não *tiver feito* o trabalho, *ficará* com zero.

Farei tudo como o cliente *tiver* mandado.

O equipamento só *poderá* ser produzido no Brasil quando se *tiver atingido* um estágio de desenvolvimento tecnológico mais adiantado (PT).

Serei eternamente grato aos que não me *tiverem enchido* o saco.

3 – É preciso notar que, muitas vezes, estando o verbo da oração principal no presente do indicativo, o verbo da subordinada não estará correlacionado a ele, mas a um marco temporal expresso por meio de um advérbio.

Duvido que *naquela época* Paris me *tivesse causado* a mesma admiração.

Espero que, quando voltar para casa, ele já *tenha terminado* o trabalho.

Na primeira, o verbo *causar* está no pretérito mais-que-perfeito, porque expressa uma anterioridade em relação ao marco temporal pretérito *naquela época;* na segunda, o verbo *terminar* está no pretérito perfeito, porque indica uma anterioridade em relação ao marco temporal futuro *quando eu voltar.*

Lição 9

O parágrafo

Leia o texto abaixo:

Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades rudimentares manifestam-se eles, segundo sua predominância, na distinção fundamental entre os povos caçadores ou coletores e os povos lavradores.

Para uns, o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore. Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.

O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de esperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte, maior do que o todo.

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espaçosa* do mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador. (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 8 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, p. 13)

Esse texto, cuja paragrafação foi ligeiramente alterada, divide-se em cinco partes:

a) existência de dois tipos opostos na organização das atividades dos homens;

b) o aventureiro;

c) o trabalhador;

d) a ética do trabalho;

e) a ética da aventura.

Cada uma dessas partes é constituída de um parágrafo, que é indicado por um ligeiro afastamento da margem esquerda da folha. Assim, pode-se dizer que, composto de um ou mais períodos, o parágrafo é uma unidade de composição, que encerra uma dada subdivisão de um texto. Um assunto é discutido em diferentes aspectos. Essa divisão do assunto é que constitui a paragrafação. Mostra ela as partes do texto e os diferentes estágios da exposição. Cada parágrafo constrói-se em torno de uma idéia central e constitui uma das partes em que o autor julgou conveniente dividir seu assunto.

Cabe lembrar enfaticamente, no entanto, que, por ser uma unidade de composição intuitiva, nem sempre a paragrafação acompanha, de maneira rigorosa, o plano de estruturação do texto. Entretanto, de maneira mais ou menos adequada, ela o faz.

Podemos falar da organização de um parágrafo padrão, no sentido de que ele é o tipo mais comum nas diferentes espécies de texto. Isso não significa que não possamos construir diferentemente um parágrafo.

O parágrafo padrão contém uma introdução, que é a exposição, de maneira sucinta, da idéia-núcleo (essa introdução é chamada *tópico frasal*); um desenvolvimento do tópico e, muito raramente, uma conclusão. O tópico é constituído de uma opinião pessoal, de uma afirmação geral, de uma definição, de um julgamento, etc. No desenvolvimento, especifica-se, justifica-se, fundamenta-se o tópico. Analisemos mais um parágrafo de *Raizes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda:

> Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o "homem cordial". A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar "boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças.

> Entre os japoneses, onde, como se sabe, a polidez envolve os aspectos mais ordinários do convívio social, chega a ponto de confundir-se, por vezes, com a reverência religiosa. Já houve quem notasse este fato significativo, de que as formas exteriores de veneração à divindade, no cerimonial xintoísta, não diferem essencialmente das maneiras sociais de demonstrar respeito (p. 106-107)

Como se observa, esse parágrafo está construído dentro do que se considera o padrão de um parágrafo: o primeiro período encerra o tópico frasal: a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade; os períodos seguintes contêm o desenvolvimento: no caso, especifica-se detalhadamente a noção de cordialidade.

Com menos freqüência, o tópico frasal:

a) pode aparecer no final do parágrafo:

> Eles nos chamam de macaquitos – a ofensa, grosseiramente racista, surgiu na guerra do Paraguai, por causa dos escravos negros que foram ao campo de batalha. Acreditam que os brasileiros são preguiçosos e irresponsáveis. Em relação às brasileiras, são mais condescendentes: achamnas sensuais e, aliás, sempre disponíveis, prontinhas para cair na milonga de qualquer dom-juan portenho. Em suma, os argentinos não nos amam. (*Veja*, 28/6/1995, p. 48)

Se fosse assim recortado o primeiro parágrafo da reportagem intitulada *El día que me quieras*, o tópico frasal estaria no final: começa ele especificando os fatos que levam à idéia nuclear de que os argentinos não gostam dos brasileiros.

b) pode estar explicitado em outro parágrafo:

> A paulista Monica Scatolin, de 21 anos, vai aproveitar o intervalo de um mês, no curso de ciências contábeis da PUC de São Paulo para velejar pelas Ilhas Virgens, no mar do Caribe. A extravagância lhe custará 3.500 reais. “Com o real tive segurança para tirar férias mais longas. Antes eu ia mais perto e por apenas quinze dias”, diz. Com um salário de 800 reais, Monica conseguiu juntar dinheiro porque mora na casa dos pais e acha que a inflação sob controle a ajudou a administrar melhor seu orçamento. A universitária será uma entre os 60000 brasileiros que mergulharão no cristalino Mar do Caribe em julho. (*Veja*, 28/6/1995, p. 56)

Esse parágrafo comprova o tópico frasal que aparece no início do texto: a economia estável e o câmbio fazem destas férias de julho as mais viajadas da História do Brasil.

c) pode estar implícito, já que o parágrafo pode ser constituído de uma série de detalhes de onde se extrai a idéia-núcleo. Imaginemos o seguinte parágrafo composto a partir de legendas de fotos publicadas em *Veja*, de 21/6/1995, p. 30-31:

> Tem cada vez mais gente viajando para o exterior. Hoje em dia é mais barato tirar férias em dólares do que em reais. São Paulo e Rio de Janeiro estão entre as cidades mais caras do planeta. O consumo de importados está em alta. A inflação do real gira em torno de 32% e os produtos em dólar tiveram queda média de 20%. Fazer compras no exterior é tão vantajoso que as pessoas desembarcam nos aeroportos carregadas de pacotes.

Nesse caso, desse conjunto de detalhes que constitui o parágrafo extrai-se o seguinte tópico: o real está muito valorizado em relação ao dólar.

O tópico frasal

Há três tipos mais freqüentes de tópicos frasais:

a) generalização, em que se afirma ou nega alguma coisa, que, no desenvolvimento, será justificada ou fundamentada com exemplos, confrontos, analogias, razões, etc.

> Depois da temporada de consumo mais festejada dos últimos anos, alguns brasileiros estão conhecendo agora uma face carrancuda do plano de estabilização da economia. Ela se chama inadimplência, a situação em que o devedor não consegue honrar seus compromissos. O brasileiro esbanjou euforia com sua moeda forte, divertiu-se comprando quinquilharia importada no Natal, viajou como nunca no último verão e produziu o Dia das Mães mais movimentado da década. Na hora de pagar a conta, muita gente descobriu que não tinha dinheiro para pagar o que devia. O sufoco não é geral e, numericamente, atinge uma minoria de consumidores. Mas já se pode estimar que apenas no eixo Rio-São Paulo mais de 1 milhão de pessoas ficaram na pendura da noite para o dia, e até agora não sabem direito o que aconteceu. “Nunca vi tamanha quebradeira”, diz o advogado e banqueiro Teophilo de Azeredo Santos, presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro. (*Veja*, 28/6/1995, p. 34)

O parágrafo começa com a afirmação de que a inadimplência aparece na economia brasileira, depois de uma temporada de grande consumo. O desenvolvimento do parágrafo é usado para justificar o que se diz no tópico.

b) definição, que será seguida de um comentário ou de exemplificação.

> Obversão é a inferência imediata que se faz mudando a qualidade de uma proposição ao mesmo tempo que negamos o seu predicado. Por exemplo, de “Todos os empregados são bem-vindos”, pode-se concluir que “Nenhum empregado é não bem-vindo”. Essas duas proposições são ditas obversas uma da outra. Mais que isto, toda proposição é equivalente de sua obversa. (ASSIS, Jesus Eugênio de Paula. “Lógica”. In: CHAUÍ, Marilena et alii. *Primeira filosofia. Lições introdutórias*. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 159)

c) divisão, em que se distinguem ou discriminam as idéias a serem desenvolvidas (geralmente, o tópico frasal por divisão vem precedido por uma definição num parágrafo anterior).

> Os morfemas classificam-se em lexemas e gramemas. Aqueles são as unidades de base do léxico, ou seja, unidades lingüísticas cujo significado remete ao mundo exterior ou interior, expressando seres, fatos, emoções, sentimentos, etc. Estes são as unidades da gramática, ou seja, unidades lingüísticas que exprimem relações ou categorias gramaticais.

Pode-se, no entanto, iniciar um parágrafo sem tópico frasal, o que significa que as maneiras de começar essa unidade textual são inúmeras. Vamos dar alguns exemplos:

a) início com alusão a um fato histórico, a uma anedota, a um acontecimento que o narrador presenciou ou de que participou.

> Artaxerxes, rei, sentiu com tal extremo a morte de um seu amigo que pretendeu ressuscitá-lo, e, ouvindo os retumbantes ecos da grande ciência de Demócrito, o chamou a si desde a Jônia. – “Dificultosa cousa pedes, ó rei, disse o filósofo afetando sisudeza, e dissimulando a impossibilidade; porém, se fizeres o que eu te disser, confio, poderia obrar o que me mandas.” – Prometeu o rei tudo, assinando em branco, e parecendo-lhe que já via o seu desejado amigo saltar da sepultura. – “Eia, disse Demócrito, escrevam-se no túmulo do defunto os nomes de trinta homens que chegassem aos vinte anos de sua idade sem padecer queixa alguma, nem no corpo, nem na alma, e logo ressuscitará.” – Mandou o rei fazer logo a diligência; porém até o fim do mundo poderia continuar-se sem efeito; porque de semelhantes privilégios não há um só, quanto mais trinta. E, se ainda antes de nascermos já todos somos miseráveis, qual será o que no encerramento das suas contas não lhe passe a despesa do que padece pela receita do que vive? No mundo

todo não há mais do que três classes de homens: uns inocentes; outros pecadores, mas já arrependidos; e outros pecadores, mas ainda obstinados.

E para que todos soubessem que haviam de ter cruz, três cruzes se arvoraram no monte Calvário; uma para Cristo, e esta toca aos inocentes; outra para Dimas, e toca aos arrependidos; outra para Gestas, e toca aos obstinados. (BERNARDES, Manuel. In: OLIVEIRA, Cleófano Lopes de. *Flor do Lácio*. São Paulo, Saraiva, 1965, p. 223)

b) começo em que não se anuncia do que se está falando, para criar um efeito de suspense.

Pouco maior do que um par de ameixas secas, com formato semelhante ao de uma gravata-borboleta e pesando 15 a 25 gramas, ela comanda algumas das mais importantes funções do corpo humano. Exemplos? A capacidade de respirar, mover as pernas, regular a temperatura corporal, manter o coração batendo no ritmo certo, o raciocínio pronto para qualquer desafio... É preciso mais? Claro que não. Está comprovadíssima a nobreza da pecinha de que estamos falando. E para não espichar o assunto, vamos logo à ficha da moça. Trata-se da glândula tiróide (ou tireóide), domiciliada à frente da traquéia, bem abaixo do pomo-de-adão, ou gogó, para os íntimos. (ANTENORE, Armando Luiz, apud FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão. *Prática de texto*. Petrópolis, Vozes, 1992, p. 135)

c) princípio constituído de uma ou mais perguntas, a que o desenvolvimento vai dar respostas ou esclarecimentos.

A aspirina é “droga” ou não é? Em alguns Estados, é largamente classificada como “droga”, portanto só pode ser vendida por farmacêuticos licenciados. Se o público quiser ter facilidades para adquirir aspirina em mercearias, restaurantes e guichês de apostas, será preciso reclassificá-la como “não-droga”. (HAYAKAWA, S. I. *A linguagem no pensamento e na ação*. São Paulo, Pioneira, 1963, p. 181-182)

O desenvolvimento

O desenvolvimento é a explanação do tópico, fundamenta a idéia-núcleo. Pode ele estruturar-se de diferentes maneiras. As mais freqüentes são:

a) por enumeração ou descrição de detalhes, que explicitam o tópico.

Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o

> calor vermelho das sestas da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era a sapoti mais doce que o mel e era a castanha de caju, que abre feridas com seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno de Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca. (AZEVEDO, Aluísio de. *O cortiço*. 13 ed. São Paulo, Martins,1957, p. 87)

O tópico diz que Rita Baiana era a síntese das impressões que a natureza brasileira produziu no imigrante europeu. O desenvolvimento vai pormenorizar quais são essas impressões.

b) por causas, efeitos, razões ou conseqüências daquilo que foi exposto no tópico.

> Imagine se todos os poços de petróleo secassem amanhã. As pessoas não teriam como voltar para casa de ônibus ou de automóvel. Os geradores de energia elétrica entrariam em colapso e as cidades ficariam às escuras. Nas regiões mais frias da Terra, o frio provocaria uma mortandade por falta de calefação. Fábricas e indústrias parariam as máquinas. No campo, tratores e ceifadeiras esvaziariam seus tanques e o espectro da fome rondaria o mundo. Aviões não levantariam vôo. Navios ficariam nos portos. Faltariam remédio, borracha e tecidos sintéticos. E também gás de cozinha, sabão em pó, detergente. Faltariam tinta, acrílico, solvente. Plásticos e assemelhados – do saquinho de leite aos tubos de PVC – sumiriam do mapa. “Seria o colapso da civilização tal qual a conhecemos hoje”, afirma um dos maiores especialistas no tema, Daniel Yergin, presidente do Cambridge Energy Research Associates e autor do livro *Petróleo – Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder.* (*Veja*, 14/6/1995, p. 34)

O tópico *esgotamento do petróleo* é desenvolvido por meio das conseqüências que isso acarretaria, para chegar à conclusão de que a falta de petróleo levaria ao colapso da civilização que conhecemos.

> A avaliação acadêmica é um terreno minado em que nem sempre a quantidade é sinônimo de qualidade. “Um pesquisador pode passar dez ou

quinze anos investigando determinado tema e, então, publicar um único trabalho na vida que é decisivo no mundo da ciência", diz José Laredo Filho, coordenador de Ortopedia e Traumatologia da Universidade Federal de São Paulo, antiga Escola Paulista de Medicina. "Enquanto isso, existem doutores e mestres que publicam dezenas de artigos por ano que são lixo do ponto de vista científico." (*Veja*, 28/6/1995, p. 67)

O tópico expresso no primeiro período é desenvolvido com as razões que levam a afirmar que, no âmbito científico, quantidade não é sinônimo de qualidade.

c) por um confronto entre idéias, seres, coisas, fenômenos, fatos, etc. (teremos um paralelo, quando o confronto estiver calcado nas semelhanças; um contraste, quando estiver fundado nas diferenças):

> Os animais conhecem o ambiente apenas pela experiência direta; o homem cristaliza o seu conhecimento e os seus sentimentos em representações simbólicas fonéticas, e, mediante símbolos escritos, acumula conhecimento e o passa adiante, para as futuras gerações. Os animais comem onde encontram comida, mas o homem, coordenando seus esforços com os esforços alheios mediante meios lingüísticos, alimenta-se abundantemente com alimento preparado por centenas de mãos e trazidos de grandes distâncias. Os animais exercem entre si apenas um controle limitado, mas o homem, tornando a fazer uso de símbolos, impõe leis e sistemas éticos, que constituem instrumentos lingüísticos para o estabelecimento da ordem e da previsibilidade sobre a conduta humana. Adquirir conhecimento, garantir alimento, estabelecer a ordem social constituem atividades que o biólogo explica em sua relação com a sobrevivência. Para os seres humanos, cada uma dessas atividades envolve uma dimensão simbólica. (HAYAKAWA, S. I. *A linguagem no pensamento e na ação*. São Paulo, Pioneira, 1963, p. 121)

O tópico aparece no fim do parágrafo: para o homem, as atividades de adquirir conhecimento, de garantir alimento e de estabelecer a ordem social envolvem uma dimensão simbólica. O parágrafo desenvolve-se por meio do estabelecimento de um contraste entre homens e animais.

d) por uma analogia, que é uma semelhança estabelecida pelo enunciador entre dois ou mais objetos de pensamento essencialmente diferentes:

> É o *Paquequer:* saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito. Dir-se-ia que vassalo e tributário

desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano. Perde então a beleza selvática; suas ondas são calmas e serenas como as de um lago, e não se revoltam contra os barcos e as canoas que resvalam sobre elas: escravo submisso, sofre o látego do senhor. (ALENCAR, José de. *O Guarani*. São Paulo, Saraiva, 1968, vol. I, p. 1)

O tópico é o desaguar do Paquequer no Paraíba. Desenvolve-se por uma analogia, em que se estabelece uma semelhança entre a relação dos dois rios e a relação do suserano e do vassalo no mundo medieval, bem como a do escravo e do senhor.

e) pela exposição de um fato particular que ilustra uma afirmação geral contida no tópico.

Não se imagine que os casos escabrosos não ocorram nas universidades mais renomadas. Na relação de cursos de conceitos mais ruins da Capes, aparecem os de biologia da Unicamp, ortopedia e traumatologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, toxicologia na Universidade de São Paulo e engenharia mecânica na Unesp de Guaratinguetá. Um caso típico dessas ilhas de má qualidade em universidades de boa reputação é o curso de toxicologia da Universidade de São Paulo. O curso foi criado em 1978 e funcionou até 1982. Foi fechado porque não conseguia avaliação melhor que D pela Capes. Recriado em 1987, com maior número de professores, tem o mesmo conceito até hoje. A nota baixa tem diversas razões. Os alunos demoram em média seis anos para se titular, o laboratório conta com equipamentos muito antigos, os professores não são especializados na área. (*Veja*, 28/6/1995, p. 67)

O tópico afirma que existem cursos de pós-graduação de má qualidade também em universidades renomadas. O parágrafo desenvolve-se com os casos particulares que comprovam a afirmação geral. Desses, toma-se um que é examinado mais detidamente.

f) por definições, quando o tópico estabelece uma divisão em tipos, classes, etc:

A partir daqui, podemos distinguir as três espécies de dependência conforme entram num processo ou num sistema. Denominaremos *solidariedade* a interdependência entre termos num processo, e *complementaridade* a interdependência entre termos num sistema.

> A determinação entre termos num processo será chamada *seleção*, e entre termos num sistema, *especificação*. As constelações serão denominadas *combinações* num processo e *autonomias* num sistema. (HJELMSLEV, Luís. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo, Perspectiva, 1975, p. 29-30)

O tópico diz que os três tipos de relações de dependência lingüística podem dar-se entre termos do sistema ou do processo. O desenvolvimento define cada um desses tipos.

Voltamos a insistir num ponto. O parágrafo padrão, composto de tópico frasal e desenvolvimento, é apenas uma tendência de construção dessa unidade de composição. O que aqui foi chamado parágrafo padrão é a possibilidade mais comum de estruturação dessa unidade. Isso não quer dizer que a organização em parágrafos seja aleatória, mas que o parágrafo não tem que, obrigatoriamente, estruturar-se dessa maneira.

A paragrafação, na verdade, reflete a divisão do tema feita por aquele que escreve. O bom domínio da técnica da divisão em parágrafos não depende de "macetes", mas da clareza que o enunciador tem da organização do tema e da hierarquia das idéias que serão desenvolvidas. Fazem-se parágrafos para obter eficácia comunicativa, para dar ênfase a determinado aspecto do tema, para pôr em realce certas idéias. Diz o lingüista russo Mikhail Bakhtin que afirmar que o parágrafo deve encerrar um pensamento completo não significa nada, pois "pensamento completo" não é uma categoria lingüística. Ele é, na verdade, similar às réplicas de um diálogo, ele ajusta-se a reações previstas do leitor (1979, 127).

A paragrafação reflete o plano do texto. Estará ela bem feita, se o leitor for capaz de apreender esse plano. Cabe lembrar os dois erros mais freqüentes no estabelecimento de parágrafos: 1) a ausência completa de parágrafos, ou seja, a redução do texto todo a um único parágrafo; 2) presença absoluta de parágrafos, ou seja, a transformação de cada período num parágrafo. Ambos os estilos de paragrafação indicam incapacidade de organizar e de hierarquizar as informações.

Evite começar o texto com um parágrafo constituído de uma única oração. Só em casos muito especiais (por exemplo, em textos publicitários), essa forma de principiar um texto produz bom efeito.

Lição 10

Características lingüísticas da dissertação

Em nosso dia-a-dia, operamos com muitos tipos de textos: literários e científicos, em prosa e em verso, políticos, religiosos, didáticos, jornalísticos, etc. Há uma classificação de textos que, por sua utilidade e abrangência, passou a ser muito utilizada na escola. É a que os divide em descritivos, narrativos e dissertativos. Nosso objetivo, nesta lição, é estudar as características lingüísticas do texto dissertativo. Faremos isso a partir da comparação entre esse tipo de texto e a narração e a descrição.

Uma primeira observação de faz necessária. Dificilmente, esses tipos encontram-se em estado puro. Normalmente, num texto, alteram-se trechos descritivos, narrativos e dissertativos. Por razões didáticas, estudamo-los separadamente.

Narração

Leia o texto abaixo:

Marquesa, porque eu serei marquês

Positivamente, era um diabrete Virgília, um diabrete angélico, se querem, mas era-o, e então...

Então apareceu o Lobo Neves, um homem que não era mais esbelto do que eu, nem mais elegante, nem mais lido, nem mais simpático, e todavia foi quem me arrebatou Virgília e a candidatura, dentro de poucas semanas, com um ímpeto verdadeiramente cesariano. Não precedeu nenhum despeito; não houve a menor violência de família. Dutra veio dizer-me, um dia, que esperasse outra aragem, porque a candidatura de Lobo Neves era apoiada por grandes influências. Cedi; tal foi o começo de minha derrota. Uma semana depois, Virgília perguntou ao Lobo Neves, a sorrir, quando seria ele ministro.

– Pela minha vontade, já; pelas dos outros, daqui a um ano.

Virgília replicou:

– Promete que algum dia me fará baronesa?

– Marquesa, porque eu serei marquês.

Desde então, fiquei perdido. Virgília comparou a águia e o pavão, e elegeu a águia, deixando o pavão com o seu espanto, o seu despeito, e três ou quatro beijos que lhe dera. Talvez cinco beijos; mas dez que fossem não queria dizer cousa nenhuma. (ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, p. 560-561)

Observando o texto acima, podemos constatar nele as seguintes características:

a) É um texto figurativo, porque é construído basicamente com termos concretos: *diabrete, Lobo Neves, homem, esbelto, Virgília, Dutra, baronesa, marquês, beijos, esterilizar, solo*, etc. Mesmo quando se usam termos abstratos (por exemplo, *ímpeto, elegante, simpático, despeito*), eles são utilizados em referência a um ser particular.

b) O texto relata mudanças de situação, transformações de estado, operadas por um sujeito. As principais mudanças operadas no texto são: o narrador era candidato a deputado e estava noivo de Virgília; Lobo Neves arrebatou-lhe tanto a candidatura quanto Vigília. Além dessas, há outras transformações: Lobo Neves não participava da vida do narrador e de Virgília e passou a participar; o narrador não tinha despeito e tornou-se despeitado, etc.

c) As mudanças relatadas organizam-se numa sucessão, segundo relações de anterioridade, posterioridade e concomitância. Não importa a ordem em que os enunciados aparecem no texto, o que o leitor precisa é compreender sua sucessão temporal: o narrador era candidato a deputado e noivo de Virgília; aparece Lobo Neves; este articula sua candidatura; Dutra vai dizer ao narrador que espere outro momento; o narrador cede; Virgília compara a águia (Lobo Neves) com o pavão (o narrador); Virgília prefere a águia; o narrador fica sem a noiva.

d) Os tempos verbais utilizados na narrativa são os do subsistema do pretérito: pretérito perfeito (*apareceu, arrebatou, precedeu, houve, cedi, foi*); pretérito imperfeito (*era*), pretérito mais-que-perfeito (*dera*), futuro do pretérito (*seria*). É claro que se exclui da temporalidade da narrativa o diálogo, porque, como simula o momento da fala, nele se utiliza o subsistema temporal do presente.

O texto acima é uma narração, ou seja, o relato de uma sucessão de ações, realizadas com vistas a alterar certas situações. Os traços lingüísticos da narração são os seguintes (é preciso lembrar que o que define um tipo de texto é o conjunto das características e não cada uma delas isoladamente, porque cada espécie compartilha com outras certas particularidades):

a) é um conjunto de transformações de estado referentes a seres particulares (mesmo que esses seres sejam coletivos: os romanos, por exemplo), que se dá em tempos bem delimitados e em espaços bem demarcados;

b) como é um texto que conta mudanças concernentes a seres particulares, opera predominantemente com termos concretos, ou seja, é figurativo;

c) é um texto que se organiza em função de uma progressão temporal, ou seja, as transformações são anteriores, concomitantes e posteriores umas em

relação às outras (é claro que o narrador pode dispor os enunciados como quiser, desde que deixe claro o que é anterior, concomitante ou posterior; pode fazer isso, usando marcadores de progressão temporal, como *enquanto isso, mais tarde, pouco antes,* etc.);

d) o tempo do ato de narrar é por definição o presente, porque o presente é o momento da fala e o contar é um ato de fala; por conseguinte, ele é posterior ao momento em que acontece a história: por isso, os tempos por excelência da narração são os do subsistema do pretérito (pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito); nela, o imperfeito, que indica uma durativicade, está sempre correlacionado a pretéritos perfeitos, que marcam a ação acabada.

A questão do uso dos tempos na narração merece um exame mais detalhado. Sé é verdade que, em geral, as narrações são construídas com os tempos do pretérito, podemos ter algumas que utilizam o subsistema do presente ou o do futuro. Quando se pretende indicar uma concomitância entre o ato de narrar e os acontecimentos narrados, para simular que eles estão ocorrendo no momento mesmo em que se relata, usa-se o subsistema do presente (presente, pretérito perfeito e futuro do presente). Nas transmissões ao vivo de competições esportivas, cerimônias públicas, etc., faz-se esse tipo de narrativa. No entanto, o uso do subsistema do presente apenas cria um simulacro de concomitância, dado que só se pode narrar o que já ocorreu, mesmo que o momento do acontecimento tenha sido um instante antes do ato de relatar. Veja um exemplo de uma narrativa construída com os tempos do subsistema do presente.

> Volto à antiga cidadezinha em busca dos meus fantasmas. Entro no velho Hotel dos Viajantes sem viajantes e vejo que ninguém me reconhece e eu não reconheço mais ninguém. Saio sem ser vista. Já é tarde e o Largo do Jardim está deserto na noite fria. Fecho o casaco e me sento num banco. A igreja. O coreto. Olho as casas fazendo um círculo em redor do jardim e não sei mais qual delas teria sido a nossa, são parecidas na decadência e no escuro. (...) Procuro o Beco das Cocadas. A velha casa desapareceu, mas ficou o muro arruinado, coberto de musgo. Passo a mão no musgo úmido. (TELLES, Lygia Fagundes. *A disciplina do amor.* 6 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 15)

Nas chamadas narrativas proféticas (como, por exemplo, horóscopos, previsões meteorológicas, profecias), os acontecimentos são vistos como posteriores ao ato de narrar e, por isso, são relatados nos tempos do subsistema do futuro (presente do futuro, futuro anterior e futuro do futuro). É muito difícil encontrar narrações que se constroem com os tempos do futuro, porque,

geralmente, nas narrativas proféticas, utiliza-se o presente com o valor de futuro ou considera-se o futuro como algo já acontecido e, nesse caso, narra-se com os tempos do subsistema do pretérito. Vejamos um trecho de *Os Lusíadas,* em que o gigante Adamastor faz suas previsões:

> Outro também virá, de honrada fama,
> Liberal, cavaleiro, enamorado,
> E consigo tratá a fermosa dama
> Que Amor por grão mercê lhe terá dado.
> (V, 46, 1-4)

Descrição

Leia agora o texto que segue:

Caçada

Em pé, no meio do espaço que formava a grande abóbada de árvores, encostado a um velho tronco decepado pelo raio, via-se um índio na flor da idade.

Uma simples túnica de algodão, a que os indígenas chamavam *aimará*, apertada à cintura por uma faixa de penas escarlates, caía-lhe dos ombros até ao meio da perna e desenhava o talhe delgado e esbelto como um junco selvagem.

Sobre a alvura diáfana do algodão, a sua pele, cor de cobre, brilhava com reflexos dourados; os cabelos pretos cortados rentes, a tez lisa, os olhos grandes com os cantos exteriores erguidos para a fronte; a pupila negra, móbil, cintilante; a boca forte, mas bem modelada e guarnecida de dentes alvos, davam ao rosto pouco oval a beleza inculta da graça, da força e da inteligência.

Tinha a cabeça cingida por uma fita de couro, à qual se prendiam do lado esquerdo duas plumas matizadas, que, descrevendo uma longa espiral, vinham roçar com as pontas negras o pescoço flexível.

Era de alta estatura; tinha as mãos delicadas; a perna ágil e nervosa, ornada com uma axorca de frutos amarelos, apoiava-se sobre um pé pequeno, mas firme no andar e veloz na corrida. Segurava o arco e as flechas com a mão direita caída, e com a esquerda mantinha verticalmente diante de si um longo forcado de pau enegrecido pelo fogo. (...)

Nesse instante erguia a cabeça e fitava os olhos numa sebe de folhas que se elevava a vinte passos de distância, e se agitava imperceptivelmente.

Ali, por entre a folhagem, distinguiam-se as ondulações felinas de um dorso negro, brilhante, marchetado de pardo; às vezes viam-se brilhar na

sombra dois raios vítreos e pálidos, que semelhavam os reflexos de alguma cristalização de rocha, ferida pela luz do sol.

Era uma onça enorme; de garras apoiadas sobre um grosso ramo de árvore, e pés suspensos no galho superior, encolhia o corpo, preparando o salto gigantesco.

Batia os flancos com a larga cauda e movia a cabeça monstruosa, como procurando uma aberta entre a folhagem para arremessar o pulo; uma espécie de riso sardônico e feroz contraía-lhe as negras mandíbulas e mostrava a linha de dentes amarelos; as ventas dilatadas aspiravam fortemente e pareciam deleitar-se já com o odor do sangue da vítima.

O índio, sorrindo e indolentemente encostado ao tronco seco, não perdia um só destes movimentos, e esperava o inimigo com a calma e serenidade do homem que contempla uma cena agradável: apenas a fixidade do olhar revelava um pensamento de defesa. (ALENCAR, José de. *O Guarani*. SãoPaulo, Saraiva, 1968,vol. I, p. 18-19)

Sobre esse texto, podemos fazer as seguintes observações:

a) É um texto figurativo, pois é montado basicamente com termos concretos: *árvores, diáfana, algodão, pele, cor de cobre, brilhar, reflexos, dourados, cabelos, pretos, cortados, rentes, tronco, raio, caía, índio, escarlate, desenhava, ombros,* etc.

b) Seus enunciados retratam elementos que ocorrem simultaneamente; não há entre eles relações de anterioridade e de posterioridade: todas as características físicas do índio co-ocorrem (alta estatura, mãos delicadas, perna ágil e nervosa, pé pequeno, mas firme no andar e veloz na corrida); ao mesmo tempo que segurava, com a mão direita, o arco e as flechas, mantinha, com a esquerda, diante de si, um forcado; enquanto a onça batia os flancos com a cauda, movia a cabeça, uma espécie de riso contraía-lhe as mandíbulas e mostrava os dentes amarelos, etc. O narrador pretende fazer o leitor ver um quadro, apresentar-lhe um retrato de uma situação e não traçar uma cronologia de ações. É como se ele congelasse um instante, para mostrar-nos o índio e a onça frente a frente. Os enunciados podem ser invertidos, sem que se alterem relações temporais.

c) Como o texto trabalha com aspectos concomitantes da cena, todos os verbos estão num único tempo, o pretérito imperfeito, que indica uma concomitância durativa em relação a um marco temporal pretérito.

d) A organização do texto é espacial: vai da figura do índio para a da onça e volta para a do índio.

Esse texto é descritivo. Descrição é o retrato de um ser concreto (pessoas, objetos, situações), que se quer dar a conhecer ao leitor. É um retrato verbal.

Nela, mostram-se as características do ser, consideradas fora da relação de anterioridade e de posterioridade.

As peculiaridades do texto descritivo são:

a) como o narrativo, é figurativo;

b) ao contrário do narrativo, não relata mudanças de estado, mas apresenta propriedades e aspectos simultâneos dos elementos descritos no interior de uma única situação;

c) como mostra apenas o que ocorre simultaneamente, não há relação de anterioridade e de posterioridade entre os enunciados (podem até ocorrer anterioridade e simultaneidade no nível dos acontecimentos, mas não no nível do relato: por exemplo, no texto *Caçada*, diz-se que o índio erguia a cabeça e fitava os olhos numa sebe de folhas; essas duas ações, que são, respectivamente, anterior e posterior, são apresentadas como sendo simultâneas na cena);

d) como a simultaneidade é característica central da descrição, os dois tempos com que se constrói o texto descritivo são o presente, que indica uma concomitância em relação ao momento da fala, e o pretérito imperfeito, que assinala uma concomitância durativa em relação a um marco temporal pretérito instaurado no texto;

e) o texto organiza-se espacialmente: de cima para baixo, da direita para a esquerda, de fora para dentro, de um componente para outro, etc.

O traço básico do texto descritivo é, como dissemos, a simultaneidade e não, como dizem certos autores, a estaticidade. Por isso, nele podem-se mostrar ações e movimentos. O que é preciso é que as ações e os movimentos sejam vistos como simultâneos, que não haja progressão temporal entre eles. É muito fácil transformar uma descrição em narração. Basta que se introduza nela um enunciado que indique mudança de estado. Se se usar um verbo no perfeito, que indica uma ação acabada, já se passa da descrição para a narração. Os textos narrativos começam, em geral, com uma descrição. Nela, apresentam-se estados que sofrerão transformações, apresentam-se personagens, lugares e situações que serão ou poderão ser alterados.

Dissertação

Leia o texto a seguir:

> Ao mesmo tempo que a cultura humana deve à linguagem a riqueza de conteúdo que a distingue da herança social dos animais, a própria linguagem é parte integrante da cultura. Foi a estrutura do cérebro humano e dos órgãos

> vocais que tornou possível a palavra, mas a atribuição de valores simbólicos a certas combinações de sons e a capacidade de emitir esses sons não constituem por si sós a linguagem. Esta só apareceu quando dois ou mais indivíduos aprenderam a atribuir os mesmos valores às mesmas combinações de sons e a usar essas combinações para comunicar suas idéias. As associações entre sons e idéias são puramente arbitrárias. A mesma combinação pode ter significados totalmente diferentes em línguas diferentes, ou ter numerosos significados dentro da mesma língua. Em português por exemplo, a palavra "pena" tem diversos sentidos. A linguagem é, pois, uma forma de comportamento aprendido e transmitido; e o indivíduo precisa adquiri-la da mesma maneira pela qual adquire qualquer outro item da cultura que lhe coube em herança. Mas é sempre um dos primeiros itens a aprender-se e, uma vez adquirida, torna-se a chave que abre aos indivíduos o resto da cultura. (LINTON, Ralph. *O homem: uma introdução à Antropologia*. 6 ed. São Paulo, Martins, 1968, p. 105-106)

Esse texto apresenta os seguintes traços lingüísticos:

a) É um texto temático, pois opera predominantemente com termos abstratos: *cultura, humana, riqueza, distinguir, herança social, estrutura, valor, simbólico, combinação, capacidade, comunicar, idéias;* mesmo quando são usados termos concretos, como *cérebro, órgãos vocais, indivíduo,* são utilizados em seu valor genérico, não para falar de um ser singular.

b) O texto apresenta mudanças de situação: a estrutura do cérebro e dos órgãos vocais permitiu a passagem do estado de inexistência da palavra para o de existência; dois ou mais indivíduos não sabiam atribuir os mesmos valores às mesmas combinações de sons e usar essas combinações para comunicar suas idéias e passaram a saber fazê-lo (aprenderam); o indivíduo não tem a linguagem: adquire-a, como qualquer outro item da cultura.

c) Não há uma progressão cronológica dos enunciados, mas lógica. Um não é anterior ao outro em função de uma temporalidade, mas de uma concatenação lógica. Por exemplo, o enunciado *A linguagem é, pois, uma forma de comportamento aprendido e transmitido* é posterior aos enunciados que dizem que a linguagem só aparece, quando dois ou mais indivíduos aprendem a atribuir os mesmos valores às mesmas combinações de sons e a usar essas combinações para comunicar suas idéias, que as associações entre sons e idéias são arbitrárias, que a mesma combinação pode ter significados totalmente diferentes em línguas diferentes ou numerosos significados dentro da mesma língua, porque indica a conclusão que se extrai deles.

d) O produtor desse texto pretende fazer afirmações de valor universal sobre a linguagem. Por isso, o tempo verbal preponderante do texto é o presente

com valor atemporal. Quando se diz *As associações entre sons e idéias são puramente arbitrárias,* não se está afirmando que, neste momento, elas são arbitrárias, mas sempre; que isso é válido para todas as línguas do mundo. Além do presente atemporal, aparece no texto o pretérito perfeito, para indicar fatos ocorridos anteriormente ao momento da fala.

Esse texto é uma dissertação, ou seja, uma explicação, uma análise, de um fato qualquer.

Os traços do texto dissertativo são:

a) ao contrário da narração e da descrição, é um texto temático, ou seja, construído preponderantemente com termos abstratos: a dissertação não trata de episódios ou seres concretos e particulares; mesmo quando parte do particular, apresenta análises e interpretações válidas para muitos casos singulares;

b) da mesma maneira que o texto narrativo, mostra mudanças de situação;

c) as relações relevantes entre os enunciados do texto não são as temporais, como na narração, mas as lógicas: analogia, pertinência, causalidade, correspondência, implicação, etc;

d) como pretende apresentar verdades gerais, o tempo central da dissertação é o presente com valor atemporal; vale-se ela ainda, basicamente, dos tempos do subsistema do presente (presente, pretérito perfeito e futuro do presente), para falar de fatos que estão colocados numa temporalidade;

e) como pretende apresentar-se como um discurso objetivo, normalmente o *eu* ausenta-se do texto; prefere-se, então, o uso de formas impessoais (por exemplo, não se diz *eu penso,* mas *pensa-se*).

Pode-se perguntar agora por que existem esses três tipos distintos de texto. Porque cada um deles tem uma função diferente.

Os textos figurativos representam o mundo, criam um simulacro da realidade. Essa é a função básica da narração e da descrição. Aquela relata as mudanças de situação de seres particulares, numa determinada progressão temporal, o que significa que mostra o mundo em mudança, que apresenta o dinamismo das transformações. Esta retrata o ser num dado momento, fora do dinamismo da mudança, faz ver propriedades e aspectos simultâneos de um ser particular (uma noite de luar, um engarrafamento, uma paisagem, uma pessoa, etc.).

O texto dissertativo é temático. Por conseguinte, explica, classifica, analisa, avalia os seres concretos. A referência ao mundo é feita por intermédio de conceitos amplos, modelos genéricos, muitas vezes abstraídos do tempo e do espaço. Ao apresentar as transformações de estado não se importa com as relações de anterioridade e de posterioridade, mas fundamentalmente com as

relações de causalidade, implicação, etc. As mudanças são, pois, tratadas de maneira diferente na narração e na dissertação. Aquela visa a relatar as mudanças; esta, a explicar e interpretar as transformações relatadas. Por ser mais abstrato, o texto dissertativo debruça-se sobre a explicação de dados concretos. Incorpora a referência a fatos particulares (narrações e descrições), mas apenas para ilustrar afirmações gerais, para argumentar a favor ou contra uma determinada tese. O discurso científico, o filósofo, o político são dominantemente dissertativos.

Muitas vezes se pensa que o ponto de vista do enunciador (= o produtor do texto) se manifesta apenas na dissertação. Não é verdade. Em todos os tipos de texto, o enunciador manifesta sua visão. A diferença está no modo como se faz isso. Sendo a dissertação um texto temático, o enunciador expõe, de maneira explícita, sua perspectiva sobre um dado assunto. No exemplo de texto dissertativo mostrado acima, o enunciador afirma que a aquisição da linguagem se dá por aprendizagem. Nesse caso, opõe-se ao ponto de vista de que a aquisição da primeira língua é um processo de maturação, em contacto com uma dada realidade lingüística, de uma gramática universal inata.

Na descrição, o enunciador apresenta sua visão pelos aspectos selecionados para mostrar e pelos termos escolhidos para retratar. No texto descritivo acima, o enunciador apresenta positivamente a figura do índio, mostra apenas aspectos que evidenciam sua beleza, sua força. Todos os termos escolhidos para descrever a personagem têm valor positivo, desde a alvura diáfana de sua túnica até os brilhos com reflexo dourado de sua pele. Esse texto é romântico. Esse período literário dinamizou os mitos da nação e do herói. A nação é uma idéia extremamente importante. É para consolidá-la que os românticos cultuam as línguas nacionais e o folclore, voltam ao passado, para analisar as origens da nacionalidade. No Brasil, o romantismo coincide com o momento da independência. O indianismo está inserido nesse movimento de busca das raízes da nacionalidade. Nele, o índio é visto como um nobre, como um ser belo, etc. Concorre também para isso o ideário iluminista do bom selvagem.

Na narração, contrapõem-se percursos figurativos, para revelar o ponto de vista do enunciador. No texto *Marquesa, porque eu serei marquês,* o narrador opõe o percurso figurativo da águia (Lobo Neves) ao do pavão (o próprio narrador). Este era mais esbelto, mais elegante, mais lido, mais simpático, mas aquele tinha determinação, vontade, ambição, segurança. Ao contrapor as metáforas da águia e o pavão, o narrador está desvelando sua posição sobre os protagonistas do episódio.

Não podemos esquecer-nos de que sob a camada figurativa de um texto, há temas. Por conseguinte, com a organização figurativa, o enunciador manifesta pontos de vista sobre o que narra ou descreve.

Lição 11

Estruturação dos conteúdos da dissertação

Suponhamos que os enunciados abaixo sejam temas de dissertação:

1.a) As atitudes dos indivíduos nem sempre revelam seus verdadeiros sentimentos.
   b) Quem vê cara não vê coração.
2.a) Só realiza grandes feitos quem é capaz de enfrentar a dor e o sofrimento.
   b) Quem quer passar além do Bojador
      Tem que passar além da dor. (Fernando Pessoa)
3. a) As dores morais são preferíveis às físicas.
   b) Não te irrites se te pagarem mal um benefício: antes cair das nuvens que de um terceiro andar. (Machado de Assis).

Uma dissertação é, na maioria dos casos, organizada em torno de um problema, enunciado explícita ou implicitamente. Quando está exposto de maneira implícita, é preciso antes de mais nada detectá-lo. Nos três exemplos acima, a questão sobre a qual se deve dissertar está enunciada explicitamente em *a* e implicitamente em *b*. Saber delimitar o tema e formular bem o problema que ele contém é a primeira condição para fazer uma boa dissertação.

Na maioria das dissertações, começamos por perguntar o que é que devemos demonstrar. Ela enuncia um problema e tenta resolvê-lo. Por isso, diz-se, em todos os manuais de redação, que uma dissertação organiza-se da seguinte maneira:

a) introdução – enuncia-se o problema;
b) desenvolvimento – discute-se o problema e tenta-se resolvê-lo;
c) conclusão – faz-se um balanço da discussão.

É evidente que uma dissertação tem essas três partes. No entanto, dizer apenas isso sobre o plano do texto não é suficiente. A questão é saber como se organiza cada uma delas. Por isso, analisemo-las mais detidamente.

A introdução

Leia os dois primeiros parágrafos do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos ou imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e idéias de que somos herdeiros. (8 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, p. 3)

A introdução contém, freqüentemente, uma *idéia geral,* que é dada por um fato da atualidade, uma lembrança uma afirmação de alcance universal, a alusão a uma experiência pessoal, a citação de uma cifra eloqüente, etc., e um *problema,* que, mesmo que não se apresente sob a forma de uma interrogação, pode ser reduzido a uma curta pergunta. No texto de Sérgio Buarque de Holanda transcrito acima, o primeiro parágrafo enuncia a idéia geral: a cultura brasileira é resultado da transplantação da cultura européia para um clima e uma paisagem desfavoráveis a ela. No segundo, explicita-se o problema: até onde temos podido representar essa cultura de que somos herdeiros?

O desenvolvimento vai discutir o problema, vai examiná-lo, vai explicitá-lo. Não é um bloco compacto, mas se organiza em partes.

O desenvolvimento

Primeiro tipo de plano: o dialético

Leia o texto abaixo:

Todo poder aos professores

Grande ênfase será dada à educação no próximo governo, é o que se anuncia. O presidente eleito é visto em reuniões com auxiliares que, como ele próprio e sua mulher, são professores universitários.

Especialistas têm uma série de propostas para o problema, que é talvez o mais sério de todos, apesar de duplamente refratário à abordagem jornalística: por ser complexo demais e empolgante de menos.

Todo mundo parece de acordo em que é preciso utilizar melhor os recursos, reduzir desperdícios, estimular parcerias, pagar melhor e exigir mais do professor.

Mas há um aspecto que não pode ser quantificado e que nem sempre se leva em conta. Desde os anos 60 a relação professor-aluno se flexibilizou; o ensino deixou de ser dogmático e perdeu muito do seu caráter impositivo.

A idéia é que o aluno passe a ser um sujeito ativo na relação de aprendizado. Seminários e laboratórios ganharam espaço em detrimento das aulas expositivas. Trabalhos, de preferência em grupo, substituíram em parte as antigas provas.

Procurou-se estimular a "criatividade" do aluno e reduzir as tarefas ligadas à memorização de dados. Essa ideologia predomina hoje em qualquer escola. Seus pressupostos parecem muito sensatos e de fato arejaram o ensino.

O lado perverso é que essa doutrina vestiu como uma luva nas carências materiais e pedagógicas, para gerar distorções absurdas, em especial no ensino superior.

Como o diploma virou passaporte para um emprego, reprovar passou a ser anti-social. Estudantes e professores terminaram unidos numa frente única cuja ação é ditada pela lei do menor esforço.

Além de ser mais chique, do ponto de vista ideológico, o seminário é mais cômodo para os dois lados: nem o professor prepara aula, nem o aluno estuda, e ambos entram com sua cota de "participação crítica".

Cheguei a ver, por exemplo, na Faculdade de Letras da USP, uma professora anunciar o cancelamento das provas de fim de curso como uma "vitória" obtida pelos estudantes (e, modestamente, por ela).

Já que o mundo passa por uma histeria de volta ao passado, ao menos em relação ao que parecia "futuro" nos anos 60, talvez fizéssemos bem em rever grande parte das mudanças do ensino nesses 30 anos.

Porque os resultados, mesmo nas boas escolas, não parecem encorajadores. A ideologia do ensino crítico está produzindo gerações de tontos. A lassidão, o vale-tudo, a falta de autoridade professoral desestimula a própria rebeldia do estudante.

FHC conta com a ajuda do filósofo José Arthur Gianotti, um paradigma na universidade brasileira, célebre por massacrar seus alunos e ao mesmo tempo estabelecer com eles o mais livre debate intelectual.

Vamos ver se conseguem alterar a mentalidade dominante nas escolas. O lema bem que poderia ser: " Todo poder aos professores!" (FRIAS FILHO, Otavio. *Folha de S. Paulo*, 17/11/1994, 1-2)

Analisemos como se organizam os conteúdos desse texto:

introdução: idéia geral – ênfase a ser dada à educação no próximo governo e consenso sobre a necessidade de mudanças profundas nesse setor (3 primeiros parágrafos);

problema – o ensino deve ser dogmático e ter um caráter impositivo? (quarto parágrafo);

desenvolvimento: tese – o ensino não deve ser dogmático e não deve ter um caráter impositivo;

argumentos a favor da tese – aluno passa a ser sujeito ativo na relação de aprendizado (quinto parágrafo); estímulo à criatividade (sexto parágrafo);

antítese – o ensino deve ser dogmático e ter um caráter impositivo;

argumentos a favor da antítese (objeções à tese) – distorções produzidas pela tese (sétimo parágrafo); reprovação passou a ser anti-social e lei do menor esforço passou a ditar a ação pedagógica (oitavo parágrafo); comodismo dos professores e dos alunos (nono parágrafo), dificuldades de reversão do quadro (décimo e décimo primeiro parágrafos);

síntese – necessidade da volta do ensino dogmático e de caráter impositivo (décimo segundo parágrafo); razões que determinam essa volta (décimo terceiro parágrafo); exemplo do bom professor (décimo quarto parágrafo);

conclusão: expectativa de que a mentalidade expressa na tese se altere; divisa que sintetiza essa mudança (último parágrafo).

Esse texto segue, no desenvolvimento, um dos planos mais comuns numa dissertação: o dialético. Nele, os conteúdos organizam-se da seguinte maneira:

tese (ponto de vista sobre a questão) – argumentos em favor dela;

antítese (ponto de vista contrário ao exposto anteriormente sobre a questão) – argumentos em favor dela (objeções à tese, restrições a ela);

síntese, que pode ser a vitória de uma das teses em conflito ou sua conciliação, seja pelo estabelecimento de uma verdade média mais matizada que as expressas na tese e na antítese, seja pela ultrapassagem da contradição pelo concurso de novos elementos que demonstrem que ela é apenas aparente.

No texto de Otávio Frias Filho, a síntese é a demonstração de que a antítese deve prevalecer sobre a tese.

Dois defeitos devem ser evitados quando se utiliza esse tipo de desenvolvimento:

a) justaposição de idéias opostas: nesse caso, defende-se uma tese e, sem transição, passa-se a sustentar uma tese oposta. Por exemplo, isso ocorreria se, numa dissertação, depois de mostrar que a criminalidade no Brasil atingiu

proporções inquietantes, o enunciador passasse, sem nenhuma transição, a mostrar que essa inquietação não tem fundamento. Para fazer isso, precisaria, por exemplo, mostrar que a estabilização da economia produzirá um novo ciclo de crescimento econômico, que levará a uma diminuição da pobreza, e que o reaparelhamento e a moralização da polícia, processos já em curso, darão uma maior eficiência ao combate à criminalidade; que a diminuição da pobreza e uma maior eficiência no combate à criminalidade permitirão atenuar as inquietações expressas pela tese.

b) síntese inconsistente é aquela que tenta conciliar o que não é conciliável (suponhamos que Otávio Frias, em sua síntese, dissesse que é preciso que o ensino seja dogmático e não-dogmático). No entanto, como já mostramos, depois do exame das posições extremas expressas pela tese e pela antítese, pode-se chegar a um ponto de vista mais matizado, ultrapassando a contradição, que se revela aparente. Por exemplo, quando se defendem as teses de que a arte de um país deve ter um caráter nacional ou de que deve ela ter um caráter universal, pode-se chegar, na síntese, a uma verdade média que mostre que o universal é atingido por meio do particular.

Segundo tipo de plano: problema, causas e soluções.

Leia o texto que segue:

É proibido dirigir

Sair de casa nas grandes cidades brasileiras está-se tornando insuportável. As pessoas estão irritadas, cansadas e agressivas. As ruas, sujas. O barulho, de arrebentar os tímpanos. A causa dessa situação crítica é a proliferação dos automóveis. Há mais carros do que espaço para com eles trafegar. O brasileiro passa, em média, duas horas por dia dentro do carro apenas para fazer o trajeto entre sua casa e o trabalho. Quando chega um feriado como o desta e das duas últimas semanas, o sofrimento se transfere para as estradas. O que deveria ser um momento de descanso e descontração se transforma num martírio. Os 60 quilômetros que separam São Paulo do litoral do Estado, por exemplo, chegam a custar quatro ou cinco horas para o já estressado paulistano. Caminhamos rumo ao caos inevitável, se não forem tomadas medidas drásticas.

O problema dos automóveis nas regiões urbanas será cada vez mais parecido com o do cigarro. Continuarão sendo fabricados e vendidos, mas surgirão cada vez mais obstáculos ao seu uso. O aquecimento da economia piora esse quadro. Quanto maior for a distribuição de renda entre nós, maior será a quantidade de carros em circulação e maior o caos urbano em que

nos meteremos. O aumento cotidiano de veículos em circulação prenuncia a falência dos sistemas de transporte.

Ainda que a administração pública brasileira fosse competente e incorruptível e investisse 50% dos orçamentos na construção de estradas, viadutos, garagens, em asfaltamento e abertura de novas ruas, a tendência seria termos no ano 2000 um trânsito infinitamente mais caótico que o de hoje e um ar cada vez mais poluído. A única saída é mudar nosso modelo de desenvolvimento, centrado hoje no transporte individual. Fora isso, não há salvação. (...)

Precisamos menos de engenheiros e tocadores de obras e mais de estadistas, que consigam enxergar o que ocorrerá com as cidades daqui a dez anos e alterem o padrão de desenvolvimento atual viabilizando projetos de transporte público rápido, limpo, confortável e barato. Além da visão estratégica das mudanças futuras, esses estadistas teriam de ter muita coragem para enfrentar a poderosa indústria automobilística e de acessórios, os sindicatos de trabalhadores e, de certo modo, todos os brasileiros que querem facilidade para circular com seu automóvel.

Afora o enfrentamento de interesses e a mudança nas concepções de conforto da população, seriam necessários muitos recursos para permitir alteração de tal vulto na economia, empregos, obras e equipamentos voltados para o transporte público. Isso poderia ser obtido com a incidência de um imposto de 5% sobre o consumo da gasolina e do álcool. Uma maneira de tirar recursos do transporte individual para aplicar no coletivo e seria também uma forma de distribuição de renda. (MARICATO, Percival. *Veja*, 3/5/1995, p. 134)

Esclareçamos inicialmente que eliminamos a conclusão do texto acima. Por isso, apresenta ele apenas a introdução e o desenvolvimento. Segue o seguinte plano:

introdução – a partir de dados precisos, de cifras, o enunciador expõe o problema: o trânsito nas grandes cidades brasileiras está caótico (primeiro parágrafo);

desenvolvimento – *causa*: número de carros em circulação, problema que se agravou com o aquecimento da economia e que se tornará pior com uma melhor distribuição de renda (segundo parágrafo); no último período do terceiro parágrafo, aparece uma outra causa: modelo de desenvolvimento centrado no transporte individual;

solução: inicialmente, aponta-se uma falsa solução (investimento em obras viárias); em seguida, as reais soluções (mudança do modelo de desenvolvimento centrado no transporte individual, com investimentos maciços em transporte público e com restrições ao transporte individual; financiamento do programa de

investimentos em transporte público com impostos incidentes sobre os combustíveis para transporte individual) (dois últimos parágrafos).

Esse tipo de dissertação aponta um problema, discute suas causas e aponta soluções.

Terceiro tipo de plano: o inventário.

Leia o texto abaixo:

O Romantismo

Segundo Paul Valéry, seria necessário ter perdido todo o espírito de rigor para querer definir o Romantismo. Mas aqui, como nos outros ciclos culturais, o todo é algo mais que a soma das partes: é gênese e explicação. O amor e a pátria, a natureza e a religião, o povo e o passado, que afloram tantas vezes na poesia romântica, são conteúdos brutos, espalhados por toda a história das literaturas, e pouco ensinam ao intérprete do texto, a não ser quando postos em situação, tematizados e lidos como estruturas estéticas.

Como tematizam os escritores românticos esses assuntos?

O fulcro da visão romântica do mundo é o sujeito. Diríamos hoje, em termos de informação, que é o emissor da mensagem. O *eu* romântico, objetivamente incapaz de resolver os conflitos com a sociedade, lança-se à evasão. No tempo, recriando uma Idade Média gótica e embruxada. No espaço, fugindo para ermas paragens ou para o Oriente exótico.

A natureza romântica é expressiva. Ao contrário da natureza árcade, decorativa. Ela *significa e revela*. Prefere-se a noite ao dia, pois à luz crua do sol o real impõe-se ao indivíduo, enquanto é na treva que latejam as forças inconscientes da alma: o sonho, a imaginação.

O mundo natural *encarna* as pressões anímicas. E na poesia ecoam o tumulto do mar e a placidez do lago, o fragor da tempestade e o silêncio do ocaso, o ímpeto do vento e a fixidez do céu, o terror do abismo e a serenidade do monte.

Enfim, com a *música*, a mais livre das artes, esperavam os românticos entregar-se ao fluxo infinito do Cosmos:

> A música de Beethoven – dizia Hoffman – põe em movimento a alavanca do medo, do terror, do arrepio, do sofrimento, e desperta precisamente esse infinito anelo que é a essência do Romantismo.

Infinito anelo. Nostalgia do que se crê para sempre perdido. Desejo do que se sabe irrealizável: a liberdade absoluta na sociedade advinda com a Revolução de 89.

Na ânsia de reconquistar "as mortas estações" e de reger os tempos futuros, o Romantismo dinamizou grandes mitos: a nação e o herói.

A nação afigura-se ao patriota do século XIX como uma idéia-força que tudo vivifica. Floresce a História, ressurreição do passado e retorno às origens (Michelet, Gioberti). Acendra-se o culto à língua nativa e ao folclore (Schlegel, Garrett, Manzoni), novas bandeiras para os povos que aspiram à autonomia, como a Grécia, a Itália, a Bélgica , a Polônia, a Hungria, a Irlanda. Para algumas nações nórdicas e eslavas e, naturalmente, para todas as nações da América, que ignoraram o Renascimento, será o momento da grande afirmação cultural. Mazzini, apóstolo da unidade italiana, viu bem o próprio século: "hora do advento das nações".

Entretanto, o nexo entre o *eu* e a *História,* mantido no pensamento abstrato de um Ficht, logo se desata na práxis de uma sociedade descontínua por excelência. O homem romântico reinventa o *Herói,* que assume dimensões titânicas (Shelley, Wagner), sendo afinal reduzido a cantor da sua própria solidão (Fóscolo, Vigny). (BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira.* São Paulo, Cultrix, 1975, p. 99-104) (texto adaptado)

Desse texto constam somente a introdução e o desenvolvimento. Analisemos como se organizam os conteúdos:

introdução: dificuldade para definir o Romantismo, maneira de fazê-lo (pela tematização específica dos assuntos e pela sua leitura como estruturas estéticas);

desenvolvimento: inventário das tematizações românticas:

a) subjetividade;

b) conflito entre o eu e a sociedade e evasão temporal e espacial;

c) expressividade da natureza;

d) infinito anelo;

e) dinamização do mito da nação;

f) dinamização do mito do herói.

O plano inventário pode ser usado, quando a dissertação não se apresenta propriamente como resolução de um problema, mas procura explicar algum fenômeno cultural, algum fato, etc. Por exemplo, desafios da diplomacia brasileira hoje (é claro que esse tema poderia ser tratado também a partir de um plano dialético).

O inventário não é um simples arrolamento. Ele deve explicar, definir, comprovar alguma coisa. No caso do texto de Alfredo Bosi, o inventário comprova que há uma singularidade na tematização de determinados assuntos feita pelos românticos. Ademais, os elementos repertoriados precisam construir uma progressão.

O plano inventário é, em síntese, aquele que enumera e explica todos os elementos que compõem um dado assunto.

Quarto tipo de plano: o comparativo.

Leia o texto que segue:

Racismo e cultura

Se compararmos o racismo do século XIX e aquele que preside o nazismo com o racismo contemporâneo, as diferenças são grandes e delas é preciso tratar.

Sem dúvida, todos os racismos possuem em comum a idéia da nação una e indivisa no espaço e no tempo; a idéia de raças inferiores e superiores por hereditariedade; o conservadorismo reacionário antidemocrático e autoritário. São ideologias etnocêntricas e xenófobas. São ideologias biológicas, psicológicas e políticas. São nacionalistas e erguem mitos nacionais, operam com a identidade nacional mítica, o caráter nacional mítico. Mas são histórica e conceitualmente diferentes. Diferença histórica: o racismo nacionalista do século XIX e da primeira metade do século XX exprime o momento de construção, consolidação e plenitude dos Estados Nacionais; o racismo nacionalista do final do século XX exprime a mudança que o capitalismo neoliberal impôs aos Estados nacionais, isto é, sua desaparição no mercado mundial transnacional e a formação de conglomerados políticos. Estamos assistindo ao possível término dos Estados nacionais e por isso o racismo nacionalista não pode, hoje, exprimir-se como se exprimia ontem.

Diferença conceitual ou ideológica: embora o racismo seja uma ideologia e uma paixão, embora seja essencialmente violento, não opera, hoje, com as categorias que lhe permitiam operar até os anos 50 de nosso século. A grande mudança ideológica lhe foi dada de presente, afinal, pelo discurso anti-racista dos anos 50 e 60. De fato, no antigo racismo era fundamental uma ideologia biológica e uma mitologia dos caracteres hereditários. O discurso anti-racista dos anos 60 e 70 demonstrou que a raça era, na verdade, etnia e que a etnia é um fato e um processo cultural-histórico, algo feito e construído pela ação humana e não um dado da natureza. O atual discurso racista se apropriou da elaboração anti-racista e fez dela sua nova bandeira. (...).

Os dois grandes tipos de discursos racistas, excluído o discurso apavorado e apavorante do racismo como paixão irracional – surgem, na verdade, legitimados pelos discursos anti-racistas. O primeiro é o discurso

universalista, o segundo, contrário ao primeiro, é o discurso comunitarista. O primeiro corresponde sobretudo ao século XIX e XX, até os anos 60; o segundo corresponde sobretudo ao final do nosso século. Isso não significa que o primeiro tenha desaparecido, mas ele permaneceu como discurso que corresponde ao do racismo mitológico passional, enquanto o segundo se tornou o discurso racista predominante.

O discurso racista universalista é o filho bastardo da revolução francesa (ou do que os marxistas chamam de revolução burguesa); o discurso racista comunitarista é o filho bastardo do pós-modernismo (isto é, do elogio do descentramento e da diferença). Antes de explicarmos essas filiações, vejamos o que são tais discursos, de acordo com a descrição que deles nos faz Taguieff.

Racismo universalista ou discriminatório: afirma a existência de um modelo universal de humanidade numa escala hierárquica de espécies ou raças que vão da inferior à superior; afirma a naturalidade da desigualdade e da hierarquia das raças. Este racismo, biológico e etnocêntrico – pois a raça superior é a minha – , presidiu a formação dos impérios coloniais, a escravatura, o nazismo, o fascismo. Seus axiomas são: a desigualdade é natural e nós somos os melhores; existe um único e verdadeiro tipo ou raça humana e somos nós. Como diz um autor, os outros pertencem a raças particulares e nós somos o universal. Os outros são não-humanos, semi-humanos ou quase-humanos. Nós somos os humanos e a humanidade. Exterminar o outro é natural e não é eticamente imoral, pois o outro não faz parte do gênero humano.

Racismo comunitarista ou diferencialista: é o racismo contemporâneo, que se apropriou dos pontos centrais do anti-racismo, isto é, que raça não é natureza, mas cultura ou etnia, e que todos temos o direito à diferença. Agora, afirma-se o caráter sagrado da comunidade, a identidade do grupo ou da nação, a obrigação de defender a integridade, a identidade e a especificidade da nação ou comunidade e, portanto, sua diferença. Cada comunidade-nação tem sua tradição, sua história, seus costumes, sua origem, sua língua, sua religião, sua sexualidade – essa diferença tanto pode ser genético-hereditária quanto puramente histórico-cultural, pois o importante não é a causa ou origem dessa diferença e sim sua existência visível (vejo a diferença da cor da pele, da textura da pele e do cabelo, dos gostos culinários, do modo de vestir, do formato dos olhos, dos deuses adorados, das formas de parentesco e de casamento, da música, da dança, da pintura, dos modos de pensar – a diferença é um fato dado, o outro é um fato dado). Ora, cada comunidade-nação (por ser tomada como mito e não como criação histórica) tem sua verdade própria, milenar, tem sua língua materna, seus símbolos pátrios, seus costumes. Cada Estado-nação existe desde todo o sempre como uma realidade cultural inquestionada. É obrigação de cada um deles

preservar sua diferença, sua alteridade, sua autenticidade. Portanto, somos contra a imigração, a migração, a mestiçagem, o sincretismo religioso, o sincretismo nas artes, a importação de idéias, pois tudo isso retira de nossa comunidade nacional sua vida verdadeira. Se os imigrantes, os migrantes, os negros, os índios, os judeus tiverem amor à sua diferença e à sua comunidade, serão os primeiros a concordar conosco. Como a negritude, como a indianidade, como a orientalidade, como o arabismo e o judaísmo haverão de permanecer em sua pureza e integridade, se deixarmos imigrações, migrações e miscigenações acontecerem? Para o nosso bem e o bem dos outros respeitemos o direito democrático à diferença. Sem dúvida, somos desiguais e ninguém há de negar que alguns são superiores a outros, mas ninguém precisa ser exterminado, desde que não venha contaminar a minha diferença. (...)

Se o discurso racista universalista era etnocêntrico e rumava para a escravatura e para o genocídio, o discurso racista comunitarista é xenófobo e prefere formas legais de separação e de exclusão para não ter que chegar à violência do genocídio. Entre a violência física do racismo discriminatório – colonialismo, escravatura e genocídio – e a violência simbólica do racismo diferencialista – segregação e *apartheid* – o discurso anti-racista tornou-se impotente, vendo o racismo nacionalista apropriar-se de seus argumentos. O discurso racista discriminatório funda-se nos valores mais caros à democracia nascida da revolução francesa: o indivíduo e a universalidade; o discurso racista diferencialista funda-se nas armas que as minorias criaram para sua auto-defesa anti-racista: a comunidade e a alteridade. Lembremo-nos, por exemplo, dos trabalhos científicos e filosóficos dos negros africanos ao elaborar a negritude para diferenciá-la do helenismo europeu, ou dos trabalhos dos eruditos judeus para diferenciar a cultura hebraica da greco-romana, ou dos trabalhos dos antropólogos para garantir a diferença indígena, ou dos folcloristas e do cinema novo brasileiro para afirmar a dimensão revolucionária do ser nordestino. Cada um desses esforços anti-racistas dos anos 50, 60 e 70 produziram como contrapartida o neo-racismo do direito à diferença. (...)

Talvez nossa impotência para elaborar um discurso contra o racismo venha do fato de termos sempre elaborado discursos anti-racistas, quando talvez fosse o caso de elaborar um discurso não-racista. (CHAUÍ, Marilena. *Racismo e cultura.* Aula inaugural da FFLCH da USP, proferida na abertura do ano letivo de 1993) (Texto adaptado)

Esse texto organiza-se da seguinte maneira:

Introdução: existem dois tipos distintos de racismos: um do século XIX e da primeira metade do século XX e outro deste final do século;

desenvolvimento: semelhanças que fundam a comparação (unidade e indivisibilidade da nação, hierarquia das raças, caráter autoritário, etnocentrismo e xenofobia, identidade nacional mítica) (segundo parágrafo);

diferenças entre eles: diferença histórica: expressão da consolidação do Estado Nacional *vs*. expressão do enfraquecimento do Estado Nacional (terceiro parágrafo);

diferença conceitual: fundamentos biológicos *vs*. fundamentos culturais (quarto parágrafo);

existência de dois tipos de discursos racistas: universalista *vs*. comunitarista (quinto parágrafo);

diferença de filiação: revolução francesa *vs* pós-modernismo (sexto parágrafo);

caracterização do discurso universalista: hierarquia biológica das raças e suas conseqüências (justificativa do colonialismo, da escravidão, do genocídio) (sétimo parágrafo);

caracterização do discurso comunitarista: diferença cultural entre os povos, direito à diferença e defesa da identidade e suas conseqüências (justificativa da segregação e da exclusão) (oitavo parágrafo);

reflexão nascida da confrontação dos dois tipos de racismos: impotência do discurso anti-racista pela apropriação pelo discurso racista de seus conceitos de comunidade e alteridade (nono parágrafo).

conclusão: necessidade de elaborar um discurso não-racista e não um discurso anti-racista.

O plano comparativo é aquele que discute a questão enunciada na introdução (no caso do texto de Marilena Chauí: existem duas formas diferentes de racismo?), comparando fatos ou conceitos diferentes.

Podemos ter dois tipos distintos de formas de comparação:

a) a oposição anunciada na introdução prossegue ao longo do texto e as conseqüências que decorrem da comparação são tiradas no fim do desenvolvimento;

b) cada elemento da comparação constitui uma parte: analisa-se o primeiro termo da comparação; examina-se o segundo termo da comparação e, depois, faz-se uma reflexão nascida da confrontação dos fatos evocados nas duas partes precedentes.

Observe-se que Marilena Chauí, ao longo de seu texto, utiliza-se das duas formas de comparação:

a) no primeiro parágrafo, anuncia a oposição entre duas formas de racismo; no segundo, analisa suas semelhanças; no terceiro e no quarto, vai estabelecendo

as oposições que existem entre um e outro; daí extrai a conseqüência de que existem duas formas de discurso racista;

b) no sexto parágrafo, estabelece quais são os dois tipos de discurso racista; no sétimo, estuda as características do primeiro; no oitavo, as do segundo; no nono, faz uma reflexão nascida da confrontação dos dois tipos de discurso racista.

Quinto tipo de plano: ilustração e explicitação de uma afirmação.

Leia o texto que segue:

> O príncipe procure evitar (...) o que o torne odioso ou desprezível e, sempre que assim agir, terá cumprido o seu dever e não encontrará nenhum perigo nos outros defeitos. O que principalmente o torna odioso, como se disse acima, é o ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres dos seus súditos. Desde que não se tirem aos homens os bens e a honra, vivem estes satisfeitos e só se deverá combater a ambição de poucos, a qual se pode sofrear de muitos modos e com facilidade. Fá-lo desprezível o ser considerado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto. E essas são coisas que devem ser evitadas pelo príncipe como o nauta evita um rochedo. Deve ele procurar que em suas ações se reconheça grandeza, coragem, gravidade e fortaleza, e quanto às ações privadas de seus súditos deve fazer com que a sua sentença seja irrevogável, conduzindo-se de tal forma que a ninguém passe pela mente enganá-lo ou fazê-lo mudar de idéia.
>
> O príncipe que conseguir formar tal opinião de si adquire grande reputação; e contra quem é reputado dificilmente se conspira e dificilmente é atacado enquanto for tido como excelente e reverenciado pelos seus. (...) Um dos remédios mais eficazes que um príncipe possui contra as conspirações é não se tornar odiado pela população, pois quem conspira julga sempre que vai satisfazer os desejos do povo com a morte do príncipe; se julgar, porém, que com isso ofenderá o povo, não terá coragem de tomar tal partido, porque as dificuldades com que os conspiradores teriam de lutar seriam infinitas. (...)
>
> Ordinariamente, o que um conspirador receia antes de levar a efeito o mal deverá recear também depois, tendo o povo por inimigo, depois do fato consumado, e não poderá por isso esperar qualquer refúgio.
>
> Poderia eu citar numerosos exemplos dessa matéria: limitar-me-ei, porém, a um só, que nos foi legado pela recordação de nossos pais. Tendo sido assassinado pelos Canneschi o senhor de Bolonha, Messer Aníbal Bentivoglio, avô do atual Messer Aníbal, não ficando da família senão Messer Giovanni, criança de colo, o povo, logo depois do homicídio, sublevou-se e

matou todos os Canneschi. Isso foi devido à benevolência popular com a qual a casa dos Bentivoglio contava naquela época, benquerença essa tão grande que, não tendo restado em Bolonha um só membro daquela família, que pudesse, morto Aníbal, governar o Estado, e havendo indício de que havia em Florença um jovem pertencente àquela família, e tido, até então, como filho de um ferreiro, os bolonheses ali foram procurá-lo e lhe entregaram o governo da cidade, que foi governada por ele até que Messer Giovanni alcançasse idade suficiente para reinar.

Concluo, portanto, afirmando que a um príncipe pouco devem importar as conspirações se é amado pelo povo, mas quando este é seu inimigo e o odeia, deve temer tudo e a todos. (MAQUIAVEL, *Nicolò. O príncipe.* 4 ed. São Paulo, Nova Cultural, 1987, p. 77-79)

Esse texto estrutura-se da seguinte maneira:

introdução: afirmação de que o príncipe deve evitar ser odiado ou desprezado (primeiro período);

desenvolvimento: explicitação da afirmação geral: causas que geram o ódio – rapacidade e usurpação dos bens e das mulheres; causas que produzem o desprezo – volubilidade, leviandade, efeminação, pusilanimidade, irresolução (primeiro parágrafo, a partir do segundo período); conseqüência de ser amado e respeitado – remédio contra conspirações (segundo parágrafo);

ilustração da afirmação de que o príncipe deve evitar ser odiado ou desprezado: o assassinato de Aníbal Bentivoglio (terceiro parágrafo);

conclusão (quarto parágrafo).

O desenvolvimento pode ser a explicitação e a ilustração de uma afirmação geral, principalmente quando essa afirmação geral vier expressa numa fórmula como *O menino é o pai do homem* (Machado de Assis) ou *O inferno são os outros* (Sartre). Nesse caso, o desenvolvimento deverá explicar qual é o sentido da fórmula e ilustrá-la.

Os cinco tipos de estruturas do desenvolvimento são os mais comuns, mas não são os únicos. Ademais, podem-se fazer modificações na organização de algum tipo de desenvolvimento apresentado: por exemplo, num plano que poderia ser dialético, enuncia-se a tese, desenvolvem-se os argumentos a favor dela e chega-se a uma conclusão, sem explicitar a antítese e as objeções à tese. Além disso, numa dissertação mais longa duas ou mais dessas espécies de desenvolvimento podem combinar-se. Vejamos um exemplo que nos mostre isso.

Pode-se afirmar que o fascismo italiano foi a primeira ditadura de direita a controlar um país europeu, e que todos os movimentos semelhantes que estavam por vir encontraram um arquétipo comum no regime de Mussolini. O fascismo italiano foi o primeiro a estabelecer uma liturgia militar, um folclore e mesmo um modo de vestir – que chegou a ser mais influente no exterior que Armani, Benetton ou Versace.

Foi só nos anos 30 que movimentos fascistas surgiram no Reino Unido (com Mosley), na Letônia, Estônia, Lituânia, Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Grécia, Iugoslávia, Espanha, Portugal, Noruega e até na América do Sul, para não falar da Alemanha. Foi o fascismo italiano que convenceu vários líderes liberais europeus de que o novo regime estava implementando reformas sociais interessantes, proporcionando uma alternativa brandamente revolucionária à ameaça comunista.

Não obstante isso, a precedência histórica não me parece razão suficiente para explicar por que o termo *fascismo* se tornou uma espécie de sinédoque, uma denominação *pars pro toto* de regimes totalitários distintos. Pouco adianta dizer que o fascismo continha em si, como que em estado quintessencial, todos os elementos das formas posteriores de totalitarismo. Ao contrário: o fascismo não tem quintessência alguma, ele sequer tem uma essência. O fascismo era um totalitarismo *difuso*.

O fascismo não era uma ideologia monolítica, e sim uma colagem de diferentes idéias políticas e filosóficas, um vespeiro de contradições. (...) Assim, o termo *fascismo* tornou-se universalmente aplicável, porque é possível eliminar de um regime fascista um ou dois traços sem que ele deixe de ser fascista.

Apesar de sua natureza difusa, creio ser possível esboçar uma lista de traços típicos daquilo que gostaria de chamar protofascismo ou Fascismo Eterno.

Esses traços não podem ser acomodados dentro de um sistema; muitos deles são contraditórios entre si, além de ocorrerem em outros tipos de despotismo ou fanatismo. Mas basta que um deles ocorra para que se coagule a nebulosa fascista.

1. O primeiro traço do protofascismo é o *culto à tradição*. O tradicionalismo é mais antigo do que o fascismo, e era típico do pensamento católico contra-revolucionário após a Revolução Francesa; mas nascera muito antes, no final da era helenística, como reação ao racionalismo grego clássico.

Na bacia do Mediterrâneo, povos de religiões diferentes (todas admitidas indulgentemente no Panteão romano) começaram a sonhar com

uma revelação feita na aurora da história humana. Essa revelação permanecera por muito tempo oculta sob o véu de línguas esquecidas; estava contida nos hieroglifos egípcios, nas runas celtas, nos pergaminhos de religiões asiáticas ainda desconhecidas.

Essa nova cultura tinha que ser sincrética. Sincretismo não é apenas, como diz o dicionário, “a combinação de diferentes formas de crença ou prática”; uma tal combinação *tem que tolerar contradições.* Cada uma das mensagens originais contém uma centelha de sabedoria e, quando parecem dizer coisas diferentes ou incompatíveis, de fato estarão apenas aludindo, alegoricamente, à mesma verdade primeva. Em conseqüência, *não pode haver progresso do saber*. A verdade já foi pronunciada de uma vez por todas, e só podemos seguir interpretando sua mensagem obscura.

Basta dar uma olhada aos patronos de qualquer movimento fascista para encontrar os grandes pensadores tradicionalistas. A gnose nazista nutria-se de elementos tradicionalistas, sincréticos e ocultos. (...) Basta checar as estantes que as livrarias americanas reservam para a “new age” para encontrar até mesmo Santo Agostinho, que, pelo que sei, não era fascista. Mas o próprio fato de pôr no mesmo saco Santo Agostinho e Stonehenge *já é* sintonia de protofascismo.

2. O tradicionalismo implica a *recusa da modernidade*. Tanto fascistas quanto nazistas cultuavam a tecnologia, ao passo que pensadores tradicionalistas normalmente a rejeitam enquanto negação de valores espirituais tradicionais.

Entretanto, apesar de orgulhoso de suas conquistas industriais, o elogio nazista à modernidade era apenas a superfície de uma ideologia baseada em Sangue e Solo (*Blut und Boden*). A recusa do mundo moderno era disfarçada de refutação ao modo de vida capitalista, mas se destinava principalmente à rejeição do Espírito de 1789 (e de 1776, é claro). O Iluminismo, a Era da Razão, é visto como o começo da depravação moderna. Nesse sentido, o protofascismo pode ser definido como *irracionalista.*

3. O irracionalismo também depende do *culto à ação pela ação.* Sendo a ação bela em si mesma, ela deve ser implementada antes de ou sem qualquer reflexão prévia. Assim sendo, a *cultura é suspeita* na medida em que é identificada com atitudes críticas. Os intelectuais fascistas oficiais estão ocupados sobretudo em acusar a cultura moderna e a “intelligentsia” liberal pela perda dos valores tradicionais.

4. Nenhum sincretista é capaz de suportar a crítica. O espírito crítico faz distinções, e ser capaz de fazê-lo é signo de modernidade. Na cultura moderna, a comunidade científica elogia o desacordo como maneira de aprimorar o conhecimento.

Para o protofascismo, *desacordo é traição.*

5. Além disso, o desacordo é sinal de diversidade. O protofascismo desenvolve-se e alcança o consenso explorando o *medo natural da diferença.* O primeiro apelo de qualquer movimento fascista é contra os *intrusos.* Por isso o protofascismo é *racista.*

6. O protofascismo germina a partir da frustração social ou individual. É por isso que um dos traços mais típicos dos fascismos históricos foi o *apelo a uma classe média frustrada,* sofrendo sob alguma crise econômica ou humilhação política, assustada com a pressão dos grupos sociais inferiores.

Em nossos tempos, quando os velhos “proletários” estão se tornando pequenos burgueses (e os *lumpen* excluem a si mesmos da cena política), o fascismo de amanhã encontrará aí um público adequado.

7. Para os que se vêem privados de qualquer identidade social, o protofascismo diz que seu único privilégio é o mais comum de todos, o de terem nascido no mesmo país. É essa a origem do *nacionalismo.* Ademais, os únicos que podem dar identidade a uma nação são seus inimigos. Daí que na raiz da psicologia protofascista esteja a *obsessão da conspiração* (possivelmente internacional); os seguidores devem se sentir sitiados.

A maneira mais fácil de evocar a imagem de uma conspiração é o apelo à *xenofobia.* Mas a conspiração deve partir de dentro também: os judeus costumam ser o melhor alvo, já que têm a vantagem de estar dentro e fora.

8. Os seguidores do movimento devem sentir-se humilhados com a riqueza e a força ostentatória de seus inimigos. (...) Mas é importante que os seguidores estejam convencidos de que podem superar seus inimigos. Desse modo, através de uma contínua mudança de registro retórico, os *inimigos são ao mesmo tempo fortes e fracos demais.* Os fascismos estão condenados a perder suas guerras porque são visceralmente incapazes de avaliar objetivamente a força do inimigo.

9. Para o protofascismo não há luta pela vida mas vida pela luta. Por isso, o *pacifismo é uma transigência com o inimigo.* O pacifismo é um mal porque a *vida é uma guerra permanente.* Isso ocasiona um complexo de Armagedon. Uma vez que os inimigos devem e podem ser derrotados, deve haver uma batalha final, após a qual o movimento controlará o mundo. Mas uma tal *solução final* implica uma era subseqüente de paz, uma Idade de Ouro, o que contradiz o princípio da guerra permanente. Nenhum movimento fascista foi capaz de resolver este dilema.

10. O elitismo é um aspecto típico de qualquer ideologia reacionária, na medida em que estas são fundamentalmente aristocráticas. Ao longo da história, todo elitismo aristocrático ou militarista implicou *desprezo pelos mais fracos.*

O protofascismo não poderia deixar de advogar um *elitismo popular.* Todo cidadão está entre as melhores pessoas do mundo, os membros dos

partidos são os melhores entre os cidadãos, todo cidadão pode (ou deveria) tornar-se membro do partido. Mas não pode haver patrícios sem plebeus. De fato, o Líder sabe que sua força baseia-se na fraqueza das massas, tão fracas a ponto de precisar de um Líder. Como o grupo é organizado hierarquicamente (de acordo com o modelo militar), cada líder subordinado despreza seus subalternos e cada um destes despreza seus inferiores. Isso reforça o sentido de elitismo de massa.

11. Nessa perspectiva, *todos são educados para se tornarem Heróis.* Em todas as mitologias, Herói é um ser excepcional, mas na ideologia protofascista o heroísmo é a norma. Esse culto ao heroísmo está estreitamente ligado a um *culto da morte.* Não é por acaso que uma das palavras de ordem dos falangistas era *viva la muerte.* (...) O herói protofascista deseja a morte anunciada como a melhor recompensa de uma vida heróica.

12. Como a guerra permanece e o heroísmo são jogos difíceis, o protofascista transfere sua vontade de potência para assuntos sexuais. É esta a origem do *machismo* (que implica desprezo pelas mulheres e condenação intolerante a hábitos sexuais não-convencionais – da castidade ao homossexualismo).

13. O protofascismo baseia-se num *populismo qualitativo.* Numa democracia, os cidadãos têm direitos individuais, mas o conjunto dos cidadãos só tem impacto político de um ponto de vista quantitativo (aceitam-se as decisões da maioria).

Para o protofascismo, os indivíduos enquanto tais não têm direitos, e o Povo é concebido como uma qualidade, uma entidade monolítica expressando a Vontade Comum. Como nenhum grupo de seres humanos algum dia seria capaz de ter uma vontade comum, o Líder finge ser seu intérprete.

Tendo perdido seu poder de delegação, os cidadãos não agem, são apenas convocados, *pars pro toto,* a interpretar o papel de O Povo – que é portanto uma mera ficção teatral. Para termos um bom exemplo, não precisamos mais recorrer à Piazza Venezia em Roma ou ao Estádio de Nurembergue. O futuro nos reserva um *populismo qualitativo* via TV ou Internet, no qual a reação emocional de um grupo seleto de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a Voz do Povo.

Por causa de seu populismo qualitativo, o protofascismo *tem que estar contra governos parlamentares "podres".* Cada vez que um político põe em questão a legitimidade de um parlamento por não representar mais a Voz do Povo, pode-se sentir o cheiro do protofascismo.

14. *O protofascismo fala a novilíngua.* "Novilíngua" foi inventada por Orwell, em "1984", como a linguagem oficial do Ingsoc, ou "Socialismo Inglês". Mas elementos de protofascismo são comuns a formas diferentes de ditadura. Todos os textos escolares nazistas, ou fascistas, tinham base

num léxico empobrecido e numa sintaxe elementar, de modo a limitar o desenvolvimento dos instrumentos do raciocínio complexo e crítico. Mas devemos estar prontos a identificar novas espécies de “novilíngua”, ainda que na forma inocente de um programa popular de auditório. (ECO, Umberto. *Folha de S. Paulo,* 14/5/1995, 5-8 e 9)

Analisemos a estruturação desse longo texto, cuja conclusão não foi transcrita:

introdução: idéia geral: o fascismo italiano é o arquétipo de todos os regimes semelhantes;

problema: por quê?;

desenvolvimento: tese: a causa não foi a precedência histórica, mas o fato de não ser uma ideologia monolítica;

argumento a favor da tese: análise dos diferentes fascismos mostra que se pode eliminar um ou dois traços em um dado regime, sem que deixe de ser fascista; existência de um protofascismo com traços contraditórios.

Características do protofascismo:

1. culto à tradição, sincretismo;
2. recusa da modernidade: irracionalismo;
3. culto à ação pela ação;
4. visão do desacordo como traição;
5. racismo;
6. apelo a uma classe média frustrada;
7. nacionalismo, obsessão da conspiração e xenofobia;
8. avaliação não objetiva do inimigo;
9. visão da vida como guerra permanente;
10. elitismo popular;
11. culto ao heroísmo e à morte;
12. machismo;
13. populismo qualitativo;
14. discurso com léxico pobre e sintaxe elementar.

Como se observa, esse texto começa com um plano dialético, pois, embora não enuncie uma antítese e a defenda, expõe uma tese e arrola argumentos a favor dela. Em seguida, para mostrar a existência de um protofascismo, trabalha com um plano inventário, enumerado e discutindo as quatorze características da nebulosa fascista. Como se disse, um texto mais longo pode combinar diferentes formas de organização do assunto.

A conclusão

A conclusão não é a repetição de algo que se disse anteriormente. Ela é o termo da demonstração, é um ponto de chegada, é um balanço do que se discutiu antes. Por isso, deve estar ligada logicamente ao que a precede. É preciso que haja uma relação de necessidade entre o resto do texto e a conclusão. Nela, pode-se também alargar o problema, inserindo-o numa perspectiva mais geral ou mostrando que ele faz parte de uma problemática mais ampla. Vejamos como Umberto Eco concluiu seu texto sobre a nebulosa fascista.

> Tendo esboçado os possíveis avatares do protofascismo, deixem-me concluir. Na manhã de 27 de julho de 1943, disseram-me que, segundo informações do rádio, o fascismo desmoronara e Mussolini estava preso. Minha mãe mandou-me comprar um jornal. Fui à banca mais próxima vi que os jornais estavam lá, mas que os títulos eram diferentes. Além disso, depois de um rápido exame das manchetes, percebi que cada jornal dizia coisas diferentes. Comprei um deles às cegas e li uma mensagem na primeira página, assinada por cinco ou seis partidos políticos.
>
> Até então eu pensava que só havia um partido por país – na Itália, o Partido Nazionale Fascista. Eu estava descobrindo que em meu próprio país partidos diferentes podiam existir ao mesmo tempo. E mais: como eu era um garoto brilhante, percebi imediatamente que eles existiam antes, como organizações clandestinas.
>
> A mensagem celebrava o fim da ditadura e o retorno à liberdade: liberdade de expressão, de imprensa, de associação política. Essas palavras – *liberdade e ditadura* -, eu as lia pela primeira vez em minha vida. Renasci como homem livre ocidental por força dessas palavras novas.
>
> Temos que nos manter alertas para que o sentido dessas palavras não seja esquecido outra vez. O protofascismo ainda está à nossa volta, às vezes à paisana. Seria mais fácil para nós se aparecesse alguém no cenário mundial dizendo “quero abrir Auschwitz de novo, quero que os camisas-negras desfilem outra vez nas praças italianas”. É pena!
>
> A vida não é tão simples. O protofascismo pode voltar sob o mais inocente dos disfarces. Nosso dever é pô-lo a nu e apontar quaisquer novas ocorrências – todos os dias, em todas as partes do mundo. Mais uma vez dou a palavra a Roosevelt: “Arrisco-me a afirmar que, se a democracia americana deixar de existir como uma força viva, procurando dia e noite melhorar a sorte de seu cidadão por meios pacíficos, o fascismo ganhará força em nosso país” (4 de novembro de 1938). Liberdade e liberação são uma tarefa infinita.
>
> Que seja esta nossa senha: não esquecer.

A partir de um fato pessoal, a descoberta das palavras *liberdade* e *ditadura*, ocorrido em 1943, o autor mostra que o fascismo aparece sob muitos disfarces, que é preciso não esquecê-lo, que é necessário pô-lo a nu e denunciá-lo, pois construir a liberdade é uma tarefa infinita. Como se vê, a conclusão está profundamente relacionada ao desenvolvimento do texto.

Na conclusão, devem-se evitar a falta de relação com o desenvolvimento, as banalidades e os lugares-comuns, a relação apenas com uma parte do texto.

Mais do que qualquer lição sobre a estrutura da dissertação, o que o enunciador deve ter bem presente, quando vai elaborar seu texto, é que é preciso mostrar uma resposta pessoal ao tema. Dizer isso não significa que, numa dissertação, não se possa fazer referência ao pensamento de outrem, mas quer dizer que devem ser banidos dela os lugares comuns, os clichês, as platitudes, as generalidades, as vaguidades, os preconceitos, os esquemas pré-estabelecidos. Dissertar não é preencher uma folha de papel com um certo número de linhas, em que o autor lança idéias prontas que julga importantes, apropriadas ou aceitáveis. Seu texto precisa ter "personalidade". Uma dissertação está fundada numa relação dialógica. O enunciador tem uma imagem de seu interlocutor e relaciona-se com ela. Procura persuadir esse enunciador fictício, esclarecer certos pontos de vista, antecipar-se a possíveis objeções, apresentar argumentos a favor de certa tese, etc.

O problema é que, quando se faz um concurso, a imagem do interlocutor é a do examinador. Muitas vezes, a imagem que se tem dele é a um pedante gramático ou de um defensor de certas posições à esquerda ou à direita do espectro político. Em função dessa imagem, cria-se um texto que, do ponto de vista dos conteúdos, espelha conceitos mal assimilados, idéias com que o examinando não tem familiaridade, argumentos que soam artificiais, e que, do ponto de vista da linguagem, faz um uso gratuito e espetacular de termos difíceis, que o examinando não domina, e de uma sintaxe, que, na maioria das vezes, é canhestra.

A idéia central a respeito da dissertação é que ela é a expressão de uma resposta pessoal a um problema dado, formulada com coerência, rigor e clareza. Por ela, o candidato demonstra seu grau de preparo intelectual, sua capacidade de raciocínio, sua habilidade em tratar temas controversos e delicados.

Lição 12

Coesão textual

Leia o texto que segue:

Frango com azeitonas pretas

1 kg de sobras de frango assado
100 g de azeitonas pretas
4 filés de anchova
3 dentes de alho
½ copo de sobra de vinho branco seco
3 colheres (sopa) de azeite
2 colheres (sopa) de vinagre
sal e pimenta

Coloque numa frigideira o azeite e os dentes de alho espremidos e leve ao fogo. Quando começar a dourar, junte o frango em pedaços. Deixe fritar até conseguir um dourado escuro. Molhe com o vinho e o vinagre e acrescente as anchovas picadas, metade das azeitonas picadas e as restantes inteiras, sem caroços. Espere até que o vinho evapore totalmente e junte um copo e meio de água. Deixe ferver novamente, até a água evaporar e engrossar o molho, e sirva em seguida. (PICCHETTO, Mariella e CATTANI, Roberto. *Reciclar é gostoso.* São Paulo, Ática, 1994, p. 98)

Uma receita de cozinha divide-se em duas partes: lista dos ingredientes e modo de preparar. Na primeira, introduzem-se informações novas, isto é, que ainda não tinham aparececido no texto; na segunda, retomam-se os elementos mencionados antes. Nesta, os nomes que já tinham sido mencionados na primeira parte vêm precedidos de artigo definido, pois, entre outras funções, o definido serve para indicar que o termo determinado por ele se refere ao mesmo ser que outra palavra idêntica já mencionara. No nosso texto, por exemplo, quando se diz que se acrescentam *as* anchovas picadas, o artigo definido está indicando que se trata das mesmas anchovas relacionadas na lista dos ingredientes. Isso ocorre com os outros ingredientes arrolados.

As palavras e frases de um texto estão relacionadas entre si. Isso é uma das propriedades que distingue um texto de um amontoado de frases. A coesão textual é, pois, a ligação, a relação, a conexão entre palavras, expressões ou frases do texto. Ela manifesta-se por elementos gramaticais que servem para estabelecer vínculos entre os componentes do texto.

Observe o período com que se inicia o livro *Dom Casmurro,* de Machado de Assis:

Uma noite destas, (...) encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu.

O pronome relativo *que* estabelece a conexão entre as duas orações: *Uma noite destas, (...) encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro e eu conheço de vista e de chapéu.* O *que* relaciona as duas orações, retomando um dos termos da oração anterior: *rapaz.* O pronome relativo é um elemento coesivo e a conexão entre as duas orações, um fenômeno de coesão.

Há dois tipos principais de mecanismos de coesão: retomada ou antecipação de palavras, expressões ou frases e encadeamento de segmentos.

A – Coesão por retomada ou antecipação.

a) retomada ou antecipação por meio de uma palavra gramatical (pronomes, verbos ou advérbios).

Entrando no templo a adorar a Apolo, achou que no mesmo altar estava Esculápio, seu filho; este com grandes barbas, e aquele lampinho (= imberbe). (Vieira)

Nesse período de Vieira, o pronome demonstrativo *este* retoma o termo *Esculápio;* enquanto *aquele* recupera a palavra *Apolo.* Os termos que servem para retomar outros são denominados *anafóricos;* os que servem para anunciar, para antecipar outros são chamados *catafóricos.* No exemplo abaixo, *esta* antecipa *o sossego normal deste meu quarto.*

A boa vida é esta: o sossego normal deste meu quarto. (Mário Pederneiras)

São anafóricos ou catafóricos os pronomes demonstrativos, os pronomes relativos, certos advérbios ou locuções adverbiais (*nesse momento, então*, *lá*), o verbo *fazer,* o artigo definido, os pronomes pessoais de 3ª pessoa (*ele, o, a, os, as, lhe, lhes*), os pronomes indefinidos.

Exemplos:

...teve de ceder aos conselhos da mãe a *quem* D. Fortunata pediu auxílio (Machado de Assis) (o relativo quem retoma o termo *mãe*).

Jantei e fui a casa. *Lá* achei uma caixa de charutos, *que* me mandara o Lobo Neves, embrulhada em papel de seda e ornada de fitinha cor-de-rosa (Machado de Assis) (o advérbio *lá* retoma o substantivo *casa* e o relativo *que* recupera a expressão *caixa de charutos*).

O Presidente vai recebê-lo e ele o *faz* porque tem muita consideração pelo senhor (o verbo *fazer* retoma o verbo *receber*).

Aqui tendes a partitura, escutai-*a*, emendai-*a*, fazei-*a* executar, e se *a* achardes digna das alturas, admiti-me com *ela* a vossos pés (Machado de Assis) (os pronomes pessoais *a* e *ela* retomam o substantivo *partitura*).

Várias pessoas aplaudiram o Presidente: *algumas* tinham motivo; *outras*, não (os indefinidos *algumas* e *outras* retomam o substantivo *pessoas*).

Observações sobre o uso dos anafóricos:

1. Em geral, só se usam anafóricos, quando o termo que ele retoma tiver sido explicitamente mencionado no texto. Por exemplo, falta coesão ao texto *Ele é meu irmão. Começou a trabalhar com ela há pouco tempo,* porque o leitor não sabe a quem o termo *ela* se refere. No entanto, pode-se usar um anafórico, se a palavra a que ele remete puder ser inferida do contexto. Por exemplo, no texto *Minha irmã casou-se há pouco tempo. Ele parece ser uma ótima pessoa*, infere-se facilmente do contexto que o termo a que *ele* se refere é *o marido*.

2. O artigo indefinido serve geralmente para introduzir informações novas no texto. Quando elas forem retomadas, devem ser precedidas do artigo definido, pois este é que tem a função de indicar que o termo que ele determina é idêntico, em termos de valor referencial, a um termo já mencionado.

Esteve à janela cerca de meia hora; depois entrou, sentou-se e escreveu *uma* carta. *A* carta era longa, escrita a golfadas, sem nexo nem ordem. (Machado de Assis)

3. Quando, num dado contexto, o anafórico puder referir-se a dois termos distintos, há uma ruptura de coesão, porque ocorre uma ambigüidade insanável. É preciso que o texto seja escrito de tal forma que o leitor possa determinar exatamente qual é a palavra retomada pelo anafórico.

Jorge briga muito com Raquel por causa de *seus* ciúmes (nesse caso, não se sabe se os ciúmes são de Jorge ou de Raquel).

A frase ficaria melhor se fosse escrita assim: Por ser muito ciumento, Jorge briga muito com Raquel ou por ser ela muito ciumenta, Jorge briga muito com Raquel.

> Pedro censurou o colega de seu primo, *que* freqüenta a mesma Faculdade que ele (nesse caso, não se sabe se quem freqüenta a mesma Faculdade que Pedro é seu primo ou o colega de seu primo; pode ser também que o primo freqüente a mesma Faculdade que seu colega).

> Pedro e Paulo foram com dois cães à caça, que malogrou com a morte de *um deles* (nesse caso, não se sabe se um deles se refere aos cães ou aos caçadores).

b) retomada por palavra lexical (substantivo, adjetivo ou verbo).

Uma palavra pode ser retomada, quer por uma repetição, quer por uma substituição por sinônimo, hiperônimo, hipônimo ou antonomásia.

Hiperônimo é um termo que mantém com outro uma relação do tipo contém/está contido; hipônimo é uma palavra que mantém com outra uma relação do tipo está contido/contém. O significado do termo *satélite* está contido no de *astro* e o de *astro* contém o de *satélite,* pois todo satélite é um astro, mas nem todo astro é satélite. *Astro* é, pois, hiperônimo de *satélite* e este é hipônimo daquele.

Antonomásia é a substituição de um nome próprio por um nome comum ou de um comum por um próprio. Ela ocorre, principalmente, quando uma pessoa célebre é designada por uma característica notória ou quando o nome próprio de uma personagem famosa é usado para denominar pessoas que possuam a mesma característica que a distingue:

Aristóteles = o Estagirita (= natural de Estagira, cidade onde nasceu o filósofo);

Ele é um don juan = um conquistador.

Voltemos agora à questão da coesão.

> Guiomar tivera humilde nascimento; era filha de um empregado subalterno não sei de que repartição do Estado, homem probo, que morreu quando ela contava apenas sete anos, legando à *viúva* o cuidado de a educar e manter. A *viúva* era mulher enérgica e resoluta, enxugou as lágrimas com a manga do modesto vestido, olhou de frente para a situação e determinou-se à luta e à vitória (Machado de Assis).

Nesse texto, a repetição do termo *viúva* é que faz a conexão entre os dois períodos.

Pintava rosas, camélias, violetas. As *flores* pareciam de verdade. Os dois períodos estão relacionados pelo hiperônimo *flores,* que recupera os hipônimos *rosas, camélias, violetas*.

> Eles (os alquimistas) acreditavam que o organismo do homem era regido por humores (fluidos orgânicos) que percorriam – ou apenas existiam – em maior ou menor intensidade em nosso corpo. Eram quatro os *humores:* o sangue, a fleuma (secreção pulmonar), a bile amarela e a bile negra. E eram também *estes quatro fluidos* ligados aos quatro elementos fundamentais: ao Ar (seco), à Água (úmido), ao Fogo (quente) e à Terra (frio), respectivamente (Ziraldo).

A ligação entre o segundo e o primeiro períodos se faz pela repetição da palavra *humores;* entre o terceiro e o segundo se faz pela utilização do sinônimo *fluidos*.

É preciso manejar com muito cuidado a repetição de palavras, pois, se ela não for usada para criar um efeito de sentido de intensificação, como no exemplo abaixo de Vieira, constitui uma falha de estilo.

> Apareceis diante do tribunal divino, acusam-vos os homens, acusam-vos os anjos, acusam-vos os demônios, acusam-vos vossas próprias obras, acusam-vos o Céu, a Terra, o mundo todo, se a vossa consciência vos não acusa, estai-vos rindo de todos.

A *elipse* é o apagamento de um segmento de uma frase, que puder ser facilmente recuperado pelo contexto. É ela também um expediente de coesão, pois é o apagamento de um termo que seria repetido.

> Não te irrites se te pagarem mal um benefício: antes cair das nuvens que de um terceiro andar (Machado de Assis). Nesse caso, o termo *cair*, que seria repetido antes de *um terceiro andar* é omitido por ser facilmente recuperável.

Qualquer segmento da frase pode sofrer elipse. Veja que, no exemplo abaixo, é o sujeito *Quincas Borba* que é elidido.

> Quincas Borba calou-se de exausto, e sentou-se ofegante. (Machado de Assis)

Pode ocorrer também elipse por antecipação. No exemplo que segue, *por qualquer coisa* é complemento tanto de *chorar* quanto de *desesperar-se.* No entanto, ele aparece apenas depois do segundo verbo, sendo elidido, quando o verbo *chorar* ocorre.

> *Estava muito deprimida. Chorava, desesperava-se por qualquer coisa.*

Rompe-se a coesão, quando se faz essa elipse por antecipação com verbos que têm regência diferente. Por exemplo, não se deve dizer *Ele simpatiza e*

gosta das pessoas logo de cara, pois o verbo *simpatizar* rege complemento introduzido com a preposição *com.* Como a elipse retoma o complemento inteiro, ela recupera inclusive a preposição que introduz o outro complemento. Nesse caso, teríamos então *Ele simpatiza (das pessoas logo de cara) e gosta das pessoas logo de cara.* Nesses casos, para não retomar preposições indevidas ou inexistentes ou para não deixar de recuperar uma preposição, o complemento é colocado junto ao primeiro verbo e retomado por um anafórico, cada um com sua preposição ou um deles sem preposição, se for o caso: *Ele simpatiza com as pessoas logo de cara e gosta delas.*

B – Coesão por encadeamento de segmentos textuais.

a) Coesão por conexão.

A língua têm uma série de palavras ou locuções que são responsáveis pela concatenação ou relação entre segmentos do texto. Esses elementos denominam-se conectores ou operadores discursivos. Por exemplo: *visto que, até, ora, no entanto, contudo, ou seja.*

Além de ligar partes do texto, estabelecem eles, entre os segmentos vinculados, uma relação semântica: contrariedade, causa, conseqüência, condição, conclusão, etc. Essas relações exercem uma função argumentativa no texto. Por isso, é preciso usar o conector adequado para as finalidades argumentativas. Não podem esses operadores argumentativos ser permutados a bel-prazer do falante, pois o uso inadequado de um conector pode criar um paradoxo semântico. Tomemos a frase *O Brasil jogou bem, mas não conseguiu a vitória.* Nela, o conector *mas* está adequadamente usado, pois ele liga dois segmentos com orientação argumentativa contrária. Seria absurdo utilizar, nesse caso, o conector *portanto,* pois esse operador discursivo liga dois segmentos com a mesma orientação argumentativa, sendo o segmento introduzido por ele a conclusão do anterior.

Os principais operadores discursivos são:

1. os que marcam uma gradação numa série de argumentos orientados para uma mesma conclusão. Dividem-se eles em dois subtipos: os que indicam o argumento mais forte de uma série: *até, mesmo, até mesmo, inclusive* e os que subentendem uma escala com argumentos mais fortes: *ao menos, pelo menos, no mínimo, no máximo, quando muito.*

> Este apartamento tem todas as qualidades que se exigem de uma boa moradia: é amplo, está em bom estado de conservação, foi feito com material

de primeira, é bem dividido e é até bem localizado (toda a série de qualidades do apartamento está orientada no sentido de comprovar que o apartamento é bom; dentro dessa série, ser bem localizado é considerado o argumento mais forte).

Ele é um bom enxadrista. Chegará *pelo menos* a ser um grande mestre (*pelo menos* introduz um argumento orientado no mesmo sentido de bom enxadrista; por outro lado, subentende que há argumentos mais fortes para provar que ele é um bom enxadrista (por exemplo, ser campeão mundial) e que se está usando o menos forte; *ao menos, pelo menos e no mínimo* ligam argumentos de valor positivo).

Ele não é brilhante. *No máximo* poderá ocupar uma função executiva (*no máximo* introduz um argumento orientado no mesmo sentido de não ser brilhante; supõe que há uma escala argumentativa (por exemplo, ter funções de estabelecer diretrizes e estratégias) e que se está usando o menos forte argumento da escala no sentido de provar a afirmação anterior; *no máximo e quando muito* estabelem ligação entre argumentos de valor depreciativo.

2. os que assinalam uma conjunção argumentativa, ou seja, ligam um conjunto de argumentos orientados em favor de uma dada conclusão: *e, também, ainda, nem, não só... mas também, tanto... como, além de, além disso, a par de.*

Além do prejuízo em dólares, o governo recebeu um petardo na própria credibilidade *e* botou na boca das matildes a honorabilidade da equipe econômica (Carlos Heitor Cony) (o articulista está mostrando os desacertos do governo no anúncio da banda cambial; arrola três argumentos que têm a mesma orientação argumentativa e os introduz com *além de* e *e*).

Esses operadores introduzem novos argumentos, não significam, em hipótese nenhuma, a repetição do que já foi dito. Só podem ser ligados com conectores de conjunção segmentos que representarem uma progressão discursiva. Pode-se dizer *Ficou irritado e levantou-se para deixar a sala,* porque o segundo segmento indica um desenvolvimento da exposição. Não se pode ligar, com esses operadores, dois segmentos como *Levantou-se para deixar a sala e ficou de pé para abandonar o recinto.*

3. os que indicam uma disjunção argumentativa, ou seja, fazem uma conexão entre segmentos que levam a conclusões opostas, que têm orientação argumentativa diferente: *ou, ou então, quer...quer, seja...seja, caso contrário.*

> O verdadeiro nó do Brasil é esse: miséria e má distribuição de renda, muito mais que a Constituição de 1988. *Ou* se tem um projeto global que, a médio prazo, permita ao menos amortizar a dívida social, *ou* vai se ficar andando em círculos eternamente (Clóvis Rossi). (O primeiro segmento introduzido por *ou* conduz à conclusão de que a amortização da dívida social, por meio de um projeto global, é o único meio de o Brasil desenvolver-se; o segundo deixa patente que não fazer isso é andar em círculos).

4. os que marcam uma conclusão em relação ao que foi dito em dois ou mais enunciados anteriores (geralmente, uma das afirmações de que decorre a conclusão fica implícita, por manifestar uma voz geral, uma verdade universalmente aceita): *logo, portanto, por conseguinte, pois* (o *pois* é conclusivo quando não encabeçar a oração).

> Sim, porque dificilmente se encontrará na cena política brasileira proposta mais contrária aos privilégios e, *portanto,* mais tendente à igualdade entre os cidadãos do que a apresentada pelo ministro Reinhold Stephanes (Brasílio Sallum Jr.) (*portanto* introduz uma conclusão em relação a duas afirmações, a primeira delas implícita: Todas as propostas contrárias aos privilégios tendem à igualdade entre os cidadãos. A proposta do ministro Reinhold Stephanes é contrária aos privilégios. Portanto, tende à igualdade entre os cidadãos. A primeira afirmação fica implícita porque é apresentada como um dado indiscutível).

5. os que estabelecem uma comparação de igualdade, superioridade ou de inferioridade entre dois elementos, com vistas a uma conclusão contra ou a favor de determinada idéia: *tanto...quanto, tão...como, mais...(do) que, menos...(do) que.*

> Um estudo elaborado pelo Instituto Liberal de São Paulo aponta seis causas da crise da Previdência. Pelo menos duas telas (desemprego e desvio de recursos) independem do modelo que se adote.
> A menos que haja desemprego menor (incluindo-se aí o subemprego), a Previdência terá sempre problemas de arrecadação. *Tanto* maiores *quanto* maior for o desvio de recursos, como é obvio. Não há lei que possa proibir o desvio de recursos (Clóvis Rossi) (o comparativo de igualdade tem no texto uma função argumentativa: mostrar que o problema da Previdência é menos do modelo adotado para a concessão de benefícios e mais de gerenciamento do sistema; por isso, os segmentos podem até ser permutáveis do ponto de vista sintático, mas não o são do poder de vista argumentativo, pois não há igualdade argumentativa entre eles, uma vez que seria absurdo dizer na

orientação argumentativa proposta *Tanto maior será o desvio de recursos quanto maiores forem os problemas de arrecadação*).

Muitas vezes a permutação dos segmentos leva a conclusões opostas. Veja o exemplo abaixo:

Precisamos contratar médicos estrangeiros para melhorar o atendimento deste hospital. Qualquer médico brasileiro é *tão* preparado *quanto* um estrangeiro. (Nesse caso, o argumento é contra a necessidade de contratar médicos estrangeiros, porque os brasileiros são tão bons quanto os estrangeiros). Qualquer médico estrangeiro é *tão* preparado *quanto* um brasileiro. (Nesse caso, o argumento é a favor do contrato, já que qualquer médico estrangeiro tem, pelo menos, o nível dos brasileiros, o que significa que estes não primam exatamente pela excelência em relação aos outros).

6. os que introduzem uma explicação ou uma justificativa em relação ao que foi dito anteriormente: *porque, já que, que, pois.*

Uma derrota por 388 a 60, em qualquer tipo de disputa, faz jus ao nome de esmagadora. *Pois* foi esse o placar amargado pelo governo na votação, pelos deputados, do veto presidencial relativo às dívidas do setor agrícola (*Folha de S. Paulo,* 7/4/1995; 1-2) (*pois* inicia um segmento que pretende expor um argumento favorável à idéia implícita de que o governo sofreu uma derrota esmagadora).

7. os que assinalam uma relação de contrajunção, isto é, ligam enunciados com orientação argumentativa contrária: conjunções adversativas (*mas, contudo, todavia, no entanto, entretanto, porém*) e concessivas (*embora, apesar de, apesar de que, conquanto, ainda que, posto que, se bem* que).

Qual é a diferença entre as adversativas e as concessivas, se ambas ligam enunciados com orientação argumentativa contrária? Nas adversativas, prevalece a orientação do segmento introduzido pela conjunção.

Ao longo dos dois últimos séculos de luta pela democracia, as tendências de esquerda podem ter-se colocado algumas vezes contra a liberdade política, *mas* têm sido sempre vanguardeiras das igualdades política e social. (Brasílio Sallum Jr.)

Nesse caso, a oração não iniciada por *mas* conduz a uma conclusão negativa sobre o papel das esquerdas, enquanto a começada pela conjunção leva a uma conclusão positiva. Essa segunda orientação é a mais forte. Compare-

se, por exemplo, *Ele é inteligente, mas não é trabalhador* com *Ele não é trabalhador, mas é inteligente.* No primeiro caso, o que se quer dizer é que o fato de ser inteligente acaba sendo suplantado pela falta de trabalho. No segundo, que não ser trabalhador perde relevância diante do fato de ser inteligente. Quando se usam as conjunções adversativas, introduz-se um argumento com vistas a determinada conclusão, para, em seguida, apresentar um argumento decisivo para uma conclusão contrária. A estratégia discursiva é a de orientar para uma dada conclusão e, imediatamente, introduzir um argumento para anulá-la.

Com as conjunções concessivas, a orientação argumentativa que predomina é a do segmento não introduzido pela conjunção.

> *Apesar* de a gente às vezes se irritar com a mídia, ela é essencial. (Fernando Henrique Cardoso)

A oração iniciada por *apesar de* apresenta uma orientação argumentativa no sentido de que a mídia não é uma coisa boa, porque causa aborrecimentos; a oração principal conduz à direção argumentativa contrária. Quando se utilizam conjunções concessivas, a estratégia argumentativa é a de, primeiro, anunciar um argumento que, embora tido como verdadeiro, será anulado por outro mais forte com orientação contrária. Observe que a diferença entre as adversativas e as concessivas é de estratégia argumentativa. Compare os seguintes períodos:

Argumento mais fraco	Argumento mais forte
Embora todos estejam aqui,	não podemos ainda começar a reunião.
Todos estão aqui,	mas não podemos ainda começar a reunião.

8. os que introduzem um argumento decisivo para dar o golpe final na argumentação contrária, mas apresentado-o como se fosse um acréscimo, como se fosse apenas algo mais numa série argumentativa: *aliás, além do mais, além de tudo, além disso, ademais.*

> Ele anda com muito azar: ficou doente, perdeu o emprego, levou um calote de um amigo e, *além disso,* está com um filho internado. (O operador introduz o que se considera a prova mais forte de que ele anda com azar; no entanto, ela é apresentada como se fosse apenas mais uma).

9. os que assinalam uma generalização ou uma amplificação do que foi dito antes: *de fato, realmente, como aliás, também, é verdade que.*

A única saída real para os problemas brasileiros é sair do varejo e tentar ao menos um projeto macro, porque as soluções propostas pelo governo, *como aliás* por governos anteriores, pecam por serem parciais (Clóvis Rossi). (O conector introduz uma generalização ao que foi dito antes: todos os governos anteriores a este também pecaram por apresentar propostas parciais).

Já o ajudei muito. *Realmente,* salvei-o da ruína (o operador introduz uma amplificação do que foi afirmado antes).

10. os que marcam uma especificação ou uma exemplifição do que foi afirmado anteriormente: *por exemplo, como.*

À falta de dados precisos, pode-se até suspeitar que a crise da Previdência se deve menos aos fatores intrínsecos (*como* a inversão da pirâmide demográfica) e mais aos problemas externos (desemprego, subemprego, desvios) (Clóvis Rossi). (Como assinala que o que vem a seguir especifica, exemplifica o termo genérico anterior *fatores intrínsecos*).

11. os que indicam uma retificação, uma correção do que foi afirmado antes, ou ainda, servem para marcar um esclarecimento, um desenvolvimento, uma redefinição do conteúdo enunciado anteriormente ou para assinalar uma atenuação ou um reforço do conteúdo de verdade de um enunciado: *ou melhor, de fato, pelo contrário, ao contrário, isto é, quer dizer, ou seja, em outras palavras.*

Com uma esquerda como essa, quem precisa do PFL para desenvolver uma política conservadora? *De fato,* ao assumir tal posição (defesa do *statu quo* previdenciário da classe média) ela mesma acaba por desqualificar as denúncias que fazia na campanha eleitoral sobre o conservadorismo da aliança PSDB-PFL-PTB (Brasílio Sallum Jr.). (O operador introduz um esclarecimento sobre a afirmação de que a esquerda está adotando uma política conservadora).

Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para ajudá-lo. *Ou melhor,* vou tentar. (O conector inicia um segmento que atenua o conteúdo de verdade do que foi dito antes).

12. os que desencadeiam uma explicação, uma confirmação, uma ilustração do que foi afirmado antes: *assim, desse modo, dessa maneira.*

O plano de estabilização econômica é muito frágil. *Assim,* se houver uma fuga de capitais especulativos, o governo não poderá manter a âncora cambial e a inflação voltará. (O operador introduz uma explicação acerca da fragilidade do plano econômico).

b) coesão por justaposição.

É a coesão que se estabelece com base na seqüência dos enunciados, marcada ou não com seqüenciadores. Se o texto for construído sem marcadores de seqüenciação, deverá o leitor, a partir da ordem dos enunciados, reconstruir os operadores discursivos não presentes na superfície textual. Os lugares dos diferentes conectores estarão marcados, na escrita, pelos sinais de pontuação: ponto final, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos.

Da mesma forma, o problema da educação, conforme se mostrou anteontem neste espaço, vai muito além da sala de aula. Começa, a rigor, no ventre materno. A má nutrição da mãe torna pelo menos 40% dos futuros alunos incapazes de absorver conhecimento. (Clóvis Rossi)

Esse texto contém três períodos. O terceiro indica a causa de o problema da educação começar no ventre materno. Portanto, o ponto final do segundo período está no lugar de um *porque.*

Examinemos os principais seqüenciadores:

1. seqüenciadores temporais, ou seja, os indicadores de anterioridade, concomitância ou posterioridade: *dois meses depois, uma semana antes, um pouco mais tarde,* etc. (são utilizados predominantemente nas narrações).

Dois dias depois da cena do pouso, por uma bela tarde de verão, a família de D. Antônio de Mariz estava reunida na margem do Paquequer. (José de Alencar)

2. seqüenciadores espaciais, ou seja, os indicadores de posição relativa no espaço: *à esquerda, à direita, junto de,* etc. (são usados principalmente nas descrições).

Junto à janela, havia um traste que à primeira vista não se podia definir; era uma espécie de leito ou sofá de palha matizada de várias cores e entremeada de penas negras e escarlates. (José de Alencar)

3. os que assinalam a ordem dos assuntos numa exposição: *primeiramente*, *em seguida*, *a seguir, finalmente*, etc.

> Para analisar o plano de estabilização econômica, falarei, *primeiramente*, dos problemas trazidos pela âncora cambial; *em seguida*, analisarei a questão da reforma tributária; *finalmente*, tratarei do problema geral do ajuste fiscal.

4. os que, na conversação principalmente, servem para introduzir um tema ou mudar de assunto: *a propósito, por falar nisso, mas voltando ao assunto, fazendo um parêntese*, etc.

> As eleições papais sempre foram um delicadíssimo exercício político. *Fazendo um parêntese:* é bom lembrar que a Igreja considera que os cardeais eleitores são inspirados pelo Espírito Santo.

A língua tem um grande número de conectores e seqüenciadores. Apresentamos os principais e explicamos sua função. É preciso ficar atento aos fenômenos de coesão. Mostramos que o uso inadequado dos conectores e a utilização inapropriada dos anafóricos ou catafóricos geram rupturas na coesão, o que leva o texto a não ter sentido ou, pelo menos, a não ter o sentido desejado. Uma outra falha comum no que tange à coesão é a falta de partes indispensáveis da oração ou do período. Analisemos este exemplo:

> Os deputados que anunciaram que apoiariam as propostas governamentais que foram apresentadas ao Congresso.

O período compõe-se de:

1 – os deputados;

2 – que anunciaram (oração subordinada adjetiva restritiva da primeira oração);

3 – que apoiariam as propostas governamentais (oração subordinada substantiva objetiva direta da segunda oração);

4 – que foram apresentadas ao Congresso (oração subordinada adjetiva restritiva da terceira oração).

Observe-se que falta o predicado da primeira oração. Quem escreveu o período começou a encadear orações subordinadas e “esqueceu-se” de terminar a primeira oração. A escrita não exige períodos muito longos. No entanto, é preciso que eles sejam sintaticamente completos, que suas diferentes partes estejam bem conectadas entre si. A falta de alguma parte produz ausência de coesão.

Para fazer de um conjunto de frases um texto, não basta que as frases estejam coesas. Se não tiverem unidade de sentido, não passam de um amontoado, que não configura um texto. Observe por exemplo:

> Um amigo meu foi passear na França. O *país* tem belas catedrais góticas. *Ele* apresenta uma distribuição de renda mais ou menos igualitária. *Também* a Alemanha tem uma boa distribuição de renda.

Todas as frases são coesas. O hiperônimo *país* retoma o substantivo *França* estabelecendo uma relação entre o segundo e o primeiro períodos. O pronome *ele* recupera a palavra *país*, vinculando o terceiro ao segundo período. O operador *também* realiza uma conjunção argumentativa, relacionando o quarto período ao terceiro. No entanto, esse conjunto não é um texto, pois não apresenta unidade de sentido, coerência.

A coesão é condição necessária, mas não suficiente, para produzir *um texto*.

Lição 13

Coerência textual

Leia o texto que segue:

À moda da casa

feijoada
marmelada
goleada
quartelada
(PAES, José Paulo. *Um por todos*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 101)

A primeira coisa a chamar a atenção do leitor nesse texto é a ausência de elementos de coesão, seja retomando o que foi dito antes, seja encadeando segmentos textuais. No entanto, percebemos nele um sentido unitário. Ele é constituído de quatro palavras. Todas elas são substantivos formados com o sufixo – *ado,* que indica coleção, multidão (*goleada* = coleção de gols; *feijoada, marmelada* = produto alimentar formado de uma coleção de um dado ingrediente) ou ação resultante (*quartelada*). Este último termo, que significa "rebelião ou motim feito por militares com vistas a tomar o poder", tem sentido pejorativo. Ademais, no texto, ligado às três outras palavras, indicando coleção, seu sufixo vai adquirir esse matiz semântico. *Quartelada* passa a ter o valor de algo freqüente, habitual. Por outro lado, *marmelada* quer dizer não só "doce, pastoso, de marmelo", mas também "negócio desonesto, conluio entre os participantes de um jogo ou competição, a fim de que o resultado seja favorável àquele a quem convém sair vencedor". O texto joga com os dois sentidos da palavra. Entendemos que o texto está enumerando elementos definidores do Brasil: no plano culinário, no plano das relações sociais, no plano esportivo, no plano político. Porque somos capazes de compreender esse texto? Porque é coerente.

Freqüentemente, ouvimos frases como *seu texto não está coerente, suas idéias são incoerentes.* Embora usemos muito o termo *coerência,* nunca sabemos muito bem o que é essa qualidade indispensável para a existência de um texto.

Num texto, as diferentes partes devem estar relacionadas entre si, criando uma unidade de sentido. Uma idéia ajuda a compreender a outra, produzindo um sentido global, à luz do qual cada uma das partes ganha sentido. A coerência é exatamente essa unidade de sentido do texto. No poema acima, garantem

essa unicidade, de um lado, o título *à moda da casa*, que indica tratar-se de algo doméstico; de outro, nosso conhecimento do mundo, que permite reconhecer a feijoada como prato nacional, o papel do futebol em nossa sociedade, a ingerência dos militares na política brasileira.

A coesão é um mecanismo que auxilia na produção de uma unidade de sentido, mas não é necessária para que a coerência seja obtida, pois temos conjuntos de enunciados que formam textos coerentes, mas que não estão relacionados por nenhum elemento coesivo.

A coesão diz respeito à relação linear que as unidades lingüísticas mantêm no texto. A coerência concerne às relações de sentido, à organização subjacente do texto. Por isso, ela refere-se à não-contradição de sentidos, à continuidade semântica. Ela é um fator de interpretabilidade do texto, pois possibilita apreender seu sentido unitário. Quando as diferentes partes do texto não têm nenhuma relação entre si, ele não é coerente. É o que ocorre no trecho que vem a seguir:

> A todo ser humano foi dado o direito de opção entre a mediocridade de uma vida que se acomoda e a grandeza de uma vida voltada para o aprimoramento intelectual.
>
> A adolescência é uma fase tão difícil que todos enfrentam. De repente vejo que não sou mais uma "criancinha" dependente do "papai". Chegou a hora de me decidir! Tenho que escolher uma profissão para me realizar e ser independente financeiramente.
>
> No país em que vivemos, que predomina o capitalismo, o mais rico sempre é quem vence! (Redação apresentada no vestibular da Unicamp. Apud DURIGAN, J. A., ABAURRE, M. B. M. e VIEIRA, Y. F. (orgs.). *A magia da mudança.* Campinas, Editora da Unicamp, 1987, p. 53)

Esse texto apresenta três temas (direito de opção; adolescência e escolha profissional; relações sociais sob o capitalismo), que mantêm relações muito tênues entre si. Esse fato afeta a continuidade semântica do texto, impedindo a sua apreensão como um todo, configurando, pois, um texto incoerente.

Níveis de coerência

A incoerência seriam as violações das articulações sintático-semânticas de cada um dos níveis de organização do texto. Teríamos, então, diferentes níveis de coerência.

a) *Coerência narrativa* concerne à observância das implicações lógicas entre as diferentes partes do relato. Por exemplo, para que um sujeito realize uma ação, é preciso que ele tenha competência para tanto, ou seja, que saiba e

possa efetuá-la. Isso significa que qualquer ação implica, pressupõe um saber e um poder fazer. Constitui, então, incoerência narrativa relatar uma ação realizada por um sujeito que não reúne condições para isso. O texto abaixo apresenta diferentes incoerências. Nesta passagem, vamos comentar apenas a incoerência narrativa. As outras serão apontadas mais adiante.

> João Carlos vivia em uma pequena casa construída no alto de uma colina árida, cuja frente dava para leste. Desde o pé da colina se espalhava em todas as direções, até o horizonte, uma planície coberta de areia. Na noite em que completava 30 anos, João, sentado nos degraus da escada colocada à frente de sua casa, olhava o sol poente e observava como a sua sombra ia diminuindo no caminho coberto de grama. De repente, viu um cavalo que descia para sua casa. *As árvores e as folhagens não lhe permitiam ver distintamente; entretanto, observou que o cavalo era manco.* Ao olhar mais perto verificou que o visitante era seu filho Guilherme, que há 20 anos tinha partido para alistar-se no exército e, em todo este tempo, não havia dado sinal de vida. Guilherme, ao ver seu pai, desmontou imediatamente, correu até ele, lançando-se nos seus braços e começando a chorar. (KOCH, I. G. V. e TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. São Paulo, Cortez, 1989, p. 32-33)

A incoerência narrativa desse texto é que a personagem não podia ver distintamente e, no entanto, viu que o cavalo era manco.

Observe um outro exemplo:

> Pior fez o quarto-zagueiro Edinho Baiano, do Paraná Clube, entrevistado por um repórter da Rádio Cidade. O Paraná tinha tomado um balaio de gols do Guarani de Campinas, alguns dias antes. O repórter queria saber o que tinha acontecido. Edinho não teve dúvida sobre os motivos:
>
> – Como a gente já esperava, fomos surpreendidos pelo ataque do Guarani. (BUCHMAN, Ernani. *Folha de Londrina*, 25/1/1995, p. 3)

A surpresa implica a não espera. Não se pode ser surpreendido com o que se esperava que acontecesse.

b) *Coerência argumentativa* diz respeito às relações de implicação ou de adequação entre premissas e conclusões que delas se tiram ou entre afirmações e conseqüências que delas se fazem decorrer.

> O ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, deu entrevista aos jornais, afirmando que o México havia aplicado “boas políticas estruturais”. Mais adiante, depois de admitir que o episódio mexicano

despertou “certa margem de desconfiança” em relação ao conjunto dos países latino-americanos, disse que essa desconfiança estava sendo superada, “pois mostramos ao mundo que, em termos estritos de política monetária, cambial e financeira, em nenhum país do Cone Sul se dá uma situação de desajuste como a que levou à desvalorização do peso mexicano” (*Folha de S. Paulo,* 29/1/1995, 1-10). Ora, o desajuste apontado é contraditório com a aplicação de boas políticas estruturais.

É incoerente dizer que o jornalismo, de fato, aprende-se na prática e defender a proibição do exercício profissional a todos aqueles que não são formados em escolas de comunicação. (cf. *Folha de São Paulo*. Painel do leitor. 17/11/1994, 1-3)

Muitas vezes, as conclusões não são adequadas às premissas. Não se pode concluir que, porque é estatal, uma determinada empresa seja deficitária, depois de afirmar que algumas empresas estatais são deficitárias, pois, como já ensinavam os lógicos antigos, nada se conclui de duas premissas particulares.

Constitui ainda incoerência a falta de relação do que se diz com o que foi dito anteriormente. É o caso de uma pergunta seguida de uma resposta como a que vem a seguir:

> – Deputado, o senhor é a favor ou contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço?
>
> – O Presidente Fernando Henrique Cardoso está empenhado em melhorar a vida dos brasileiros. Por isso, está propondo emendas constitucionais, que serão discutidas no Congresso Nacional.

c) *Coerência figurativa* refere-se à compatibilidade das figuras que manifestam um determinado tema. Como sabemos, as figuras encadeiam-se num percurso para apresentar um dado tema. Essas figuras precisam ser compatíveis, para que o leitor possa perceber o tema que está sendo veiculado por elas.

Na edição de 15 de abril de 1995, a revista *Veja* publicou na quarta capa uma publicidade da cerveja Cerpa. Sobre um fundo negro aparece parte do teclado e do tampo de um piano de cauda Steinway & Sons. Sobre o tampo, um busto de Beethoven em mármore branco e uma garrafa da cerveja Cerpa (a garrafa é colorida). Entre ambos, aparece a inscrição *O sabor clássico*. Nesse percurso figurativo que manifesta *requinte*, *bom gosto* não poderia aparecer, por exemplo, o busto de Wando, que estaria coerentemente colocado num percurso figurativo relacionado a um motel.

No texto apresentado por Koch e Travaglia, que foi transcrito, quando se falou em coerência narrativa, há uma contradição entre as figuras *colina árida e planície coberta de areia*, de um lado, e *grama, folhagens e árvores*, de outro.

Observe um trecho de um discurso do senador Ney Maranhão sobre a índole do brasileiro:

> Nosso trabalhador é o melhor do mundo. É o mais inteligente. É um homem de sete instrumentos. Bom, não guarda mágoa. Na hora da raiva, pega, mata e esfola. Mas depois reconsidera. (*O Estado de S. Paulo*, 27/12/1994, A 4)

A figura *reconsiderar*, que significa "desdizer-se, voltar atrás numa resolução tomada" é incompatível com as figuras *matar, esfolar.*

Compare esses textos com a coerência dos percursos figurativos deste trecho de *O mulato*, de Aluísio Azevedo, em que se manifestam os temas do asseio, da abundância e do prazer gustativo:

> À luz de um antigo candeeiro de querosene, reverberava uma toalha de linho claro, onde a louça reluzia escaldada de fresco; as garrafas brancas, cheias de vinho de caju, espalhavam em torno de si reflexos de ouro; uma torta de camarões estalava sua crosta de ovos; um frangão assado tinha a imobilidade resignada de um paciente; uma cuia de farinha seca simetrizava com outra de farinha-d'água; no centro, o travessão do arroz, solto, alvo, erguia-se em pirâmide, enchendo o ar com o seu vapor cheiroso. (São Paulo, Martins, 1973, p. 188-189)

d) *Coerência temporal* é aquela que concerne à observância das leis de sucessividade dos eventos e à compatibilidade dos enunciados do ponto de vista de sua localização no tempo.

No texto apresentado por Koch e Travaglia, que foi transcrito, quando se falou em coerência narrativa, há uma contradição temporal, pois, se João tinha 30 anos e seu filho Guilherme tinha partido há vinte anos, para alistar-se no exército, isso significa que o filho é mais velho que o pai. Nesse caso, nem se respeitam as leis de sucessividade dos eventos (o filho teria nascido antes do pai), nem a compatibilidade temporal dos enunciados.

e) *Coerência espacial* é aquela que diz respeito à compatibilidade dos enunciados do ponto de vista da localização no espaço.

No texto apresentado por Koch e Travaglia, que foi transcrito, quando se falou em coerência narrativa, há uma contradição espacial, pois nele se diz que a frente da casa dava para o leste e que João, sentado nos degraus da escada colocada à frente de sua casa, olhava o sol poente. Como o sol se põe a oeste, ele não podia, sentado na frente da casa, olhar o pôr-do-sol.

f) *Coerência do nível de linguagem utilizado* é aquela que concerne à compatibilidade do léxico e das estruturas morfossintáticas com a variante escolhida numa dada situação comunicação. Ocorre incoerência, no nível de linguagem usado, quando, por exemplo, o enunciador utiliza um termo chulo ou pertencente à linguagem informal num texto caracterizado pela norma culta formal. Tanto sabemos que isso não é permitido que, quando o fazemos, utilizamos uma ressalva: *com perdão da palavra, se me permitem dizer.*

Observe um exemplo de incoerência nesse nível:

> Tendo tomado conhecimento pelos principais órgãos de imprensa do país de que o governo que V. Ex.ª, com raro brilho, chefia resolveu encaminhar à consideração do Congresso Nacional emenda constitucional que extingue o direito dos servidores públicos aposentados a salário equivalente ao pago a funcionário da ativa no exercício de igual cargo ou função, ouso dirigir-me a V. Ex.ª com o propósito de manisfestar minha inconformidade diante dessa medida, que lançará no desespero milhões de pessoas que não têm mais tempo hábil de buscar uma complementação da aposentadoria. Francamente, achei a maior sujeira, uma sacanagem, nada a ver com sua vida.

Como se vê, o léxico usado no último período do texto destoa completamente do utilizado no período anterior.

Espécies de coerência

Poder-se-ia perguntar o que é que determina o que é ou não coerente. A pergunta justifica-se, porque, em alguns casos, a incoerência é evidente, enquanto, em outros, não é tão obvia. Por exemplo, se disséssemos *Pôs o queijo no macarrão, ralou-o e tirou-o do armário,* todos estariam de acordo em declarar a incoerência temporal desse texto, pois, nele, viola-se a lei da sucessividade dos eventos. Por outro lado, talvez não seja aceito por todo o mundo que, na publicidade da cerveja Cerpa descrita acima, quando falamos de coerência figurativa, seja contraditório colocar no lugar do busto de Beethoven o de Wando. Alguém poderia fazer a objeção de que, neste caso, trata-se de preconceito julgar que o texto seja incoerente.

A natureza da coerência está relacionada a dois conceitos básicos de verdade: adequação à realidade e conformidade lógica entre os enunciados. Quando o ministro da Previdência diz que ela teve um déficit no último ano e o TCU, depois de uma auditoria, afirma que ela foi superavitária, diz-se que o ministro mentiu, porque seu dizer não estava adequado à realidade. No exemplo abaixo, temos uma falta de conformidade lógica entre os enunciados, pois o primeiro parágrafo pressupõe a afirmação de que, em hipótese alguma, pode optar por uma Faculdade de Medicina quem não gosta de ver sangue e o segundo subentende que pode, pois esse é um problema que afeta o estudante apenas no início do curso:

> Não adianta optar por uma faculdade de Medicina se há desmaios ao ver sangue.
>
> Pode ser que muitos não gostam de determinadas coisas no início, com o tempo vão se acostumando, e, quando menos se espera, adoram-nas. (DURIGAN, J. A. et alii. *Op. cit.*, p. 50)

Vimos que temos diferentes níveis de coerência: argumentativa, figurativa, narrativa, etc. Em cada nível, temos duas espécies diversas de coerência:

a) *intratextual*, aquela que diz respeito à compatibilidade, à adequação, à não-contradição entre os enunciados do texto;

b) *extratextual*, aquela que diz respeito à adequação entre o texto e uma "realidade" exterior a ele.

A exterioridade a que o conteúdo do texto deve ajustar-se pode ser:

a) *conhecimento de mundo*, que são dados referentes ao mundo físico, à cultura de um povo, ao conteúdo das ciências, etc., que constituem o repertório, a partir do qual se produzem e se entendem textos. O período *O homem saiu voando pela janela e desapareceu no horizonte* é incoerente, pois nosso conhecimento do mundo diz que homens não voam. Temos, então, uma incoerência figurativa extratextual.

Os exemplos abaixo padecem do mesmo tipo de incoerência.

O índio guaiaqui carregou o cesto.

Sabemos que essa frase é incoerente, porque na cultura guaiaqui há uma divisão sexual das tarefas muito rígida. Os homens caçam e as mulheres fazem a coleta. Essa divisão exprime-se pela oposição entre o arco e o cesto. Os guaiaqui aprendem essa oposição, com base na qual funciona sua sociedade, por meio de um sistema de proibições recíprocas: uma impede as mulheres de tocar o

arco dos caçadores; outra impede os homens de manipular o cesto. (CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, p. 71-89)

> Os leões subiram as montanhas geladas e puseram-se a perseguir a foca. Os esquimós os chamavam por seus nomes. As feras corriam sobre o gelo, protegendo-se com suas garras para não caírem. Quando estavam prestes a alcançá-la, a foca alçou vôo. (BERNÁRDEZ, E. *Introducción a la lingüística del texto*. Madrid, Espasa-Calpe, 1982, p. 120)

Sabemos que leões não habitam territórios gelados, que focas não voam, que esquimós não usam leões para caçar. Por isso, consideramos esse texto incoerente.

b) *mecanismos semânticos e gramaticais da língua.* O Presidente Figueiredo disse, em 1981: *Dependendo da reação da oposição, eu recrudesço.* Temos, nessa frase, uma inadequação aos mecanismos semânticos da língua, pois o verbo *recrudescer,* no sentido de "tornar-se mais intenso, aumentar, exacerbar-se, agravar-se", só pode ter como sujeito um nome abstrato e, no sentido de "fazer tornar-se mais intenso", precisa ser construído com sujeito agente e objeto direto expresso por nome abstrato.

Observe os dois exemplos abaixo, em que o texto está absolutamente sem sentido por inobservância dos mecanismos semânticos e gramaticais da língua.

> 1. Nossas vidas vêm respectivamente e ideologicamente de decisões onde estas resultam, em seus dias, o correspondente de uma vida cotidiana, onde cada vez mais cresce a insatisfação e a isoberância (= exuberância) de todos os que aqui se resplandecem, pois é grande a dependência que todos temos para que cada vez mais entremos em contraditórios e conflitos, resultados que não agrada a ninguém, nem no ponto de vista humano podemos chegar a questionar sobre o que nos convém. (DURIGAN, J. A. et alii. *Op. cit.*, p. 49)

> 2. Conscientizar alunos pré-sólidos ao ingresso de uma carreira universitária informações críticas a respeito da realidade profissional a ser optada. Deve ser criado novos métodos criativos nos ensinos de primeiro e segundo graus: estimulando o aluno a formação crítica de suas idéias as quais, serão a praticidade cotidiana. Aptidões pessoais serão associadas a testes vocacionais sérios de maneira discursiva a analisar conceituações fundamentais. (DURIGAN, J. A. et alii. *Op. cit.*, p. 58)

Fatores de coerência

Muitas vezes certas frases do texto parecem incompreensíveis ou mesmo incoerentes. Essas aparentes incompreensões ou incoerências resolvem-se numa unidade maior. Há diferentes fatores que contribuem para dar coerência a um enunciado.

a) o *contexto* (para uma dada unidade lingüística funciona como contexto a unidade lingüística maior que ela: assim, a sílaba é contexto para o som; a palavra, para a sílaba; a oração, para a palavra; o período, para a oração; o texto, para o período).

Quando lemos a manchete *Canadá em São Paulo* (*Jornal da Tarde*, de 1/7/1992), achamos que ela é incoerente, pois nosso conhecimento de mundo nos diz que o Canadá não se localiza em São Paulo. A leitura do texto que vem abaixo do título desfaz essa aparente incoerência:

Canadá em São Paulo

> Parque canadense será inaugurado hoje.
>
> São Paulo ganha hoje um parque que reúne duas grandes "paixões" do paulistano: o verde e a água. O verde está na farta arborização do novo local de lazer: 2100 árvores, de 120 espécies diferentes. E a água está no lago que recobre 70% dos 110 mil metros quadrados de área do parque Cidade de Toronto. A vegetação procura fazer jus ao nome do novo local de lazer. Batizado com este nome graças ao Programa Municipal de Intercâmbio Profissional firmado entre São Paulo e Toronto – que doou parte das verbas necessárias à sua construção –, o parque, situado na zona Oeste, presta uma homenagem à cidade canadense através da vegetação típica de clima temperado, como o pinheiro e o plátano, introduzida junto às plantas nativas.

O contexto mostra que não há nenhuma incoerência no título, pois, nele, a palavra *Canadá* não está sendo usada denotativamente, como nome de país, mas com valor conotado, isto é, o todo está designando a parte (parque construído na cidade de São Paulo, com recursos provindos de uma cidade canadense e que tem em sua vegetação plantas típicas de clima temperado).

b) *situação de comunicação.* Certos enunciados que, fora de uma dada situação de comunicação, parecem absurdos, dentro dela ganham sentido. Isso ocorre, porque, numa situação de interlocução, podem ser deixados implícitos certos segmentos, que fora dela precisariam ser explicitados.

Veja, por exemplo, o seguinte diálogo:
– O encanador.
– Estou no banho.
– Vou levá-lo até a cozinha.

Fora da situação de comunicação, esse diálogo não seria compreendido, porque ele deixa implícitos certos enunciados, que são perfeitamente compreendidos dentro dela:

– O encanador, que você chamou, chegou.
– Não posso atendê-lo agora, porque estou no banho.
– Vou, então, levá-lo até a cozinha, para que ele comece o serviço.

c) *conhecimento de mundo.* O poema abaixo só adquire sentido, quando sabemos que dia 25 de dezembro é dia de Natal, quando conhecemos dados da vida de Cristo, quando sabemos o valor exato da expressão *Time is money.*

25 de dezembro

Time is money
ele nasceu... não ouvem o galo?
vamos correndo crucificá-lo!
(PAES, José Paulo. *Op. cit.*, p. 41)

d) *regras do gênero*. Quando se fala em conhecimento de mundo, não se pensa apenas no mundo efetivamente existente, que se pode ver, tocar, etc., mas também nos mundos criados pela linguagem. Os diferentes gêneros de texto (ficção científica, contos maravilhosos, mitos, discurso religioso, etc.) criam outros mundos, regidos por outras lógicas. Assim, o que é incoerente num determinado gênero não o é em outro. A frase *O homem saiu voando pela janela e desapareceu no horizonte* é totalmente incoerente no discurso cotidiano, mas é completamente coerente no mundo criado pelas histórias de super-heróis. O Super-homem, por exemplo, tem força praticamente ilimitada; pode voar no espaço a uma velocidade igual à da luz; quando ultrapassa essa velocidade, vence a barreira do tempo e pode transferir-se para outras épocas; seus olhos de raios X permitem-lhe ver através de qualquer corpo, a distâncias ilimitadas, etc. Tudo isso seria incoerente em outro gênero de discurso.

e) *a conotação.* Aquilo que é incoerente, quando lido denotativamente, pode não o ser, quando entendido conotativamente. Veja o exemplo abaixo:

As verdes idéias incolores dormem, mas poderão explodir a qualquer momento.

Tomado em seu sentido denotativo, esse texto é absurdo, pois o termo *idéias* não pode ser qualificado por adjetivos de cor; não se podem atribuir ao mesmo ser, ao mesmo tempo, as qualidades *verde* e *incolor,* o verbo *dormir* deve ter como sujeito um substantivo animado. No entanto, se entendermos *idéias verdes* como concepções ecológicas, o período pode ser lido da seguinte maneira: *As idéias ecológicas sem atrativo estão latentes, mas poderão manifestar-se a qualquer momento.*

f) *o intertexto.* Muitos textos retomam outros, constroem-se com base em outros e, por isso, só ganham coerência nessa relação com o texto sobre o qual foram construídos. Essa relação entre textos chama-se *intertextualidade.*

Canção de exílio facilitada

lá?
ah!
sabiá...
papá...
maná...
sofá...
sinhá...
cá?
bah!
(PAES, José Paulo. *Op. cit.*, p. 67)

Esse texto só ganha coerência, quando se conhece o poema *Canção do exílio,* de Gonçalves Dias. A partir da relação entre os dois, sabe-se que *lá* é o Brasil, onde tudo é melhor que o que existe *cá,* a terra do exílio. Lá existe a natureza bela (sabiá), o carinho familiar (papá), alimentos deliciosos e abundantes (maná), o descanso (sofá), belas mulheres (sinhá). Cá, como mostra a interjeição *bah,* tudo é desprezível, insignificante.

Falso diálogo entre Pessoa e Caeiro

– a chuva me deixa triste...
– a mim me deixa molhado.
(PAES, José Paulo. *Op. cit.*, p. 79)

Para compreender esse poema, é preciso saber que Alberto Caeiro é um dos heterônimos do poeta Fernando Pessoa, que heterônimo não é pseudônimo, mas uma individualidade lírica distinta da do autor (o ortônimo), que Caeiro considera que o real é a exterioridade e que não devemos acrescentar-lhe impressões subjetivas, que sua posição é antimetafísica, que não devemos interpretar a realidade pela inteligência, pois essa interpretação conduz a simples conceitos vazios. Por outro lado, é preciso saber que o ortônimo (Fernando Pessoa ele mesmo) exprime suas emoções, falando da solidão interior, do tédio, etc.

Muitas vezes, há uma quebra proposital da coerência com vistas a produzir um dado efeito de sentido. Há, por outro lado, casos de textos que fazem da não coerência o princípio constitutivo da produção de sentido. Lendo essas últimas afirmações, poderia alguém perguntar se, nesse caso, existe texto incoerente. Sem dúvida existe. A diferença entre a incoerência proposital e aquela produzida pela inabilidade, descuido ou ignorância do enunciador, está no fato de que, naquela, o enunciador dissemina pistas no texto, para que o leitor perceba que a quebra da coerência é um dado fundamental na constituição do sentido, isto é, faz parte de um programa intencionalmente direcionado para veicular determinado tema. Por exemplo, se num texto que mostrasse uma festa muito luxuosa, se pusessem figuras como *pessoas comendo de boca aberta, falando em voz muito alta, numa linguagem chula, com erros muito grandes de português, ostentando suas últimas aquisições,* o enunciador certamente não estaria querendo manifestar o tema do luxo, do requinte, mas o da vulgaridade dos novos ricos. Mas, se ele coloca no texto apenas uma figura incoerente, como no caso do discurso do senador Ney Maranhão, o leitor não pode pensar que se trata de uma quebra proposital de coerência, com vistas a criar um determinado efeito de sentido, mas que se trata de contradição criada pela imperícia do enunciador.

Dissemos também que há outros textos, como, por exemplo, os escritos por Lewis Carrol (*Alice no país das maravilhas, Alice no país dos espelhos,* etc.), que pretendem apresentar paradoxos de sentido, subverter o princípio da realidade, mostrar as aporias da lógica, confrontar a lógica do senso comum com outras e que, por isso, fazem da inversão da realidade seu príncípio constitutivo, da incoerência, um fator de coerência. Vejamos um exemplo extraído de *Alice no país das maravilhas,* em que se mostra a persistência de uma propriedade (o sorriso) do ser (o gato de Cheshire), depois do seu desaparecimento:

Enquanto murmurava isso, levantou a vista e lá estava o gato outra vez, sentado num galho de árvore.

– Você disse "leitão" ou "letão"? – perguntou o Gato.

– Eu disse "leitão" – respondeu Alice, acrescentando: – Gostaria que você não aparecesse a sumisse tão de repente. Deixa qualquer um tonto.

– Está bem – concordou o Gato. E dessa vez desapareceu bem devagarinho, começando com a ponta da cauda e terminando com o sorriso, que ainda ficou suspenso no ar algum tempo depois que o corpo tinha desaparecido.

– "Está aí" – pensou Alice – "já vi muitos gatos sem sorriso. Mas sorriso sem gato! É a coisa mais curiosa que já vi na minha vida." (*Aventuras de Alice.* São Paulo, Summus Editorial, 1980, p. 83-84)

Vejamos ainda um outro exemplo, em que se toma a personificação de um nome abstrato, em sentido denotado.

Alice suspirou enfastiada. – Acho que você devia ter mais o que fazer – comentou – ao invés de gastar o tempo com adivinhas sem respostas.

– Se você conhecesse o Tempo tão bem quanto eu conheço – disse o Chapeleiro – não falaria em gastá-lo como se ele fosse *uma coisa*. Ele é *alguém*.

– Não sei o que você quer dizer – respondeu Alice.

– Claro que não sabe! – disse o Chapeleiro, inclinando a cabeça para trás com desdém. – Diria mesmo que você jamais falou com o Tempo!

– Talvez não – replicou Alice cautelosamente – mas sei que tenho de marcar o tempo quando estudo música.

Ah! Olhe aí o motivo! – disse o Chapeleiro. – O Tempo não suporta ser marcado como se fosse gado. Mas, se você vivesse com ele em boas pazes, ele faria qualquer coisa que você quisesse com o relógio. Por exemplo: vamos dizer que fossem nove horas da manhã, que é hora de estudar. Você teria apenas que insinuar alguma coisa no ouvido do Tempo, e o ponteiro correria num piscar de olhos: uma hora e meia, hora do almoço. (Id., *ibid.*, p. 88)

Lição 14

Informações implícitas

Leia atentamente os dois pequenos textos abaixo:

a) O Presidente Tancredo Neves estava em campanha pelas diretas. Um dia, um grupo de próceres da oposição discutia a respeito do temor de muitos oposicionistas à ação das polícias estaduais, dos radicais de direita, etc. Tancredo disse então:

– A campanha eleitoral é uma luta para machos.

Acusado de machista por uma deputada presente ao encontro, ele respondeu:

– Não é nada disso, minha filha. Macho é hoje uma palavra unissex.

b) Hei de vencer, mesmo sendo professor.

Adesivo pregado num carro, em São Paulo.

(As frases que, nesta lição, estiverem sem referência bibliográfica foram retiradas dos seguintes livros: NOVAES, Carlos Eduardo. *É dando que se recebe... e mais 1499 frases tiradas da boca da História.* São Paulo, Ática, 1994; CASTRO, Rui. *O poder de mau humor.* São Paulo, Companhia das Letras, 1993; CASTRO, Rui. *O melhor do mau humor.* São Paulo, Companhia das Letras, 1993).

Na primeira frase de Tancredo, ele diz explicitamente que política é coisa para macho e implicitamente afirma que quem não o for não deve fazer política. Foi esse implícito, bem compreendido pela deputada participante do encontro, que a levou a acusar o futuro presidente de machista. Este, muito espertamente, nega a informação implícita contida na frase, dizendo que hoje macho é uma palavra unissex. Deixa, com essa nova afirmação, implícito que antes macho era uma palavra só masculina.

No segundo texto, o autor da frase afirma explicitamente: 1. que vencerá; 2. que é professor. Ao usar a palavra *mesmo,* criou o implícito de que o professor é um fracassado, de que a vitória é para ele algo muito difícil. Esse implícito ocorre porque o operador discursivo utilizado introduz um segmento de orientação argumentativa contrária ao que se disse anteriormente. Ora, não havendo contradição entre os conteúdos explícitos, cria-se imediatamente um implícito para estabelecer essa relação.

Todos os textos apresentam explicitamente certas informações e, ao mesmo tempo, transmitem outras de maneira implícita. Os implícitos da linguagem dividem-se em pressupostos e subentendidos. Informações implícitas são aquelas que o texto parece não dizer, mas diz. O leitor precisa, para compreender bem o sentido de um texto, entender tanto o que é afirmado de modo explícito, quanto o que é dito implicitamente. Um bom leitor é o que sabe ler nas entrelinhas, pois, se não o fizer, corre o risco de não apreender exatamente o que se quis dizer ou de concordar com pontos de vista que, tornados explícitos, rejeitaria. Da mesma forma, o produtor de textos necessita manejar bem os mecanismos de implicitação, pois, nem sempre, pode dizer claramente tudo o que deseja, precisando, pois, deixar tácitas certas idéias. Por outro lado, estar atento a essa propriedade da linguagem possibilita não deixar implícitos, em virtude de um manejo inadequado da linguagem, certos pontos de vista que não gostaria de manifestar.

Analisemos agora mais detidamente cada um dos tipos de implícitos.

Pressupostos

Os pressupostos são informações implícitas, que decorrem logicamente do sentido de alguma palavra ou expressão presente no texto. Observe a frase abaixo, por exemplo:

> Agora, segundo impressão colhida na reunião do BID, [o Brasil] tornou-se um país menos confiável. (*Veja*, 12/4/1995, p. 93)

Nela, afirma-se explicitamente que o Brasil é um país menos confiável. Do sentido do verbo *tornar-se* decorrente logicamente o implícito de que antes o Brasil era mais confiável. Se o país nunca tivesse apresentado um grau de confiabilidade maior que o de hoje, não se poderia usar o verbo *tornar-se*, que significa “transformar-se”, “converter-se”. Vejamos um outro exemplo:

> Está na hora de o governo usar o cassetete também contra esses empresários (Jair Meneguelli).

Nele, está explícito o dever do governo de usar o cassetete contra empresários. Da expressão *está na hora* provém o implícito: o governo nunca usou o cassetete contra empresários; do termo *também* deriva a informação pressuposta de que o governo usa o cassetete contra quem não é empresário.

O que é dito explicitamente pode ser questionado. Os pressupostos, no entanto, devem ser verdadeiros ou, ao menos, tomados como tal. Os explícitos

são construídos sobre os pressupostos. Assim, se um pressuposto for falso, ou considerado como tal, os conteúdos explícitos não têm o menor sentido, não podem sequer ser considerados falsos. Se Mário Amato não considerasse as mulheres seres pouco inteligentes, sua célebre frase a respeito da então ministra do Trabalho, Dorothéa Werneck, *Apesar de mulher, ela é muito inteligente,* não teria qualquer propósito.

O uso adequado dos pressupostos é muito importante, porque esse mecanismo lingüístico é um recurso argumentativo, uma vez que visa a levar o leitor ou o ouvinte a aceitar certas idéias. Com efeito, introduzir no discurso um dado conteúdo sob a forma de pressuposto implica tornar o interlocutor cúmplice de um dado ponto de vista, pois ele não é posto em discussão, é apresentado como algo aceito. Mesmo a negação das informações explícitas contribui para corroborá-lo. Se alguém diz *André deixou de fumar,* diz explicitamente que atualmente ele não fuma e implicitamente que ele fumava antes. Se o interlocutor negar a informação explícita, ainda assim estará admitindo o pressuposto. A pressuposição aprisiona o leitor ou o ouvinte numa lógica criada pelo produtor do texto.

Muitas das “verdades incontestáveis”, que constituem a base do discurso político, são na realidade pressupostos, ou seja, conteúdos tomados como aceitos por todos.

> Nesses oito anos de Revolução o Brasil emergiu da longa infância e da tumultuada adolescência para o estágio de nação adulta e séria que sabe para onde vai e o que pretende. (Presidente Medici, em cadeia de rádio e TV).

Nesse texto, diz-se explicitamente que o Brasil é uma nação adulta e séria. Por outro lado, deixa ele pressuposto que:

1. houve uma revolução no Brasil;
2. o país estava num estágio infantil ou adolescente antes dela.

Se formos discutir se o Brasil é ou não uma nação adulta e séria, estaremos reafirmando os pressupostos em que se baseia o discurso; se negarmos o que é dito explicitamente, ainda assim estaremos confirmando o que é dito implicitamente.

A refutação dos pressupostos impede a continuação de qualquer debate; só sua aceitação permite o diálogo, pois não tem sentido ou não é possível uma discussão em que cada interlocutor se funda em pressupostos distintos. Por isso, é considerada extremamente grosseira a negação pura e simples dos pressupostos apresentados pelo outro.

Os principais marcadores lingüísticos da pressuposição são:

1. os adjetivos ou palavras similares.

> *A única* coisa que me preocupa no plano é que os economistas estão gostando dele (Jô Soares).

O adjetivo *única* pressupõe que o plano não traz nenhuma outra preocupação para o produtor do texto.

> Eu achava que política era a *segunda* profissão mais antiga. Hoje vejo que ela se parece muito com a primeira (Ronald Reagan).

O ordinal *segunda* deixa implícito que há uma outra profissão mais antiga do que a política.

2. verbos que indicam permanência ou mudança de estado (por exemplo: tornar-se, transformar-se, converter-se, ficar, vir a ser, passar a, deixar de, começar a, principiar a, ganhar, perder, permanecer, continuar).

> A imprensa *continuará* livre, mas é preciso que *continue* colaborando com as autoridades (Gal. Justino Alves Bastos).

Os dois verbos *continuar* deixam pressupostos os seguintes conteúdos: a imprensa é livre; a imprensa colabora com as autoridades.

> O erário público *tranformou-se* em refém do fracasso empresarial do Sr. Canhedo (Deputado Adroaldo Streck).

O verbo *tranformar-se* deixa implícito que o erário não era refém do fracasso empresarial do Sr. Canhedo.

3. verbos que revelam um ponto de vista a respeito do que é expresso por seu complemento (por exemplo, pretender, alegar, supor, presumir, imaginar, assacar).

> Ele *pretende* que tudo se passou da maneira como conta.

O verbo *pretender* pressupõe que o falante não aceita como verdade o que alguém apresenta como tal.

> No Brasil *dizem* que tinha ditadura, mas nós fazíamos o que bem queríamos (Ronaldo Caiado).

O uso do verbo *dizer* com sujeito indeterminado indica que o falante não está de acordo com a veracidade do que é dito pela opinião geral.

4. certos advérbios.

> O país está muito mal, e não quero *mais* fazer o papel de bobo da corte (Xuxa).

O advérbio *mais* implicita a informação de que o produtor do texto antes fazia o papel de bobo da corte.

> O jogo *agora* é para profissionais (Roberto Gusmão).

O advérbio *agora* pressupõe que antes os amadores é que estavam jogando.

5. as orações adjetivas.

> Não adianta investigar os parlamentares se a elite empresarial *que financia a corrupção* fica assistindo às sessões da CPI pela televisão (Senador José Paulo Bisol, ao defender a tese de que a corrupção é como pederastia, não tem ativo ou passivo).

A oração *que financia a corrupção* é uma adjetiva restritiva. Pressupõe ela que não é toda a elite empresarial que financia a corrupção, mas apenas uma parte dela. Essa frase poderia ser reescrita, utilizando-se em lugar da restritiva uma explicativa (nesse caso, a oração adjetiva viria entre vírgulas):

> Não adianta investigar os parlamentares se a elite empresarial, *que financia a corrupção*, fica assistindo às sessões da CPI pela televisão.

Nesse caso, o que se alterou foi o pressuposto transmitido pela oração adjetiva. O que se deixa implícito é que toda a elite empresarial financia a corrupção.

A diferença entre uma oração adjetiva restritiva e uma explicativa reside nos pressupostos que elas criam. A primeira pressupõe que uma dada afirmação diz respeito a apenas parte dos elementos do conjunto designado pelo antecedente do pronome relativo; a segunda deixa implícito que uma determinada asseveração concerne à totalidade dos elementos do conjunto designado pelo antecedente do pronome relativo.

6. certas conjunções.

O Collor é um bom rapaz, *mas* não aceitem atravessadores; se quiserem um malufista, votem em mim. (Paulo Maluf, durante a campanha para as eleições presidenciais)

A conjunção *mas* liga dois segmentos de valor contrário entre si. *Não aceitem atravessadores* não é, a rigor, um segmento de valor contrário a Collor é um bom rapaz. Isso significa que o *mas* cria um implícito: Collor é um malufista não-original.

Subentendido

O subentendido é uma insinuação não marcada lingüisticamente, produzida por uma frase ou um arranjo de frases. Álvaro Dias, presidente do PP, falando dos ministros do governo Itamar, disse: *O governo não escolhe ministro por currículo, mas por prontuário*. Nessa frase, o deputado insinua que os ministros do governo Itamar eram bandidos, que tinham passagem pela polícia.

A diferença entre um pressuposto e um subentendido é que aquele é uma informação indiscutível, ou apresentada como tal, tanto para o falante quanto para o ouvinte, pois decorre necessariamente do sentido de um marcador lingüístico, enquanto este é de responsabilidade do ouvinte. O pressuposto pode ser contestado, mas é formulado para não o ser. Já o subentendido é construído, para que o falante, caso seja interpelado, possa, apegando-se ao sentido literal das palavras, negar que tenha dito o que efetivamente quis dizer. Se o Presidente Itamar interpelasse o deputado Álvaro Dias, este poderia afirmar que o que estava querendo dizer é que o Presidente era muito cuidadoso na escolha dos ministros e só escolhia aqueles que tivessem uma vida absolutamente limpa, sem registro em prontuários policiais.

O subentendido é um meio de o falante proteger-se, porque, com ele, diz o que quer sem se comprometer. No primeiro exemplo abaixo, insinua-se que o livro anterior não era bom. No segundo, o carregador entende um subentendido e Groucho nega que o sentido da frase seja o que foi depreendido.

a) Seu novo livro é melhor que o anterior.

b) Groucho: Tem troco para dez dólares?

Carregador: Sim, senhor.
Groucho: Bem, então não vai precisar dos dez centavos que eu ia te dar.

Com os subentendidos, diz-se sem dizer, sugere-se, mas não se diz.

Lição 15

Progressão textual

Leia o texto abaixo:

A tarde ia morrendo.

O sol declinava no horizonte e deitava-se sobre as grandes florestas, que iluminava com os seus últimos raios.

A luz frouxa e suave do ocaso, deslizando pela verde alcatifa, enrolava-se como ondas de ouro e de púrpura sobre a folhagem das árvores.

Os espinheiros silvestres desatavam as flores alvas e delicadas; e o ouricuri abria suas palmas mais novas, para receber no seu cálice o orvalho da noite. Os animais retardados procuravam a pousada, enquanto a juriti, chamando a companheira, soltava os arrulhos doces e saudosos com que se despede do dia.

Um concerto de notas graves saudava o pôr do sol e confundia-se com o rumor da cascata, que parecia quebrar a aspereza de sua queda e ceder à doce influência da tarde.

Era a Ave-Maria. (ALENCAR, José de. *O Guarani*. São Paulo, Saraiva, 1968, vol. I, p. 39)

Lendo esse texto antológico de Alencar, observa-se que, de um lado, ele mantém a unidade temática (trata do pôr do sol), de outro, cada frase acrescenta uma informação nova nessa descrição do cair da tarde (o declinar do sol, o comportamento da luz, das plantas, dos animais, os ruídos da tarde).

Compare o texto de Alencar com os dois exemplos abaixo:

a) Estou começando a me sentir vazia, desesperançosa e oca. O vazio me invade e sinto um tremendo vazio dentro de mim. (Redação de vestibular. Apud ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Crise na linguagem: redação no vestibular.* São Paulo, Mestre Jou, 1981, p. 98)

b) Cada recessão tem um custo violentíssimo permanente, que dura para sempre, para a sociedade. (BIONDI, Aloysio. *Shopping News,* 21/5/1995, p. 4)

Esses dois textos são circulares, ou seja, repetem várias vezes a mesma idéia. No primeiro, aparece quatro vezes a questão do vazio interior: *estou (...) vazia; oca; o vazio me invade; sinto um tremendo vazio dentro de mim.*

No segundo, se o custo da recessão é permanente, é claro que deve ele durar para sempre.

Um texto deve obedecer a duas exigências aparentemente paradoxais: apresentar continuidade semântica e ter progressão. Nele, mantém-se uma unidade temática, mas, ao mesmo tempo, cada segmento deve trazer uma informação nova.

Vimos já que o que faz do texto um texto é a coerência. Ela é o mecanismo que produz uma unidade de sentido. No entanto, unidade de sentido é a manutenção de um tema e não a repetição de idéias, de segmentos com o mesmo significado. Um bom texto deve ter progressão, ou seja, cada segmento deve acrescentar uma informação nova aos enunciados anteriores. A estrutura textual é uma organização de partes distintas, que produz um conjunto uniforme. Não é a repetição de partes iguais.

Num texto, não devem aparecer palavras, expressões ou frases redundantes, nem pormenores impertinentes, nem se devem repetir idéias já expressas explícita ou implicitamente. Analisemos um exemplo apresentado por Othon Moacir Garcia, em seu livro *Comunicação em prosa moderna*:

> Conforme a última deliberação unânime de toda a Diretoria, a entrada, a freqüência e a permanência, nas dependências deste Clube, tanto quanto a participação nas suas atividades esportivas, recreativas, sociais e culturais, são exclusivamente privativas dos seus sócios, sendo terminantemente proibida, seja qual for o pretexto, a entrada de estranhos nas referidas dependências do mesmo. (Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1982, p. 287)

Esse texto apresenta os seguintes problemas:

a) a informação *conforme a última deliberação unânime de toda a Diretoria,* é impertinente, pois é a Diretoria quem toma deliberações concernentes ao funcionamento de uma instituição;
b) se se quiser, no entanto, manter essa informação, o adjetivo *última* é desnecessário, pois não tem a menor importância saber se a deliberação é a última, a penúltima, etc;
c) se a deliberação foi unânime, é de toda a diretoria;
d) não há freqüência ou permanência, se não houver entrada;
e) se a freqüência ao clube é privativa dos sócios, evidentemente também o é a participação nas diferentes atividades;
f) o adjetivo *privativo* já contém a idéia de exclusividade;

g) se a freqüência é privativa dos sócios, a entrada de estranhos está automaticamente proibida; ademais, se a entrada está terminantemente proibida, não é preciso explicitar que ela o é *seja qual for o pretexto;*

h) se se está falando de um clube, evidentemente a proibição da entrada de não-sócios só poderia ser em suas dependências.

Como nota Othon Moacir Garcia, depois de analisar as redundâncias do texto, ficaria ele bem redigido, sem perda da eficácia comunicacional, da seguinte maneira: *É proibida a entrada de estranhos* ou *Só é permitida a entrada de sócios.*

Num texto, é proibido repetir-se, a menos que a repetição tenha uma funcionalidade na construção do seu sentido. Nesse caso, ela não é mais uma simples repetição. Há inúmeros casos em que é um recurso de produção de sentido. Tomemos alguns exemplos.

1. Num poema, o *refrão* serve para dar destaque à idéia central e tem um papel na organização rítmica do texto. Como há uma série de versos que se intercalam entre uma e outra enunciação do refrão, ele não é uma mera repetição, já que ganha intensidade cada vez que é pronunciado.

Observe-se esta cantiga de D. Dinis, que aparece no *Cancioneiro da Vaticana*, sob o nº 171. Nas quatro primeiras estrofes, uma moça interroga o *verde pino* (pinheiro) sobre seu amado; nas quatro últimas, o *verde pino* lhe responde. O ritmo e a musicalidade do poema, criados pelos versos de dez sílabas, produzem a impressão de uma dança. O refrão exprime o grito desesperado e lancinante da amada à procura de seu amor, quebrando o caráter festivo dos decassílabos.

– Ai flores, ai flores do verde pino,
se sabedes nova do meu amigo?
ai, Deus, e u é? (= ai, Deus, onde ele está?)

– Ai flores, ai flores do verde ramo,
se sabedes nova do meu amado?
ai, Deus, e u é?

Se sabedes nova do meu amigo,
aquel que mentiu do que pôs comigo?
ai Deus, e u é?

Se sabedes nova do meu amado,
aquel que mentiu do que mi á jurado?
ai, Deus, e u é?

– Vós me perguntades pelo voss'amigo?
E eu ben vos digo que é san'e vivo:
ai, Deus, e u é?

Vós me perguntades pelo voss'amado?
E eu ben vos digo que é viv'e sano.
ai, Deus, e u é?

E eu ben vos digo que é san'e vivo,
E será vosc'ant'o prazo saído. (=e estará convosco quando terminar
ai, Deus, e u é? o prazo do serviço militar)

E eu ben vos digo que é viv'e sano,
e será vosc'ant'o prazo passado.
ai, Deus, e u é?
(MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. São Paulo, Cultrix, s.d., p. 23-24)

2. A *repetição* de palavras serve para intensificar, para amplificar uma determinada idéia; a repetição de idéias destina-se a marcar seu papel central no texto. Valemo-nos da repetição intensificadora, mesmo na linguagem falada: *Estou muito, muito cansado.* Vejamos alguns exemplos literários.

a) Todas as cartas de amor são ridículas.
Não seriam cartas de amor se não fossem ridículas
(PESSOA, Fernando, apud LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literária*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1966, p. 174)

b) Divertia-os a ambição; divertia-os o interesse; divertia-os a soberba; divertia-os a autoridade e ostentação própria. (VIEIRA, apud id., *ib.*, p. 174)

c) Que meio vos parece que se pode dar para um homem em toda a sua vida ter pão sem nunca lhe haver de faltar? Será por ventura ajuntar mais? Lavrar mais? Negociar mais? Desvelar mais? Poupar mais? Adular mais? (VIEIRA, apud id., *ib.*, p. 176)

d) Que faz o lavrador na terra cortando com o arado, cavando, regando, mondando, semeando? Busca pão. Que faz o soldado na campanha, carregado de ferro, vigiando, pelejando, derramando o sangue? Busca pão. Que faz o navegante no mar içando, amainando, sondando, lutando com as ondas e com os ventos? Busca pão. (VIEIRA, apud id., *ib*., p. 176)

e) Deixaria a lavoura? Desistiria da sementeira? Ficar-se-ia ocioso no campo, só porque tinha lá ido? (VIEIRA, apud id., *ib*., p. 215)

A progressão adequada produz a concisão, que é a expressão de uma idéia com o menor número de palavras possível. Não se pode fazer da concisão um fetiche, pois já mostramos que a repetição, muitas vezes, é necessária.

Em resumo, cada segmento do texto deve acrescentar um dado novo ao anterior. A repetição, quando funcional, faz isso e, por isso, justifica-se. As repetições não-funcionais desqualificam o texto, pois demonstram falta *de reflexão e de domínio do assunto que está sendo tratado.*

Lição 16

Dizer uma coisa para significar outra

Leia com atenção os textos abaixo:

A Jesus Cristo Nosso Senhor

Pequei, Senhor; mas não porque hei pecado,
Da vossa alta clemência me despido;
Porque, quanto mais tenho delinqüido,
Vos tenho a perdoar mais empenhado.

Se basta a vos irar tanto pecado,
A abrandar-vos sobeja um só gemido:
Que a mesma culpa, que vos há ofendido,
Vos tem para o perdão lisonjeado.

Se uma ovelha perdida e já cobrada
Glória tal e prazer tão repentino
Vos deu, como afirmais na sacra história,

Eu sou, Senhor, a ovelha desgarrada,
Cobrai-a; e não queirais, pastor divino,
Perder na vossa ovelha a vossa glória.
(MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos*. São Paulo, Cultrix, 1976, p. 297)

Ecce nunc in pulvere dormiam, et si mane me quaesieris, non subsistam (= Eis que agora dormirei nas cinzas e, se amanhã me procurares, não estarei). Já que não quereis, Senhor, desistir ou moderar o tormento, já que não quereis senão continuar o rigor e chegar com ele ao cabo, seja muito embora: matai-me, consumi-me, enterrai-me: *Ecce nunc in pulvere dormiam;* mas só vos digo e vos lembro uma coisa: que “se me buscardes amanhã, que me não haveis de achar”: *Et si mane me quaesieris, non subsistam.* Tereis aos sabeus, tereis aos caldeus, que sejam o roubo e o açoite de vossa casa; mas não achareis a um Jó que a sirva, não achareis a um Jó que a venere, não achareis a um Jó que, ainda com suas chagas, a não desautorize. O mesmo digo eu, Senhor, que não é muito rompa nos

mesmos afetos quem se vê no mesmo estado. Abrasai, destruí, consumi-nos a todos; mas pode ser que algum dia queirais espanhóis e portugueses, e que os não acheis. Holanda vos dará os apostólicos conquistadores, que levem pelo Mundo os estandartes da cruz; Holanda vos dará os pregadores evangélicos, que semeiem nas terras dos bárbaros a doutrina católica e a reguem com o próprio sangue; Holanda defenderá a verdade de vossos Sacramentos e a autoridade da Igreja Romana; Holanda edificará templos, Holanda levantará altares, Holanda consagrará sacerdotes e oferecerá o sacrifício de vosso Santíssimo Corpo; Holanda, enfim, vos servirá e venerará tão religiosamente, como em Amsterdão, Meldeburgo e Flisinga e em todas as outras colônias daquele frio e alagado inferno se está fazendo todos os dias. (VIEIRA, Antônio. *Sermões*. 7 ed. Rio de Janeiro, Agir, 1975, p. 31-32)

No primeiro texto, Gregório de Matos, dirige-se a Deus, solicitando-lhe o perdão por seus pecados. No entanto, esse pedido é interessante, pois o poeta considera que perdoar é um ganho para Deus, já que condenar implicaria perda de sua glória. Portanto o que o poeta faz, nesse soneto, é dizer a Deus que não deve ele fazer um mau negócio, deixando de perdoar-lhe. Nesse texto, o enunciador quer que se entenda exatamente aquilo que foi dito. Há uma concordância entre o que se disse e o que se pretendeu dizer.

Já o segundo texto apresenta uma particularidade diferente. Faz ele parte do célebre *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda,* pregado em 1640, em Salvador, na Bahia, quando os holandeses apertavam o cerco contra a cidade, ameaçando invadi-la.

Nesse sermão, Vieira dirige-se diretamente a Deus, pedindo, suplicando e até exigindo que ele salve a cidade. O sermão começa com um versículo do salmo XLIII:

Levanta-te! Por que dormes, ó Senhor? Levanta-te e não nos repilas para sempre. Por que voltas a face? Esquece-te da nossa miséria e da nossa tribulação? Levanta-te, ó Senhor, ajuda-nos e redime-nos por causa de teu nome.

O texto transcrito acima começa um versículo do livro de Jó (VII, 21): *Eis que agora estarei no pó, mas, se amanhã me buscardes, não estarei.* Esse texto bíblico funciona como argumento de autoridade: se Jó falou assim com Deus, Vieira também se sente no direito de dirigir-se severamente à divindade. Depois da citação latina, o pregador começa a parafrasear o que disse Jó: se Deus não moderasse seus tormentos, se continuasse a mandar-lhe sofrimentos

até que sua vida acabasse, não encontraria mais quem o servisse, quem o venerasse, quem o bendissesse, como, apesar das dores, fazia Jó, mas apenas inimigos, como os sabeus e os caldeus.

Tendo parafraseado o texto do livro do Jó, estabelece uma relação de identidade entre a situação de Jó e as das pessoas que estavam cercadas pelos holandeses. Daí conclui que, se as circunstâncias são as mesmas, os sentimentos em relação à divindade devem ser iguais. Por isso, dirige-se a Deus, dizendo-lhe que abrase, destrua e consuma a todos. Adverte-o, porém, de que, no dia em que desejar encontrar espanhóis e portugueses, não os achará, deparará apenas com holandeses.

Segue, então, um texto magnífico, em que o pregador diz uma coisa para significar outra; afirma alguma coisa, para que se entenda exatamente o contrário; devem-se compreender suas afirmações como negações. Quando diz, por exemplo, *Holanda* (= os holandeses) *levantará altares* o que quer dizer é *Holanda não levantará nenhum altar.* Esse recurso em que se diz uma coisa para significar o contrário chama-se *ironia* ou *antífrase.*

Como se percebe a ironia de Vieira? Se ele está fazendo um paralelo entre a história de Jó e a situação dos portugueses e identifica os portugueses e os espanhóis a Jó, os holandeses só podem ser comparados aos sabeus e caldeus, que não serviriam a Deus, não o venerariam, etc. Quando diz que os holandeses vão fazer tudo isso, o que quer dizer é que eles não farão nada disso. Com efeito, a Holanda era um país protestante, ao contrário de Portugal e de Espanha, e nada faria pela fé católica.

Habitualmente, dizemos alguma coisa, desejando que o ouvinte entenda exatamente aquilo que foi dito. Nesses casos, há uma adequação entre o que se disse e o que se quis dizer. No entanto, nem sempre há essa correspondência. Muitas vezes diz-se alguma coisa, querendo que se entenda uma outra; diz-se uma coisa para significar outra.

Há uma série de mecanismos lingüísticos que servem para estabelecer intencionalmente um conflito entre o que se diz e o que se pretende dizer.

Ironia ou antífrase

É a afirmação de alguma coisa que se quer negar. Quando se produz uma ironia, o que se deve entender é o contrário do que foi dito.

> Vejam os altos feitos desses governadores: dilapidar o erário público, quebrar o Estado e fomentar a corrupção.

Evidentemente, *altos feitos* significa *não altos feitos*. Entendemos uma ironia, por oposições criadas, explícita ou implicitamente, no interior do texto. São os sentidos opostos e mutuamente exclusivos que patenteiam a ironia. Assim, no exemplo acima, há uma contradição entre *altos feitos* e *dilapidar o erário público, quebrar o Estado, fomentar a corrupção*. Às vezes, essa oposição pode ficar implícita em função da situação de comunicação. Assim, quando um torcedor diz *Que bela partida!* a um jogador de um time que perdeu de goleada e jogou muito mal, a situação de comunicação dispensa que se explicite a contradição no texto.

Observe como Camões comenta a contradição entre o nome de um determinado monte e suas características:

Junto de um seco, fero e estéril monte,
Inútil e despido, calvo, informe,
Da Natureza em tudo aborrecido;
Onde nem ave voa ou fera dorme,
Nem rio claro corre ou ferve fonte,
Nem verde ramo faz doce ruído;
Cujo nome, do vulgo introduzido,
É Feliz, por antífrase infelice
(*Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1988, p. 311-312)

Veja um outro exemplo:

Moça linda bem tratada,
três séculos de família,
burra como uma porta:
um amor.
(ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. 4 ed. São Paulo, Martins, 1974, p. 299)

Lítotes

Nesse mecanismo, nega-se algo para afirmar seu contrário.

À beira do negro poço
debruço-me e nele vejo,
agora que não sou moço,
um passarinho em um desejo.
(ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 290)

Agora que não sou moço significa "agora que sou velho": nega-se a mocidade, para afirmar a velhice.

Quando se nega o contrário do que se quer afirmar, diz-se menos para dar a entender mais. Diz-se de forma atenuada, para que o ouvinte ou o leitor entenda de maneira enfática. É mais atenuado dizer *não é muito trabalhador* do que dizer *é vagabundo.*

Preterição

É a negação explícita de que se pretende dizer o que, de fato, se disse. Nega-se claramente que se queira dizer o que se disse. Simula-se não desejar dizer o que se disse. Um belo exemplo de preterição ocorre na peça *Júlio César,* de Shakespeare. Marco Antônio, em seu discurso no sepultamento de César (cena II do 3º ato), desaprova a opinião de Bruto sobre César e, ao mesmo tempo, nega explicitamente que o faça; glorifica o morto e nega que o esteja fazendo.

> Amigos, romanos, compatriotas, prestai-me atenção! Estou aqui para sepultar César, não para glorificá-lo. O mal que fazem os homens perdura depois deles! Freqüentemente, o bem que fizeram é sepultado com os próprios ossos! Que assim seja com César! O nobre Bruto vos disse que César era ambicioso. Se assim foi, era uma grave falta e César a pagou gravemente. Aqui, com a permissão de Bruto e dos demais (pois Bruto é um homem honrado, como todos os demais são homens honrados), venho falar nos funerais de César. Era meu amigo, leal e justo comigo; mas Bruto diz que era ambicioso; e Bruto é um homem honrado. Trouxe muitos cativos para Roma, cujos resgates encheram os cofres do Estado. César, neste particular, parecia ambicioso? Quando os pobres deixavam ouvir suas vozes lastimosas, César derramava lágrimas. A ambição deveria ter um coração mais duro! Entretanto, Bruto disse que ele era ambicioso e Bruto é um homem honrado. Todos vós o vistes nas Lupercais: três vezes eu lhe apresentei uma coroa real e, três vezes, ele a recusou. Isto era ambição? Entretanto, Bruto disse que ele era ambicioso, e, sem dúvida alguma, Bruto é um homem honrado. Não falo para desaprovar o que Bruto disse, mas aqui estou para falar sobre aquilo que conheço! Todos vós já o amastes, não sem motivo. Que razão, então, vos detém, agora, para pranteá-lo? (*Obra completa.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1989, p. 449)

Observe um outro exemplo, em que D. Jerônymo Osório diz que não fala do que está falando:

> Pois, Senhor, de que serviria logo tanto trabalho e tanta despesa sem fruto? Não falo dos juros que os fidalgos têm vendido; nas jóias das senhoras empenhadas; nas lágrimas das mulheres; na pobreza da gente nobre; na miséria dos que pouco podem. Gaste-se tudo e consuma-se por serviço de Deus e de Vossa Alteza que quando Deus Nosso Senhor oferecer uma grande ocasião para seu serviço, não haja em Portugal forças para se lançar mão dela.(“Carta II a D. Sebastião”. In: *Cartas portuguesas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 18)

Reticência

Nesse mecanismo lingüístico, há uma suspensão do que se está dizendo, deixando-se, no entanto, patente o que se pretende dizer. Interrompe-se a frase, mas o contexto deixa claro o que se quer dizer. Dessa forma, diz-se sem dizer. Observe o exemplo abaixo, em que, com a reticência após a palavra *depois*, o poeta não diz explicitamente o que acontece entre os amantes, mas, pelo contexto, deixa entender o que se pretendia dizer.

> Trememos de medo... a boca emudece
> Mas sentem-se os pulos do meu coração!
> Seu seio nevado de amor se entumece...
> E os lábios se tocam no ardor da paixão!
>
> – Depois... mas já vejo que vós, meus senhores,
> Com fina malícia quereis me enganar,
> Aqui faço ponto; – segredos de amores,
> Não quero, não posso, não devo contar!
> (ABREU, Casimiro de. *As primaveras*. São Paulo/Brasília, Martins/INL, 1972, p. 86)

Observe um outro exemplo, em que o contexto deixa patente a frase que Menezes suspende: *se canse do marido e o traia*.

> Félix foi buscar a carteira, tirou dela a carta, e entregou-a a Menezes.
> Menezes leu o que se segue:
> Mísero moço! És amado como era o *outro;* serás humilhado como *ele*. No fim de alguns meses terás um Cirineu para te ajudar a carregar a cruz, como teve o *outro*, por cuja razão se foi desta para melhor. Se ainda é tempo, recua!
> A carta não tinha assinatura.

Menezes ficou atônito; mas foi obra de alguns instantes, poucos.

Sua índole generosa repelia a idéia de acreditar na revelação que acabava de ler.

– É impossível, disse ele.

Félix ergueu a cabeça, que apertava entre as mãos, e replicou:

– Essa é a tua convicção; eu quisera que fosse a minha. Mas que testemunho tens tu contra o que aí vês escrito?

– Não sei, respondeu Menezes com calor, mas é o que me diz o coração. *Repugna crer que essa pobre senhora...* Não, é impossível. Demais, uma carta anônima! (ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. I, p. 190)

Há dois outros mecanismos lingüísticos, em que não há um conflito entre o que se diz e o que se quer dizer, mas entre o que se diz e os fatos narrados.

Eufemismo

É a atenuação do que teria intensidade maior. Com ele, suaviza-se o que seria grosseiro ou chocante. No poema abaixo, fala-se de morte, sem nomeá-la claramente, ela é designada por meio de uma série de expressões atenuadas.

Consoada

Quando a *indesejada das gentes* chegar
(Não sei se dura ou caroável),
Talvez eu tenha medo.
Talvez sorria, ou diga:
– Alô*, iniludível!*
O meu dia foi bom, pode a noite descer.
(*A noite* com seus sortilégios.)
Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,
A mesa posta,
Com cada coisa em seu lugar.
(BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 307)

O eufemismo tem a função, muitas vezes, de ocultar a realidade.

Expressão acabada da tecnocracia, o economês tem seu aspecto cruel – como elemento de dominação de uma casta que, desde os governos militares não pára de ganhar poder – e seu caráter ilusório, a serviço de uma ideologia

do eufemismo (ou *flexibilização e realinhamento* são algo mais que meros aumentos de preços?). (MARTINS, Eduardo. *O Estado de S. Paulo.* 1º/1/1995, B5)

Hipérbole

É o exagero daquilo que é mais atenuado. Com ela, intensifica-se a expressão.

> Então, de peito aberto, mandei que José Mateus apertasse o gatilho:
>
> – Atira, seu filho de uma égua, que a peça é de segurança.
>
> O povo, em derredor espalhou a perna no medo de pegar bala vadia e muito sujeito correu para trás de porta. O enfezadinho, sem força nem para segurar a arma, veio cair junto da minha montaria ajoelhado. Contou que devia uns adiantados a Cicarino e o aguardenteiro, de cima dessa prevalência, ameaçou trancar os restos de seus dias no fundo da cadeia. Visse eu que ele possuía ninhada de moleques e não sabia, desde mês, o que era gosto de gordura. E mostrou o peitinho afundado, onde aparecia o reco-reco das costelas:
>
> – Tenha dó, coronel. Tenha pena deste sofredor.
>
> Não agüentei – e caso José Mateus relatasse nova remessa de miséria eu era Azeredo de dar ao necessitado a camisa do corpo e toda a pecúnia do bolso. De coração compadecido, mas ainda em berro autoritário, mandei que ficasse de pé:
>
> – Não sou santo de altar, São Jorge ou Santo Onofre, para ninguém cair ajoelhado na poeira.
>
> Digo, sem ostentação, que Deus não cresceu o neto de meu avô na beira dos dois metros para que ele desperdiçasse essa grandeza toda em raiva de *anão*, em ódio de *sujeito nascido para caber num dedal de costureira.* (CARVALHO, José Cândido de. *O coronel e o lobisomem.* 8 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971, p. 23-24).

Observe outros exemplos:

a) Outra vez aquele frio de lobisomem varreu o espinhaço da campeirada, de fazer sossego de cemitério. *Uma raiz que brotasse, vinha à tona seu barulho.* (Id., *ibid.*, p. 45)

b) Lá perambulei a tarde toda, em conferência sem-vergonhista. Contou ele na ponta dos dedos os rabos-de-saia que lustraram os paus de sua cama, tantos e tantos de não ter cabeça para guardar:

– Nem um caderno alentado dava para escrever os nomes todos.
E como prova de libertinagem retirou de uma canastra quantidade de ligas e demais petrechos que as madamas, na pressa da retirada, esqueciam nos cantos:
– De deixados de lenço nem é bom falar. Tenho um gavetão cheio.
Rebati o avantajado dele com avantajado igual. Fiz ver, apontando o queixo, *que um terço da barba perdi em roçar cangote de donzela militante:*
– Ou mais, seu compadre, ou mais. (Id., *ibid.*, p. 111)

c) aquela que faz certa a coisa incerta
e os dias, *mais que séculos*, compridos...
(ALMEIDA, Guilherme de. *Poesia vária.* São Paulo, Cultrix, 1976, p. 99)

d) No tempo de meu Pai, sob estes galhos,
Como uma vela fúnebre de cera,
Chorei *bilhões de vezes* com a canseira
De inexorabilíssimos trabalhos.
(ANJOS, Augusto dos. *Poesia e prosa.* São Paulo, Ática, 1977, p. 69)

e) E logo nesse instante concertou
Para a guerra o belígero aparelho,
Para que ao Português se lhe tornasse
Em roxo sangue a água que buscasse.
(CAMÕES, Luís de. Os Lusíadas. I, 82)

Na linguagem de todos os dias usamos muitas hipérboles (*faz séculos que a estou esperando, já que disse mais de mil vezes, estou morrendo de sede, posso falar com você um minuto?*) e muitos eufemismos (*fazer amor, ir ao lavabo, descansar*). O eufemismo atinge aqueles domínios discursivos atingidos pelo tabu lingüístico: funções reprodutoras e excretoras, órgãos sexuais, etc. Os tabus mudam de época para época, de sociedade para sociedade. Algumas palavras que não se diziam em público hoje aparecem nos jornais, nas novelas, etc.

Como já explicamos ao falar da ironia, o leitor compreende que há um conflito entre o que se disse e o que se quer dizer, porque o texto traz marcas explícitas ou implícitas (aquelas que se depreendem da situação) dessa contradição semântica.

Por que é que se utilizam esses mecanismos de não-concordância entre a intencionalidade do dizer e o dito? Quando se comunica alguma coisa, o enunciador não quer somente fazer o outro saber alguma coisa, mas quer também levá-lo a aceitar aquilo que disse. Por isso, vale-se de uma série de mecanismos

lingüísticos que levam o ouvinte ou o leitor a admitir como verdadeiro o que foi transmitido. Esses mecanismos de discordância entre o que se pretende dizer e o que se disse visam a chamar a atenção do leitor com vistas a fazê-lo ficar mais facilmente de acordo com o que se comunicou. O enunciador diz menos para que o leitor entenda mais, diz e afirma não ter dito, deixa patente o que não disse, simula moderação para dizer enfaticamente, finge exagero para dizer atenuadamente. Dessa forma, revela significados, encobrindo-os, e oculta significados, mostrando-os. Com isso, o leitor atenta melhor para o que está sendo dito e, dessa maneira, é conduzido a aceitar mais facilmente o conteúdo transmitido. Com esses mecanismos, o enunciador vela significados para desvelá-los, revela sentidos para escondê-los. O leitor, no entanto, só percebe o sentido do texto, quando apreende esses conflitos, pois, nesses casos, o significado constrói-se exatamente na não correspondência entre o que se diz e o que se quer dizer.

Lição 17

Argumentação

Leia o texto que se segue:

> Será porventura o não fazer fruto hoje a palavra de Deus, pela circunstância da pessoa? Será porque antigamente os pregadores eram santos, eram varões apostólicos e exemplares, e hoje os pregadores são eu e outros como eu? Boa razão é esta. A definição do pregador é a vida e o exemplo. Por isso Cristo no Evangelho não o comparou ao semeador, senão ao que semeia. Reparai. Não diz Cristo: Saiu a semear o semeador, senão, saiu a semear o que semeia: *Ecce exiit qui seminat, seminare.* Entre o semeador e o que semeia há muita diferença: uma cousa é o soldado, e outra cousa o que peleja; uma cousa é o governador, e outra o que governa. Da mesma maneira, uma cousa é o semeador, e outra o que semeia; uma cousa é o pregador, e outra o que prega. O semeador e o pregador é nome; o que semeia e o que prega é ação; e as ações são as que dão o ser ao pregador. Ter nome de pregador, ou ser pregador de nome não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras são as que convertem o mundo. O melhor conceito que o pregador leva ao púlpito, qual cuidais que é? É o conceito que de sua vida têm os ouvintes. Antigamente convertia-se o mundo, hoje por que se não converte ninguém? Porque hoje pregam-se palavras e pensamentos, antigamente pregavam-se palavras e obras. Palavras sem obras são tiro sem bala; atroam, mas não ferem. A funda de Davi derrubou ao gigante, mas não o derrubou com o estalo, senão com a pedra: *Infixus est lapis in fronte ejus* (= A pedra entrou em sua fronte). As vozes da harpa de Davi lançavam fora os demônios do corpo de Saul, mas não eram vozes pronunciadas com a boca, eram vozes formadas com a mão: *David tollebat citharam, et percutiebat manu sua* (= Davi pegava a cítara e tangia-a com sua mão). Por isso Cristo comparou o pregador ao semeador. O pregar, que é falar, faz-se com a boca; o pregar, que é semear, faz-se com a mão. Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras. Diz o Evangelho que a palavra de Deus frutificou cento por um. Que quer isto dizer? Quer dizer que de uma palavra nasceram cem palavras? Não. Quer dizer que de poucas palavras nasceram muitas obras. Pois palavras que frutificam obras, vede se podem ser só palavras! (VIEIRA, Antônio. *Sermões.* Porto, Lello, 1959, vol. I, t. 1, p. 14-15)

Esse texto foi extraído do célebre *Sermão da sexagésima,* em que Vieira desenvolve, a partir da parábola do semeador, uma teoria da eficácia da

sermonística. Discute todas as possíveis causas da ineficácia da pregação e mostra como se torna eficaz um sermão. Nessa passagem, vai mostrar que a pessoa do pregador desempenha um papel importante no êxito de uma peça oratória. A tese que defende é que uma pregação só terá eficácia, se houver uma concordância entre o que o pregador diz e o que faz.

Aduz as seguintes razões para comprovar sua tese:

a) Cristo diz no Evangelho *saiu a semear o que semeia e não saiu a semear o semeador,* porque *semeador,* sendo substantivo, designa um ser, enquanto *o que semeia,* centrado num verbo, indica uma ação;

b) na língua, faz-se sempre diferença entre o nome e a ação, como o comprovam vários exemplos: *soldado* vs *o que peleja; governador* vs *o que governa;*

c) os fatos da antigüidade mostram que o exemplo é que converte;

d) há uma identidade entre *palavras sem obra e tiro sem bala*, pois ambos atroam, mas não ferem;

e) dois exemplos das Escrituras comprovam que não é a palavra, mas a ação é que é eficaz: a derrubada do gigante por Davi e a expulsão dos demônios do corpo de Saul;

f) há duas espécies de pregação: o falar, que se faz com a boca; o semear, que se faz com a mão;

g) a eficácia da pregação só existe quando os homens passam a agir segundo a palavra de Deus e, por isso, só palavras não podem ser eficazes.

Vieira argumenta em favor de sua tese, ou seja, fornece razões para que a aceitemos.

Que é argumentar? Normalmente, pensa-se que comunicar seja apenas transmitir informações. A teoria da comunicação mostra que intervêm, na realização do ato comunicativo, seis fatores: o emissor (aquele que produz a mensagem); o receptor (aquele a quem a mensagem é transmitida); a mensagem (elemento material que veicula informações: por exemplo, um conjunto de sons, uma imagem); o código (um sistema lingüístico, ou seja, um conjunto de elementos e de regras combinatórias que permite construir uma mensagem: por exemplo, uma língua); o canal (conjunto de meios sensoriais ou não pelos quais a mensagem é transmitida: por exemplo, o canal auditivo, o telefone); o referente (a situação a que a mensagem remete). Apesar de analisar detidamente como cada um desses seis fatores interfere no processo comunicacional, a teoria da comunicação vê o ato comunicativo de maneira muito simplificada, pois concebe emissor e receptor como pólos neutros, a quem cabe tão somente produzir, receber e compreender mensagens.

O processo comunicativo é mais complexo, pois há uma diferença nítida entre comunicação recebida e comunicação assumida. Comunicar é agir sobre o outro e, por conseguinte, não é só levá-lo a receber e compreender mensagens, mas é fazê-lo aceitar o que é transmitido, crer naquilo que se diz, fazer aquilo que se propõe. Isso quer dizer que comunicar não é apenas fazer saber, mas principalmente fazer crer e fazer fazer. É o que diz Vieira, falando da eficácia do sermão: não se deve falar ao vento (= não persuadir), mas ao coração (= persuadir). Comunicar significa obter adesão. Esta depende de opiniões prévias, de crenças, de aspirações, de valores, de normas de conduta que se admitem como válidas, de convicções políticas, de emoções, de sentimentos, de visão de mundo, etc.

Persuadir é levar o outro a aderir ao que se diz. A eficácia de um ato de comunicação reside na aceitação do que expôs o emissor. Muitas vezes, pensa-se que a argumentação restringe-se à demonstração, procedimento por meio do qual se mostra a verdade de uma conclusão ou, ao menos, sua relação necessária com as premissas; em que se trabalha com provas, cuja validade independe das convicções pessoais. Um exemplo clássico de um raciocínio demonstrativo é o silogismo, que foi definido por Aristóteles, como “uma série de palavras, em que, sendo admitidas certas coisas, delas resultará necessariamente alguma outra, pela simples razão de se terem admitido aquelas”. Por exemplo:

Todas as estrelas brilham com luz própria;
Sírio é uma estrela;
Logo, Sírio brilha com luz própria.

Admitindo-se que a primeira e a segunda proposições sejam verdadeiras, a conclusão torna-se necessária.

A argumentação engloba a demonstração, mas não se restringe a ela, pois trabalha não só com o que é necessariamente verdadeiro, o que é logicamente demonstrável, mas também com aquilo que é pausível, possível, provável. Argumentar, em sentido lato, é fornecer razões em favor de determinada tese. Enquanto a demonstração lógica implica que, se duas idéias forem contraditórias, uma será verdadeira e a outra falsa, a argumentação em sentido lato mostra que uma idéia pode ser mais válida que outra. Isso significa que a adesão não se faz somente a teses verdadeiras, mas também a teses que parecem oportunas, socialmente justas, úteis, equilibradas, etc. Assim, a argumentação opera não só com o necessário, mas também com o preferível, isto é, com juízos de valor, em que alguma coisa é considerada superior a outra, melhor do que outra, etc.

Aristóteles analisou, nos *Tópicos,* os diferentes lugares comuns (tópicos) empregados na persuasão. Destaquemos quatro deles:

1. lugar da quantidade é aquele que mostra que alguma coisa é superior a outra por ser proveitosa a um número maior de pessoas, por ser mais durável, por ser útil em situações mais variadas, por ser mais antiga, etc. Muitas publicidades fundamentam-se no lugar da quantidade.

> a) Bombril tem mil e uma utilidades.
>
> b) A Sul América faz parte da sua vida desde o tempo em que anúncio se chamava reclame.
> Desde sua fundação em 5 de dezembro de 1895, a Sul América é uma empresa em sintonia com o seu tempo. E voltada para as necessidades de seus clientes.
> Durante toda a sua existência, a Sul América tem contado com a dedicação dos seus funcionários. Com o apoio dos corretores e prestadores de serviços. E com a confiança dos seus segurados. Por isso ela chega aos 100 anos, em 1995, percebida pelo público como a seguradora mais confiável do mercado.
> Sul América Seguros
> 100 anos de garantia.

(Esse texto verbal é acompanhado de uma foto de um antigo cartaz publicitário, que mostra o Pão de Açúcar e a Baía de Guanabara e contém os seguintes dizeres: *Firme como o Pão de Assúcar. Sul América. A maior Cia. de Seguros de Vida na América do Sul.* Para indicar que essa publicidade é bastante antiga, *açúcar* está escrita com dois s, segundo velhas normas ortográficas). (*Veja*, 31/5/1995, p. 46-47)

> c) Quantos grupos trabalham em prol dos brancos? Poucos. Por isso vivemos a situação reversa de enfrentar discriminação em nossos trabalhos, pagamos altos impostos para sustentar programas de bem-estar para as minorias. Nós do KKK estamos compromissados com os interesses da maioria branca (Planfleto *An Introduction to the Invisible Empire of the Ku Klux Klan.* In: *Folha de S. Paulo,* 11/6/1995, 1-30)

2. lugar da qualidade é aquele segundo o qual é preferível o que é único, raro, insubstituível. O Credicard veiculou uma propaganda na televisão, nos primeiros meses de 1995, que mostrava pessoas fazendo coisas que não são absolutamente indispensáveis. Um locutor comentava o que elas faziam, dizendo, por exemplo: Não é necessário passar a primavera em Paris. O cartão de crédito era, então, associado ao que distingue certas pessoas da grande maioria.

Leia este texto extraído de um folheto publicitário do Cartão Nacional Visa, em que se faz uso do lugar da qualidade, estruturando-se a publicidade como se fosse um anúncio de correio sentimental:

> 6 meses de experiência
> Jovem, poliglota, de excelente reputação e prestígio, bem recebido no Brasil inteiro e em mais de 200 países, procura para relacionamento experimental de 6 meses e futuro compromisso, pessoas acima de 21 anos, que adorem viver bem, gostem de viajar, ir a restaurantes, shoppings, teatros, supermercados, fazer compras e muitas outras coisas boas da vida. Rio de Janeiro: 0800 21-0080.
> Cartão Nacional Visa, 6 meses sem anuidade para você conhecer e aprovar. Entre em contato com a gente hoje mesmo e associe-se ao Nacional Visa. Você tem 6 meses para testar e aprovar todos os seus benefícios e serviços exclusivos.

Observe este texto publicitário do Banco Econômico, que combina os lugares da qualidade e da quantidade.

> Econômico. Bom atendimento para todas as gerações.
> Se o que você quer do seu Banco é bom atendimento, seja Econômico.
> Em cada uma das 279 agências do Econômico você tem gerentes prontos para ouvi-lo, trocar idéias, oferecer os melhores investimentos, as melhores soluções. Uma verdadeira assessoria econômica.
> Se seu negócio exige rapidez e praticidade, seja Econômico.
> Suas agências são todas informatizadas. Por isso, além de atendimento personalizado, você conta com a melhor tecnologia bancária pronta para servi-lo: 2.667 caixas e terminais de clientes, 113 terminais de auto-atendimento, 571 quiosques do Banco 24 Horas, 135 postos de serviço, atendimento por telefone e fax 24 horas por dia, 7 dias por semana, entre outras facilidades.
> Tudo isso porque nos seus 160 anos o Econômico sempre investiu em gente e tecnologia com um único objetivo: dar o melhor atendimento a todos os seus clientes, pessoas físicas ou jurídicas.
> O Econômico é a mais antiga instituição financeira privada da América Latina. Um dos dez maiores bancos brasileiros. E o único que une a tecnologia de um banco jovem e ágil a uma história de 160 anos de tradição e bons negócios.
> Seja Econômico. Qualquer que seja a sua geração, você vai ser bem atendido.
> Econômico
> Desde 1834
> (*Veja*, 7/6/1995, p. 144-145)

3. lugar da ordem é aquele que afirma a superioridade da causa sobre o efeito, do anterior sobre o posterior, etc. Por exemplo, os índios brasileiros têm direito a todas as terras do território nacional, porque já estavam aqui, quando os portugueses chegaram.

4. lugar do existente é aquele que declara a superioridade do que é sobre aquilo que é apenas possível. O provérbio *Mais vale um pássaro na mão do que dois voando* baseia-se nesse tópico.

Estamos, pois, tomando argumentação num sentido bastante amplo. São argumentos tanto as provas demonstrativas, ou seja, aquelas que mostram a verdade de uma conclusão ou, pelo menos, sua relação necessária com as premissas, aquelas cuja validade independe de opinião pessoal, quanto as persuasivas, isto é, aquelas que buscam a adesão de indivíduos para uma determinada tese, apelando para o preferível. A adesão pode ter intensidade variável e depender de diferentes razões: a tese pode ser considerada verdadeira, oportuna, socialmente justa, útil, equilibrada. Enquanto nas provas demonstrativas a verdade de uma tese implica a falsidade da outra, as provas persuasivas mostram que uma tese é melhor que a outra. Essa concepção de argumentação está de acordo com a etimologia da palavra *argumento,* que vem do latim *argumentum*, vocábulo formado com o tema *argu-*, que está também presente nos termos *arguto, argúcia, argênteo, argentum* e significa "fazer brilhar", "fazer cintilar". O argumento é, pois, tudo aquilo que ressalta, faz brilhar, faz cintilar uma idéia. Argumento é todo procedimento lingüístico utilizado pelo enunciador com vistas a fazer seu interlocutor aceitar o que está sendo dito, a persuadi-lo, a levá-lo a crer, a conduzi-lo a fazer o que foi proposto.

Todo texto é, portanto, argumentativo. Alguns se apresentam explicitamente como argumentativos, como os discursos publicitários; outros se mostram como discursos de busca e de comunicação do conhecimento, como os textos científicos. Aqueles valem-se mais de provas persuasivas; estes utilizam-se mais de provas demonstrativas. No entanto, em qualquer dos casos, uma argumentação bem feita dá consistência ao texto, produz uma sensação de realidade e uma impressão de verdade. Leva o leitor a crer que o texto fala de coisas reais e verdadeiras, leva-o a aceitá-lo.

Analisemos agora alguns tipos de argumento.

1 – Argumentos baseados no consenso.

As matemáticas trabalham com axiomas, isto é, proposições evidentes por si mesmas e, portanto, indemonstráveis: duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si; o todo é maior que a parte; o todo é igual à soma das partes

que o constituem; de um ponto a outro não se pode traçar mais de uma linha reta; duas grandezas (linhas, superfícies ou sólidos) são iguais, quando, colocadas uma sobre a outra, coincidem em toda a sua extensão. Os axiomas são verdades, ou seja, idéias que se impõem pela evidência. Outras vezes, operamos com presunções, que são proposições fundadas numa base suficiente, dada pelas experiências partilhadas, pelo senso comum, por aquilo que se considera normal, para formar uma convicção razoável: por exemplo, uma pessoa ilustre não pode praticar um ato indigno.

As ciências humanas trabalham com máximas e proposições aceitas como verdadeiras numa certa época. Por isso, dispensam demonstração, a menos que o texto em que aparecem tenha sido escrito exatamente com a finalidade de demonstrá-las. Para efeitos de argumentação, podem-se usar, portanto, proposições evidentes por si ou universalmente aceitas. Por exemplo, prescindem de demonstração afirmações como:

a) Nenhum país pode ser considerado civilizado, se nele não se acatam as decisões de Justiça.

b) País bom é o que cuida das crianças... (TOLEDO, Roberto Pompeu de. *Veja*, 7/6/1995, p. 170)

c) A educação é a base do desenvolvimento econômico.

Não devemos confundir argumentos baseados no consenso com lugares comuns carentes de base factual, de validade discutível, reveladores muitas vezes de preconceitos do enunciador: o crime não compensa, político não presta, brasileiro não gosta de trabalhar, etc.

2 – Argumentos baseados em fatos.

As opiniões pessoais transmitem apreciações, pontos de vista, julgamentos, que exprimem aprovação ou desaprovação. Terão elas muito pouco valor, se não estiverem apoiadas em fatos, isto é, elementos da realidade. Dizer *Ele é muito cheio de si*, *Ele tem complexo de inferioridade*, *Esse carro é maravilhoso* tem menos valor argumentativo do que afirmar *Ele é muito cheio de si: raramente, dirige a palavra a um subordinado; Ele tem complexo de inferioridade: não quis inscrever-se no concurso, pois, embora pudesse ter sido aprovado com facilidade, não se achava preparado para ser professor universitário; Esse carro é maravilhoso: rodou 100.000 quilômetros sem precisar de qualquer conserto.*

Nas campanhas políticas, por exemplo, é comum fazerem-se acusações genéricas contra os candidatos, chamando-os de incompetentes, corruptos, ladrões. Esse argumento contra a candidatura de alguém terá peso maior, se for acompanhado de fatos comprobatórios. Se um adversário diz que X é corrupto, bastará que um partidário negue a acusação, para contra-argumentar. No entanto, se disser que X é corrupto, porque aceitou pagamento da construtora Y para apresentar a emenda Z na Comissão de Orçamento, a contra-argumentação fica mais complicada.

Os fatos que servem para argumentar em favor de uma determinada idéia podem ser cifras, estatísticas, acontecimentos históricos, dados da experiência, etc. Quando bem feita a argumentação baseada em fatos, o texto transmite a impressão de falar de coisas verdadeiras e não de conter um amontoado de opiniões gratuitas. Vejamos alguns exemplos de argumentos baseados em fatos:

a) O cinto evita muitas mortes, mas, segundo autoridades de trânsito, está provocando um efeito colateral mais perigoso do que amassar roupas. Transmite mais segurança aos motoristas, e eles se arriscam mais. Em São Paulo, as mortes diminuíram, mas o número de acidentes aumentou. Em dezembro de 1993, houve 16 227 acidentes. Um ano depois, quando o cinto já era obrigatório, dezembro registrou 17 982 colisões. (*Veja*, 17/5/1995, p. 73)

b) Segundo maior banco público do país, a Caixa Econômica Federal está tão bagunçada que não publica balanço há três anos. Nem o Tribunal de Contas da União aceita seus balancetes. (*Veja*, 17/5/1995, p. 96)

c) Segurar os professores da rede pública na sala de aula virou uma missão difícil. Os baixos salários estão levando milhares deles a pendurar o diploma na parede e procurar outra profissão. No Rio de Janeiro, estima-se que diariamente vinte professores deixem as escolas estaduais e municipais. Em São Paulo, desde janeiro, 210 professores da rede estadual – gente com estabilidade no emprego que no passado não pediria demissão em hipótese alguma – requisitaram exoneração. (*Veja*, 24/5/1995, p. 73)

Os dados apresentados devem ser pertinentes, suficientes, adequados, fidedignos. Recentemente, o antropólogo Luiz Mott publicou em jornais de São Paulo e de Salvador sua tese de que o herói negro Zumbi, líder de Palmares, era homossexual. A comunidade negra reagiu violentamente contra essa idéia (cf. por exemplo *Veja*, 24/5/1995, p. 57-58). Na polêmica que seguiu, líderes do movimento negro disseram, de maneira politicamente incorreta, que “a afirmação

de Mott denigre Zumbi”. Subjacente a essa polêmica está a tese, defendida pelos que se posicionaram contra o antropólogo, de que um homossexual não pode ser herói, por causa de suas preferências sexuais. O raciocínio é falacioso, porque o fato de alguém ter uma determinada orientação sexual não é pertinente para a conclusão de que não pode ser herói, visto que não há implicação necessária entre heterossexualidade e heroísmo. Nota o articulista Janer Cristaldo:

> Admitamos que Zumbi tenha sido homossexual. Em que empana este fato sua luta pela libertação dos seus. Homossexual foi Sócrates, e isto em nada desmerece sua condição de pensador ou soldado. Também o foram Alexandre e Alcebíades, e duvido que seus inimigos lhes tivessem menos respeito por tal opção. (...) Homossexuais foram Cervantes e Garcia Lorca. E daí? Vamos jogar na fogueira o Quixote, os poemas de Lorca? (...) Homossexuais são muitos líderes religiosos e políticos do mundo contemporâneo, tanto na Europa como no Brasil, e não será por esta condição que os julgaremos. (...) Por que então este escândalo todo em torno da hipótese de Zumbi preferir rapazes a moças? (*Folha de S. Paulo*, 11/6/1995, 5-3)

Do lado dos ativistas do movimento homossexual, aparece a tese de que os homossexuais são mais talentosos do que os heterossexuais. É ainda Janer Cristaldo, no texto citado acima, quem diz:

> Quando acossados, os homossexuais costumam citar estes colegas ilustres, o que, no fundo, é uma espécie de sofisma. Pois para cada homossexual de talento corresponderão milhares de medíocres. Como também ocorre com os heteros, com negros ou brancos, ricos ou pobres, já que talento não se compra na farmácia.

Os dados que servem de base para a generalização supra-citada são insuficientes para realizá-la, pois do fato de que alguns ou muitos homossexuais são talentosos não decorre necessariamente que todos o sejam. É preciso ter muito cuidado com esses argumentos que apelam para uma totalidade indeterminada, pois basta um único caso contrário para derrubá-los. Quando se diz que todos os brasileiros são indolentes, é suficiente apontar um que não seja, para que a afirmação deixe de ter validade. As generalizações com dados insuficientes revelam tabus e preconceitos.

Na polêmica supracitada aparece ainda a tese de que todo ser humano é bissexual, porque todos os animais mantêm relação sexual com parceiros de ambos os sexos. O fato – correto ou incorreto, não importa – de os animais serem bissexuais não é adequado para afirmar a bissexualidade dos seres

humanos, já que, entre esses, a orientação sexual não é apenas um fato biológico, mas também cultural.

Afirmações generalizantes exigem dados consistentes, fidedignos, adequados, pertinentes, suficientes, que lhes sirvam de suporte. Constrói-se uma generalização indevida, por exemplo, quando se torna o que é acidental, acessório, ocasional como essencial, inerente, necessário. Uma frase comum é: *as mulheres são barbeiras*. É uma generalização indevida tomar a imperícia no trânsito como algo inerente ao sexo feminino, já que se podem citar mulheres que dirigem muito bem. Da mesma forma, dizer que professor universitário é parasita é generalizar indevidamente.

A maioria das sentenças judiciosas do senso comum são generalizações indevidas. A utilização de argumentos desse tipo (por exemplo, brasileiro não sabe votar; brasileiro não se rebela, aceita tudo; jornal só conta mentira; todo artista é bicha; todos os roqueiros são drogados; funcionário público é vagabundo) revela um autor acrítico, preso a lugares comuns, imerso num universo conceptual muito pobre.

Devemos considerar agora um outro aspecto referente aos argumentos baseados em fatos. Muitas vezes, eles estruturam a realidade. Isso ocorre, quando se generaliza um caso particular ou se transpõe para um outro domínio o que é aceito num domínio particular. No primeiro caso, temos o argumento por ilustração ou por exemplo.

No *argumento por ilustração*, um caso particular serve para confirmar uma proposição geral. Em muitos contos de Edgar Allan Poe, enuncia-se um princípio geral, que será em seguida ilustrado com um fato particular. Veja-se, por exemplo, o conto *O demônio da perversidade.* Inicia ele da seguinte maneira:

> Ao examinar as faculdades e impulsos dos móveis primordiais da alma humana, deixaram os frenólogos de mencionar uma tendência que, embora claramente existente como um sentimento radical, primitivo, irredutível, tem sido igualmente desdenhada por todos os moralistas que os precederam. (...) A indução a *posteriori* teria levado a frenologia a admitir, como um princípio inato e primitivo da ação humana, algo de paradoxal que podemos chamar de perversidade, na falta de termo mais característico. (*Ficção completa, poesia & ensaios.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1986, p. 344-345)

A essa introdução, segue o relato de um caso que comprova que o ser humano age por perversidade.

Na *argumentação pelo exemplo,* formulamos um princípio geral a partir de casos particulares ou da probabilidade de repetição de casos idênticos. Temos

esse tipo de argumentação, quando, por exemplo, depois de narrar que um fiscal de arrecadação foi preso em flagrante recebendo propina, concluímos que existe corrupção no serviço público brasileiro.

No caso da argumentação pela ilustração e pelo exemplo, constitui defeito argumentativo dar um alcance, que o caso particular não permite, à afirmação geral. Por exemplo, não se pode dizer, a partir de um único caso de corrupção no serviço público, que todos os funcionários são corruptos. As generalizações indevidas, as afirmações gerais que nada têm a ver com os casos particulares relatados ou que são contrárias aos fatos narrados destroem a argumentação baseada em fatos singulares. Por exemplo, não tem nenhum valor argumentativo a afirmação de que o Congresso Nacional está dando todo o apoio ao Executivo, depois de relatar uma série de episódios de derrota fragorosa de proposições do Presidente no Congresso.

Muitas vezes os casos particulares são apresentados como modelos a seguir ou antimodelos a evitar. Observemos este exemplo retirado do sermão de Antônio Conselheiro sobre a dor de Maria na flagelação de seu Filho. Nele, depois de mostrar a dor sentida pela Virgem, diz o pregador:

> Compreendamos, portanto, o plano da Providência Divina e, agradecendo ter-nos dado na Senhora um perfeito modelo de virtudes, tratemos seguir os seus passos para sermos ditosos. (NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos.* São Paulo, Nacional, 1974, p. 83)

A *argumentação por analogia* é aquela que transpõe o que é válido num domínio para outro. Tito Lívio, em sua *História romana* (II, 32, 3-12), conta que, numa revolta da plebe, Menênio Agripa procurava pacificar os revoltosos, mostrando que a sociedade precisa ser solitária como os órgãos do corpo humano, pois o estômago precisa das mãos, da boca e dos dentes como estes precisam daquele. Dizia o tribuno da plebe que, um dia, as mãos e a boca se rebelaram e resolveram não mais alimentar o estômago e, assim, todo o corpo ficou doente. Concluía afirmando que os órgãos devem ser solidários, cada um deles deve executar a função que a natureza lhe reservou, senão todo o corpo fica arruinado. Esse argumento estabelece uma analogia entre a fisiologia do corpo humano e a ordem social, para naturalizá-la.

Constitui um defeito na argumentação por analogia aproximar dois domínios que não tenham nenhuma relação de identidade.

3 – *Argumentos fundados na estrutura da realidade.*

São os argumentos que invocam relações de sucessão (por exemplo, relações de causa e efeito) ou de coexistência (por exemplo, relações entre a pessoa e o ato).

Uma argumentação baseia-se na sucessão, quando se procuram determinar as causas ou os efeitos de um fato, quando um evento é apreciado em função de suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis, quando se buscam os motivos que levaram à realização de alguma ação, etc. Quando um promotor pretende provar que uma determinada pessoa cometeu um crime, alegando que seria ela beneficiada por ele, está utilizando a argumentação baseada na sucessão.

Um outro tipo de argumento de sucessão é o que se baseia na relação entre meios e fins. Essa relação serve de fundamento para o argumento do desperdício ou da utilidade (aquele que nos incita a praticar ou não uma ação, em vista de uma finalidade maior a alcançar: por exemplo, votar num determinado candidato para impedir que outro ganhe ou ajudar o devedor insolvente, para não perder o que já se emprestou); o argumento de direção (aquele que apresenta alguma coisa não como um fim, mas como uma etapa importante para atingir determinado fim: por exemplo, todos os argumentos políticos que mostram a importância de ocupar certos postos no aparelho do estado, com vistas a agir para atingir determinadas metas); argumento do supérfluo (aquele que desvaloriza certo ato, mostrando que ele não influi no desenrolar dos acontecimentos).

Vieira, num dos Sermões do Mandato, vai utilizar as relações de sucessão para definir o que não é o amor, pois, para o pregador, o amor deve ser definido fora dessas relações:

> Definindo S. Bernardo o amor fino, diz assim: *Amor non quaerit causam, nec fructum.* O amor fino não busca causa nem fruto. Se amo, porque me amam, tem o amor causa; se amo, para que me amem, tem fruto: e amor fino não há de ter porquê, nem para quê. Se amo, porque me amam, é obrigação, faço o que devo; se amo, para que me amem, é negociação, busco o que desejo. Pois como há de amar o amor para ser fino? *Amo, quia amo, amo, ut amem:* amo, porque amo, e amo para amar. Quem ama porque o amam, é agradecido, quem ama, para que o amem, é interesseiro: quem ama, não porque o amam, nem para que o amem, esse só é fino. E tal foi a fineza de Cristo, em respeito a Judas, fundada na ciência que tinha dele e dos demais discípulos. (*Sermões.* Porto, Lello, 1959, vol. II, t. IV, p. 336)

Quando se faz uso de argumentos de sucessão, deve-se evitar a tautologia, em que se dá como causa de um fato o próprio fato exposto em outras palavras ou em que se considera demonstrado o que se precisa demonstrar. Dizer, por exemplo, que *o fumo faz mal à saúde, porque prejudica o organismo* é uma tautologia, já que prejudicar o organismo é fazer mal à saúde. Um acusado de um crime que comece a dizer que é objeto de uma acusação injusta está declarando sua inocência, que é exatamente o que deve provar.

Por outro lado, muitas vezes se toma como causa, explicação, razão de ser de um fato aquilo que não o é. Uma causa é o que provoca um efeito. Assim, deve haver uma relação necessária entre causa e efeito. Muitas vezes, toma-se aquilo que veio antes como causa do que veio depois. O que vem depois não é necessariamente efeito do que o antecede. Por exemplo, se alguém quebra a perna depois de ter visto um gato preto e conclui que o encontro com o gato preto é a causa de ter quebrado a perna, está usando uma falsa causalidade. No entanto, todo o discurso supersticioso baseia-se nesse tipo de causalidade.

As relações de coexistência entre pessoa e ato não se estabelecem entre realidades de nível igual, mas entre duas realidades de nível distinto, sendo uma considerada mais importante que outra. Assim, por exemplo, quando um advogado defende um réu, acusado de matar a mulher, dizendo que ele é bom pai, bom amigo, etc., está considerando essas qualidades mais importantes que o ato em si, está querendo estabelecer atenuantes para o crime, etc. Nesse tipo de argumentação, interpretam-se comportamentos e juízos em função da reputação do indivíduo.

O prestígio de uma pessoa serve de base para o argumento de autoridade, que é freqüentemente utilizado, quando não existem critérios objetivos para determinar a verdade ou falsidade de um juízo. O argumento de autoridade é a citação dos pontos de vista de um autor reconhecido num dado domínio da experiência como meio de prova em favor de uma tese. Com freqüência o argumento de autoridade, em lugar de ser a única prova, vem completar uma rica argumentação. Constata-se, então, que uma mesma autoridade é valorizada ou desvalorizada conforme esteja ou não de acordo com a opinião dos oradores. Um oponente das idéias neoliberais poderia dizer "é coisa do Roberto Campos", enquanto um partidário delas diria "segundo opinião do insigne brasileiro Dr. Roberto Campos". Retiramos de uma peça de um advogado uma série de argumentos de autoridade:

> Sobre esse "remédio heróico" (...) observou o grande José Carlos Barbosa Moreira, em recente escrito de doutrina (observe-se o uso do adjetivo *grande*);

> Citando o primeiro Agravante, nesse sentido, a opinião de Hamilton de Moraes Barros, a quem a própria indevida inventariante refere como "respeitadíssimo civilista" (ressalte-se a ênfase no reconhecimento da autoridade pela parte contrária);

> no mesmo sentido, expõe um dos mais renomados expositores atuais da matéria (observe-se que é sublinhado o renome ou o reconhecimento como sinal de autoridade no assunto);

como ensina Wellington Moreira Pimental (reforça-se com o verbo sua condição de mestre);

Voltando Carlos Maximiliano ao tratamento da matéria (...) se apóia em uma verdadeira torrente da doutrina nacional e estrangeira (dezesseis autores ao todo) (ao argumento de autoridade acrescenta-se um argumento de quantidade);

A respeito, em livro que honra a cultura jurídica brasileira, seu insigne autor, que o publicou aos setenta e sete anos, declara que (um dos recursos de autoridade é, sem dúvida, o da idade, com a sabedoria e a experiência que com ela se adquire);

Como ensina a maior autoridade brasileira em matéria de interpretação : (...) Sendo também essa a lição da mais alta doutrina estrangeira (a autoridade é assegurada por estar no ponto mais alto da escala de valores do conhecimento sobre a questão);

Observando o gênio de Carnelutti que a decisão passada em julgamento...

O uso de citações, por um lado, cria uma imagem favorável do enunciador, pois mostra que ele conhece bem o assunto que está sendo discutido, porque já leu o que pensaram outros atores sobre ele; por outro, torna os autores citados fiadores da veracidade de um dado ponto de vista. No entando, tem um efeito argumentativo contrário a utilização de citações descosturadas, sem relação com o tema, erradas, feitas pela metade, mal compreendidas.

4 – *Argumentos quase lógicos*.

São aqueles cuja estrutura lembra a dos raciocínios formais, mas que não podem ser considerados lógicos em sentido estrito, porque dão lugar a controvérsia, não demonstrando algo que seja evidente por si mesmo. A argumentação quase lógica permanecerá muitas vezes implícita. Esse tipo de argumento baseia-se em relações.

A identidade é a relação entre dois termos perfeitamente iguais, que, no entanto, permanecem distintos. Na argumentação quase lógica, procuram-se identificar seres, objetos, situações, que não apresentam semelhanças evidentes. Veja-se este trecho de um artigo do senador Pedro Simon, em que ele vai mostrar a falácia de um argumento subjacente (economistas são economistas) à questão de que não há mal nenhum em um Presidente do Banco Central deixar seu cargo e tornar-se empregado de uma instituição financeira privada:

> Ex-presidentes do BC entram e saem do mercado como eu entro e saio do supermercado. Para eles, mercado é apenas o lugar onde vence o melhor e o mais competente. Se é só isso, que me expliquem: por que diabos o mercado prefere ex-economistas do Banco Central em vez de ex-economistas do Ipea ou ex-economistas da Funai? É que o mercado é aquele naco do mundo privado que vive de informações privilegiadas obtidas junto ao Estado. E essas informações estão todas reunidas em computadores do Banco Central, não da Funai, da Febem ou da CEF. (*Veja*, 14/6/1995, p. 134)

A relação de identidade aplicada à língua natural torna-se suscetível de controvérsia, porque não cria uma tautologia, já que a mesma palavra é usada com dois sentidos diferentes. Em *Vidas secas*, no célebre episódio do soldado amarelo, há a seguinte passagem:

> Afastou-se inquieto. Vendo-o acanalhado e ordeiro, o soldado ganhou coragem, avançou, pisou firme, perguntou o caminho. E Fabiano tirou o chapéu de couro.
> – Governo é governo.
> Tirou o chapéu de couro, curvou-se e ensinou o caminho ao soldado amarelo. (São Paulo, Martins, 1971, p. 152)

No primeiro emprego, a palavra governo significa "órgãos do poder político"; no segundo, quer dizer "autoridade". É essa propriedade das palavras que permite compreender como não-contraditório o que aparentemente é uma contradição. É assim que se pode compreender o fragmento de Heráclito: "entramos e não entramos duas vezes no mesmo rio".

Muitas vezes, a argumentação procura mostrar que o que parece contraditório não o é , porque as situações são distintas. Assim, Pascal, nos *Pensamentos,* diz: "Quando a palavra de Deus, que é verdadeira, é literalmente falsa, é verdadeira espiritualmente..." (nº 680). Pode-se afirmar que o homem nunca deve matar outro ser humano e, ao mesmo tempo, dizer que o homem tem o direito de matar outra pessoa em legítima defesa. Outras vezes, a argumentação tem exatamente a finalidade de mostrar a incompatibilidade entre duas situações. Um exemplo é a afirmação de que não pode defender a descriminalização do aborto quem é contrário à pena de morte. Evidentemente, essa incompatibilidade não é lógica. Por isso, precisa-se argumentar dizendo que há uma identidade entre aborto e assassinato.

Um outro tipo de argumento quase lógico é o fundado na reciprocidade. Em lógica, uma relação é simétrica quando sua conversão é idêntica, ou seja, quando se afirma a mesma relação entre *a* e *b* e *b* e *a*. O argumento de

reciprocidade considera idênticos para um determinado efeito antecedente e conseqüente da mesma relação.

> a) Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti;
>
> b) Se não é vergonhoso para vós vender, não será vergonhoso para nós comprar.(Aristóteles. *Rhétorique.* Paris, Librairie Générale Française, 1991, p. 267, II, 1397a)

O argumento de transitividade é aquele em que se estabelecem relações transitivas. Em lógica, a transitividade é a propriedade de uma relação tal que, se existe entre A e B e entre B e C, existe entre A e C: se A é maior que B e B é maior que C, então A é maior que C. Na argumentação quase lógica, a transitividade é possível, mas não necessária. Por exemplo: "Os amigos de meus amigos são meus amigos".

Os argumentos de inclusão fazem apelo às relações matemáticas entre o todo e suas partes. Assim, passa-se da relação matemática de que o todo é maior do que cada uma de suas partes para a tese de que o todo vale mais do que cada uma das partes, de que aquilo que vale para o todo vale para a parte, de que aquilo que não é permitido ao todo não é permitido a nenhuma das partes.

A concepção de que o todo é igual à soma das partes serve de fundamento para os argumentos de partição. Observe este exemplo retirado da *Retórica*, de Aristóteles:

> Se todos os homens fazem o mal por três motivos (por causa disso, daquilo ou daquilo outro) e, como pelas duas primeiras razões era impossível que o tivesse feito, os adversários não duvidam de que terá sido pela terceira. (Paris, Librairie Générale Française, 1991, p. 272, II, 1398a)

O objetivo desse tipo de raciocínio é mostrar que somente certas causas podem produzir um efeito e que, portanto, se se excluem determinadas causas, as que restam são responsáveis pelo efeito e que, se todas as causas estão excluídas, o efeito não ocorre.

O argumento por divisão está na base do dilema, forma de argumento em que se examinam hipóteses, para concluir que, qualquer que seja a escolhida, se chega ao mesmo resultado. Um exemplo: Os livros da biblioteca de Alexandria contêm ou não contêm a mesma coisa que o Alcorão. Se contêm, são inúteis. Se não contêm, são maus. Logo, em qualquer caso, é preciso queimá-los. Outro exemplo: Se você se casar, desposará uma mulher bonita ou uma mulher feia. Se

for bonita, você será atormentado pelo ciúme; se for feia, você não poderá suportá-la. Logo, você não deve casar-se.

A relação entre as partes e o todo serve de base para os argumentos chamados *a pari* e *a contrario.* Esses argumentos dizem respeito à aplicação ou não-aplicação de um princípio a outra espécie do mesmo gênero. Por exemplo, uma lei promulga certas disposições relativas ao brasileiro nato. O argumento *a pari* procura mostrar que elas se aplicam também ao brasileiro naturalizado; o *a contrario* quer demonstrar que não. No primeiro caso, o que se deseja provar é que a regra se aplica a todo o gênero; no segundo, que ela só se aplica a uma parte, sendo, portanto, uma exceção de um princípio geral que se aplica ao gênero.

O argumento por comparação que não resulte de alguma coisa mensurável é quase lógico. A comparação pretende tornar homogêneo o que é comparado. É um argumento por comparação dizer que é crime tanto desviar dinheiro do erário público, quanto dar benefícios contrários ao interesse público a certos setores privilegiados da população, como, por exemplo, anistiar as dívidas de financiamento agrícola dos grandes fazendeiros.

Como o argumento por comparação homogeneíza o que é comparado, pode-se argumentar também, mostrando a superioridade daquilo que é incomparável, porque é único. Por exemplo: temos grandes escritores na literatura brasileira, Alencar, Aluísio, Mário, etc., mas Machado é Machado.

Um tipo de argumento de comparação é aquele que mostra o sacrifício que se fez para obter uma determinada coisa, em que alguma coisa é julgada pelo preço que os homens lhe conferem: se ele renunciou o trono para ficar com essa mulher, deve ela ser excepcional. Entram ainda nos argumentos quase lógicos todos os que se referem a probabilidades não calculáveis, isto é, à probabilidade ou improbabilidade de que alguma coisa ocorra. A célebre aposta de Pascal é um argumento dessa natureza. Diz ela que, como não se pode provar que Deus existe, nem que ele não existe, já que não se pode ter certeza da existência ou não da salvação eterna, só se pode apostar. Ao fazer uma aposta, deve-se levar em conta as perdas e os ganhos. Se se aposta na não existência de Deus e ele existe, está-se perdido; se se aposta na sua existência e ele não existe, não se perde nada. Por isso, deve-se apostar em sua existência. (*Pensamentos.* São Paulo, Nova Cultural, 1988, p. 94-98. Col. Os Pensadores)

5 – *Argumentos baseados na competência lingüística.*

Há várias situações de comunicação (por exemplo, aquelas em que se usa o discurso administrativo, o científico, o pedagógico), em que é obrigatório o uso da norma culta da língua. O modo de dizer, o nível de língua utilizado, a precisão vocabular conferem confiabilidade ao que se diz, dão credibilidade às

informações veiculadas. Assim, por exemplo, um professor que não usa a variante culta da língua cria nos seus alunos a imagem de alguém que não conhece a matéria que ensina. As informações científicas parecem mais confiáveis, quando expostas em vocabulário técnico. Além disso, podem-se usar diferentes mecanismos lingüísticos com valor argumentativo. No texto com que iniciamos esta lição, vemos que parte da argumentação de Vieira baseia-se na oposição *nome* vs *verbo*.

Estratégias argumentativas

Como vimos, há seis fatores que intervêm na comunicação: emissor, receptor, mensagem, referente, código e canal. As estratégias persuasivas são conjuntos de argumentos que enfocam um ou mais de um desses fatores.

a) *Estratégia centrada no emissor* é aquela que procura mostrá-lo como alguém credenciado para um dado discurso, que busca criar dele uma imagem favorável. Há pouco tempo a televisão veiculou uma publicidade de baterias para carros. Nela, aparecia Emerson Fittipaldi a exaltar as qualidades do produto. Ao final, ele dizia a frase: De carro eu entendo um pouco. Essa mensagem baseia toda a sua estratégia argumentativa na credibilidade do emissor, visto como a pessoa mais competente para dizer alguma coisa sobre carros.

Num discurso suplicatório, quem pede cita desgraças que o atingiram, dificuldades por que passa, etc., não para criar uma imagem desfavorável de si mesmo, mas para apresentar-se como vítima do destino, das circunstâncias, etc.

b) *Estratégia voltada para o receptor* é aquela que procura criar uma imagem favorável daquele a quem se deseja persuadir; que procura mostrar ao receptor que ele passará a ser melhor, se fizer determinadas coisas, etc. É uma estratégia muito utilizada pelo discurso publicitário.

> Se você tem um cunhado que é um Durango Kid, um primo que é um Billy, o Folgado, ou uma tia solteirona que pensa que é a Scarlett O'Hara, não sirva café Melitta. Eles nunca mais vão sair da sua casa. Só a Melitta tem 5 tipos de café, uma para cada paladar: Extra Forte, Forte, Suave, Descafeinado e Premium Class. Todos são feitos com grãos 100% arábica, que garantem o máximo de aroma e sabor. Agora você não precisa trancar a porta para seus convidados não saírem correndo da sua casa quando você servir o cafezinho. (*Veja*, 14/6/1995, p. 22)

c) *Estratégia centrada no referente* é aquela que procura dar informações sobre aquilo de que se fala, citando fatos, dados, experimentos, etc.

Há cem anos, nascia um carro popular bem diferente, resultado do sonho pioneiro de Karl Bentz e Gottlieb Daimler, que separadamente conduziram suas pesquisas na área do transporte coletivo. Surgia o ônibus, que no decorrer do tempo transformou-se no meio de transporte mais popular no mundo.

No dia-a-dia das cidades e estradas, os ônibus urbanos e rodoviários Mercedes-Benz estão presentes na hora do trabalho e na hora do lazer. Milhões de pessoas viajam, conhecem novos lugares e divertem-se por meio do ônibus, com toda segurança e conforto.

O ônibus Mercedes-Benz é um veículo popular que incorpora itens só encontrados em carros sofisticados como: freio ABS, ar-condicionado, videocassete, toca-fitas, toalete e até motorista. (*Veja*, 14/6/1995, p. 25)

d) *Estratégia voltada para a mensagem* é aquela que trabalha com jogos de sentido e de sons, com combinações inusitadas de palavras, etc. Um enunciado bem construído fala por si.

1. Feliz ano novo e *pás* na terra aos homens de boa vontade.(Sugestão de leitor para a Campanha de Combate à Miséria. Joelmir Beting. *O Estado de S. Paulo,* 30/12/1994, B2)

2. Desfile em que você pode passar a mão nos modelos.(Cartaz do Salão do Automóvel, São Paulo, 1995)

3. São Paulo pára se não entrar nos trilhos.(*Shopping News,* 2/4/1995, p. 1, manchete referente à questão ferroviária)

4. Trânsito de São Paulo. *Trem* jeito.(*Shopping News,* 30/4/1995, p. 1, idem)

e) *Estratégia centrada no código* é aquela que se vale de oposições lingüísticas, de significados antigos de uma palavra, de virtualidades da língua. Num editorial de *O Estado de S. Paulo,* de 18/4/1995, em que se discute a questão da escola pública, há o seguinte argumento, baseado na oposição *transitoriedade* vs *permanência,* expressa pelos verbos *estar* vs *ser:*

Talvez um estudo sério da Fundação Carlos Chagas ajude a encontrar a resposta: em São Paulo, 47% dos professores consideram que a saída para seus problemas está na mudança de emprego. Ou seja, praticamente a metade dos professores já não *são* professores. *Estão* professores por falta de alternativa (A 3).

f) *A estratégia voltada para o canal* é aquela que valoriza o veículo da comunicação. É muito freqüente que o senso comum considere o canal como prova de veracidade de uma dada informação: *Deu na televisão...*

Pode-se usar mais de uma estratégia argumentativa no mesmo texto. No entanto, uma será a dominante e a(s) outra(s) subdominante(s). Por exemplo, no editorial de *O Estado de S. Paulo* citado no item *d*, temos uma estratégia voltada para o código, combinada com uma referencial (citação do percentual de professores que pretende abandonar o magistério).

Para tornar um texto convincente, pouco servem as manifestações de sinceridade do enunciador ou as declarações de certeza expressas por construções como *tenho certeza, estou certo, creio sinceramente, afirmo com toda a convicção, é claro, é obvio, é evidente.* Num texto, não se prometem sinceridade e convicção. Constrói-se o texto de modo que ele pareça sincero e verdadeiro. A argumentação é exatamente a exploração de recursos com vistas a fazer o texto parecer verdadeiro, a fim de levar o leitor a aderir à tese que ele defende.

Lição 18

Resumo

Leia o texto que segue:

Imagens do nosso planeta: na França, aconteceram eleições dentro de uma perfeita calma, com a pitada de surpresa necessária para despertar o interesse. No mesmo dia, em Ruanda (África Negra), 5 mil ou talvez 8 mil hutus foram assassinados por soldados tutsis, essa mesma Ruanda que no ano passado assistiu a um genocídio traduzido em meio milhão de cadáveres.

Ainda no mesmo dia, mas dessa vez na Itália, aconteceram eleições regionais, enquanto nos Estados Unidos se descobria, com ânsia de vômito, que a carnificina de Oklahoma City foi obra de americanos de verdade, patriotas, totalmente brancos, que amam as árvores e os pássaros. Finalmente em Tóquio, o número dois da seita Aum, Shinri Kyo, suspeito de ter organizado o atentado com gás de combate ao metrô de Tóquio, foi apunhalado por um fanático de extrema-direita.

É difícil para um jornalista descobrir suas âncoras e suas observações entre tantas imagens incompatíveis, cujo espectro abrange desde a rotina eleitoral à mais pura erupção de loucura coletiva. Devemos confessar que às vezes temos certos escrúpulos de dedicar extensos comentários a acontecimentos tão clássicos, simplistas e ordenados quanto às eleições presidenciais, por exemplo, ao mesmo tempo em que a demência do planeta nos faz assistir, de Tóquio a Michigan e a Ruanda, ao início do apocalipse.

Esses acontecimentos tão díspares merecem, no entanto, uma interrogação comum. A cerimônia eleitoral tão terna, tão pouco romântica, ocorrida no domingo não extrairia seu mérito precisamente do abominável espetáculo que nos foi oferecido pelo mundo (Japão, Ruanda), quando a democracia não esteve presente para erradicar os impulsos da morte e de assassinato que devastam os homens e as sociedades humanas?

Sem dúvida, a democracia não tem nada de cômico. Falta-lhe talento. Ela não conseguiria competir com o genial diretor teatral, trágico e sádico, que joga centenas de milhares de crianças perdidas nas suaves colinas da África tropical, em Ruanda. É verdade: falta brilho à democracia. Ela é aborrecida, sem imaginação, repetitiva, medíocre. E no entanto...

No entanto, ela constitui a última proteção, tão frágil e poderosa ao mesmo tempo, que as sociedades podem opor ao desencadear de suas pulsões mais sombrias, mais diabólicas. Pulsões que vemos se desencadear assim que saltam os marcos da democracia.

É o que ocorre em Ruanda, onde massacres se sucederam ao fracasso do pacto democrático. No Japão, o crime do metrô foi perpetrado por uma seita antidemocrática: militarizada, hierarquizada, fúnebre, secreta e mórbida. E se a matança de Oklahoma City foi cometida num país absolutamente democrático, os EUA, seus atores são homens que declararam guerra principalmente à democracia. Esses "bárbaros" brancos, que se autodenominam patriotas, querem voltar aos bons velhos tempos dos pioneiros, do desbravamento das fronteiras e em seu ódio irracional por Washington – quer dizer, pela lei democrática – matam centenas de cidadãos ao acaso.

Nesse sentido é que continua sendo, sem dúvida, legítimo escrever longos artigos sobre as eleições democráticas na França ou na Itália. Precisamente para tentar lutar contra essas outras notícias do dia que, de Ruanda a Michigan, só nos falam sobre o fascínio da morte. (LAPOUGE, Gilles. *O Estado de S. Paulo*, 26/4/1995, A8)

Depois de ler o texto do começo ao fim, vemos que ele trata da legitimidade de um jornalista escrever sobre eleições democráticas, pois a democracia é a última proteção contra as pulsões da morte que assolam as sociedades.

Depois percebemos o movimento do texto: apresentação de imagens conflitantes; indagação sobre a validade de escrever sobre aquilo que é rotineiro, como eleições; discussão sobre o mérito da democracia; constatação de que a democracia não é espetacular; afirmação de que ela é a última proteção contra as pulsões da morte existentes na sociedade e ilustração com casos recentes; validade de escrever sobre as eleições democráticas. Com base, nesse movimento, pode-se dividir o texto em seis partes:

1ª dois primeiros parágrafos;
2ª terceiro parágrafo;
3ª quarto parágrafo;
4ª quinto parágrafo;
5ª sexto e sétimo parágrafos;
6ª oitavo parágrafo.

Os temas tratados em cada parte, já mais ou menos esboçados, quando se analisou a marcha do texto, são os seguintes:

1ª parte: concomitância de acontecimentos contraditórios no mundo: rotina eleitoral *vs* massacres e chacinas;

2ª parte: escrúpulos do jornalista em tratar de acontecimentos não espetaculares, quando acontecimentos dramáticos ocorrem;

3ª parte: o mérito da rotina eleitoral surge do contraste com os impulsos da morte;

4ª parte: ausência de uma dimensão espetacular da democracia;

5ª parte: democracia – última proteção contra as pulsões mais sombrias da sociedade, como o comprovam todos os casos de massacres e chacinas;

6ª parte: validade de escrever artigos sobre eleições democráticas – luta contra as pulsões da morte.

Um resumo desse texto poderia ser assim redigido:

> Acontecimentos contraditórios ocorrem todos os dias no mundo: de um lado, eleições realizadas na mais absoluta ordem; de outro, massacres e atos terroristas. Um jornalista, diante desse quadro, sente escrúpulos em tratar de acontecimentos não-dramáticos, como eleições.
>
> O mérito da rotina eleitoral, entretanto, surge do contraste com os acontecimentos que revelam os impulsos da morte. A democracia não tem uma dimensão espetacular. No entanto, é a última proteção contra as pulsões mais sombrias da sociedade, pois, como o comprovam recentes acontecimentos, massacres e atos de terror são devidos à falta de democracia ou ao ódio a ela. O que legitima, portanto, escrever artigos sobre eleições democráticas é que eles fazem parte da luta contra o desejo de matar.

Muitas vezes se indaga por que resumir um texto. O resumo permite penetrar o pensamento do autor, discernindo o que é essencial e o que é acessório, compreender bem o texto e apresentar, com outras palavras, o sentido do que foi lido. Além disso, permite-nos flagrar a progressão das idéias nucleares do texto, a correlação entre elas e o jogo argumentativo que as envolve.

Antes de explicitar o que é um resumo, comecemos por dizer o que ele não é:

a) Um resumo não é um plano, nem um conjunto de notas dispostas em ordem. Não pode ser redigido em estilo telegráfico. Ao contrário, deve ser inteiramente redigido. É necessário que ele seja claro, lógico e bem encadeado. É preciso lembrar que ele é escrito para que outra pessoa o leia. Por isso, deve ser compreensível. Se o leitor precisar consultar o texto original para compreendê-lo, não tem ele nenhum valor, pois não é explícito.

b) Um resumo não é uma colagem de fragmentos do texto original, um mosaico de frases ou expressões do autor, uma montagem de citações do texto a ser resumido, uma justaposição de trechos do original. Num resumo, o que se

faz é compreender o pensamento do autor e exprimi-lo com suas palavras. Dizer que o resumo não é colagem não significa, no entanto, que não se possa usar nenhuma palavra ou expressão do texto original. Essa exigência seria absurda. A procura de sinônimos que substituam as palavras usadas pelo autor e o recurso a perífrases costumam tornar o estilo artificial e produzir contra-sensos. É descabido, por exemplo, se o autor usou diversas vezes a expressão *mass-media,* sentir-se obrigado a substituí-la por *meios de comunicação de massa.* Se o texto é bem escrito, as palavras são bem escolhidas e certas expressões exprimem, de maneira admirável, certos conceitos, etc. O que não se deve fazer é reproduzir frases ou segmentos de frases, ainda mais sem aspas.

c) Um resumo não é uma redução mecânica do texto original, o que significa que cada parte dele não tem que corresponder necessariamente a uma dada parte do texto original. O defeito mais comum da redução mecânica é construir um resumo com tantos parágrafos quantos forem os do texto original. Ora, o que acontece, nesses casos, é que se tem uma justaposição de parágrafos insignificantes, em que se misturam o essencial e o acessório. O resumo deve ser claro, coerente, hierarquizado, centrado sobre aquilo que é essencial.

d) Um resumo não é um comentário, nem um julgamento de valor. Nele, é fundamental que haja submissão ao pensamento do autor, fidelidade ao sentido do texto original. Mesmo que se julgue que as idéias do autor não são corretas, que seus argumentos não são adequados, quem resume não pode fazer objeções, nem críticas. Da mesma forma, não cabe aprovação àquilo com que se concorda. Num resumo, não deve aparecer nada que não esteja no texto, nem mesmo para justificar, explicar ou ilustrar o que o autor disse.

e) Um resumo não é uma análise, em que se explica o que o autor quis dizer, em que se discute o modo de argumentação, em que se fazem observações pessoais sobre o texto, etc. Um resumo respeita a ordem das idéias adotadas pelo autor, dá uma versão condensada, mas fiel do texto, na progressão estabelecida no original. Em síntese, um resumo não é uma paráfrase, ou seja, não é um comentário, uma explicação e uma interpretação do texto, nem uma tradução dele em outras palavras. Nele é preciso escolher o essencial e omitir o acessório.

Um resumo é um texto redigido com períodos completos que condensa numa determinada proporção um texto mais longo, sem acrescentar-lhe nenhum elemento pessoal, e cuja articulação corresponde à organização geral do texto

original. Nas provas e exames, recomenda-se, em geral, que o tamanho do resumo corresponda a ¼ da extensão do texto a ser condensado.

Muitas pessoas pensam que resumir é riscar o que parece secundário e unir os fragmentos que não foram eliminados. No entanto, um resumo é uma condensação que mostra uma compreensão do texto e isso só se demonstra por meio de uma formulação pessoal. É preciso apresentar, com suas próprias palavras, os pontos relevantes do texto. A reprodução de frases revela, em geral, que o texto não foi compreendido.

Repitamos com outras palavras o que é um resumo. É uma redução do texto original, procurando captar suas idéias essenciais na progressão e no encadeamento que aparecem no texto. Por isso, para resumir é preciso estar atento a três aspectos do texto:

a) suas partes;

b) sua progressão;

c) a conexão entre elas.

Nas partes do texto, é preciso discernir a importância relativa dos elementos, escolhendo o que deixar de lado, para pôr em relevo o que deve aparecer. Por outro lado, é preciso perceber a estrutura do texto, ou seja, a progressão das idéias e seu encadeamento.

Um resumo será sempre redigido em prosa e obedecerá mais ou menos às características do texto dissertativo. Isso significa que o resumo de uma narração não será redigido como uma pequena narração, mas como a apresentação do assunto nela tratado.

Para elaborar um bom resumo é necessário, antes de mais nada, compreender o sentido global do texto. Por isso, não se pode ir resumindo à medida que se vai fazendo a primeira leitura.

O grau de dificuldade para resumir um texto deve-se:

a) à complexidade do texto (vocabulário muito técnico, complexa estruturação sintático-semântica, relações lógicas muito sutis, assunto desconhecido);

b) à falta de competência do leitor (baixo grau de amadurecimento intelectual, pequeno repertório de informações, nenhuma familiaridade com o tema).

O uso de procedimentos apropriados, no entanto, pode reduzir as dificuldades. Os passos de um resumo são aqueles que seguimos para resumir o texto com que abrimos essa lição.

1. Ler, pelo menos uma vez, o texto inteiro. Como o texto não é um aglomerado de frases, o leitor precisa ter noção do todo, para entender o

significado preciso de cada uma das partes. A preocupação dessa(s) leitura(s) é tentar apreender o tema geral do texto, é responder à pergunta *de que trata o texto?*

2. Apreendido o tema geral do texto, ler outra vez, agora com interrupções, procurando o significado de palavras desconhecidas, buscando compreender as frases mais complexas (as muito longas, as que contenham inversões, etc.), dando especial atenção às palavras coesivas, isto é, àquelas que estabelecem conexões ou retomam o que foi dito (*por exemplo, assim, mas, por conseguinte, seu, isso, ele, aqui*). Ao verificar as conexões entre as partes, percebe-se o movimento do texto, sua progressão, o encadeamento das idéias.

3. Em seguida, segmentar o texto em unidades temáticas. Se o texto é pequeno, o primeiro critério pode ser a divisão em parágrafos. No entanto, cabe lembrar que a paragrafação é apenas um indicador de divisão. Deve-se tomá-la no início como um guia para encontrar uma segmentação mais adequada do texto. No exemplo com que abrimos essa lição, juntamos num só bloco temático, por exemplo, o primeiro e o segundo parágrafos, porque em ambos o autor opunha uma eleição rotineira a um ou mais eventos que levavam à morte muitas pessoas. Da mesma forma, unimos numa só parte os parágrafos sexto e sétimo, porque naquele se afirma que a pulsão da morte aparece, quando se sai fora dos marcos democráticos, e neste se ilustra a afirmação anterior.

4. Extrair os temas de cada uma das partes. Conforme explicamos no capítulo referente a temas e figuras, o tema é um termo abstrato, que categoriza vários elementos de natureza concreta. O trabalho de resumir um texto consiste, antes de mais nada, em apreender temas. O resumo de um texto deve ser feito, pois a partir dos temas que ele contém, de forma a dizer o essencial de cada parte.

5. Fazer a redação final com suas próprias palavras. Nela, apresentam-se os temas de cada parte, encadeados na progressão em que aparecem no texto, respeitando-se as relações estabelecidas no texto entre eles.

Na redação final, deve-se, no primeiro parágrafo, apresentar uma visão de conjunto do texto a ser resumido: assunto/fato, autor, lugar, época/ocasião/data, causa, finalidade e, se necessário, circunstâncias mais notórias.

Por outro lado, é importante, principalmente quando se condensa um texto longo, que o resumo seja estruturado em parágrafos, pois eles deixam entrever o plano da condensação realizada.

BIBLIOGRAFIA

ABAURRE, Maria Bernadete Marques e POSSENTI, Sírio (1993). *Vestibular da Unicamp*. *Língua Portuguesa*. São Paulo, Globo.

AUTHIER, J. (1982) *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche et l'autre dans le discours*. DRLAV, 26: 91-151.

BAKHTIN, Mikhail (1979). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec.

BARROS, Diana Luz Pessoa de (1988). *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo, Atual.

_____(1990). *Teoria semiótica do texto*. São Paulo, Ática.

BERNÁRDEZ, E. (1982).*Introducción a la lingüística del texto*. Madrid, Espasa-Calpe.

BOSI, Alfredo (1964). *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1970). *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes.

CHARAUDEAU, Patrick (1992). *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, Hachette.

DESALMAND, Paul e TORT, Patrick (1977). *Du plan à la dissertation*. Paris, Hatier.

_____e GÉRAY, Christine (1989). *Technique du résumé et de la discussion*. Paris, Hatier.

DUCROT, Oswald (1977). *Dizer e não dizer*. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo, Cultrix.

DURIGAN, Jesus Antônio et alii (orgs) (1987). *A magia da mudança. Vestibular da Unicamp: língua e literatura*. Campinas, Editora da Unicamp.

ECO, Umberto (1990). *Les limites de l'interprétation*. Paris, Grasset.

FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão (1992). *Prática de texto: língua portuguesa para estudantes universitários*. 2 ed. Petrópolis, Vozes.

FAVERO, Leonor Lopes (1991). *Coesão e coerência textuais*. São Paulo, Ática.

_____e KOCH, Ingedore Villaça (1983). *Lingüística textual*. São Paulo, Cortez.

FIORIN, José Luiz (1988). As figuras de pensamento: estratégia do enunciador para persuadir o enunciatário. *Alfa*. São Paulo, 32: 53-67.

_____(1996). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo. Ática.

_____e SAVIOLI, Francisco Platão (1990). *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo, Ática.

GAILLARD, Paul e LAUNAY, Claude (1979). *Le résumé du texte*. Paris, Hatier.

GARCIA, Othon M. (1982). *Comunicação em prosa moderna*. 10 ed. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

GREIMAS, A. J. (1975). *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis, Vozes.

_____(1976). *Maupassant. La sémiotique du texte: exercices pratiques*. Paris, Seuil.

_____(1983). *Du sens II*. Paris, Seuil.

_____e COURTES, J. (1979). *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette.

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1976). *Cohesion in English*. London, Longman.

HAYAKAWA, S. I. (1963). *A linguagem no pensamento e na ação*. São Paulo, Pioneira.

HJELMSLEV, L. (1968). *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris, Minuit.

JAKOBSON, R. (1969). *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix.

KOCH, Ingedore Villaça (1984). *Argumentação e linguagem*. São Paulo, Cortez.

_____(1992). *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo, Contexto.

_____(1993). *A coesão textual*. 6 ed. São Paulo, Contexto.

_____e TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1989). *Texto e coerência*. São Paulo, Cortez.

_____(1990). *A coerência textual*. São Paulo, Contexto.

LAPA, M. Rodrigues. (1975). *Estilística da língua portuguesa*. Coimbra, Coimbra Editora.

LAUSBERG, H. (1966). *Elementos de retórica literária*. Lisboa, Gulbenkian.

MAINGUENEAU, Dominique (1987). *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris, Hachette.

MARTINS, Nilce Sant'Anna (1989). *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP.

OSAKABE, Haquira (1979). *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairós.

PERELMAN, Charles (1970). *Le champ de l'argumentation*. Bruxelles, PUB.

____e OBRECHTS-TYTECA, L. (1970). *Traité de l'argumentation: la nouvelle réthorique*. Bruxelles, Ed. de l'Univ. de Bruxelles.

RIFFATERE, Michael (1971). *Essais de stylistique structurale*. Paris, Flammarion.

ROCCO, Maria Thereza Fraga (1981). *Crise na linguagem; redação no vestibular*. São Paulo, Mestre Jou.

EXERCÍCIOS

Lição 1

Considerações sobre a noção de texto

Exercícios

QUESTÃO 1

Como se viu, num texto, todas as partes são solidárias, isto é, o significado de um segmento define-se pela relação que mantém com os demais. Esse dado não pode ser desconsiderado tanto na leitura enquanto na redação. Quem lê não entenderá o significado do texto se não perceber as correlações entre cada uma de suas partes. Quem escreve não será compreendido se não for capaz de articular com coerência os diferentes segmentos constitutivos do texto.

O fragmento que segue deverá ser usado como base para esta primeira questão:

a) sintetize o seu significado em aproximadamente quatro linhas;

b) acrescente-lhe um parágrafo de cinco a dez linhas que o complemente com coerência.

> Uma paisagem poderá ser bela, graciosa, sublime, insignificante ou feia, porém jamais será risível. Riremos de um animal, mas porque teremos surpreendido nele uma atitude de homem ou certa expressão humana. Riremos de um chapéu, mas no caso o cômico não será o pedaço de feltro ou palha, senão a forma que alguém lhe deu, o molde da fantasia humana que ele possui. Como é possível que fato tão importante, em sua simplicidade, não tenha merecido atenção mais acurada dos filósofos? Já se definiu o homem como *um animal que ri*. Poderia também ter sido definido como um animal que faz rir, pois se o outro animal o conseguisse, ou algum objeto inanimado, seria por semelhança com o homem, pela característica impressa pelo homem ou pelo uso que o homem dele faz. (Henri Bergson, *O riso*, apud FGV, 1991)

QUESTÃO 2

(CEAF-FGV) – Crie um *tópico frasal* pertinente e que, de forma sintética, possa dar conta do assunto desenvolvido no parágrafo que se segue.

> Em dias melhores, o próprio rei Fahd, da Arábia Saudita, chegou a gastar 6 milhões de dólares em uma única noitada. Desde que o Iraque invadiu o Kuwait, porém, os milionários árabes desapareceram de cena. O Carlton,

famoso cassino de Cannes, só salvou o faturamento de agosto graças ao azar do xeque Eynanlan, que pouco antes da crise perdeu 16 milhões de dólares. Com a escassez de ricaços árabes, as casas de jogos de da Riviera francesa, voltaram suas esperanças agora para o azar dos milionários japoneses. (*Veja*, setembro de 90, adaptado)

QUESTÃO 3

Num texto, o significado de cada parte não é autônomo. Prova disso, é o que vem a seguir.

a) Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários.

Fora de contexto, que sentido se pode dar a esse trecho?

b) observe agora o mesmo trecho, inserido no contexto que vem transcrito abaixo:

Fica proibido o uso da palavra liberdade, /a qual será suprimida dos dicionários /e do pântano enganoso das bocas./ A partir desse instante/ a liberdade será algo vivo e transparente/ como um fogo, ou um rio,/ ou como a semente do trigo,/ e a sua morada será sempre/ o coração do homem.
(Thiago de Mello. *Estatutos do Homem*)

Procure interpretar o sentido da mesma passagem dentro do novo contexto.

QUESTÃO 4

Como as sociedades complexas são divididas em grupos movidos por interesses diferentes, há palavras que, para um grupo, têm valor negativo; para outro, valor positivo. Mais uma vez, é o contexto que confere positividade ou negatividade a palavras desse tipo.

Redija um texto em que a palavra "*sem-terra*" tenha um valor positivo e um em que apresente um valor negativo.

QUESTÃO 5

Quando uma frase ou uma expressão é ambígua, com muita freqüência o contexto pode desfazer a ambigüidade. Observe a frase que segue:

Os participantes da gincana acharam a estrada intransitável.

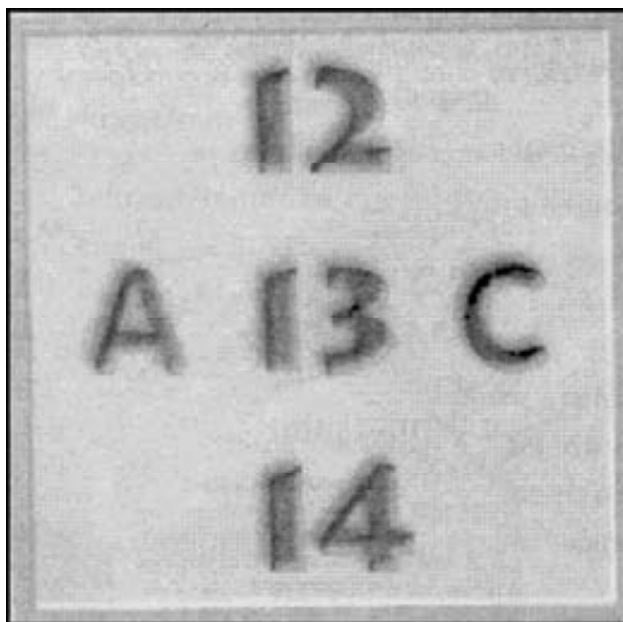
Fora de contexto, a frase pode significar que os participantes da gincana *consideraram* a estrada intransitável ou que *localizaram* a estrada intransitável.

Inscrita num contexto, porém, a frase pode perder a ambigüidade como se pode notar a partir do exemplo que segue:

> Na opinião dos repórteres esportivos, a estrada de acesso à Praia Vermelha era transitável. Não foi essa, porém, a opinião dos participantes da gincana, já que (eles) acharam a estrada intransitável.

A frase que segue é ambígua: Naquele dia eu soube o que é medo de ladrão.

Inscreva essa frase dentro de um contexto, para que ela perca a ambigüidade.

QUESTÃO 6

Tapando-se o A e o C dessa ilustração, o termo intermediário da seqüência vertical é lido como o número treze (13);

Tapando-se o 12 e o 14, o mesmo termo, na horizontal, é lido como a letra B.

Esse artifício se presta para ilustrar um dado fundamental para se representar o significado de um enunciado dentro de um texto. Qual é esse dado e como a ilustração pode ser útil para explicá-lo?

Lição 2

Variação lingüística, modalidades de linguagem e produção do texto escrito

Exercícios

QUESTÃO 1

O trecho que segue, aproveitado de um Vestibular da Unicamp, foi extraído de um debate que sucedeu à palestra do poeta Paulo Leminski "Poesia: A Paixão da Linguagem", proferida durante o curso "Os Sentidos da Paixão" – Funarte, 1986. Trata-se de um texto oral, permeado, pois, de vários traços lingüísticos típicos dessa variante.

Procure transcrevê-lo, traduzindo-o para a linguagem escrita culta.

> Estudei durante seis anos muito a vida de um paulista e fiz um filme sobre ele, que é o Mário de Andrade, um puta poeta muito pouco falado pelas ditas vanguardas modernistas. (...) Hoje em dia, felizmente, já existem vários trabalhos, há muita gente reavaliando a poética do Mário, que ela é muito mais importante e profunda do que aparentemente pareceu nestes últimos anos. Estudando o Mário, eu descobri que o Mário foi um exemplo do cara que morreu de amor, mas de amor pelo seu povo, pelo seu país, pela sua cultura. (...) Um outro cara que eu também fiz um filme é o Câmara Cascudo. Um cara como o Câmara Cascudo morre, os jornais dão uma notinha desse tamanhinho, escondidinho, um cara que deveria ter estátua em praça pública, devia ser lido, recitado. (*Os Sentidos da Paixão*, p. 301)

QUESTÃO 2

A linguagem publicitária, no intuito de seduzir o potencial comprador do produto anunciado, costuma fazer uso da variante lingüística típica desse grupo de consumidores. É o que ocorre com o texto que segue, dirigido para a grande massa de vestibulandos de todo o país, jovens dominantemente enquadrados na faixa etária entre 17 e 19 anos.

Você vai supor que o mesmo tipo de anúncio publicitário queira atingir os candidatos ao exame de admissão ao Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Promovendo as adaptações necessárias tanto no conteúdo quanto na forma de linguagem, redija um texto análogo ao que vem a seguir.

É massa, brother

Brother, dentro dessa nova edição do Vestibular 500 Testes tem tudo para que o próximo vestiba role na maior.
Só de português são 80 questões, sendo 50 testes e 30 escritas.
Fora as questões de física, química, biologia, história, geografia, matemática e inglês.
Ah, tem uma lista de livros e uma série de dicas que você precisa ficar por dentro antes de encarar os exames.
Vestibular 500 Testes, especial do Guia do Estudante.
Desencana, brother.
Vestibular agora é manha.
(*Veja,* São Paulo, 23.10.91, p. 13)

QUESTÃO 3

Observe o texto que segue:

Comunicado de Imprensa

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os desdobramentos da tentativa de tomada de poder pela força na Venezuela, ocorrida hoje de madrugada.
Ao manifestar o seu compromisso inequívoco com a democracia e o estado de direito, o Governo brasileiro reitera o seu repúdio a toda e qualquer ação que pretenda usurpar os poderes institucionais legitimamente constituídos, e espera o pronto estabelecimento da normalidade no país vizinho e amigo.
O Governo brasileiro expressa o seu apoio à manutenção da paz e da ordem institucional e democrática da Venezuela, na plena vigência dos direitos humanos e das liberdades individuais.

Brasília, 27 de novembro de 1992.

Como se nota, no Comunicado de Imprensa transcrito acima, usa-se uma linguagem formal, sem afetação e sem rebuscamentos de estilo que comprometam a clareza do comunicado, a objetividade da posição assumida perante o acontecimento e a revelação dos dados de que se tem notícia.

Tomando como modelo o texto acima transcrito, usando a mesma variante lingüística aí explorada, tente redigir um comunicado com as seguintes instruções:

- manifestação de repúdio à tentativa de golpe de Estado na fictícia República Democrática de San Martín;
- manifestação de apoio ao Presidente Jesus Castillejo e a seu governo;

- declaração de que o Brasil apoiou convocação de reunião do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos;
- o Brasil se põe em defesa da democracia e dos direitos humanos, conforme carta da OEA.

QUESTÃO 4

No texto que segue, ocorre a exploração curiosa de uma variante lingüística: o produtor do texto veste a máscara lingüística de um grupo social, com o propósito de ridicularizá-lo. Trata-se de um falante da variante culta do português que, com intenção de parodiar, simula o uso de uma variante típica de grupos jovens urbanos pouco afeitos ao conhecimento da cultura erudita.

> MASSA!
> Pô Erundina, massa! Agora que o maneiro Cazuza virou nome num pedaço aqui na Sampa, quem sabe tu te anima e acha aí um point pra botá o nome de Magdalena Tagliaferro, Cláudio Santoro, Jaques Klein, Edoardo de Guarnieri, Guiomar Novaes, João de Souza Lima, Armando Belardi e Radamés Gnattali. Esses caras não foi cruner de banda a la 'Togloditas do Sucesso', mas se a tua moçada não manjar quem eles foi dá um look aí na Enciclopédia Britânica ou no Groves International e tu vai sacá que o astral do século 20 musical deve muito a eles.
> Júlio Medaglia, di-jei do Teatro Municipal do Rio de Janeiro (São Paulo, SP)
> (*"Painel do Leitor"*, Folha de São Paulo, 4.10.90)

Você vai inverter a orientação argumentativa do texto, isto é, criticar o elitismo da posição do maestro Júlio Medaglia, alegando que – ao lado dos grandes nomes da música brasileira – também merecem espaço os seus representantes populares. Quanto à variante lingüística, você vai fazer o avesso do que fez o maestro, isto é, simular o uso de uma variante lingüística afetada e preciosista com intenção de parodiá-la.

QUESTÃO 5

O uso da variante lingüística culta de maneira afetada e pedante produz efeitos tão adversos quanto o seu uso descuidado e negligente. Na Literatura, não tem sido incomum a construção de personagens que falam excessivamente empolado, caracterizando-se, por isso, como figuras caricatas. É o que ocorre com Aldrovando no conhecido conto de Monteiro Lobato "O Colocador de Pronomes".

O trecho que segue é parte de um ofício que Aldrovando remete ao Congresso, pedindo leis repressivas contra os desacatos às normas do idioma.

> – Leis, Senhores, leis de Dracão, que diques sejam, e fossados, e alcáçares de granito prepostos à defensão do idioma. Mister sendo, a forca se restaure, que mais o baraço merece quem conspurca o sacro patrimônio da sã vernaculidade, que quem ao semelhante a vida tira. Vede, Senhores, os pronomes, em que lazeira jazem... (*Monteiro Lobato, Textos escolhidos*. Por José Carlos Barbosa Moreira. 3 ed. Rio de Janeiro, Agir, 1972. p. 100 – Coleção Nossos Clássicos – vol. 65)

Procure reescrever o trecho de Aldrovando, usando a linguagem culta mas sem afetação, de modo que ela possa ser compreendida sem esforço pelos habituais leitores dos nossos grandes jornais.

QUESTÃO 6

Há circunstâncias de comunicação que, dada a solenidade que envolvem, exigem um uso mais cuidadoso e apurado da linguagem. Falar em público é uma dessas ocasiões, como foi o caso do reeducando do grande presídio do Carandiru em São Paulo, incumbido de fazer a apresentação de um “show” da atriz Rita Cadillac.

Eis como o médico Dráuzio Varella transcreve um trecho dessa apresentação:

> Prezados reeducandos deste estabelecimento penal o humilde locutor que vos dirige o verbo tem a honra de anunciar esta grande artista figurativa da televisão. Musa indomável da arte dançarina. Aquela que foi a bailarina *crooner* do impredizível Chacrinha, que Deus o tenha. Nesse momento festivo, convido para adentrar ao palco a madrinha da Casa de Detenção: Rita Cadillac! (VARELA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo. Companhia das Letras, 1999, pág. 77)

a) O uso da variante lingüística escolhida pelo reeducando foi apropriada? Comente sua resposta.

b) Dependendo da resposta dada em **a**, reescreva o trecho, fazendo as adaptações lingüísticas exigidas pela situação.

Lição 3

A propósito da noção do erro

Exercícios

QUESTÃO 1

Não é muito comum um falante nativo cometer erros que violam as regras do sistema lingüístico, tornando a frase agramatical. Mas, por descuido ou confusão, esse tipo de erro não deixa de ter algum percentual de ocorrência.

Nos trechos que seguem, ocorre algum tipo de agramaticalidade, seja do nível da frase, seja no do discurso. Pelo contexto, muitas vezes é possível presumir o que o falante pretenderia dizer. Tente, com base nessa presunção, reescrever esses trechos reconstruindo um de seus possíveis sentidos.

I – Alta autoridade do governo paulista garantiu ontem que as investigações para apurar os responsáveis pelo seqüestro do ex-vice presidente do Bradesco, Antônio Beltran Martinez, terão prosseguimento, mesmo que fique comprovada a participação de "pessoas influentes e importantes". "Tudo aquilo que a polícia necessitar de meios para chegar a esse objetivo, ela terá a responsabilidade de apurar até o fim, doa a quem doer esses fatos". (*Diário do Povo,* 9.10.87, apud Unicamp 87. Declarações de uma alta autoridade do governo)

II – Como as pesquisas médicas apontam, entre outras desgraças, que há uma relação direta entre doenças respiratórias e fumo.

III – Não pude ir até a famosa Londres, como estava com pressa de voltar ao Brasil.

IV – Em conseqüência da alta produtividade agrícola daquela região, que colheu, só este ano, mais de duas toneladas de grãos que nos dois anteriores.

QUESTÃO 2

O erro tido como desvio das normas da língua padrão é muito mais comum que todos os outros.

Em todos os trechos que seguem ocorre esse tipo de desvio. Reescreva-os, efetuando a devida adequação à norma culta da língua.

I – Apesar das dificuldades que ora passa o País, temos que investir para a consolidação da área de comunicação científica nacional e internacional. (Num ofício da presidência da Intercom para pesquisadores na área de Comunicação)

II – Le Bistangô, o restaurante francês que você vai e sempre volta. (Publicidade Rádio Musical FM 105,9, 25/10/91)

III – Para ele, tais pressões partiram de um diretor da Folha que não lembro o nome e de políticos ligados a Collor.
(*Folha de S. Paulo,* 17/10/90, p. A-9. Declarações do Gov. Fleury sobre possível envolvimento da polícia no caso do seqüestro de Abílio Diniz)

IV – Bancada evangélica: Deus os perdoe.
(Bóris Casoy, referindo-se à movimentação da bancada evangélica para inocentar o deputado João de Deus Antunes (PPR-RS), ontem no “TJ Brasil” – do SBT (*Folha de São Paulo,* 4/5/94, p. 1.2)

V – É estranho essa história do Luiz Antônio Fleury Filho arredar o pé. [(Kid Vinil (músico) sobre a decisão de Fleury não participar de debate político pela TV na campanha sucessória (*Folha de São Paulo,* 20/11/90)]

VI – Quem também esteve no autódromo de Donington foi o rei Hussein, da Jordânia. (...) O rei sorriu muito e falou pouco. Os carros da Williams foram os que mais o agradaram. (*Folha de S. Paulo,* 13/4/93, p. 4)

VII – A Universidade é muito mais eficiente que a indústria porque ela é o único organismo da sociedade que pode especular sem grande ônus. A Universidade é o único organismo que você pode abandonar uma pesquisa sem nenhum trauma (...). (Apud Unicamp 88)

VIII – Uma casa, onde na frente funcionava um bar, foi totalmente destruída, por um incêndio, na madrugada de ontem. (*O Liberal,* Belém, 27/9/89, apud Unicamp 88)

QUESTÃO 3

Os erros de ortografia são inocentes por um lado e comprometedores por outro. Inocentes porque, na grande maioria dos casos, não prejudicam em nada a compreensão do enunciado; comprometedores porque, sobretudo certos tipos de erro, desqualificam o enunciador, criando dele a imagem de quem não tem familiaridade com a língua escrita.

Tente corrigir os erros ortográficos contidos nas passagens que seguem:

I – Muitos costumam mudar de comportamento e se mostrar mau humorados. (*Jornal da Tarde*, 23/06/93, p. 12)

II – Calmo e sorridente, mas sem o crucifixo no pescoço – que usa desde que decidiu estudar para ser padre –, Mequinho não exitou nas primeiras jogadas, nem pareceu surpreendido pela escolha do rival, a agressiva Defesa Holandesa.
(*Folha de S. Paulo*, 03/03/91, p. 7.6)

III – (Unicamp-89)
a) Os atuais ministros e prefeito são amisíssimos de longa data.
b) Mais da metade desses policiais extrapolam os limites do dever por serem mau preparados.
c) Desde o início, o animal preferido em carrosséis é o cavalo, mas há excessões.

IV – O prefeito é obcecado por obras faraônicas, o que paraliza o desenvolvimento de outros setores com que seus pretensiosos planos se incompatibilizam.

V – (Fuvest) No último concerto da orquestra sinfônica, houve fraglantes discriminações entre os convidados, apesar de ser uma festa beneficiente.

VI – (Fuvest) A insipiência científica do povo levou-o a taxar de feiticeiros os expertos em astronomia.

VII – Esse maltrato que a língua sofre não passa de um processo de renovação. (*Revista Imprensa*, junho 1990, n. 34, p. 15)

VIII – Embora quizesse pôr o caso em discussão hesitou muito ao perceber o constrangimento de todos.

QUESTÃO 4

Há certos usos lingüísticos que, apesar de já freqüentes na língua culta escrita, são ainda considerados errados pela tradição gramatical.

Assim, ao lado dos usos canônicos e tradicionais, vão ganhando espaço usos variantes. Nesses casos, em se tratando de textos que devem ser escritos na norma culta, é mais aconselhável optar pelo uso canônico, mesmo por uma questão de preservar o produtor do texto de possíveis contestações incômodas.

Os trechos que seguem contêm alguns desses casos desviados do uso prescrito pela tradição. Reescreva-os, adequando-os às prescrições tradicionais.

I – A solicitação da visita do nosso representante não implicará em compromisso de contratação dos nossos serviços.

II – Poucos presidentes custaram tanto para formar o Ministério.

III – O socorro demorou muito para chegar no local do sinistro.

IV – De domingo, não há expediente.

V – Foi o melhor filme que assistimos nos últimos anos.

VI – Qualquer repórter nosso conhece melhor o assunto, vai nos locais e entrevista as pessoas certas e faz um matéria dez vezes melhor. (LEMOS, Carlos. *Revista Imprensa,* janeiro de 1995, n. 88 p. 60)

QUESTÃO 5

Um erro lingüístico constrangedor consiste em usar uma palavra em lugar de outra por confusão resultante da semelhança fonética entre elas ou de outros tipos de falsas associações.

Cada um dos trechos a seguir contém esse tipo de erro. Transcreva-os, usando a palavra apropriada.

I – O paciente insistiu com o médico para tomar anestesia peledural em vez de anestesia geral.

II – Devido a intensas filas formadas no último dia 25, a UNIP prorrogou suas inscrições até o dia 06.12.94. (comunicado em *Folha S. Paulo*, 1994)

III – Hoje é dia de despedida, com muito entretendimento.

(Locutor da Rádio Bandeirantes FM, 28.12.91, às 12h 15min).

IV – Achei muita falta de personalidade de sua parte você não ter tido a coragem de sustar em público as acusações que você fez em particular.

V – Foi grande a sua decepção ao receber, depois de vinte anos de trabalho na firma, o aviso breve.

VI – O plano de reurbanização não quer mais saber da construção de casas germinadas.

VII – Se o caso você chegar antes, por favor deixe um recado na portaria.

VIII – O centro-avante Viola do Corinthians, guincha para comemorar seu gol, que chamou de "porco", em alusão ao símbolo do Palmeiras.
(Frase de Folha de S. Paulo citada na *Revista Imprensa*, julho de 1993, n. 70, p. 50)

QUESTÃO 6

Um erro pouco comentado ou até mesmo ignorado é o que consiste em criar no interior do discurso confusões de sentido, obscuridades, ou até mesmo o "nonsense". Trata-se de um erro perturbador, já que dificulta ou impede a compreensão do enunciado.

Os trechos que seguem contêm esse tipo de erro. Procure presumir, a partir de dados do contexto, o sentido que o autor queria produzir e reescreva cada uma das passagens, eliminando essas conveniências.

I – As videolocadoras de São Carlos estão escondendo suas fitas de sexo explícito. A decisão atende a uma portaria de dezembro de 91, do Juizado de Menores, que proíbe que as casas de vídeo aluguem, exponham e vendam fitas pornográficas a menores de 18 anos. A portaria proíbe ainda os menores de 18 anos de irem a motéis e rodeios sem a companhia ou autorização dos pais.
(*Folha Sudeste* 06/06/92, apud Unicamp 93)

II – O povo não só quer o impeachment desse aventureiro chamado Collor, como o confisco dos bens nada honestos de Sr. Paulo César Farias e companhia. E que a esse PFL e ao Brizola (cuja ficha de filiação ao PDT já rasguei) reste a vingança do povo...
(L.A.N. – Painel do Leitor, *Folha de S. Paulo*, 30/07/92, apud Unicamp 93)

III – O ex-prefeito de Sonora, J.C.C., apenas aguarda os primeiros pronunciamentos da Justiça e do Tribunal de Contas para decidir se responde ao processo por desvio de CR$ 130 milhões em carne e osso ou desaparece, seguindo exemplo de um colega de corrupção. J.C.C. corre dois riscos: ter que devolver o dinheiro a ainda ir para a cadeia. São motivos suficientes para pensar em pegar a estrada. (Bastidores, *Diário da Serra,* Campo Grande, 26-27/9/93, apud Unicamp 95)

IV – Zélia Cardoso de Melo decidiu amanhã oficializar sua união com Chico Anysio. (*A Tarde,* Salvador, 16/9/94, apud Unicamp 95)

QUESTÃO 7

Muitos erros lingüísticos se devem ao fato de que o enunciador, por equívoco de análise, presume ou intui uma certa forma de estruturação da frase que, numa leitura mais calculada, não se sustenta.

Reescreva as frases que seguem, corrigindo os erros nela contidos.

I – É exatamente essa grande maioria que chamamos abstratamente de povo. São os cidadãos humildes, que vivem de pequenos serviços na periferia das grandes cidades(...)
São para esses cidadãos anônimos, que ganharam personalidade dia 15 de novembro, que o novo governo deverá estar voltado.
(Painel da *Folha de S. Paulo,* 19/11/89, apud Unicamp 90)

II – Malcom Browne, também da Associated Press, deveria ter impedido que o monge budista em Saigon não se imolasse, sentado e ereto, impedindo o mundo de ver o protesto em cuja foto encontrou seu maior impacto? (Caio Túlio Costa, *Folha de S. Paulo,* 17/03/91, apud Unicamp 92)

III – O trabalho nesses imensos empreendimentos prosseguiu no século XIV e ainda mais além, mas já não eram o principal foco de arte.
(GOMBRICH.E.H. *A História da Arte.* 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985, p. 155)

IV – Representantes do sindicato do setor imobiliário reuniram-se em São Paulo, onde foram discutidos, entre outros assuntos, a concessão de crédito para a casa própria.

V – São por atitudes como essa que o Congresso brasileiro goza hoje de credibilidade cada vez mais escassa e diminuta. (*Folha de S. Paulo*, 22/03/91, p. 1.2)

VI – Graves problemas são estes, mas a circunstância os fazem ainda maiores.

VII – “Carlos Lacerda não veio; veio eu”.
Até hoje a vaia não acabou.
Episódio narrado pelo comentarista político Newton Carlos. O fato ocorreu com ele mesmo em Belo Horizonte perante um auditório superlotado, ansioso à espera da presença de Carlos Lacerda. Este, afônico, mandou em seu lugar o então novato e inexperiente repórter da *Tribuna da Imprensa*, Newton Carlos, que, nervosíssimo, iniciou a palestra com a frase acima. (*Revista Imprensa*, janeiro de 1995, n. 88, p. 61)

VIII – COMO ESCREVER
Olho vivo para não maltratar o português. Preste atenção ao enunciado. Se fugir do tema, copiar o texto apresentado ou fazer uma narração (relato de uma história) onde é pedida uma dissertação (defesa de uma idéia), a redação será anulada. (*Folha de S. Paulo*, 28/11/91, Caderno Fuvest, apud Unicamp 91)

IX – Tanto o vocábulo “despida” quanto “pelada” significam praticamente a mesma coisa, mas as impressões que provocam em cada um desses termos são bem diferentes.

QUESTÃO 8

Entre os erros lingüísticos, a hipercorreção é especialmente inconveniente, pois é aquele que se comete com a preocupação de acertar. Baseado em falsas pressuposições, o enunciador imagina estar seguindo o rigor da língua culta e, na verdade, está se opondo a ele. Nos itens que seguem, há esse tipo de erro. Procure corrigi-los.

I – Cada um contribue com sua parte.

II – Não morava longe do lougradouro.

III – Não se tratavam de interesses que favoreciam apenas a cúpula do clube mas a todos os seus sócios.

IV – Hajam as condições que houverem, o jogo não será adiado.

V – Eu penso de que não há mais clima para esse tipo de discussão.

VI – Quantos anos fazem que eles não dão notícia!

QUESTÃO 9

Erros motivados por analogia presumida entre certas formas da língua são também muito comuns.

Reescreva as passagens que seguem, corrigindo-as.

I – A entrevista do governador (Qüércia) ontem no Palácio dos Bandeirantes foi conduzida por ele de modo a insinuar que faltou equilíbrio emocional ao candidato do PDS no episódio. Essa tática deverá ser mantida pelo governador todas as vezes em que o assunto vir à tona nos próximos dias. (*Folha de São Paulo,* 20/11/90)

II – Um grupo de defesa dos direitos civis ameaçou intervir se o juiz Mike McSpadden ir adiante com seu plano de aprovar o pedido de castração. (*Folha de São Paulo,* 13/02/92, apud Unicamp 93)

III – Para reinvindicar, eles são mais que pretenciosos.

IV – A edificação da casa terá início, quando eu reahaver todo o dinheiro investido em outros imóveis.

V – Aconselhou-os a que intretessem as crianças com boas leituras durante a aula vaga.

VI – A polícia não interviu no seqüestro e se tivesse intervisto teria sido pior.

VII – Se você requiser os documentos imediatamente, ainda é possível não estourar o prazo.

VIII – Quem ver a redação da lei, notará que existem lá falhas imperdoáveis.

IX – Ao descer da escada, tropeçou nos degrais.

X – Mandou abrir uma champanha para comemorar a vitória do seu clube.

XI – Grande parte dos nossos jogadores de futebol está atuando em times extrangeiros.

Lição 4

A heterogeneidade lingüística

Exercícios

QUESTÃO 1

A partir da depreensão do ponto de vista explícito neste fragmento de *O Príncipe* de Maquiavel e de sua confrontação com a memória que se tem de outros discursos a respeito do mesmo tema, tente expor, num pequeno fragmento dissertativo, qual é o ponto de vista com que esse texto está polemizando.

> Deve um príncipe, portanto, não se importar com a reputação de cruel, a fim de poder manter os seus súditos em paz e confiantes, pois que, com pouquíssimas repressões, será mais piedoso do que aqueles que, por muito clementes, permitem as desordens das quais resultem assassínios e rapinagens. Estas atingem a comunidade inteira, enquanto que os castigos impostos pelo príncipe atingem poucos. E dentre todos os príncipes, é ao príncipe novo que é impossível esquivar-se à reputação de cruel, por oferecerem os Estados novos muitos perigos. Virgílio, diz pela boca de Dido:
> *Res dura, et regni novitas me talia cogunt*
> *Morili, et late fines custode tueri*
>
> (As circunstâncias duras, e o fato de ser recente a minha realeza, constrangem-me ao rigor e à fortificação das fronteiras. *Eneida, I,* p. 563-564)
> Deve ele, entretanto, ser cauto no crer e no agir e não temer a própria sombra; e proceder de maneira a que, temperadas as suas ações com a prudência e a humanidade, a confiança demasiada não o torne incauto e a desconfiança exagerada não o torne intolerável.
> Nasce disso uma questão, a saber: é melhor ser amado que temido ou o contrário? Responder-se-á que se desejaria ser uma e outra coisa; mas como é difícil casá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se haja de optar por uma das alternativas. É que dos homens pode-se dizer geralmente o seguinte: que são ingratos, volúveis, dissimulados, esquivadores dos perigos, ambiciosos de ganho; que, enquanto os beneficias, são inteiramente teus, oferecendo-te o próprio sangue, os bens, a vida, os filhos, como atrás se disse, desde que não se mostre a necessidade disso.

E o príncipe que haja confiado inteiramente na palavra dada perde-se se estiver desprevenido de outras medidas, pois as amizades baseadas no interesse, e não na grandeza e nobreza de alma, não se têm à altura do que se merece, e na ocasião necessária não se podem usar. E os homens receiam menos ofender aquele que se faz amar do que aquele que se faz temer: o amor mantém-se vinculado à gratidão, e esse vínculo, por serem míseros os homens, rompe-o toda ocasião conveniente; ao passo que o temor é mantido pelo receio aos castigos, e jamais faz com que te abandonem.

(Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe.* São Paulo, Cultrix, s/d, p. 107-108)

QUESTÃO 2

Manuel Bandeira, usando o verbo *traduzir* em sentido largo, faz referência a certas "traduções" que fizera de alguns poemas da nossa literatura. Entre elas, cita duas traduções de poemas antigos "para moderno": um soneto de Bocage e o *"Adeus de Tereza",* de Castro Alves. Em seguida acrescenta:

Na semana seguinte voltei "traduzindo" estes versos do autor da *Moreninha:*

Mulher, irmã, escuta-me: não ames.
Quando a teus pés um homem terno e curvo
Jurar amor, chorar pranto de sangue,
Não creias, não mulher: ele te engana!
As lágrimas são galas da mentira
E o juramento manto da perfídia.

Teresa, se algum sujeito bancar o sentimental em cima de você
E te jurar uma paixão do tamanho de um bonde
Se ele chorar
Se ele se rasgar todo
Não acredita não, Tereza
É lágrima de cinema
É tapeação
Mentira
CAI FORA

Fazendo o confronto entre os dois trechos, comente que tipo de interpretação a tradução de Bandeira faz do poema citado?

QUESTÃO 3

A nota que segue foi extraída da seção Radar da Revista *Veja*, assinada pelo jornalista Ancelmo Góis. Afirmando que o governo está disposto a reconhecer oficialmente como mortos os desaparecidos durante o regime militar, o redator assim se manifesta:

Solução para os desaparecidos

> O projeto de lei que o ministro Nelson Jobim prepara para reconhecer como mortos os desaparecidos deve contornar a resistência militar. Dirá que os desaparecidos que, segundo testemunho ou documento, tenham participado de partidos de esquerda e com indícios seguros de que tenham sido presos (também por documentos ou testemunhos) serão considerados mortos.
> (*Veja*, 24/05/95 p. 39)

Usando o discurso indireto, que vem após um verbo no futuro **Dirá**, o jornalista antecipa-se ao conteúdo do projeto de lei que está sendo preparado pelo ministro Nelson Jobim.

Levando em conta esses dados, elabore um pequeno comentário sobre o possível motivo que teria levado o jornalista a não usar o discurso direto nesse caso e sobre o grau de confiabilidade (ou efeito de verdade) do discurso indireto montado por ele.

QUESTÃO 4

O uso do discurso indireto abre brecha para o enunciador imiscuir-se no interior do discurso citado e acrescentar informações que, sob o ponto de vista daquele que cita, estão contidas implicitamente no discurso citado. Trata-se de uma espécie de seqüestro da voz da pessoa citada para fazê-la dizer o que não disse.

Numa matéria da Revista Veja sobre o perfil do então presidente da CNBB, Dom Lucas Moreira Neves, o jornalista Ernesto Bernardes caracterizava-o como conservador. Numa retrospectiva de sua atuação no cenário brasileiro, a matéria recuperou um episódio ocorrido em 1969, quando Dom Lucas era bispo auxiliar de São Paulo: quatro padres dominicanos foram presos e torturados. Um deles, frei Tito, tentou suicídio e foi transferido para o Hospital Militar, onde foi visitado por D. Lucas. Segundo Frei Betto (outro dos dominicanos presos na época), no julgamento do padre Tito, a defesa convidou o bispo para testemunhar que o réu tinha sido torturado, e este se recusou a fazê-lo.

Na semana passada, na Suécia, frei Betto, limitou-se a confirmar o que escreveu no livro.

O livro é público. Quem quiser que leia e tire suas conclusões. Prefiro não falar sobre isso e torcer para que Lucas faça uma boa gestão à frente da CNBB.
(*Veja*, 25/05/95, p. 103)

Suponhamos que um jornalista, analisando o conteúdo da citação acima, prefira enunciá-la em discurso indireto, nestes termos:

Na semana passada, na Suécia, frei Betto disse que seu livro era público e quem quisesse que o lesse e visse as denúncias lá contidas. Disse ainda que preferia não falar sobre essa melancólica e constrangedora passagem da vida pregressa de Dom Lucas e torcer para que ele fizesse uma boa gestão à frente da CNBB.

Suponha agora um outro redator que, também em discurso indireto, resolvesse dar à citação de frei Betto uma direção menos desfavorável à imagem do atual presidente da CNBB.

Redija a citação nessa direção.

QUESTÃO 5

Os textos que seguem, extraídos de fontes variadas, tratam de um tema comum: a Proclamação da República no Brasil. Leia-os, confrontando os pontos de vista neles expressos e, ao final, redija um texto dissertativo, manifestando o seu ponto de vista sobre o mesmo acontecimento histórico.

TEXTO I

Cap. LX – manhã de 15

(..)

Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas. Voltou ao largo, onde três tílburis o disputaram; ele entrou no que lhe ficou mais à mão, e mandou tocar para o Catete. Não perguntou nada ao cocheiro; este é que lhe disse tudo e o resto. Falou de uma revolução, de dois ministros mortos, um foragido, os demais presos. O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra.

Aires olhava para o cocheiro, cuja palavra saía deliciosa de novidade. Não lhe era desconhecida esta criatura. Já a vira, sem o tílburi, na rua ou na

sala, à missa ou a bordo, nem sempre homem, alguma vez mulher, vestida de seda ou de chita. Quis saber mais, mostrou-se interessado e curioso, e acabou perguntando se realmente houvera o que dizia. O cocheiro contou que ouvira tudo a um homem que trouxera da rua dos Inválidos e levara ao largo da Glória, por sinal que estava assombrado, não podia falar, pedia-lhe que corresse, que lhe pagaria o dobro; e pagou.

– Talvez fosse algum implicado no barulho, sugeriu Aires.

– Também pode ser, porque ele levava o chapéu derrubado, e a princípio pensei que tinha sangue nos dedos, mas reparei e vi que era barro; com certeza, vinha de descer algum muro. Mas pensando bem, creio que era sangue; barro não tem aquela cor. A verdade é que ele pagou o dobro da viagem, e com razão, porque a cidade não está segura, e a gente corre grande risco levando pessoas de um lado para outro. (ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó.* Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s/d, p. 159-160)

TEXTO II

Quando, ao proclamar-se a República, a massa da população, tomada de surpresa pelo acontecimento, se mostra alheia ou indiferente a princípio, Pelotas, que pertence, aliás, à velha linhagem de soldados, cuja origem data dos tempos coloniais, acha injustificável a omissão das camadas populares e vê nisto o mal de origem do novo regime. Em realidade a República é obra exclusiva do exército, ou mais precisamente, da guarnição da Corte, embora seja apresentada, também, como da armada, que não teve parte na mudança das instituições, e em nome do povo, que a tudo assistiu 'bestializado'. A fórmula 'em nome do povo'..., impõe-se logo e continuará a ser adotada em decretos do governo provisório. O representante diplomático norte-americano no Rio de Janeiro, que acompanhara com viva simpatia a fundação da República no Brasil, não pôde deixar de estranhar que um setor isolado se atribuísse, por conta própria, o direito de falar pelo povo, quando só teve a acompanhá-lo um punhado de civis da propaganda em prol do novo regime. Aquele 'em nome do povo', diz a 17 de dezembro de 1889, em despacho endereçado ao Secretário de Estado, em Washington, mostra apenas o escasso respeito que lhe merece a opinião pública.(Holanda, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico: Do império à República. In: Holanda, S.B. de (org). *História da Civilização Brasileira.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, 5 volume, T.II, pp. 346-347).

TEXTO III

15 de novembro

A Proclamação da República chegou às 10 horas da noite
em telegrama lacônico.
Liberais e conservadores não queriam acreditar.
Artur Itabirano saiu para a rua soltando foguete.
Dr. Serapião e poucos mais o acompanhavam
de lenço incendiário no pescoço.
Conservadores e liberais recolheram-se ao seu infortúnio.
O Pico do Cauê quedou indiferente
(era todo ferro, supunha-se eterno).
Não resta mais testemunha daquela noite
para contar o efeito dos lenços vermelhos
ao suposto luar
das montanhas de Minas.
Não restam sequer as montanhas.
(Andrade, Carlos Drummond de. *Boitempo*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1977, p. 369).

Lição 5

Seleção vocabular

Exercícios

QUESTÃO 1

Nos trechos que seguem, ocorrem palavras ou expressões usadas inadequadamente por razões diversas (por serem incompatíveis com o nível de linguagem do contexto em que estão inscritas, por serem redundantes, por associarem significados que não se combinam, etc.).

Procure substituí-las pela palavra ou expressão apropriada ou, se for o caso, excluir as que são desnecessárias.

I – Após a primeira crise de artrite provocada pelo excesso de ácido úrico, o jovem professor se transformou definitivamente em herbívoro.

II – Em declaração a um canal de televisão, o ilustre jurista italiano ponderou que não via a menor justificativa nem jurídica, nem ética para o rumoroso episódio da jovem esposa americana que resolveu capar o coitado do marido.

III – Os festejos comemorativos do dia da libertação dos escravos tiveram início na Catedral da Sé, com um culto ecumênico para várias religiões reunidas num ato de fé comum.

IV – Durante as explosões do arsenal da Marinha na Ilha do Governador em meados de 1995, vários cidadãos cometeram verdadeiros atos heróicos, indo socorrer, com suas lanchas, pessoas confinadas no local.

V – Ao menos neste ano, não são procedentes as costumeiras zangas do eleitorado contra a atuação dos seus representantes no Legislativo, já que a maioria das leis sancionadas pelo Congresso foi benéfica à população.

VI – O prefeito da capital, grande figura, por ocasião de audiência que concedeu a uma Comunidade de Bairro, foi homenageado pelo representante dos presentes, que começou por exaltar o chefe do executivo pelo seu jeito simplório de ser.

VII – Logo que o folclórico jogador levantou-se do banco e começou a fazer aquecimento, espalhou-se pelo estádio um murmurinho, sintoma da expectativa geral pela rápida entrada do imprevisível atacante.

QUESTÃO 2

O trecho que segue foi extraído da seção *“Pingos nos iis”* de Josué Machado, publicado na *Revista Imprensa Mídia* (junho de 95, n. 9, p. 24)

> Um anúncio publicado em revistas de grande circulação comunicou o lançamento da chuteira Predador, da Adidas, “que veste, por exemplo, os pés dos jogadores da Alemanha”. (...)
> O texto diz que a chuteira “veste” os pés dos jogadores. Por que veste? Aprendemos na escolinha da Dona Olga, com 5 ou 6 anos, que se vestem roupas e se calçam sapatos, chinelos, meias e até luvas. Dona Olga não conhecia as atuais levíssimas chuteiras.

Como se vê, a combinação dos termos *vestir os pés* é vista como uma associação incomum no Português, embora o colunista abra margem para a possibilidade de se estar querendo com isso criar um efeito de sentido: as chuteiras de que fala o anúncio são tão delicadas e leves que *vestem* e não *calçam*. Falta-nos contexto para confirmar essa hipótese.

A combinação de termos usualmente incompatíveis, no entanto, tem sido usada, sobretudo na literatura, para criar efeitos de sentido de vários tipos. É o que se dá no trecho que segue, de Aluísio de Azevedo:

> (...) em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns após outros lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. (...) os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pêlo, ao contrário, metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas das mãos. (*O cortiço*, 13 ed., São Paulo, Martins, 1957, p. 42)

Como se vê, a intenção do narrador é clara: selecionando termos compatíveis com o universo semântico dos animais irracionais para se referir ao universo dos humanos, ele quer enfatizar o caráter animalesco e degradado das personagens que vivem no cortiço.

Com base nesses dados, redija um texto, procurando usar uma escolha lexical similar à de Aluísio Azevedo, relatando a condição dos catadores de lixo nas ruas das nossas grandes cidades, ou nos lixões.

QUESTÃO 3

Silveira era secretário de *mise-en-page* do Jornal do Brasil e Sérgio Noronha era o secretário de texto. *Mise-en-page* era o nome engraçado/pedante que usávamos para a função de escolher as fotos, os destaques e a diagramação da página. (LEMOS, Carlos. *Revista Imprensa*. Janeiro/95. n.88. p.60)

O uso de estrangeirismos pode ser explorado como recurso para a criação de efeitos de sentido, como é o caso do trecho que segue:

Beatriz

Não tive o prazer de vê-la no último baile do Cassino. Esteve ravissant, esplendide. O high-life do Rio de Janeiro estava representado em tudo quanto possui de mais recherché! O salão iluminado a giomo, e a last fashion exibia os seus mais belos esplendores. (JUNIOR, França, *Caiu o Ministério*. p.62, apud Vestibular da Universidade Federal de Goiás, 1992)

a) Tente traduzir, na medida das disponibilidades do nosso léxico, os estrangeirismos contidos nesse texto.

b) Confronte o texto original com a tradução feita e, levando em conta o que diz o jornalista Carlos Lemos a propósito da expressão *mise-en-page,* tente explicar o efeito de sentido que o uso do estrangeirismo produz no trecho literário de França Júnior.

QUESTÃO 4

Como se sabe, o jargão é a linguagem especializada de um certo segmento profissional. Não raras vezes, traz para o usuário comum da língua sérias dificuldades de compreensão. Aqueles que têm necessidade de se fazer compreender por esse tipo de auditório, deveriam evitá-lo ou tentar traduzir-se. Ocorre que, para evitar o jargão, pode-se esbarrar num outro tipo de inconveniente: o da imprecisão.

É o que acusa este trecho da *Revista Veja* que vem a seguir:

Hiponcondria econômica

O ministro Fernando Henrique Cardoso é um médico frustrado.
Vive fazendo diagnósticos da situação "inconvivível" da economia:
"A inflação deu um soluço" – 30 de julho
"Se a inflação espirra, a gente dá aspirina, para evitar que vire pneumonia" – 6 de agosto
"O país sofre de esquizofrenia" – 10 de agosto

“A inflação é uma urticária” – 16 de agosto
(*Veja,* S.Paulo, 15.09.93, p. 25)

Procure traduzir, com palavras precisas, o que queria dizer o então Ministro da Fazenda com as frases acima transcritas.

QUESTÃO 5

Nas palavras, como nas modas, observa a mesma regra:

Sendo novas ou antigas demais, são igualmente grotescas.
Não sejas o primeiro a experimentar as novas,
Nem tampouco o último a encostar as antigas.
(POPE, *Ensaio sobre a crítica.* Apud RÓNAI, Paulo. *Dicionário Universal de Citações.* 2 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. Verbete *palavra,* p. 720)

O conselho contido na passagem acima é sábio, mas nem sempre é seguido. O trecho que vem abaixo, extraído de uma reportagem jornalística, trata da exótica linguagem usada pelos escrivães de polícia na redação de boletins de ocorrência e textos similares.

Na sala do escrivão de polícia, o mundo e a língua portuguesa ganham outras dimensões. Ali, quem trabalha e paga impostos está sujeito a se transformar em *retro, supra* ou *infra.* Os criminosos são *elementos* ou *meliantes.* Mãe é *genitora* e revólver é *berro.* Uma discussão ganha o pomposo nome de *desinteligência.* Rua não é rua, mas *leito carroçável.* E o resultado pode ser: “*O elemento sacou do berro, bateu na parte ouvida e seqüestrou sua genitora logo após iniciar desinteligência no leito carroçável*”. (UCHÔA, Marcos. *O Estado de S. Paulo,* 05.04.92, p.8)

Procure reescrever o último período desse parágrafo, procedendo a uma escolha lexical que elimine dele o tom excêntrico e grotesco.

Com o mesmo critério, reescreva as passagens que seguem, extraídas da mesma reportagem:

O acusado colocou em periclitação a vida da parte ouvida ao depositar sobre seu corpo solução combustível.
O autor da prática delitiva confessou ter batido na parte ouvida.

QUESTÃO 6

O preciosismo, que se manifesta pela predileção por palavras raras e pretensiosamente eruditas, não enriquece em nada o texto, ao contrário, prejudica-o, dando-lhe feições de afetação e artificialidade.

É o que vem satirizado pelo jornalista Paulo Francis nesta passagem:

> No Brasil me contaram que Antônio Houaiss disse na televisão que vai fazer um dicionário com *"Nós faz"*, *"Nós quer"* e similares, porque é assim que o povo fala. Imaginem só, isso de um filólogo que, no dia-a-dia, em vez de *discordo* diz *discrepo*, em vez de *familiarizado*, diz *tenho privância*, e em vez de *em baixo, sotoposto.* (FRANCIS, Paulo. *O Estado de S. Paulo,* 9.6.91, p.16)

Caricaturas e irreverências à parte, o fato é que o jornalista manifesta nesse trecho o tipo de reação que desperta a afetação verbal.

Na lição sobre variação lingüística, já se fez alusão a um conto de Monteiro Lobato intitulado *O Colocador de Pronomes* em que o narrador constrói um personagem caricato, Aldrovando Cantagallo, que consome os seus dias a lutar incansavelmente contra o "crime" da incorreção gramatical. Seu léxico é precioso e afetado como se pode notar no trecho que segue, em que se manifesta contrário à alegação de que a língua deve evoluir na boca do povo e desanda a proferir uma sucessão de rabugices contra a linguagem jornalística:

> E não lhe objetassem que a língua é organismo vivo, e que a temos a evoluir na boca do povo.
> – Língua? Chama você língua a garabulha bordalenga que estampam periódicos? Cá está um desses galicígrafos.
> Deletreemo-lo ao acaso.
> E baixando as cangalhas, lia:
> – *Teve lugar ontem*... É língua esta espurcícia negral! Ó meu seráfico Frei Luís, como te conspurcam o divino idioma estes sarrafaçais da moxinifada!
> -...*no Trianon*... Por que Trianon? Por que este perene barbarizar com alienígenos arrevezos?? Tão bem ficava – A *Benfica,* ou, se querem, neologismo de bom cunho – o *Logratório*... Tarelos é que são, tarelos!
> (LOBATO, Monteiro. *Contos escolhidos.* 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1993, p. 119-120)

a) Reescreva as falas da personagem, excluindo o léxico que lhes confere o caráter pernóstico e afetado.

b) Para a caracterização da personagem, que efeito produz a exclusão do léxico rebuscado?

QUESTÃO 7

Um texto é eficaz nas suas intenções de comunicação quando atinge o resultado que se pretende com ele. A obtenção desse resultado depende de múltiplas competências: uma delas é a escolha do léxico apropriado aos objetivos que se tem em mente. Quando se quer, por exemplo, ridicularizar alguém, a escolha do léxico não pode ser mediada por princípios de boas maneiras.

O trecho que segue serve para ilustrar o que estamos dizendo: trata-se de uma passagem de um artigo jornalístico, em que o articulista, falando da arrogância e da ineficácia do serviço público, cita um episódio em que, precisando de providências burocráticas para regularizar a sua situação funcional, procurou uma funcionária de uma universidade paulista:

> Fui recebido por uma senhora – daquele tipo usando cabelos em forma de cogumelo atômico, com o apelido irreverente a não ser escrito aqui – posta na poltrona do chefe. Consultadas as fichas, a matrona sentenciou secamente: "Você (a polidez dos funcionários públicos é proverbial) não é doutor."
> (ROMANO, Roberto. *Folha de S. Paulo*, 05.06.92, p.1-3)

Está evidente a intenção do jornalista em desmoralizar arrasadoramente a funcionária e, com ela, o serviço público. E esse resultado é plenamente atingido a partir, sobretudo, do uso de uma seleção lexical direcionada para esse fim.

Em primeiro lugar, observem-se as palavras que escolheu para designar a funcionária: primeiro *senhora*, depois *tipo* (um hiperônimo pouco cordial) e, por fim, *matrona* (um sinônimo nada honroso). Acompanhando esse processo de demolição de imagem, as escolhas lexicais que permeiam o texto têm efeito massacrante: *cogumelo atômico, apelido irreverente, a não ser escrito aqui, posta* (e não *sentada*), *poltrona do chefe, sentenciou* (e não *solicitou* ou *perguntou*), *secamente, você* (e não o *senhor*), *polidez* (com ironia), *proverbial* (também irônico).

Suponha que você queira atingir o resultado contrário ao de Roberto Romano. Reescreva o mesmo episódio, substituindo os termos escolhidos, a fim de criar uma imagem positiva dos funcionários e do serviço público em geral.

QUESTÃO 8

Palavras polissêmicas, em geral usadas com alta freqüência na linguagem cotidiana, têm o inconveniente de nivelar os significados, provocando a perda de matizes semânticos diferenciadores.

Quando se diz:

Ele *fez* que não gostou (*fez* aqui tem o sentido dominante de *simulou*)

Ele *fez* dezoito anos ontem (*fez* significa, neste caso, *completou*).

Quando se diz:

Os resultados alcançados foram *bons* (*bons* significa *promissores, satisfatórios*);

É *bom,* à noite, andar mais atento (*bom* significa *conveniente*).

Com base nesses dados procure substituir a palavra grifada por um sinônimo que traduza de maneira mais específica o significado mais compatível com o contexto.

Se a permutação o exigir, faça a alteração de estrutura que for necessária.

I – O satélite *faz* um círculo em torno da Terra.

II – Verdi *fez* a Aída por encomenda.

III – Pediu que o barbeiro lhe *fizesse* barba e cabelo.

IV – Esses novos veículos *fazem* menos fumaça que os antigos.

V – Na esquina, vendendo frutas, ele consegue *fazer* uns vinte reais por dia.

VI – O camelo é capaz de *fazer* quilômetros e quilômetros sem tomar água.

VII – Nas brincadeiras ela sempre queria *fazer* a patroa e eu, a empregada.

VIII – São Francisco de Assis é conhecido sobretudo como um homem *bom*.

IX – O imóvel sempre foi e sempre será um *bom* investimento.

X – A erosão tem inutilizado *boas* porções da nossa terra agricultável.

XI – Ele tinha saudade dos *bons* tempos.

XII – Teve uma gripe mas já está *bom*.

XIII – Era um aluno muito *bom* de matemática.

XIV – Um dos *pontos* em que mais insistiu foi a necessidade de cumprir prazos.

XV – Vamos marcar um *ponto* da cidade em que possamos encontrar-nos com facilidade.

XVI – O *ponto* central da discussão não foi tratado com a devida profundidade.

XVII – A inflação, durante o mês de julho, caiu vários *pontos.*

XVIII – Em vários *pontos* do livro, há passagens ambíguas.

XIX – Neste *ponto*, a Rádio Cultura encerra suas transmissões.

XX – A exibição da orquestra foi o *ponto* alto da programação.

Lição 6

Texto figurativo e texto temático

Exercícios

QUESTÃO 1

O texto temático e o texto figurativo constituem formas diferentes de construir significados. O conteúdo de um texto temático é traduzível por um texto figurativo e vice-versa.

Evidentemente essa tradução implica perdas e ganhos: o texto figurativo, por exemplo, dado o seu papel de criar um simulacro do mundo, costuma ser mais rico em pormenores, mais apropriado para revelar aspectos plásticos e sensoriais do universo representado por ele. O texto temático, por outro lado, tende a ser mais sintético, mais apropriado para operar com o universo do inteligível e do racional.

O texto que segue é figurativo. Leia-o com atenção.

> Em todas as partes do mundo ainda acontece o fato de muitas pessoas não encontrarem locais para trabalhar. Trata-se de homens e mulheres que têm capacidade para arar a terra, semear, plantar e colher, para edificar casas, abrir estradas, dirigir veículos, operar máquinas nas indústrias e que precisam ganhar dinheiro para alimentar seus filhos, mantê-los na escola, pagar aluguel, cuidar da saúde, vestir-se. Oferecem-se para trabalhar em fábricas, lojas, fazendas, lugares públicos, mas a resposta é que não existem mais vagas ou, o que é pior, que estão demitindo e não contratando.
>
> Esse parágrafo figurativo, embora com algumas perdas inevitáveis de sentido, poderia ser assim traduzido para um parágrafo temático:
>
> O desemprego é ainda um dado universal. A demanda de trabalho por indivíduos dele necessitados para a garantia de condições básicas de sobrevivência é maior do que a oferta por parte da produção e dos serviços.

O trecho que segue é dominantemente figurativo. Tente traduzi-lo para um texto temático, preservando as idéias centrais.

> Os vendedores de ameixa preta sentiam-se desencorajados em seus esforços para convencer os americanos a comer os frutos, mesmo nas quantidades consumidas em anos anteriores. Com algo semelhante ao desespero, a Junta Consultiva da Ameixa Preta da Califórnia (*California Prune Advisory*

Board) recorreu aos conselhos do Instituto de Pesquisa de Motivação (*Institute for Motivation Research*).

....

Quando se submeteram pessoas ao teste de associação de palavras, os primeiros pensamentos que vieram à tona de sua mente com referência às ameixas pretas foram idéias como "velha solteirona" e "seca". Em seus estudos sobre o lugar ocupado pela palavra *prune* (ameixa seca) na língua inglesa, encontrou frases como *old prune face* (cara de ameixa velha) e *driel-up-old prune* (velha ameixa seca). Quando seus investigadores realizaram entrevistas de profundidade, verificaram que as ameixas pretas eram imaginadas como símbolo de decrepitude e desvitalização. Outros pensavam nas ameixas pretas em termos de autoridade paterna. Lembravam-se de que, quando crianças, eram muitas vezes obrigados a comer ameixas pretas porque "vocês precisam comer" ou porque "ameixas fazem bem para vocês". As ameixas estavam associadas a casas de pensão (onde eram servidas por senhoras parcimoniosas), a pessoas mesquinhas e egoístas, a puritanos sem alegria. A sombria cor preta das ameixas, tais como eram servidas comumente, foi objeto de comentários desagradáveis. A cor preta era considerada um tanto simbolicamente sinistra, em pelo menos um caso, a pobre ameixa foi associada a feiticeiras. (PACKARD, Vance. *Nova técnica de convencer.* 5 ed. São Paulo, Ibrasa, 1980, p. 128)

QUESTÃO 2

Um mesmo tema pode ser representado por percursos figurativos diferentes. O tema da conquista do poder, por exemplo, pode ser representado pela figura de uma rainha que trama com o cunhado a morte do rei – como é o caso do *Hamlet* de Shakespeare ou pela figura de um candidato que persuade os eleitores a lhe confiarem o voto ou por um místico que se diz enviado dos céus para construir uma civilização de devotos.

Para que um texto figurativo manifeste um dado tema é necessário que as figuras escolhidas (personagens, lugares, objetos, ações) se articulem coerentemente, num percurso que não dê margem a interpretações contraditórias.

O texto que segue, por exemplo, figurativiza o tema do *aconchego do lar*, numa propaganda do Banco Itaú, para vender um programa de computador que permite ao correntista fazer operações bancárias de dentro de casa. Obs. para dar legibilidade ao texto verbal à esquerda, transcrevemos dele os trechos abaixo:

Itaú Bankline Pessoal
Você nunca se sentiu tão
em casa para ir ao banco.

Já pensou como seria ter uma Agência Itaú no meio da sua sala de estar? Era só aproveitar o intervalo da novela para consultar extratos. Fazer transferência e investimentos enquanto o jantar esquenta no forno. Já pensou? O Itaú pensou. E criou o Itaú Bankline Pessoal, sua Agência Itaú em casa. Basta ligar seu micro para acessar os computadores do Itaú.

É a mais alta tecnologia permitindo que você faça consultas, investimentos, transferência e muito mais, no seu lar, doce lar. (*Veja*, 26.07.95, p. 24)

Agora você vai proceder a alterações no percurso figurativo (do texto verbal e do visual) para manifestar o tema da rotina do lar e, com base nisso, tentar vender título de um clube de campo.

QUESTÃO 3

O texto figurativo, dada a sua capacidade de criar uma representação simulada do mundo, é muito eficaz, sob o ponto de vista argumentativo, para ilustrar afirmações contidas em passagens temáticas. É o que ocorre no trecho que segue:

A casualidade pode dar origem a descobertas científicas.
Foi o que ocorreu ao Sr. Alexandre Flemming, quando estava cultivando bactérias em frascos. Sem serem previstos, começaram a surgir fungos no

interior dos recipientes e as bactérias morreram. Em vez de desprezar o episódio inesperado, o ilustre biólogo associou o surgimento dos fungos com a morte das bactérias.
Foi a partir dessa ocorrência que inventou a penicilina.

O trecho que segue é temático e contém uma afirmação genérica.

Desenvolva um parágrafo figurativo que ilustre a afirmação feita e constitua um bom argumento a favor dela.

Todos os homens, nos diz Pascal, são quase sempre levados a crer não pela força das provas, mas por agrado. (PERELMAN, Ch. e TYTECA, L. Olbrechts. *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique.* 5 ed. Editions de l'Université de Bruxelles, 1988, p. 80)

QUESTÃO 4

Há certos textos figurativos que são verdadeiras narrativas rápidas, sintéticas, muito carregadas de significados pressupostos.

É o caso deste mini-poema que vem transcrito a seguir:

Gato do Mato e Leão, conforme o combinado.
Juntos caçavam corças pelo mato.
As corças escaparam... Resultado:
Não escapou o Gato.
(Mário Quintana. *Prosa e Verso*. 2 ed. Porto Alegre. Globo, 1980, p. 41)

Desenvolva, num pequeno texto temático, os principais pressupostos desse texto figurativo.

QUESTÃO 5

Nenhum texto é mais apropriado para tecer comentários sobre outros textos do que o temático. É por meio dele que, de maneira explícita, damos opiniões, emitimos juízos de valor, manifestamos nossa discordância sobre pontos de vista que lemos ou ouvimos.

Todos os textos que seguem são trechos de cartas de várias procedências enviadas à Revista Veja, comentando uma entrevista do cientista Alberto Santoro, publicada em Páginas Amarelas do número anterior (19.07.95).

Leia-os com atenção.

Alberto Santoro

Muito interessante a entrevista com o físico Alberto Santoro. Reflete, claramente, como anda a ciência brasileira. Os cursos de pós-graduação

tornam-se um espelho dessa situação, como bem relatou *Veja* (Amarelas, 19 de julho)
S.V.B.
Brasília, DF

Mesmo no governo de um intelectual como Fernando Henrique Cardoso, o país continua exportando cientistas criativos. Vergonhosamente remunerados e sem estímulos, eles vão embora quando já são internacionalmente conhecidos, deixando no desamparo a ciência aqui produzida.
S.M.
São Paulo, SP

A mediocridade e a incompetência ocupam o espaço e passam a ser referência nas universidades e centros de pesquisa no país. Pesquisadores espertos conseguem aumentar sua fortuna pessoal, embora suas pesquisas jamais produzam resultados e eles sempre possam colocar a culpa na insuficiência de recursos. Aos professores e pesquisadores realmente competentes resta a alternativa de ir embora.
A.A.S.
Fortaleza, CE

A entrevista do físico Alberto Santoro contém uma série de inverdades e conceitos questionáveis. Existe, sim, uma política de ciência e tecnologia no país, que, aliás, possibilitou ao professor Santoro realizar suas pesquisas. Seu salário no Centro de Pesquisas Físicas é de 4.219,25 reais, e não de 2.200 reais. O salário de motorista na administração pública federal – inclusive no MCT – é de 800 reais. As leis de incentivos fiscais já induziram investimentos no valor de 500 milhões de reais em ciência e tecnologia. A entrevista em que acusa indiscriminadamente os que trabalham no país de espertos e safados foi um desserviço à difícil tarefa de fazer ciência e tecnologia em nosso país.
José Israel Vargas
Ministro da Ciência e Tecnologia
Brasília, DF

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Confrontando os dados e opiniões acima emitidos com dados e informações que você possui, construa um texto temático manifestando seu ponto de vista sobre:

Que grau de prioridade deve ter a pesquisa científica num país em desenvolvimento como o Brasil?

Lição 7

Alteração do sentido das palavras

Exercícios

QUESTÃO 1

Por trás da aparente simplicidade, os provérbios, muitas vezes em linguagem metafórica, exprimem de maneira condensada e realista certas concepções, certas visões de mundo que fazem parte do ideário de um povo ou de certo grupo social.

Os dois provérbios que seguem exemplificam com propriedade o que se disse acima:

A desgraça do pau verde
É ter pau seco ao lado;
Vem o fogo queima o seco,
Lá vai o verde queimado.
(MOTA, Leonardo. *Adagiário brasileiro.* Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 38)

Faça um sermão, mas não bata no púlpito.
(Id., *ibid.*, p. 97)

Escolha um dos dois provérbios, e, com base no seu sentido metafórico, comente um acontecimento que se encaixe dentro da concepção neles implícita.

QUESTÃO 2

A metonímia não é um recurso retórico exclusivo da linguagem verbal, como se pode notar pela observação da foto reproduzida ao lado.

Como se vê, a foto flagra sobretudo mãos ávidas em busca de alimento. Tais recursos não são usados apenas como adorno ou expediente decorativo, mas como uma estratégia de produção de significado.

(Folha de S. Paulo, 03/12/96, p.1.1)

Procure redigir um pequeno texto, traduzindo em palavras o efeito de sentido produzido pela foto.

QUESTÃO 3

Observe o texto visual que vem abaixo:

A escadaria de Odessa

Esse fotograma mostra uma cena da repressão czarista aos que se manifestavam solidários com a revolta iniciada no Encouraçado Potemkin. A mãe, que se propõe subir as escadas de Odessa com o filho assassinado ao colo, é vista em contraste com as sombras dos soldados, imensas e fantasmagóricas, que se projetam na contraluz.

Como se pode notar, as sombras (o efeito produzido pelos corpos dos soldados que interceptam a luz) aparecem em lugar dos corpos dos soldados. Trata-se, pois, da utilização do efeito em lugar da causa, o que caracteriza uma metonímia.

Redija um pequeno texto que reproduza a mesma metonímia explorada como recurso expressivo no fotograma impresso acima.

QUESTÃO 4

Num conto de Eça de Queirós intitulado *A aia*, narra-se a história de um poderoso rei que, tendo morrido em batalha, deixa como herdeiro um único filho, recém-nascido. A rainha no comando do reino, sente-se frágil, já que o seu trono está sob a ameaça de um irmão bastardo do rei morto.

Diz o narrador a certa altura:

No entanto um grande temor enchia o palácio, onde agora reinava uma mulher entre mulheres. (...) As portas da cidade tinham sido seguras com cadeias mais fortes. Nas atalaias ardiam lumes mais altos. Mas à defesa faltava disciplina viril. Uma roca não governa como uma espada.
(QUEIRÓS, Eça de. *Obras de Eça de Queirós*.Porto, Lello e Irmão, s.d., Vol. I, p. 776)

No último período, o narrador usa *roca* (instrumento de uso, próprio de mulher) para designar *mulher* e *espada* (instrumento próprio de homem) para designar *homem*. Trata-se de um tipo de metonímia, já que entre o instrumento e seu usuário há uma relação de contigüidade. É o mesmo mecanismo que se dá, no dito popular: *Naquela casa é a mulher que usa calças*.

Procure construir dois pequenos trechos onde se use o instrumento para designar a pessoa que o usa.

QUESTÃO 5

Leia com atenção o trecho que segue:

Um barbeiro no Planalto

Um bom motorista, quando está ao volante, jamais se esquece de, vez por outra, dar uma olhadela nas luzinhas que estão à sua frente, no painel do automóvel. Não basta acompanhar os movimentos do ponteiro da gasolina. É indispensável ficar de olho nos indicadores de óleo do motor e fluido de freio, para mencionar apenas dois exemplos.

Na direção do país, Fernando Collor de Mello é o que se poderia chamar de péssimo condutor. Na última semana, depois de perambular sem rumo e realizar uma seqüência de manobras arriscadas, o governo foi lançado no acostamento. Collor descobriu-se sem credibilidade e sem dinheiro, os dois principais combustíveis da administração pública.

Num primeiro momento, desnorteado, convocou a Brasília, ao preço de cerca de US$ 10 mil por cabeça, os deputados e senadores em férias. Os parlamentares notaram que todas as luzes do painel de controle do governo estavam acesas.

Não bastava irrigar os tanques. Era preciso submeter o motor a uma retífica. Inconformado, o presidente relutou em aceitar o diagnóstico. De um microfone do Palácio do Planalto queixou-se de solidão e falta de solidariedade.

Premido contra a parede, Collor acabou por extirpar parte das peças enferrujadas que emperram a engrenagem do "Brasil Novo". Substituiu dois ministros que rangiam há tempos. Seus ouvidos eram os únicos do país que permaneciam insensíveis à chiadeira. Baixou o capô sem notar a presença de várias outras peças retorcidas.

A partir de amanhã, o presidente volta ao estacionamento do Congresso. Pedirá crédito e dinheiro. Mesmo que obtenha, não irá longe. Um carro com o motor recauchutado pode até dar algumas voltas, mas será sempre um carro velho. No caso da máquina pilotada por Collor há duas agravantes: os reparos foram mal feitos e o motorista é o mesmo.

Se troca de ministro resolvesse o problema, Sarney teria descido a rampa do Planalto sob aplausos. É verdade que Collor ainda tem muito chão pela frente. O problema é que dirige um fusquinha convencido de que está a bordo de uma Ferrari. De resto, faz curvas na pele de Ayrton Senna, para descobrir-se Satoro Nakajima no instante em que roda na pista.

(SOUZA, Josias de. *Folha de S. Paulo,* 14/01/92, p. 1-2.)

Desde o título, o texto acima faz uso de metáforas que se encadeiam, produzindo uma alegoria.

Ao significado de base de *motorista* se acrescenta o de *condutor de um país, governante;* ao significado de *automóvel* se acrescenta o de um *país*.

Essa combinação de dois planos de significado nos permite associar dados de uma experiência de comando mais conhecida (a de dirigir um auto) aos de outra menos conhecida (a de governar um país). Esse é um dos recursos que faz da metáfora um expediente retórico muito utilizado tanto na literatura como em textos utilitários.

Tomando como referência o texto de Josias de Souza, procure construir uma alegoria similar, com a mesma preocupação didática, com base nas seguintes relações de sentido:

De um lado	**De outro lado**
Como sentido de base: um cargo de representação	Como sentido de base: uma empresa privada
como sentido metafórico: um cargo de embaixador	como sentido metafórico: um país

Procure, por meio do uso de metáforas, mostrar semelhanças e intersecções entre os dois planos de significado.

Lição 8

Modos de ordenar os tempos

Exercícios

QUESTÃO 1

Cada uma das frases que seguem contém uma ou duas formas verbais empregadas equivocadamente, quanto ao uso do tempo, se não levarmos em conta a possibilidade da utilização de um tempo com valor de outro. Procure identificá-las e reescrever a frase, fazendo a devida correção.

a) Ulisses Guimarães morreu tragicamente, quando viajava de Ubatuba para São Paulo a bordo de um helicóptero que se perdia no meio de um denso nevoeiro na Serra do Mar e, em seguida, caía no oceano para nunca mais ser encontrado.
b) Era um famoso escritor que morava à beira da praia de Ipanema. Às tardes, tinha o hábito de, recostado à janela do seu apartamento, observar o fluxo da maré e o movimento das ondas que foram e voltaram num incessante vaivém.
c) O forasteiro dirigiu-se calado para os lados do armazém, onde, no dia anterior, deixou seu cavalo amarrado à sombra de uma árvore e recostou os arreios ao pé dela.
d) O primeiro de uma série de planos destinados ao controle da inflação foi o cruzado, em 1986. Dias após a sua implantação, o povo brasileiro assumirá em relação à vigilância de preços uma atitude até então nunca vista.

QUESTÃO 2

Redija as frases que seguem, de acordo com as alterações sugeridas.

a) *Hoje*, em matéria de tecnologia da computação, estamos ainda sem condições de competir no mercado internacional. Amanhã, talvez, dependendo do desenvolvimento de tecnologia nacional, estaremos em melhores condições.

– Permute *hoje* por, *na próxima década* e reescreva o trecho todo, mantendo a progressão temporal estabelecida no texto inicial.

b) *Hoje* o Brasil vive ainda um clima de imaturidade, em que a classe política não concebe abrir mão de vantagens imediatas e restritas em

favor de benefícios a longo prazo e mais amplos. Ontem não era diferente: as mesmas miopias e contumácias estavam presentes na última década.

– Permute ***hoje*** por, ***no governo passado*** e reescreva o trecho, mantendo as mesmas relações de anterioridade e posterioridade entre as partes.

QUESTÃO 3

Preencha os espaços vazios com o verbo inscrito entre parênteses, no tempo adequado ao contexto.

a) Precisamos acreditar que o homem do século XXI terá mais motivos do que nós para se alegrar, pois àquela altura dos acontecimentos já ________________________ soluções para os graves problemas sociais que ora nos afligem. (*encontrar*)

b) Se na década de 60 o governo tivesse investido maciçamente em programas de alfabetização, na de 80 já ________________________ a fase crítica do analfabetismo no país. (*superar*)

c) Em 1945 desencadeu-se a denominada campanha “queremista”, cujo objetivo era resumido na palavra de ordem “queremos Getúlio”. Os adeptos da campanha defendiam a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte com Getúlio no poder. Só posteriormente ________________________ realizadas eleições diretas, nas quais Getúlio __________________ concorrer. (*ser/dever*)

d) Para muitas das religiões, depois que o mundo se converter e aderir aos princípios delas, todos os problemas do homem e todos os sofrimentos ___________. (*desaparecer*)

e) No exato momento em que você programar o seu telefone para despertá-lo, seu alarme __________________ em sua casa. (*tocar*)

QUESTÃO 4

Reescreva as frases que seguem, empregando adequadamente os advérbios ou expressões adverbiais que estiverem mal empregados.

a) A primeira reação de desacato público ao governo ocorreu no mês retrasado. Logo no próximo mês ocorreu a segunda e daqui a pouco ocorreriam muitas outras.

b) No início do século, o poder político estava centrado na figura dos “coronéis”, em vários estados brasileiros. Mas agora já se esboçavam reações contra aquela situação. Em São Paulo, por exemplo, o governador Washington Luís estimulou, em 1921, a profissionalização

dos integrantes do Poder Judiciário; no mesmo Estado, o também governador Jorge Tibiriçá criara, perto da década passada (1906), uma polícia de carreira.

c) Fleury Filho ocupou o cargo de Secretário da Justiça do Estado de São Paulo na gestão do governador Orestes Qüércia e, na próxima gestão, foi eleito governador do mesmo Estado.

QUESTÃO 5

Levando em consideração a mudança de tempo no verbo da oração principal, reescreva a frase, usando o tempo adequado na oração subordinada.

a) Um famoso crítico literário brasileiro *supõe* que estudar literatura brasileira seja o mesmo que estudar literatura comparada tal a vinculação entre nossas obras e as de procedência externa.

– Permute *supõe* por *supunha* e reescreva o trecho.

b) *Era* pouco provável que o eleitorado se comportasse da mesma forma de sempre dentro de condições sociais tão diferentes das anteriores.

– Permute *era* por *será.*

c) Antes que tivesse ocorrido a tragédia, *deu*-lhes ordens expressas para que tomassem cuidado.

– Permute *deu* por *dará* (*dar-lhes-á*).

d) Não *teria ocorrido* pior resultado se tivessem seguido as instruções dadas pelo manual.

– Permute *teria ocorrido* por *ocorrerá.*

QUESTÃO 6

Como se sabe, pode-se usar um tempo verbal em lugar de outro para a obtenção de efeitos de sentido. É o que se dá com as formas verbais grifadas nas passagens que vêm a seguir.

Abaixo de cada uma delas efetue o seguinte trabalho:

a) Reescreva as formas grifadas no tempo verbal em sentido próprio.

b) Crie uma frase em que ocorram verbos usados na mesma forma e com o mesmo sentido das formas grifadas. Não é necessário que se usem os mesmos verbos da frase matriz.

Exemplo:

Não *fora* o meu interesse pela sua amizade, não o *cativara*.

a) *fosse*, *cativaria*

b) Não *quisera* eu o seu comparecimento, não o *convidara*.

Prossiga:

I) – Creio que nenhuma das flores do mundo *será* mais delicada que a rosa.

II) – O que o senhor deseja de aperitivo?
– Eu *queria* um suco de tomate temperado.

III) – Com o mercado nervoso como está, eu *aplicaria* em ouro.

IV) – 9 de maio de 1500, Cabral *parte* do Rio Tejo com uma frota de treze navios, que, após passar as Ilhas de Cabo Verde, *toma* rumo oeste, *afasta-se* da costa africana e *chega* ao Brasil.

QUESTÃO 7

Você está diante de uma oportunidade rara para a sua carreira profissional: a possibilidade de realizar o grande desejo de sua vida.

Entre outras provas de avaliação de mérito para a obtenção dessa conquista, solicita-se que você:

a) Faça um relato circunstanciado de suas experiências passadas;
b) um relato de suas atividades presentes;
c) um relato de seus projetos futuros.

Elabore o seu texto, utilizando em *a* os tempos do subsistema do pretérito; em *b,* os do subsistema do presente; em *c*, os do subsistemas do futuro.

Lição 9

O parágrafo

Exercícios

QUESTÃO 1

Conta-se que Galileu, nas polêmicas com os adversários, era dado ao emprego de sátiras para desmoralizá-los.

O texto que segue é um exemplo disso e foi transcrito sem paragrafação para que você reconstitua essa segmentação:

> Se Sarpi quer que eu acredite que os babilônios cozinhavam ovos fazendo-os girar bem rápido com atiradeiras, eu acredito; mas devo dizer que a causa desse efeito está muito longe de ser a que ele acreditava. Para chegar à verdade, devo raciocinar assim: "Se não conseguimos um resultado que os outros conseguiram antes, deve ser porque, em nossas operações, deixamos de lado aquilo que causava esse resultado; e, se deixamos de lado uma única coisa, ela, sozinha, pode ser a causa." Agora, temos os ovos e a atiradeira e rapazes fortes para operá-las; e ainda assim os ovos não cozinham, mas esfriam mais rapidamente. E, desde que nada nos falta a não ser os babilônios, então os babilônios eram a causa do endurecimento dos ovos. (MICHAEL, White. *Galileu Galilei*. São Paulo, Globo, 1993, p.23)

Como se sabe, a segmentação de um texto em parágrafos é um expediente usado para estabelecer uma hierarquia entre as diferentes passagens do texto, além de fornecer ao leitor pistas para depreender o plano de organização do esquema montado pelo autor.

O trecho acima transcrito foi segmentado, no original, em três parágrafos assim constituídos:

1. Alusão a um presumível fato histórico, acompanhado de um comentário.
2. Proposta de um critério de verdade.
3. Aplicação do critério postulado, para verificação do fato inicial.

Onde seriam feitos os cortes de cada um dos três parágrafos?

QUESTÕES DE 2 A 4

Essas questões foram extraídas do vestibular da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, realizado em julho de 1995.

QUESTÃO 2

Crie um tópico frasal pertinente que possa sintetizar as idéias exploradas no parágrafo abaixo:

> Um certo clima de desconfiança, insatisfação e pavor não se nota só entre cientistas e sábios; ele já está se alastrando entre o povo e sensibiliza especialmente os jovens, sobretudo os estudantes. O fato de que as manifestações mais clamorosas de seu protesto pertençam ao passado não significa que ele tenha perdido em intensidade e universalidade. Muito pelo contrário: o terror dos anos 70 é filho do protesto dos anos 60. (Pedro Dalle Nogare)

QUESTÃO 3

Reorganize as idéias do texto abaixo, em apenas um parágrafo. Deixe claras as relações entre elas, servindo-se de conectivos que reduzam o trecho a poucos períodos.

> O Brasil reencontrou alguma estabilidade. Vale a pergunta: Este país é viável? O real trouxe uma inflação baixa e (quase) civilizada. Errado. A Bolívia e o Paraguai têm inflação baixíssima... São paradigmas de desenvolvimento e fartura? O Brasil possui território, mercado e capacidade empresarial que o distinguem do resto do mundo. Verdade. Essas mesmas qualidades não melhoraram a sorte da Índia. Ela continua um país em “desenvolvimento”. (Adaptado da resenha de Gustavo Camargo sobre o livro de Lídia Goldenstein – *Exame*, 10/2/95, p. 59)

QUESTÃO 4

Pontue o texto abaixo, utilizando-se dos sinais gráficos adequados (vírgula, ponto-e-vírgula, ponto e outros) efetuando a paragrafação devida. Não é necessário reescrever o texto. Em havendo paragrafação, indique-a claramente com duas barras oblíquas (//).

> O mais importante de todos os sinais é a palavra sem a qual não seria possível a convivência humana e a própria sociedade inexistiria dada a impossibilidade de intercâmbio lingüístico sem esse extraordinário suporte desaparecia a cosmovisão que o homem tem das coisas e nem se chegaria ao desenvolvimento com a ausência do código lingüístico oral ou escrito sem idéias ou conceitos seria possível existir cultura progresso e civilização óbvio é que não pois as palavras são o sustentáculo de toda essa gigantesca arquitetura chamada civilização quando se destruiu a Biblioteca de Alexandria o mundo chorou mas por quê será preciso responder. (Alberto Mesquita de Carvalho)

QUESTÃO 5

O trecho que segue é o desenvolvimento de um parágrafo que ilustra o respectivo tópico com dados concretos e justifica o que se disse no seu início. Pela observação atenta dos dados apresentados, é possível presumir qual seja o tópico frasal. Tal parágrafo se insere num capítulo intitulado "Trabalho e ócio" na Antigüidade.

> Em Atenas, na época clássica, quando os poetas cômicos qualificavam um homem por seu ofício (Eucrates, o comerciante de estopa; Lisicles, o comerciante de carneiros) não era precisamente para honrá-los; só é homem por inteiro quem vive no ócio. Segundo Platão, uma cidade bem feita seria aquela na qual os cidadãos fossem alimentados pelo trabalho rural de seus escravos e deixassem os ofícios para a gentalha: a vida "virtuosa", de um homem de qualidade, deve ser "ociosa" (logo veremos que é a vida de um proprietário de bens de raiz, que não "trabalha" no sentido de que se ocupa em dirigir suas terras). (VEYNE, Paul. *História da vida privada I*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 124-125)

Levando em conta o que se disse no enunciado, procure redigir um tópico frasal que seja compatível com os dados nele explanados.

QUESTÃO 6

O trecho que segue é parte de um longo parágrafo incluído num capítulo que trata das relações entre pais e filhos no século XIX. O tópico frasal foi excluído para que você crie um que se preste para sintetizar as idéias expostas no desenvolvimento abaixo.

> Aqui e ali, subsistem algumas varas e açoites de corda, mas cada vez mais reprovados. Perduram na escola e em certos liceus que pretendem impor uma disciplina militar. George Sand treme ao lembrar o diretor do liceu Henri IV, que "defensor feroz da autoridade absoluta, (...) autorizou que um pai inteligente mandasse seu negro espancar seu filho, diante de toda a classe, convocada militarmente para assistir ao espetáculo dessa execução ao gosto colonial ou moscovita, e ameaçada de severa punição ao menor sinal de desaprovação" (*Historie de ma vie* [História de minha vida], II, 179). Mas progressivamente os adolescentes se insurgem – como Baudelaire e seus camaradas em Lyon, em 1832 – e as famílias protestam. Os internatos, em sua publicidade, chegam a especificar nos prospectos que excluem tais métodos. O próprio Estado intervém, e várias circulares acentuam que "não se deve bater nunca nas crianças"... (ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.* São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 158)

QUESTÃO 7

Leia com atenção o parágrafo que segue, extraído do mesmo capítulo da obra citada na questão anterior.

> E que drama quando o filho não consegue ou não aceita sê-lo! As ambições da família se desmoronam. O filho se sente culpado. O adulto nunca acaba de pagar sua dívida e de remoer sua traição. Lembre-se de Baudelaire, que nunca deixou de sentir remorsos em relação à mãe, Madame Aupick. Ou Van Gogh, que, em sua correspondência com o irmão Theo, manifesta a revolta desesperada do "mau filho". Fonte de angústia existencial, o totalitarismo familiar oitocentista é, sob muitos aspectos, profundamente neurótico. Decididamente, ser herdeiro não é tão simples. (p. 160)

O conteúdo do tópico frasal, na verdade, está contido no parágrafo anterior, vindo retomado pelo pronome demonstrativo *o* ("não aceita sê-*lo*").

Pelo desenvolvimento dado ao parágrafo é possível presumir, com certa aproximação, a que tipo de conteúdo se refere o demonstrativo *o(lo)*. Tente transcrevê-lo.

QUESTÃO 8

Os dados apresentados a seguir foram extraídos dispersamente de um artigo de Roberto Pompeu de Toledo publicado na *Veja* de 22/1/92, p.58 a 63. Eles servem de base para a proposta de redação que será feita a seguir.

O charme do 1,8%

> O censo de 1991 concluiu que a população brasileira cresce a 1,8% ao ano. É a primeira vez, em cinqüenta anos, que esse percentual fica abaixo dos 2%.
>
> Éramos 93.139.037, em 1970, e com que orgulho cantávamos: "Noventa milhões em ação, pra frente Brasil, salve a Seleção..." Somos 146 milhões, hoje, segundo as primeiras estimativas do IBGE, com base no censo realizado no ano passado, e não é com orgulho que enunciamos essa cifra. Antes, se orgulho há, ou, melhor dizendo, se há motivo para otimismo, já que orgulho é palavra muito forte para estes tempos, ele se deve a um número bem menorzinho: 1,8%. Trata-se, sempre segundo as estimativas preliminares do IBGE, da taxa de crescimento anual que se registrou no país ao longo da década de 80.
>
> O Brasil, com crescimento anual de 1,8%, ainda está distante de padrões primeiro-mundistas como o 1,1% dos Estados Unidos ou o 0,5% da França. Mas a desaceleração do crescimento, pelo menos, afasta o bicho-papão da

exploração demográfica... A queda das taxas de crescimento é um fenômeno universal:

Bolívia 2,9%
México 2,0%
Índia 1,9%
China 1,5%
Argentina 1,2%
Estados Unidos 1,1%
Suécia 0,8%
França 0,5%
Espanha 0,2%
Itália 0,2%

Proposta de redação

Esta questão propõe a elaboração de um texto previamente dividido em três parágrafos, cujos tópicos são dados de antemão. O trabalho consiste em desenvolver cada um dos tópicos segundo as instruções dadas para cada um deles.

1. O controle da explosão demográfica tem sido apontado como característica de países desenvolvidos.

Desenvolvimento: confirmação do tópico mediante exemplificação com dados concretos.

2. Apesar da procedência desses dados, eles não nos autorizam a considerar o controle demográfico como causa e sim como conseqüência do desenvolvimento social.

Desenvolvimento: confirmação do tópico mediante razões e dados.

3. Em vista disso, estão equivocados aqueles que preconizam o controle demográfico como solução suficiente para alavancar o Brasil rumo ao desenvolvimento.

Desenvolvimento: confirmação do tópico com justificativas.

Lição 10

Características lingüísticas da dissertação

Exercícios

Para situar dentro do seu contexto, o trecho que segue foi extraído de um artigo de Eça de Queirós, publicado na imprensa da época. Trata-se de uma réplica a outro artigo de autoria do escritor português Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) para o jornal *Atlântico*, no qual este criticou com ferocidade o referido artigo anterior de Eça de Queirós por julgá-lo injurioso a Portugal.

No interior da longa réplica, Eça, com ironia, diz que a ferocidade de Pinheiro Chagas contra o que escrevera justifica-se pelo fato de que, quando um colaborador do jornal se vê pressionado a entregar uma matéria no prazo combinado, e as idéias não vêm, a tendência é arrasar alguém que se escolhe como vítima, quem quer que seja.

Dizendo conhecer essa situação por experiência própria, assim a relata:

> Meu caro Pinheiro Chagas:
> (...)
> Eu conheço a situação: é medonha. Na véspera tem-se dito ao director do jornal, apertando-lhe ferventemente a mão, e com a voz a tremer:
>
> – Palavra de honra, menino. Pela minha vida, que tens lá o artigo, além de amanhã às nove horas. Eu sou incapaz de te comprometer! Juro-te, pela alma de meus filhos... Boa noite. Lá o tens!
>
> Depois, naturalmente, como você sabe, não se pensa mais no artigo. Mas, cruel destino! no dia aprazado, lá toca a campainha, lá chega, fatal, implacável, irrevogável! – o moço da tipografia! É horroroso. Sobretudo quando ele usa botas que rangem! Fica à espera, passeando no pátio ou no corredor: e aquele lento gemer de solas tristes, cadenciado e acusador, alucina!
>
> E cá no nosso gabinete, que pavorosa luta! As cinco tiras de papel ali estão sobre a mesa, lívidas, irônicas, vazias: e é necessário enchê-las todas de alto a baixo, com coisas extraídas do nosso interior.
>
> É trágico. A parte da carcaça humana a que se recorre primeiro é naturalmente ao crânio, depósito de idéias, impressões, adjectivos e teorias; aperta-se o crânio nas mãos frementes; sacode-se o crânio como uma velha algibeira: – nada sai do crânio. E as botas ao longe a ranger!

Maldição! Recorre-se então ao peito, asilo dos afetos, dos sentimentos generosos. Talvez de lá saia um canto, um grito, uma apóstrofe. Arranha-se convulsivamente o peito; bate-se desesperadamente no peito como numa porta fechada; – o peito fica mudo como o crânio. E as botas ao longe a ranger!

Inferno! E então os crentes rezam à Virgem Maria; os ateus invocam a Morte, a doce aniquilação da matéria; os mais violentos pensam em atrair o moço da tipografia com palavras doces, cortá-lo aos pedaços com uma navalha de barba, enconder os fragmentos na sarjeta doméstica... E as botas, lá no fundo, ironicamente, rangem!

Ah, caro Chagas, é daí que vêm as cãs precoces. Sabe você o que eu fiz numa destas agonias, sentindo o moço da tipografia a tossir na escada, e não podendo arrancar uma só idéia útil do crânio, do peito, ou do ventre?

(QUEIRÓS, Eça de. *Obras de Eça de Queirós.* Porto, Lello e Irmão, Editores, vol. II, p. 1402-1403)

QUESTÃO 1

Elabore um desfecho para o texto, imaginando uma resposta coerente, no plano do conteúdo e da linguagem, para a interrogação contida no último parágrafo do fragmento transcrito.

QUESTÃO 2

Imagine-se na condição do "moço do jornal", o que "usa botas que rangem". Sob o ponto de vista dessa personagem, construa um pequeno trecho descritivo, revelando suas impressões sobre o estado em que se encontra o gabinete do articulista no momento em que ele enfrenta "a pavorosa luta" para concluir e entregar a matéria prometida.

QUESTÃO 3

Elabore um pequeno trecho dissertativo, comentando as sensações provocadas pela relação tensa em que um indivíduo assume para si o papel de impor a outro um compromisso que este não tem condições de cumprir no prazo exigido.

QUESTÃO 4

Imagine-se na situação de um seqüestrado cujos olhos foram completamente vendados pelos seqüestradores. Para compensar essa condição de completa cegueira, sua atenção toda se volta para os ruídos e barulhos ao

redor, para os odores e para tudo aquilo que está ao alcance das suas mãos que, pelo tato, tentam sondar e reconhecer o ambiente em que o encarceraram.

Num acreditável descuido dos seqüestradores, o telefone toca e, como ninguém vem atendê-lo, você tem a inesperada chance de tentar transmitir informações sobre a possível localização do cárcere. Coerente com os dados apresentados, tente fazer uma descrição, fornecendo as pistas mais significativas possíveis na tentativa de identificar o local em que o aprisionam.

QUESTÃO 5

Como se viu, o texto dissertativo é usado para comentar, avaliar, explicar, classificar dados da realidade concreta, subordinando-os organizadamente a um ponto de vista genérico e abstrato de um enunciador. Observe os dados e informações que seguem:

> A tourada sempre foi, pelo que tenho observado, uma fonte de informação intercultural distorcida. É um padrão de comportamento particularmente difícil de explicar convincentemente a um observador americano comum. Escolho-a, portanto, como um passo adequado para teste.
>
> Forma. Uma tourada tem uma forma muito complexa e precisa. Um homem, armado de espada e capa vermelha, desafia e mata um touro de lide. A forma é estabelecida com muitos pormenores. Há termos lexicais específicos para variações aparentemente irrelevantes. O toureiro, o touro, os picadores, a música, a vestimenta, etc., são parte da forma.
>
> Sentido. A tourada tem um complexo de sentidos na cultura espanhola. É um esporte. Simboliza o triunfo da arte sobre a força bruta de um touro. É uma diversão. É uma demonstração de bravura.
>
> Um observador americano, sentado ao lado de um espectador espanhol ou mexicano, verá uma grande parte da forma, embora não o total. Verá um homem com uma vestimenta especial, armado de espada e capa, desafiando e matando o touro. Verá o touro arremetendo-se contra o homem e notará que o homem ilude o touro com sua capa. Notará a música, a cor, etc.
>
> O sentido do espetáculo, contudo, é muito diferente para ele. É a chacina de um animal ‘indefeso’ por um homem armado. É injusto, porque é o touro que sempre morre. É destituído de espírito esportivo – para o touro. É cruel para com os animais. Logo, o toureiro é cruel. O público é cruel.
>
> Encontramos algo que se aproxima a um contraste mínimo na cultura americana na pesca do tarpão. Na pesca do tarpão temos uma forma: uma luta com uma linha e anzóis camuflados. A maior parte da forma é prescrita com detalhe. Não há grande público visível, porém, em certo sentido, as reportagens jornalísticas representam um contacto de espectadores. No

complexo de sentidos é um esporte e representa um triunfo da habilidade sobre a força bruta lutadora do peixe.(...)

Observamos agora que o mesmíssimo americano que interpretou a tourada como cruel, e aplicou esse sentido ao espectador e ao toureiro, irá sentar-se ao lado do mesmo espectador num barco de pesca e jamais pensará na pescaria como cruel. (LADO, Robert. *Introdução à Lingüística Aplicada.* Petrópolis, Vozes, 1971, p.154-157)

Levando em conta esses dados, elabore uma dissertação, comentando a seguinte passagem:

O êxito da atividade diplomática, que opera com as complexas relações entre culturas diferentes, não pode prescindir da competência do diplomata para interpretar hábitos culturais dentro da dimensão exata de sentido que a cultura lhe empresta.

QUESTÃO 6

Tema do Concurso para Admissão ao Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco – 1990.

Desenvolva o tema:

A articulação do Brasil, país em desenvolvimento, com um mundo que se transforma vertiginosamente: desafios e problemas.

Lição 11

Estruturas dos conteúdos da dissertação

Como observação inicial para as questões que vêm a seguir, é importante dizer que todas as propostas de redação aqui transcritas foram extraídas de vestibulares anteriores, do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

As sugestões de encaminhamento da proposta, no entanto, são de iniciativa exclusiva dos autores deste manual.

Tais sugestões não devem ser encaradas como a única rota a seguir, nem como a forma ideal de tratar o tema proposto, muito menos como o texto exemplar a ser adotado como modelo. Como se sabe, as possibilidades de estruturação de um texto dissertativo são praticamente inesgotáveis, não tendo cabimento, pois, a imposição de um esquema predeterminado.

O que mais importa num texto dissertativo é que, por meio dele, se discuta a questão proposta, com opiniões claras e firmes, secundadas por argumentos sólidos, articulados entre si dentro dos princípios da coesão e da coerência textual. A solidez dos argumentos se mede pela sua pertinência ao contexto e pela funcionalidade para demonstrar o que se pretende.

A forma de linguagem adequada a esta situação de comunicação é, evidentemente, a norma culta, sem afetação ou artifícios forçados, que deixem transparecer intenções de exibir erudição. A escolha lexical deve ser adequada ao tema e aos resultados que se têm em mente com o texto (seduzir, ridicularizar, exaltar, depreciar, atenuar, agravar, etc.).

A sugestão de alguns planos ou esqueletos dissertativos estudados nesta lição deve ser encarada como um roteiro facilitador ou orientador da estruturação formal dos conteúdos, alterável e ampliável, conforme as conveniências de cada caso concreto.

Feitas essas ressalvas, eis alguns dos temas propostos em exames anteriores e seus respectivos encaminhamentos.

QUESTÃO 1

Comente o texto abaixo, extraído do *Memorial de Aires*, de Machado de Assis (*Obras Completas,* 1. Volume, Editora Nova Aguilar, 4ª edição, 1979, p. 1097):

> Durante os meus trinta e tantos anos de diplomacia algumas vezes vim ao Brasil, com licença. O mais do tempo vivi fora, em várias partes, e não foi pouco. Cuidei que não acabaria de me habituar novamente a esta vida de cá. Pois acabei. Certamente ainda me lembram coisas e pessoas de longe, diversões, paisagens, costumes, mas não morro de saudades por nada. Aqui estou, aqui vivo, aqui morrerei.

Por uma questão de método, para discutir o tema proposto, vamos dividi-lo nas três partes que integram o protótipo de uma dissertação:

1. Enunciação do problema (INTRODUÇÃO)
2. Discussão do problema (DESENVOLVIMENTO)
3. Balanço da discussão (CONCLUSÃO)

Compreensão do texto

Evidentemente, quando a proposta de redação é extraída de um texto mais amplo, o primeiro que se tem a fazer é aplicar-se à leitura do excerto proposto como base, para tentar compreender com a máxima aproximação possível os significados aí inscritos e, sobretudo, o tema central que lhes confere unidade.

Nesse fragmento de *Memorial de Aires*, o Conselheiro registra em suas memórias alguns dados da experiência passada, uma impressão decorrente dessa experiência, e uma negação dessa impressão.

Esse relato poderia ser condensado em três seqüências nucleares do excerto:

- *o mais do tempo vivi fora;*
- *cuidei que não acabaria de me habituar novamente a esta vida de cá;*
- *Pois acabei.*

No penúltimo período, o narrador atenua o caráter definitivo contido no significado de *acabei*, citando lembranças ainda vivas do tempo de ausência do Brasil. A oração adversativa introduzida pelo conector *mas* não deixa dúvidas, no entanto, sobre a sensação dominante: o dado exposto à direita do *mas* tem mais peso do que a declaração à esquerda.

Por fim, num período curto e contundente, vem a síntese temática: *Aqui estou, aqui vivo, aqui morrerei.*

Como tudo isso se refere à experiência de trinta anos de diplomacia, eis aí um texto primoroso que fala da profissão do diplomata.

Introdução

A questão proposta para discutir está implícita no percurso do fragmento machadiano: a convivência prolongada com outra cultura leva-nos a perder contacto com a nossa?

Desenvolvimento

O plano de estruturação da dissertação pode ser análogo ao do texto de base, em que está presente um esquema que pode ser assim resumido:

- afirmação da ausência
- negação da ausência
- afirmação da presença

Essas relações permitem o desenvolvimento da dissertação com base no plano dialético, que pode ser assim delineado:

Tese: A longa ausência da própria terra e seu poder transformador, sua ação descaracterizadora e o risco de perda da identidade pelo distanciamento da cultura de origem.

Antítese: A força da identidade com a própria cultura e seu poder conservador, a garantia de preservação e de continuísmo.

Síntese: O mergulho prolongado em águas de outra cultura e a assimilação de seus hábitos só momentânea e aparentemente constitui ameaça de roubar-nos da nossa. De fato e, ao final da experiência vivida, os traços da nossa cultura não se apagam, reforçam-se.

Conclusão: O diplomata não deve furtar-se aos benefícios, para si e para o desempenho de sua função, de mergulhar em outras culturas se tem a sua como referência: aquela em que está, vive e morrerá.

Proposta de redação: Procure desenvolver o tema proposto no vestibular, tomando como sugestão o roteiro genérico apresentado.

QUESTÃO 2

Tema do vestibular de 1989

Comente o texto abaixo:

> Em todas as nações devemos ver e procurar antes de tudo aquilo em que elas nos possam ser úteis e defendermo-nos, é claro, contra o que nos possa prejudicar e nos ameaçar, olhar a marcha dos eventos de olhos abertos e

não escurecidos pelas lentes de deformação fornecidas por uma ótica intencional, qualquer que seja a procedência. O patriotismo deve preservar sua pureza e não degenerar em patacoadas de aparência, (...) Sobre este ponto vou ainda citar-me numa frase que versava esse tema, condenando o que chamei o nosso patriotismo de palavras que doura tudo 'que é nosso e recorta na deformação sentimental do entusiasmo tudo que possuímos'(...), ao qual opunha eu 'o patriotismo que observa com rigor para levantar sobre o que é mau a perspectiva do que é bom, para tirar do que é bom a possibilidade do melhor'. Esse patriotismo (...), feito de inquietação e de zelo, deve ser sobretudo o dos diplomatas, que são a placa sensível do país exposta às impressões do exterior, suas antenas em contato com as correntes elétricas do mundo. (AMADO, Gilberto. Discurso de paraninfo proferido em 1955, por ocasião da formatura dos novos diplomados do Instituto Rio Branco).

Compreensão do texto

Nesse trecho de Gilberto Amado, podemos distinguir as seguintes partes:

Afirmação da postura adequada perante outras nações: absorver o útil, imunizar-se contra o prejudicial, olhar a marcha dos eventos com olhos desprovidos de mediações deformadoras.

Afirmação implícita de que o sentimento de patriotismo não deve funcionar como um desses mediadores deformadores.

Análise de dois tipos de patriotismo:

- o condenável [aquele atrelado à aparência, de palavras, que supervaloriza o nacional por camuflagem (doura), sentimentalista];
- o desejável (aquele que é puro, que observa com objetividade para sobrepor o bom ao que é mau e extrair do bom o melhor, que é inquieto e zeloso).
- Conclusão: ao diplomata convém o segundo tipo de patriotismo. Sua função é a de sensor (não censor) apurado do que ocorre no exterior, antena sensível que capta o que circula pelo mundo.

Após essa leitura, podemos estruturar a redação dentro do seguinte esquema:

1. INTRODUÇÃO

Segundo o texto, a relação do diplomata com qualquer nação deve ser presidida pelo pragmatismo (tirar proveito do útil e descartar o prejudicial) e pelo senso de realidade, cuidadando para que distorções subjetivas não interfiram no seu trabalho.

O problema levantado pelo texto pode ser assim colocado: há dois tipos distintos de patriotismo. Ambos contribuem para que esse tipo de relação ideal seja atingido?

2. DESENVOLVIMENTO

Aproveitando uma pista que o próprio texto abre, o tema pode ser desenvolvido com base no plano comparativo da seguinte forma:

1. caracterização do primeiro tipo de patriotismo;
2. caracterização do segundo tipo de patriotismo;
3. confronto entre ambos
   a) argumentos contrários ao primeiro tipo;
   b) argumentos favoráveis ao segundo tipo.
4. Conclusão:
   – atualidade do discurso de Gilberto Amado;
   – tipo de patriotismo que convém não só ao diplomata, mas também ao cidadão e ao país;
   – razões por que esse é o conveniente.

Proposta de redação

Sem a necessidade de seguir o plano de conteúdo, que foi apresentado com a simples intenção de ilustrar o esquema dissertativo sugerido, procure, dentro desse modelo, elaborar sua própria redação, segundo argumentos e dados por você escolhidos.

QUESTÃO 3

Tema do vestibular de 1987

Comente o texto abaixo:

> Nosso edifício, tanto externo como interno, está cheio de imperfeições; mas nada é inútil na natureza, nem mesmo a inutilidade. Nada existe no universo que não desempenhe papel oportuno. Nosso ser é formado de qualidades doentias: a ambição, a inveja, a vingança, a superstição, o desespero vivem em nós tão naturalmente que sua imagem se reflete também nos animais, inclusive a da crueldade, esse vício desnaturado (pois mesmo na compaixão sentimos intimamente não sei que agridoce volúpia de ver sofrerem nossos semelhantes; e as próprias crianças o sentem). E, se se arrancassem do homem as sementes dessas qualidades doentias, detruir-se-iam as condições fundamentais de sua vida. Assim como em toda administração existem ofícios abjetos necessários, os vícios têm seu lugar indispensável na nossa estrutura, tal qual os venenos que conservam a nossa saúde. Embora desculpáveis,

tanto mais quanto necessários, deixemo-los entregues aos cidadãos mais vigorosos e ousados, que lhes sacrificam a honra e a consciência, assim como os antigos sacrificavam sua vida pela pátria; nós, mais fracos, desempenhemos os papéis mais fáceis e menos arriscados. O bem público exige que se traia, que se minta e se massacre, abdiquemos dessa incumbência em favor de outros mais obedientes e acomodatícios. (MONTAIGNE, Michel de. *Ensaios*, livro III, capítulo 1. Tradução de Sérgio Milliet)

Compreensão do texto

Esse trecho dos Ensaios de Montaigne:

- afirma a imperfeição como um dado inerente à natureza humana;
- nega que essa imperfeição seja inútil, já que tudo o que existe no universo é funcional;
- advoga que a presença de qualidades doentias no homem não é um acidente cultural: é tão natural, que sua imagem reflete também nos animais e as crianças as possuem;
- adverte que as qualidades doentias não podem ser excluídas do homem sem destruir-lhe as condições fundamentais de existência;
- reitera que os vícios e o veneno são extensivos ao homem e à sociedade: ofícios abjetos existem em toda administração, como os vícios, na estrutura individual;
- aconselha que os mais fracos, entre os quais se inclui, devem abrir mão dos ofícios abjetos da administração, porque são mais arriscados e difíceis: exigem o sacrifício da honra e da consciência;
- sugere que os cidadãos mais vigorosos e ousados da administração são também mais obedientes e comodistas.

Comentário do texto

Podemos abordar esse tema com base no plano segmentado nestas três partes: afirmação, explicação e ilustração.

1. Introdução (afirmação)

Montaigne, o famoso pensador do século XVI, afirma que o homem e a sociedade humana são constitutivamente afetados por imperfeições. As paixões doentias estão presentes em todos os homens como componentes de natureza e não de cultura. Elas o possuem de maneira tão natural, que sua imagem se reflete até nos animais, e as crianças, que são menos influenciadas pelos traços culturais,

já são atingidas por um vício tão aberrante quanto é o da volúpia de se comprazer com o sofrimento alheio.

O problema que se coloca é o julgamento que se deve fazer dessa condição inelutável. E a resposta é o próprio Montaigne quem nos dá: tais imperfeições não são inúteis já que nada do que existe no universo é desprovido de alguma funcionalidade.

2. Desenvolvimento (explicação e ilustração)

O texto de Montaigne, apesar de sua complexidade, pode ser desenvolvido com base no plano: ilustração e explicação de uma afirmação.

a) a afirmação, já contida na introdução, é a da utilidade das imperfeições humanas, posta sob a forma de máxima a ser demonstrada.

b) Ilustração de que a ambição, a inveja, a vingança, a superstição, o desespero, todas essas imperfeições arraigadas na natureza humana tiveram seu papel como propulsores do progresso histórico; os ofícios abjetos dos cidadãos mais vigorosos que, por exigência do bem público, traem, mentem e massacram.

3. Conclusão

É inevitável emitir um julgamento, um comentário presidido pelos princípios da ética sobre aquilo que Montaigne considera como necessário para o *progresso histórico* e o *bem público*.

Além disso, é inevitável levantar o problema que Montaigne deixa omisso: em que medida os fins aprovam os meios que o produzem.

E, por último, não é possível aceitar como indiscutível a saída de deixarmos por conta dos mais vigorosos e ousados aquilo que nos é mais arriscado e mais difícil.

Proposta de redação

Seguindo apenas o plano (afirmação, explicação e ilustração) e desprezando o conteúdo do roteiro, que é mero expediente de ilustração, procure redigir o seu próprio texto, comentando o trecho dos *Ensaios de Montaigne.*

PROPOSTAS DOS ÚLTIMOS EXAMES

A seguir, vêm reproduzidas as provas de redação de 1995 a 2000, copiadas literalmente dos respectivos concursos para Admissão ao Curso de Preparação à Carreira Diplomática.

Ao final de cada prova, vem transcrito um exemplo de redação de um dos candidatos, acompanhado da nota que se lhe atribuiu.

A partir da leitura atenta da coletânea de textos e do tema proposto, o candidato pode, por indução, depreender os traços tidos como qualificantes nesse tipo de prova.

TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES

1990

Desenvolva o tema:

"A articulação do Brasil, país em desenvolvimento, com um mundo que se transforma vertiginosamente: desafios problemas."

1991

Comente o texto a seguir:

Escritor por acidente – eu habituei-me a andar terra-a-terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais (...);

(...) ao contrário do que se acredita, no terreno maciço das indagações objetivas, ao rés da existência, há uma crescente instabilidade. O poeta, o sonhador em geral, quem quer que se afeiçoe a explicar a vida por um método exclusivamente dedutivo, é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia. Nós, não. O rumo para o ideal baralha-no-los o próprio crescer do domínio sobre a realidade, como se à hierarquia lógica dos conhecimentos positivos acompanhassem, justalinearmente, as nossas emoções sempre mais complexas e menos exprimíveis. Sobretudo menos exprimíveis. No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que nos supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo que vemos ao rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. No perpétuo desequilíbrio, entre o que imaginamos e o que existe verificamos atônitos que a idealização mais afogueada, apagam-no-la os novos quadros da existência. Mesmo no recesso das mais indutivas noções, não é fácil saber, hoje, onde acaba o racionalismo e principia o misticismo – quando a própria matéria parece espiritualizar-se no radium, e o concreto desfecha no translúcido e no intáctil; ou entram, improvisadamente, pelos laboratórios dos alquimistas ... (...)

Imaginai uns tristes poetas pelo avesso: arrebata-nos também o sonho, mas ao invés de projetarmos a centelha criadora do gênio sobre o mundo que nos rodeia, é o resplendor deste mundo que nos invade e deslumbra.

Euclides da Cunha (1866-1909). Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, *in Obras Completas***,** Rio de Janeiro, Cia. José Aguilar Editoras, 1966, v. I, páginas 206 e 207 (revista a acentuação pelo IRBr, à luz da reforma ortográfica de 1971.

1992

DIPLOMACIA E PROCESSO TECNOLÓGICO

A ubiqüidade do telefone, as viagens supersônicas, os satélites de comunicação, a transmissão sem fio de imagens, etc. têm facilitado economicamente o contato entre povos e governos. Além disso, são cada vez mais comuns as reuniões de ministros do exterior, e presidentes e chefes de governo vêm desenvolvendo a prática de se encontrarem periodicamente.

Na sua opinião, as alterações provocadas pelo progresso tecnológico indicam que a diplomacia tradicional, aquela das embaixadas e embaixadores *sur place*, está fadada ao desaparecimento?

1993

Disserte sobre o texto abaixo.

Os historiadores raramente fazem justiça à tensão psicológica exercida sobre o político. O que eles têm à disposição são documentos escritos para uma variedade de empregos – segundo as regras atuais de publicidade, cada vez mais destinadas à elaboração de relatórios – e nem sempre relevantes quanto ao momento da decisão. O que nenhum documento revela é o impacto acumulado de acidentes, circunstanciais inapalpáveis, temores e hesitação. HENRY KISSINGER. *White House Years*. Little, Brown and Company. Boston. 1979.

1994

Redija uma dissertação sobre o seguinte excerto do Sermão XIV do Rosário, pregado à irmandade de pretos de um engenho baiano, em 1633, pelo Padre Antônio Vieira:

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: porque padeceis em modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o ceptro do escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram fel. A paixão de Cristo parte foi

de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos: Cristo sem comer, e vós famintos: Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo... Eles (os Senhores) mandam e vós servis; eles dormem e vós velais; eles descansam, e vós trabalhais; eles gozam o fruto de vossos trabalhos, e o que vós colheis deles é um trabalho sobre outro. Não há trabalhos mais doces que os das vossas oficinas; mas toda essa doçura para quem é?
Apud BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização.* São Paulo. Companhia das Letras, 1992, p. 144.

EXEMPLO DE REDAÇÃO

Oferecemos como exemplo texto (no original, sem correções) que obteve nota alta no exame de admissão de 1990.

O desenvolvimento econômico e social pleno é a principal meta de países em desenvolvimento como o Brasil. O alcance desse objetivo, no entanto, dependerá da capacidade dos condutores da política de desenvolvimento do século e de adaptar o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil à nova realidade político-econômica que se apresenta.

A primeira questão que aflora em qualquer trabalho de análise sobre o subdesenvolvimento é a necessidade de se estabelecer uma nova ordem econômica mundial. Ocorre que discursos nacionalistas inflamados nos foros internacionais mais importantes, como o GATT e a ONU, já provaram ser inócuos. Dessa forma, só resta a países em desenvolvimento como o Brasil privilegiar soluções alternativas, como o processo de integração econômica com outros Estados ou a vinculação de temas diversos, como as questões da dívida externa e da ecologia, em evidência atualmente.

No caso específico do Brasil, o principal desafio é implementar sua integração econômica com os demais países da América Latina, sobretudo com a Argentina, sem permitir que tal iniciativa fracasse, como ocorreu no caso da formação da ALALC e da ALADI. Para tanto, é preciso que as condições básicas de integração levem em consideração as particularidades da economia em cada país sem, no entanto, deixar de lado o pragmatismo que deve nortear todo o processo. É importante ressaltar, a propósito, que todo o relacionamento do Brasil com os demais países do Terceiro Mundo deve revestir-se de caráter pragmático, sob pena de serem perpetuados os traços de tutela que já caracterizaram a política externa brasileira em relação aos países subdesenvolvidos.

No campo político internacional destaca-se presentemente o processo de liberalização dos países da Europa Oriental. Segundo grande parte dos observadores e estudiosos da história deste início de década, tal processo afetará profundamente a economia dos países latino-americanos, inclusive a do Brasil. De fato, percebe-se o grande interesse demonstrado pelas potências econômicas ocidentais em investir no leste europeu, inclusive com o objetivo de fortalecer o processo de redemocratização dos países da região. Ocorre, porém, que o capital a ser investido pelos países ocidentais ricos terá a destinação que se apresentar mais interessante e lucrativa. Evidentemente, um país como o Brasil, rico em recursos minerais e com abundante mão-de-obra, está em condições de disputar investimentos com quaisquer outros. No entanto, cabe aos condutores da política de desenvolvimento do país estabelecer condições favoráveis a investimentos e atrair capitais, ainda que para tanto tenham que enfrentar o desafio de alterar o modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil. Aliás, é importante salientar que justamente esse desafio foi enfrentado por países asiáticos, como a Coréia do Sul e Formosa, com grande êxito.

Está claro, pois, que o Brasil deve acompanhar de perto as transformações político-econômicas pelas quais o mundo está passando e modificar a forma através da qual se relaciona com países ricos e pobres, como meio de alcançar seus objetivos de desenvolvimento. Transformações típicas deste final de século, como a criação dos blocos econômicos supranacionais, a partir da integração econômica de Estados nacionais, e a liberalização dos países comunistas do leste europeu, devem ser corretamente interpretadas, sob pena de inviabilizarem a grande meta nacional: o desenvolvimento.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1995)

Leia os textos que se seguem.

Texto nº 1 – O campus cai no samba

O samba entrou para a universidade e formou seu bloco entre a comissão dos acadêmicos e a ala da comunidade: sob o comando do sociólogo Sérgio Murilo, a Golfinhos da Guanabara – a primeira escola de samba mirim da Zona Sul – fincou estandarte no campus da Praia Vermelha da UFRJ e está iniciando um projeto de educação ambiental, cênica e cultural.

Passei pela Flor do Amanhã e pelo Projeto Devenir tentando implantar esse trabalho. Que agora parece que vai levantar vôo. O samba é um valor

muito forte entre as pessoas do Rio e é o elo perfeito para a universidade se desenvolver em conjunto – opina Murilo, que atraiu o professor Joel Rufino dos Santos para ser o presidente de honra da escola.

Tocando o enredo “Oba! É carnaval! “, para o desfile do ano que vem, as mais de mil crianças da escola terão esta semana sua primeira participação no dia-a-dia da universidade: serão estrelas de um vídeo que alunos da Escola de Comunicação farão para o Festival do Minuto. (*O Globo*, julho de 1995)

Texto nº 2 – Educação em vista de um pensamento livre

Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará, assim, uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto. A não ser assim, ele se assemelhará, com seus conhecimentos profissionais, mais a um cão ensinado do que a uma criatura harmoniosamente desenvolvida. Deve aprender a compreender as motivações dos homens, suas quimeras e suas angústias para determinar com exatidão seu lugar (...) em relação a seus próximos e à comunidade.

Estas reflexões essenciais, comunicadas à jovem geração graças aos contatos vivos com os professores, de forma alguma se encontram escritas nos manuais. É assim que se expressa e se forma de início toda a cultura. Quando aconselho com ardor “as Humanidades”, quero recomendar essa cultura viva, e, não, um saber fossilizado, sobretudo em história e filosofia.

Os excessos do sistema de competição e de especialização prematura, sob o falacioso pretexto de eficácia, assassinam o espírito, impossibilitam qualquer vida cultural e chegam a suprimir os progressos nas ciências do futuro. É preciso, enfim, tendo em vista a realização de uma educação perfeita, desenvolver o espírito crítico na inteligência do jovem. Ora, a sobrecarga do espírito pelo sistema de notas entrava e necessariamente transforma a pesquisa em superficialidade. O ensino deveria ser assim: quem o receba o recolha como um dom inestimável, nunca como uma obrigação penosa. (Albert Einstein. *Como vejo o mundo*)

Texto nº 3 – Aristarco

O Dr. Aristarco Argola de Ramos, da conhecida família do Visconde de Ramos, do Norte, enchia o império com o seu renome de pedagogo. (...)

Nas ocasiões de aparato é que se podia tomar o pulso ao homem. Não só as condecorações gritavam-lhe do peito como uma couraça de grilos: Ateneu! Ateneu! Aristarco todo era um anúncio. Os gestos, calmos, soberanos, eram de um rei – o aristocrata excelso dos silabáreis; a pausa hierática de andar deixava sentir o esforço, a cada passo, que ele fazia para levar adiante, de empurrão, o progresso do ensino público. (...)

Em suma, um personagem que, ao primeiro exame, produzia-nos a impressão de um enfermo, desta enfermidade atroz e estranha: a obsessão da própria estátua. (...)

Enveredando pelo tema querido do elogio próprio e do *Ateneu*, ninguém mais pôde falar...

Aristarco, sentado, de pé, cruzando terríveis passadas, imobilizando-se a repentes inesperados, gesticulando como um tribuno de *meetings*, clamando como para um auditório de dez mil pessoas, majestoso sempre, – alçando os padrões admiráveis, como um leiloeiro, e as opulentas faturas, desenrolou, com a memória de uma última conferência, a narrativa dos seus serviços à causa santa da instrução. Trinta anos de tentativas e resultados, esclarecendo como um farol diversas gerações agora influentes no destino do país! E as reformas futuras?

Não bastava a abolição dos castigos corporais, o que já dava uma benemerência. Era preciso a introdução de métodos novos, supressão absoluta dos vexames de punição, modalidades aperfeiçoadas no sistema das recompensas, ajeitação dos trabalhos, de maneira que seja a escola um paraíso; adoção de normas desconhecidas cuja eficácia ele pressentia, perspicaz como as águias. Ele havia de criar... um horror, a transformação moral da sociedade! (Raul Pompéia. *O Ateneu*)

Texto nº 4 – Professor

Comecei com o pé esquerdo meu primeiro dia de professor. Sempre temi o ridículo. E a tal ponto, que esse temor, forma paroxística de minha timidez, costuma atuar em minha vida como uma bússola negativa, a orientar para o avesso meus atos. Faz-me viver de pé atrás com o mundo, torna-me arredio e suspicaz, quando poderia confiar, ou, em virtude de viva reação, leva-me a ousar e avançar, em circunstâncias que aconselhariam retraimento. Enfim, põe-me fora do centro de gravidade.

E foi precisamente o ridículo (ele me acompanha como um demônio arrimadiço) que me estragou a aula inaugural.

A hesitação que experimentei ao entrar na sala e o ar canhestro que devia ter já haviam despertado, entre as alunas, desses sorrisos sorrateiros que a gente percebe por um sentido oculto, sem precisar de olhar os circunstantes. Mas a vexatória situação culminou foi no momento em que abri, atarantadamente, o livro de chamada e fiquei a estropiar nomes e a gaguejar, provocando hilaridade geral. Passou a impressão desagradável do episódio ocorrido na primeira aula. Nos dias que se seguiam, ou por temerem a *surveillante* ou por terem dado outro rumo às suas maquinações, as diabretes do Colégio já não me hostilizaram.

Por outro lado, parece que não vou mal no curso. Pelo menos, a diretoria se mostra satisfeita. Nas primeiras aulas, com o fito de conquistar o inimigo, tentei causar sensação, recorrendo a frases de efeito. Que me seja perdoado este pecado contra a dignidade intelectual. Foi o recurso extremo de um homem em apuros. Cometi também erros de técnica, preparei-me como se fosse lecionar na *Ecole Normale Supérieure* de Paris, e não num curso secundário de província. Em vez de me cingir ao que dizem os compêndios, como em geral fazem os professores, aprofundei o assunto, varejei livrarias, vasculhei bibliotecas. Tratei, como coisa familiar, problemas literários de cuja existência as alunas nem sequer suspeitavam.

Embora dessem mostras de interesse, vislumbrando em minhas dissertações um mundo que desconheciam, percebi, com alguns dias, que o nível intelectual do auditório não alcançava o das preleções.

Adaptei-me, agora, à turma, conheço a linguagem que convém ao professor, acostumei-me a repetir palavras e a repisar noções, para dar tempo a que sejam assimiladas. (Cyro dos Anjos. *Abdias*)

Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos): A Educação e o pensamento livre.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1996)

Leia os textos que se seguem.

Texto nº 1 – O Projeto Social

Durante um quarto de século, o esporte favorito dos economistas e sociólogos de esquerda, no Brasil, e de alguns *brazilianists* americanos de persuasão “liberal”[1], foi acusar o governo da Revolução de 1964 de indiferença social, traduzida em políticas ortodoxas “de alto custo social”. Alegava-se crueldade no arrocho salarial e incompetência na invenção de processos indolores para a cura da inflação. No momento em que escrevo (1993), passados trinta anos, depois de vários planos “heterodoxos”, congelamentos e confiscos, estamos imersos na mais profunda recessão de nossa história, com queda brutal do salário real e vergonhosa piora na distribuição de renda. Reconhece-se, afinal, que o “custo social” da desinflação do período cartelista foi moderado. Em nenhum dos anos do ajuste 1964-67, o crescimento do PIB real foi negativo, com nível de desemprego tolerável. Reconhece-se que Castello Branco tinha um projeto social bastante racional e articulado. Os dois *leitmotivs* daquilo que se podia chamar de “projeto social” eram a *democratização das oportunidades* e a *promoção de um novo trabalhismo.*

No capítulo da *democratização das oportunidades* houve um elenco de medidas, algumas já anteriormente descritas: democratização do acesso à habitação, pelo Sistema Financeiro de Habitação; do acesso à terra pelo Estatuto da Terra; do acesso à educação por instrumentos variados, como o salário educação para o ensino primário e bolsas de estudos administradas pelos sindicatos. Na Constituição de 1967 (art. 168, parág. 3º, III), esboçar-se-ia um esquema racional de financiamento da educação. O ensino dos 7 aos 14 anos seria obrigatório e gratuito, na rede oficial. Nos graus superiores ao primário, substituir-se-ia o sistema de gratuidade pela concessão de bolsas de estudo para os que, demonstrando efetivo aproveitamento, provassem insuficiência de recursos. As bolsas seriam gratuitas no ensino secundário, exigindo-se posterior reembolso no caso do ensino superior.

---

[1] A palavra “liberal”, no jargão político americano, ao contrário do que sucede na América Latina e na maioria dos países europeus, é identificada com posturas governamentais assistencialistas e regulatórias. Para os republicanos, nos Estados Unidos, é expressão pejorativa, aplicada aos democratas, acusados de laxismo fiscal e paternalismo social, em contraste com o “individualismo de mercado” dos republicanos (nota do autor)

Tudo ficou na intenção, por falta de regulamentação. A Constituição de 1988 passou, demagogicamente, ao extremo oposto: gratuidade para todos, em todos os níveis do ensino público. Mas são escassas as escolas públicas secundárias, e 75% dos universitários têm que cursar faculdades privadas!... (Roberto Campos. *A lanterna na popa: memórias)*

Texto nº 2 – Um sistema dual: os integrados e os marginalizados

Recorrendo de novo à terminologia de Dahl, seria possível dizer que há hoje no Brasil um "sistema dual", caracterização que também se aplica ao sistema político de vários países latino-americanos. Dahl usa a expressão para descrever diferentes sistemas de poder, tais como os que existiram em Atenas, na Grécia Antiga, e no sul dos Estados Unidos até a década de 1960. A peculiaridade do "sistema dual" é a de que, para os indivíduos que estão integrados, existem mecanismos efetivos de participação e influência, ao passo que para os que ficam de fora há um regime de coerção e, em casos extremos de terror. Evidentemente, tais "sistemas" duais diferem muito entre si: um exemplo extremo é o atual regime da África do Sul; outro, mais ameno, é o do período de Giolitti na Itália.

A atual ordem política brasileira pode ser comparada ao passado sistema italiano, especialmente no que se refere à extraordinária diferenciação *regional* de poder, existente nos dois casos. Também seria interessante comparar a sociedade brasileira à do Sul dos Estados Unidos no período anterior à década de 1960, dado o papel da escravidão na história de ambas. No entanto, o caso italiano é mais próximo, no sentido em que a dualidade do sistema baseia-se em critérios mais sociais do que raciais. Como afirmou o deputado Ulysses Guimarães no discurso citado, a miséria é uma forma de discriminação e "não há pior discriminação do que a miséria".

Em que consiste esse "sistema dual brasileiro"? Para aqueles que estão dentro – isto é, para os grupos social e economicamente dominantes, assim como para outros segmentos organizados da sociedade – há um regime político competitivo. Talvez seja avançar muito supor que existe uma "poliarquia" para esses grupos, mas já estamos a caminho disso. Evidentemente, entre os que estão dentro contam-se segmentos organizados de trabalhadores, assim como outros setores sociais e políticos que querem democratizar o sistema e eliminar a dualidade, universalizando suas características democráticas. Para os que ficam de fora, para os marginalizados que são muito pobres e incapazes de se organizar, resta apenas tornarem-se objeto de manipulação política – em outras palavras, são tratados não como cidadãos mas como "clientes", na acepção romana do termo. E,

quando necessário, o que ocorre com freqüência, são submetidos à repressão policial. Eles são livres para participar das eleições e, na realidade, a maioria o faz. Não são marginalizados por nenhum tipo de restrição institucional, mas pelas próprias condições sociais, políticas e culturais em que vivem e que os transformam em massas amorfas.

Talvez seja mais exato dizer que também eles estão dentro, só que à margem. Aqui impõe-se uma distinção muito complexa entre cidadãos e eleitores. Segundo Ulysses Guimarães, "em um país com 30.401.000 de analfabetos (...) é preciso não esquecer que a cidadania começa com a alfabetização". Esta observação nos remete ao problema inicial da distância entre as instituições que garantem a liberdade (política) e o que diz respeito à defesa da justiça social. Não é que as eleições não tenham relevância nas decisões tomadas nos "sistemas duais". A questão é que deles participam segmentos da população que têm pouca, ou mesmo nenhuma, possibilidade de exercer qualquer influência autônoma. A clássica frase eleitoral – "a cada homem um voto" – pressupõe a autonomia do indivíduo para expressar sua opinião. Todavia, no Brasil, como observou o cientista político Fábio Wanderley, somente 7,5 milhões de pessoas pagam impostos, enquanto 75 milhões estão habilitados a votar. Isto significa que a cidadania eleitoral "antecipou" de certo modo a cidadania política no sentido mais amplo. Para dizer de outro modo: existem milhões de cidadãos no sentido eleitoral que, na realidade, não passam de cidadãos de segunda classe.

Aqui começamos a nos distanciar do caso norte-americano, onde, a despeito da desigualdade entre ricos e pobres, e pondo à parte a questão racial, sempre houve, pelo menos desde a época de Tocqueville, uma forte tendência à "igualdade de condições" no sentido de efetiva igualdade dos cidadãos perante a lei. Isto de forma alguma é uma mera formalidade legal, mas representa a capacidade política, cultural e social de cada cidadão para exercer os direitos garantidos pelo sistema institucional. Em uma sociedade democrática, os indivíduos pertencem a diferentes classes, o que ocasiona desigualdades sociais, mas não existem cidadãos de segunda classe, pelo menos não na magnitude registrada no Brasil (e na maioria dos países latino-americanos). Evidentemente, encontra-se situação semelhante em várias das grandes cidades dos Estados Unidos que receberam um grande número de migrantes negros sulinos nos últimos quarenta anos. Também nessas cidades os pobres constituem a grande maioria da cidadania e do eleitorado. No entanto, não é esta a situação geral do país nem de nenhuma de suas regiões. (Francisco Weffort. *Qual Democracia?)*

Texto nº 3 – O Sanduíche Encantado

Era na Rua Alegre, na Aldeia Campista. Hoje, não existe mais a Rua Alegre e quase não existe mais a Aldeia Campista. Do ano, não estou bem certo. Ou 1921 ou 1923. Não, não. Vinte e dois: – foi o ano do Centenário. Agora me lembro: – 2 1. No ano seguinte , minha família foi morar na Tijuca, Rua Antônio dos Santos. Defronte, morava o juiz Eurico Cruz. Mas volto à Aldeia Campista. No fim da Rua Alegre, exatamente na esquina com Maxwell, estava a escola pública.

Lá, fiz todo o curso primário. Ou por outra: – não todo. Fui até o terceiro ano primário, só. Quando minha mãe me matriculou, eu estava absolutamente certo de que jamais aprenderia a ler e jamais aprenderia a escrever. E foi lá, na escolinha pobre que tinha, se tanto, oitenta alunos, foi lá que eu sofri o primeiro e definitivo trauma da minha infância. Tinha eu seis anos e, como já escrevi, era pequenino e cabeçudo como um anão de Velasquez.

Esse trauma profundo e irreversível foi um sanduíche. Exatamente, um sanduíche. Minha família era pobre, muito pobre mesmo. Minha mãe, que foi uma das mulheres mais lindas do seu tempo, tinha de ir para a cozinha e para o tanque. Uma tarde, passou lá por casa uma amiga de minha mãe, amiga dos bons tempos do Recife. Entrou e, quando viu a nossa miséria, começou a chorar. Chorava a visita por um lado e minha mãe por outro. Até então eu não via a miséria como tal. E me considerava rico diante dos filhos da lavadeira.

(Chamava-se Dolores a amiga da minha mãe. Aí está: – Dolores.) Bem. Éramos tão pobres que eu nem sempre levava merenda para a escola. Mas no primeiro dia, e como era o primeiro dia, levei uma banana. Ninguém pode imaginar a ternura, a um só tempo agradecida e triste, com que eu a segurava. O fato de tê-la fez-me sentir um pequeno príncipe. O importante na escola não foi a escola, nem a aula, nem a professora. Foi o recreio, foi a merenda, foi a banana.

Tudo aconteceu na hora do recreio. Lá fui eu, com todos os outros, para, o pátio. Tenho seis anos e vou comer uma banana. Aos seis anos, ninguém come uma banana com uma fulminante voracidade. No meu tempo, as crianças primeiro a lambiam. Chupava-se a banana como, hoje, o chica-bom. Eu estou descascando, radiante, a banana. E, súbito, paro. Na minha frente está um garoto, de cabelo à nazareno. Traz a merenda num papel amarrado com barbante, prateado ou dourado. Desfaz o nó sem pressa. Desembrulha. E lá estava, simplesmente, o sanduíche de ovo, o único sanduíche de ovo de todo o recreio.

(Já contei este episódio umas dez vezes. Mas entendam: – reescrevê-lo dá-me uma desesperada euforia.) O garoto está à minha frente e não tira os olhos de mim (por minha vez, também não tiro os olhos dele). Ali começou a vergonha, ali começou a humilhação da banana. Uma professora apareceu e, por um momento, até invejou aquele afrontoso pão com ovo. Outros meninos, outras meninas olhavam também. Uma menina tinha uma lata pequena de biscoito. Mas a latinha perdeu longe para o sanduíche. A professora passou outra vez. Uma tristeza turvou o seu olhar. Tristeza e, mesmo, ressentimento por não estar comendo o pão com ovo. Digo isso e não sei se estou tecendo uma cruel fantasia retrospectiva. E, não contente, o menino deixava escorrer a gema como uma baba amarela. Era, como já escrevi, o *trauma*. Digo *trauma* e não lhe ponho um T maiúsculo por um certo pudor estilístico.

Ora, depois disso, aconteceu o diabo. Dias, meses, anos já fluíram para a eternidade. Houve a guerra, Hiroxima. Mas a lesão da alma lá continua reservada, intacta, indiferente ao tempo e à bomba atômica. Escrevo isso e paro de bater a máquina.(Nelson Rodrigues. *O Reacionário: memórias e confissões)*

Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos): Democracia e desigualdade.

EXEMPLO DE REDAÇÃO

Cláudia de Borba Maciel – (54/60)

A democracia está morta, vida longa à democracia! A euforia que se seguiu à queda do Muro de Berlim, com a proclamação da democracia e do mercado como valores universais, cedeu lugar à frustração pelo aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, tanto entre países como entre indivíduos. A vitalidade da democracia dependerá, portanto, da capacidade de criar novos mecanismos institucionais que reduzam a desigualdade, preservando a diversidade característica do mundo pós-moderno.

A tensão entre democracia e desigualdade remonta às origens da democracia moderna, entendida a partir da tradição revolucionária francesa ou da Revolução Americana. A primeira repousa na concepção de Rousseau sobre a "vontade geral" e a soberania popular: Os indivíduos são

fundamentalmente iguais em direitos e virtuosos e racionais quanto aos recursos morais. A vontade geral é uma construção coletiva que se manifesta de forma soberana, indivisível, infalível e não-delegável.

A tradição liberal inaugurada por John Locke baseia-se na desigualdade original entre os homens. O bem comum é alcançado pela soma dos interesses individuais, sintetizada no conceito de "busca da felicidade". O princípio da representatividade e os esquemas institucionais de controle e equilíbrio ("checks and balances") são a base do sistema político, e não as qualidades morais do indivíduo.

Ao retomar a temática de Tocqueville sobre as restrições que a igualdade política impõe à liberdade na democracia americana, Robert Dahl propõe o modelo da "democracia econômica". O autor critica o "capitalismo de sociedade anônima" dos Estados Unidos, no qual a administração das corporações é centralizado e distante dos interesses sociais. A democracia econômica de Dahl introduz mecanismos de participação dos trabalhadores na gestão das empresas, de forma a incorporar elementos de igualdade política à esfera da liberdade econômica. Assim, o clássico dilema americano entre a máxima liberdade de propriedade e o ideal da plena igualdade seria relativizado.

De outra perspectiva, a crítica de Claus Offe caracteriza a alienação política como principal efeito da crise da democracia representativa. O crescente distanciamento entre eleitor e político conduz ao absenteísmo e mesmo ao cinismo em relação à política. A solução tentativa de Offe seria transferir a ênfase do processo político do momento de formação da vontade, seja ela um ente coletivo ou a soma de interesses particulares para a deliberação, ou seja, o voto.

Assim, a construção de mecanismos institucionais que busquem melhorar a qualidade do voto é preferível à extensão quantitativa do sufrágio. Liberar os cidadãos das restrições econômicas e culturais é tarefa fundamental para o aperfeiçoamento da democracia.

Considerados estes argumentos, deduz-se que restam recursos à democracia para responder ao desafio da desigualdade. É saudável, também, em um mundo pós-industrial em que as identidades são cada vez mais afirmadas "pelo que somos e não pelo que fazemos" (conforme Alain Touraine), preservar o espaço político para a desigualdade, entendida não como exclusão, mas como diversidade. A democracia, com todas as suas imperfeições, permanece "a pior forma de governo – com exceção de todas as outras", como ensinou Winston Churchill.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1997)

Leia os textos que se seguem.

Texto nº 1 – *Yes*, nós temos *halloween*

Em pleno Brasil lindo e trigueiro havia lojas na semana passada vendendo uniforme de bruxa

Agora sim. Agora vamos. Um importante passo no rumo da inserção do Brasil no Primeiro Mundo foi dado nos últimos anos com o início da celebração, por aqui, da festa conhecida como *halloween*. Sim, já há *halloween* no Brasil. Em pleno Brasil lindo e trigueiro, para não dizer inzoneiro, este Brasil brasileiro, terra de vatapá, caruru e mungunzá, havia na semana passada lojas vendendo roupas e chapéus de bruxa. Escolas promoviam festas alusivas à data. Casas noturnas anunciavam bailes comemorativos.

Crianças invadindo as casas e pedindo doces, senão fazendo malvadezas: “Me dê um trato ou faço uma traquinagem!” Abóboras ocas, chapéus cônicos, vassouras voadoras. Dá para acreditar que isso esteja ocorrendo no Brasil, até ontem tão atrasado? Para os leitores que não sabem o que *é halloween*, pois nem tudo é perfeito, ainda, no Brasil, trata-se daquele evento, na véspera do Dia de Todos os Santos, com o qual os americanos celebram o Dia das Bruxas. Pois agora já estamos quase iguais aos americanos. Temos *halloween. Yes*, nós temos *halloween*.

O fenômeno por enquanto circunscreve-se às áreas chiques de São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades. O povão ainda não chegou lá. Na verdade, o povão sempre chega atrasado. Em seu meio, ainda nem existe o hábito de colar adesivos com gracejos em inglês no automóvel. A rigor, a grande maioria nem tem automóvel. Portanto, mesmo se fosse a Miami e comprasse um adesivo, não teria onde colar.

O halloween veio culminar uma série de avanços ultimamente experimentados pela boa sociedade brasileira. Já há lugares onde se pode pedir sorvete de *vanilla*, muito superior ao de *baunilha*. As redes de sorveteria La Basque e Babuska oferecem *vanilla*. Mesmo que a palavra seja de origem espanhola, foi incorporada pela língua inglesa, e os americanos a utilizam. Vale dizer que, no La Basque e na Babuska, toma-se sorvete em inglês, o que impressiona muito mais ao paladar. Também há lojas que anunciam *sales* e oferecem produtos com preços 10% *off*, ou 20% *off, o* que é muito mais vantajoso do que uma simples *liquidação* que ofereça descontos equivalentes. E já se pode ligar para, uma pizzaria que *faça*

delivery, em vez de *entrega,* sem falar na inominável venda para *viagem.* Com a *delivery*, garantem-se rapidez e segurança no percurso.

Em certas esquinas de shopping center, olha-se em volta e só se vê inglês. Mergulha-se então na magia dos *Ws e Ys,* na simpatia do *S.* Esse Brasil, sim, dá gosto. Ele fazia por merecer o *halloween*, que mesmo que fosse só uma palavra, sem significado, já nos conduziria a um mundo de encantamento, com sua formidável carga de *Ls e Es* duplos, enriquecido ainda por um W e um H como deve ser, não mudo e inútil, mas trabalhado desde o fundo da garganta, sem medo de ser ouvido. O Brasil que dá gosto é aquele que não parece Brasil. Não. O Brasil que dá gosto é aquele que não só não parece o Brasil, mas parece os Estados Unidos. É a este que, como numa vassoura de bruxa, nos transporta o *halloween.*

Talvez o leitor tenha desconfiado de que se tentou fazer ironia, neste texto. Mas talvez não, dadas as deficiências do escriba. Então vai-se direto ao ponto: festejar o *halloween,* no Brasil, é coisa de basbaques. Assim como saborear “vanilla”, vender “off” e despachar “delivery”, É coisa de imitadores. Ainda se fosse para imitar o que a civilização americana tem de fundamental, como o respeito à lei e à ética do trabalho, vá lá. Mas não – é para imitar pela rama, ciscando no que há de estéril e superficial. Ora, imitar, macaquear, querer igualar-se àquele que se considera superior pelas vãs artimanhas do arremedo não é apenas confessar-se inferior, nem falsificar-se a si mesmo como outros falsificam uísque. Antes, é uma das mais antigas e consistentes formas de ser tolo. (Roberto Pompeu de Toledo. *Veja*, 06/11/96)

Texto nº 2 – Entre Palavras

Entre coisas e palavras – principalmente entre palavras – circulamos. A maioria delas não figura nos dicionários de há 30 anos, ou figura com outras acepções. A todo momento impõe-se tomar conhecimento de novas palavras e combinações de.

Você que me lê, preste atenção. Não deixe passar nenhuma palavra ou locução atual, pelo seu ouvido, sem registrá-la. Amanhã, pode precisar dela. E cuidado ao conversar com seu avô; talvez ele não entenda o que você diz.

O malote, o cassete, o “spray”, o fuscão, o copião, a Vemaguet, a chacrete, o linóleo, o “nylon”, o “nycron”, o ditafone, a Informática, a dublagem, o sinteco, o telex... existiam em 1940?

Ponha aí o computador, os anticoncepcionais, os mísseis, a motoneta, a Velo-Solex, o biquíni, o módulo lunar, o antibiótico, o enfarte, a acupuntura,

a biônica, o acrílico, o tá legal, o “apartheid”, o som “pop”, a arte “op”, as estruturas e a infra-estrutura.

Não esqueça também (seria imperdoável) o Terceiro Mundo, a descapitalização, o desenvolvimento, o unissex, o bandeirinha, o “mass media”, o Ibope, a renda “per capita”, a mixagem.

De passagem, anote a reunião de cúpula, a minicopa, a conjuntura, o Porcão, a Reflexologia, a ioga, o iogurte, os alucinógenos, o morfema, o semantema, o estocástico, o ergódigo e o markoviano.

Só? Não. Tem seu lugar ao sol a metalinguagem, o servomecanismo, as algias, a coca-cola, o superego, a Futurologia, a homeostatia, a Adecif, a Transamazônica, a Sudene, o Incra, a Unesco, o ISOP, a OEA e a ONU.

Estão reclamando porque não citei a conotação, o conglomerado, a diagramação, o ideologema, o idioleto; o ICM, a IBM, o falou, as operações triangulares, o “zoom” e a guitarra elétrica.

Mas por sua vez se esqueceram de lembrar chuchu-beleza, ecumenismo, tremendo barato, monema, parâmetro, gerontologia, genocídio, cronograma, PIB, política habitacional, gol de letra, mercado fracionário de balcão.

Olhe aí na fila – quem? Embreagem, defasagem, barra tensora, vela de ignição, engarrafamento, Detran, poliéster, parafernália, filhotes de bonificação, letra imobiliária, conservacionismo, “carnet” da girafa, poluição.

Mas há de haver espaço para setorial, tônica, mafagafe (José Cândido de Carvalho descobriu um ninho deles, e diverte-nos com a descoberta, em delicioso livro), complexo de castração, inseminação artificial, “napalm”, ovos de codorna, teste de Cooper, sesquicentenário, didascália, passarela, gelo-baiano.

E o vestibular para milhões? O cursinho e o cursilho? O mestrado? Ah, faltava a análise-sinótica do mapa meteorológico. A custódia de títulos nominativos. O transplante, variadíssimo e nem sempre letal. A implantação e os implementos industriais. O audiovisual e seus flanelógrafos, para uso de aloglotas. A macrobiótica, pois não. E o “offset”.

Fundos de investimento, e daí? Também os de incentivos fiscais. “Know-how”. Barbeador elétrico de 90 microrranhuras. Fenolite. Baquelite. LP e compacto. Alimentos supergelados. Viagens pelo crediário. Circuito fechado de TV na Rodoviária. “Argh!” “Pow!” “Click!”

Não havia nada disso no jornal do tempo de Venceslau Brás, ou mesmo de Washington Luís. Algumas dessas coisas começam a aparecer sob Getúlio Vargas. Hoje estão ali na esquina, para consumo geral. A enumeração caótica não é invenção crítica de Leo Spitzer. Está aí, na vida de todos os

dias. Entre palavras e combinações de palavras circulamos, vivemos, morremos, e palavras *somos*, finalmente, mas com que significado, que não sabemos ao certo? (Carlos Drummond de Andrade. *De notícias e não notícias faz-se a crônica)*

Texto nº 3 – Português do Brasil *versus* português de Portugal: as querelas

(...) Vamos ler algumas opiniões sobre a questão de haver uma ou duas línguas portuguesas. Tais especulações são, em geral, carregadas de nacionalismo exacerbado, para um ou para outro lado. Iniciemos pela de Câmara Júnior:

"Como quer que seja, as discrepâncias de língua padrão entre Brasil e Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana, como se tem feito às vezes. Resultam essencialmente de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados.

A partir do período clássico, em que o português se implantou no Brasil, cada país teve a sua evolução lingüística, nem sempre coincidente uma com a outra, apesar das estreitas relações de vida social e cultura. (...)

O problema do português popular e dialetal do Brasil é, naturalmente, outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente, tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. Também se verificaram, por outro lado, sobrevivências de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial. A imensa vastidão do território brasileiro e as modalidades de uma exploração intermitente e caprichosa já propiciavam, aliás, por si sós, uma complexa dialetação, que ainda está por se estudar cabalmente".

A posição de Câmara Junior, poderíamos dizer, é objetiva e neutra: nela está presente a preocupação científica do lingüista que preconiza, fundamentalmente, a evolução natural para um e outro sistema, em territórios geográficos distintos. Tal não é a neutralidade científica encontrada em Ribeiro (1933). Nessas breves passagens do texto de Ribeiro, *A língua nacional*, fica clara a posição apaixonada que o autor assume em relação à unidade brasílica do português americano. Vejamos:

"Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras. (...)

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos. (...)

Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidade artificiosas e enganadoras. (...)

Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões.

Corrigi-las pode ser um abuso que afete e comprometa a sensibilidade imanente a todas elas.

Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita".

Temos, assim, no testemunho de João Ribeiro, uma defesa da língua brasileira nacional como marca da independência do povo brasileiro: uma exaltação à alma e ao espírito brasileiros, libertos, via língua, das amarras que os prendiam ao reino português. Se é veemente e exacerbada a glorificação da língua brasileira nacional defendida por Ribeiro, não menos veemente e exacerbado é o depoimento de José Pedro Machado em *O português do Brasil.*

Este texto que ora leremos foi escrito como uma resposta indignada a um pronunciamento do poeta Cassiano Ricardo, lido a 30 de janeiro de 1941, frente à Academia Brasileira de Letras, intitulado "A Academia e a língua brasileiras', partes do qual aparecem transcritas no livro de Machado e que retomaremos para melhor explicitar a posição "lusitana" do último. Em primeiro lugar, pois, as palavras de Cassiano Ricardo:

"A glória de Portugal nada tem que ver com a língua falada pelo povo brasileiro. Muito ao contrário, é na língua falada pelo brasileiro que melhor havemos de celebrar a glória de Portugal.

Se os filólogos portugueses são os primeiros a reconhecer, com absoluta lealdade, que falamos um dialecto do português e, portanto, uma língua que se destacou de sua origem peninsular, não poderemos nós ser mais realistas do que o rei, ou, no caso, do que os reis da lingüística portuguesa. (...)

Glorifiquemos, assim, as duas línguas e não somente a portuguesa, criando direitos e obrigações recíprocas.

Não é possível anular o fenômeno lingüística no Brasil; muito menos transigir num assunto que tanto interessa à formação nacional".

E, em seguida, o depoimento de Machado:

“Não foi pequeno o eco do discurso do Sr. Cassiano Ricardo. Os jornais publicaram-no integralmente e até o *Estado de São Paulo* procedeu a um inquérito entre alguns publicistas e intelectuais brasileiros.

Como tem sucedido várias vezes, também aqui as opiniões se dividiram: para um lado os defensores do *idioma brasileiro,* para o outro os seus adversários.

Infelizmente não se lembraram de tomar aquela atitude que, afinal, parece tão evidente, tão lógica, que muito surpreende não ter sido a adaptada: em vez de se ouvirem pessoas, com certeza distintas nas suas especialidades, mas pouco versadas nesta, por que não se pediu a opinião dos filólogos? (...)

O facto de não considerar *língua brasileira,* mas dialectos brasileiros, não quer dizer que eu ponha em dúvida a justiça da independência brasileira (o que seria estupidamente absurdo), nem tão-pouco ofender os brios patrióticos dos nossos irmãos de além-Atlântico.

Devemos, no entanto, afastar todos os sentimentos para alcançar um objecto que, sem essa medida prévia, aparecerá diante dos nossos olhos rodeado de espessas névoas ou deturpado. (...)

Eu sou da opinião de Sílvio Elia: ‘A fuga para a Europa ou o recolhimento na taba do índio são duas soluções cômodas, mas em desacordo com o ser nacional’ ”.

O texto de Machado fala por si mesmo. O posicionamento que o autor assume em tomo de uma política lusitana da língua portuguesa ecoa em cada passagem, embora ele procure enfatizar o poder decisório dos filólogos que poria fim a discursos, como o proferido pelo poeta. E é justamente em um breve comentário sobre Cassiano Ricardo, que Machado mais fortemente revela seu descaso pelos que apregoam a existência de uma língua brasileira nacional individuada.

“Lembro que o nome do ilustre acadêmico não é, nem pode ser, desconhecido. Trata-se de um poeta, cuja glória foi coroada com aquele admirável *Martim Cererê,* dedicado ao Brasil-menino. Nessas páginas, ao lado da simplicidade tão bela, aparece-nos um português razoável.

Por isso, ocorre perguntar: *Por que não emprega o delicado poeta nas suas obras uma língua absolutamente diferente da minha?*

Além de justificar a existência do ‘dialecto dignificado’, tornava-se coerente com o teor do discurso feito na Academia Brasileira”. (Ênfase acrescida pelo autor.)

Temos, pois,... quatro diferentes posições sobre a questão da língua nacional.” (F. T. *Tempos Lingüísticos:itinerário histórico da língua portuguesa)*

Desenvolva o tema que se segue em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos): Nacionalismo e globalização: o papel da cultura e a política do idioma.

EXEMPLO DE REDAÇÃO

Giuliana Sampaio Ciccu (49/60)

A cultura é o principal elemento em que se baseia o conceito de nação. Profundamente arraigada nas diversas sociedades, cada cultura tem condições, de manter sua individualidade, a despeito do intercâmbio progressivamente maior entre os países, decorrente do processo de globalização. O Estado tem um papel a cumprir para assegurar esta permanência: cabe a ele providenciar acesso à educação e incentivar as manifestações culturais genuínas do povo.

Desde as unificações italiana e alemã, alguns fatores têm sido considerados fundamentais para que um Estado possa ser propriamente considerado como tal. Somente quando há entre o povo um nível mínimo de homogeneidade poderá haver estabilidade suficiente para que a unidade política se mantenha. Assim, história, religião, raça e, em especial, língua comuns são indispensáveis para que surja um sentimento de identidade que caracterize e particularize uma nação. A história fornece várias evidências da fragilidade de um Estado constituído na ausência de um substrato cultural comum. A antiga Iugoslávia, por exemplo, esfacelou-se logo após o fim do regime comunista do Marechal Tito, que mantinha o país unido por meio da força. A fragmentação observada ocorreu sobretudo em virtude das diferenças religiosas e culturais entre os povos que habitavam aquele território.

A identidade cultural é, portanto, essencial para a vida do Estado. Com o fim da Guerra-Fria, acelerou-se o processo de globalização, tanto nos planos econômico e político quanto no âmbito cultural. No Brasil, a influência estrangeira começou a evidenciar-se de maneira mais pronunciada, principalmente no que diz respeito à presença da língua inglesa. Vocábulos ingleses passaram a ser utilizados, mesmo quando há termos correspondentes na língua nacional. Tal influência, embora não configure ameaça à cultura brasileira não pode tampouco ser considerada positiva. Alguns países, como a França, adotaram métodos legais para pôr fim à tendência, elaborando lei que proíbe o uso do inglês em diversas ocasiões.

Esta, porém, não parece ser a solução mais adequada para o problema.

O melhor caminho para garantir a unidade cultural é a educação. Um povo que conheça suas tradições e sua história certamente encontrará motivos para se orgulhar do patrimônio que herdou e não sentirá necessidade de adotar ou imitar outras culturas. Permitirá somente o intercâmbio natural, com mútuas influências, que caracteriza uma cultura viva.

Estabelecer contatos permanentes com povos de cultura semelhante é igualmente importante para estimular a consciência cultural de cada povo. Desse modo, a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, reunindo os sete países lusófonos do mundo, representa iniciativa de grande relevância e deve ser prioritária no plano da política do idioma. Não se trata de anular o que há de específico no português falado na Europa, América e África, mas de ressaltar significativo traço cultural que aproxima os diversos países.

Não há motivos, portanto, para temer os efeitos da globalização sobre a cultura nacional. Desde que o Estado contribua de modo eficaz para estimular a consciência cultural do povo, esta tende a manter-se, ainda que haja intensos contatos com outras culturas.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1998)

Leia os textos que se seguem:

Texto nº 1 – Fazedores de desertos

É natural que todos os dias chegue do interior um telegrama alarmante denunciando o recrudescer do verão bravio que se aproxima. Sem mais o antigo ritmo, tão propício às culturas, o clima de S. Paulo vai mudando.

Não o conhecem mais os velhos sertanejos afeiçoados à passada harmonia de uma natureza exuberante, derivando na intercadência firme das estações, de modo a permitir-lhes fáceis previsões sobre o tempo.

As suas regras ingênuas enfeixadas em alguns ditados que tinham, às vezes, rigorismo de leis falham-lhes, hoje, em toda a linha: passam-lhes, estéreis, as luas novas trovejadas; diluem-se-lhes como fumaradas secas as nuvens que ao entardecer abarreiram os horizontes; varrem-lhes as ventanias súbitas a poeira líquida das neblinas que se adensam de manhã, pelo topo dos outeiros; e em plena primavera, agora, sob o alastramento das soalheiras

fortes, o aspecto de suas plantações, esfolhadas e esfloradas, principia a ser desanimador, revelando, antes do estilo franco, esse período máximo à vida vegetativa que, nos países quentes, está no desequilíbrio entre a evaporação intensa pelas folhas e a absorção escassa, e cada vez menor, pelas raízes. (...)

Mas é natural o fenômeno. Nem é admissível que ante ele se surpreendam os nossos lavradores, primeiras vítimas dessa anomalia climática.

Porque há longos anos, com persistência que nos faltou para outros empreendimentos, nós mesmos a criamos.

Temos sido um agente geológico, nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia.

É o que nos revela a história.

Foi a princípio um mau ensinamento do aborígine. Na agricultura do selvagem era instrumento preeminente o fogo. Entalhadas as árvores pelos cortantes *dgis* de diorito, e encoivarados os ramos, alastravam-lhes por cima as caitaras crepitantes e devastadoras. Inscreviam, depois, em cercas de troncos carbonizados a área em cinzas onde fora a mata vicejante; e cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, exaurida, aquela mancha de terra fosse abandonada em *caapuera*, jazendo dali por diante para todo sempre estéril, porque as famílias vegetais, renovadas no terreno calcinado, eram sempre de tipos arbustivos diversos das da selva primitiva. (...)

Veio depois o colonizador e copiou o processo. Agravou-o ainda com se aliar ao sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro.

Afogada nos recessos de uma flora que lhe abreviava as vistas e sombreava as tocaias do tapuia, dilacerou-a, golpeando-a de chamas, para desvendar os horizontes e destacar, bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam balizando a rota das bandeiras.

Atacaram a terra nas explorações mineiras a céu aberto; esterilizaram-na com o lastro das grupiaras; retalharam-na a pontaços de alvião; degradaram-na com as torrentes revoltas; e deixaram, ao cabo, aqui, ali, por toda a banda, para sempre áridas, avermelhando nos ermos com o vivo colorido da argila revolvida, as *catas* vazias e tristonhas com o seu aspecto sugestivo de grandes cidades em ruínas...

Ora, tais selvatiquezas atravessaram toda a nossa história.

Mais violentas no Norte, onde se firmou o regímen pastoril nos sertões abusivamente sesmados, e desbravados a fogo – incêndios que duravam

meses derramando-se pelas chapadas em fora – ali contribuíram para que se estabelecessem, em grandes tratos, o regímen desértico e a fatalidade das secas.

O sul subtraiu-se em parte à faina destruidora, que o próprio governo da metrópole, em sucessivas cartas régias, procurou refrear, criando mesmo juizes conservadores das matas que impedissem a devastação.

O mesmo sistema de culturas largamente extensivas, porém, as lavouras parasitárias arrancando todos os princípios vitais da terra sem lhes restituir um único, foram, pouco a pouco, remodelando-lhe as paragens mais férteis, transmudando-as e amaninhando-as. (...)

As conseqüências repontam, naturais.

A temperatura altera-se, agravada nesse expandir-se de áreas de insolação cada vez maiores pelo poder absorvente dos nossos terreno s desnudados, cuja ardência se transmite por contacto aos ares, e determina dois resultados inevitáveis: a pressão que diminui tendendo para um *minimum* capaz de perturbar o curso regular dos ventos, desorientando-os pelos quatro rumos do quadrante, e a umidade relativa que decresce, tornando cada vez mais problemáticas as precipitações aquosas.

De sorte que o sueste – regulador essencial do nosso clima – depois de transmontar a Serra do Mar, onde precipita grande cópia de vapores, ao estirar-se pelo planalto, vai encontrando atmosfera mais quente do que dantes, cujo efeito é aumentar-lhe a capacidade higrométrica, diminuindo na mesma relação as probabilidades de chuvas.

São fatos positivos, irrefragáveis, e bastam para que se explique a alteração de um clima.

Mas apontemos um outro.

Neste entrelaçamento de fatores climáticos, introduzimos um – artificial e de todo fora das indagações meteorológicas normais – a queimada.

É transitória, mas engravece os perigos.

De feito, a irradiação noturna contrabate a insolação: a terra devolve aos céus o excesso de calor acumulado; resfria; e o orvalho decorrente ilude de algum modo a carência das chuvas.

Ora, as queimadas impedem esse derivativo único.

As colunas de fumo, rompentes de vários lugares, a um tempo, adensam-se no espaço e interceptam a descarga do solo. Desaparece o sol e o termômetro permanece imóvel ou, de preferência, sobe. A noite sobrevém em fogo: a terra irradia com um sol obscuro, porque se sente uma impressão

estranha de faúlhas invisíveis, mas toda a ardência reflui sobre ela recambiada pelo anteparo espesso da fumaça; e mal se respira do bochorno inaturável em que toda a adustão golfada pelas soalheiras e pelos incêndios, se concentra numa hora única da noite. (...)

Hoje, Thomas Buckle não entenderia as páginas que escreveu sobre uma natureza que acreditou incomparável no estadear uma dissipação de força, *wantoness of power,* com esplendor sem par.

Porque o homem, a quem o romântico historiador negou um lugar no meio de tantas grandezas, não as corrige, nem as domina nobremente, nem as encadeia num esforço consciente e sério.

Extingue-as. (Euclides da Cunha. O *Estado de São Paulo*, 21/10/1901)

Texto nº 2 – O alerta da história

Como se acabou com mais de 90% da grande floresta do litoral brasileiro

Estréia neste verão, no sul da Bahia, uma ponte entre o passado e o futuro da Mata Atlântica. Tem 110 metros, a distância de um gol a outro no Maracanã. Programa para dez segundos, em campo aberto e velocidade olímpica. Mas ali a travessia, a passos regulados pelo balanço de uma ponte pênsil rangendo a 20 metros de altura, entre copas centenárias que meio século atrás atapetavam inteiramente o município de Una, o tempo tem outra medida. É contado em angelins, jequitibás, oitis, copaíbas, ipês, baraúnas, jueranas, louros, canelas e maçarandubas, cada árvore que, durante o trajeto, o olho leigo aprende a distinguir na barafunda verde da floresta. Naquele litoral, os naturalistas registraram há poucos anos o recorde planetário de 450 espécies vegetais por hectare. E, perto de lá, num inventário de 500 anos atrás, o escrivão Pero Vaz de Caminha atestou: “O arvoredo é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular.”

Debruçada sobre essa amostra da eternidade, a passarela foi construída com doações internacionais e tecnologia canadense para que os visitantes contemplem por que aquela paisagem, pronta há 12 000 anos, está ameaçada de acabar em 2010, pela avaliação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, uma ONG de Ilhéus. Diante do prognóstico, ela salvou da motosserra um pedaço de terra já destinado pelo Ibama à extração de madeira e o abriu ao turismo, tentando ensinar aos vizinhos que também por esperteza se pode conservar a Mata Atlântica. Salvaram-se 84 hectares. Uma área vinte vezes maior que a derrubada todo ano no município, onde paradoxalmente

a floresta nativa brasileira começou a desaparecer depois que o Artigo 225 da Constituição estendeu sobre ela o título de “patrimônio nacional”. Até hoje o Congresso ainda não regulamentou o dispositivo de 1988. Se passar outra década discutindo a lei, em Una ela chegará tarde. (...)

Que ela [a Mata Atlântica] está quase acabando já se sabe, graças sobretudo ao aviso de outro americano, o historiador Warren Dean. Antes de morrer, em 1994, ele legou ao Brasil *A Ferro e Fogo,* um livro belo, intrincado e sombrio como a floresta úmida. Nele se aprende a História do Brasil como meio milênio de desertificação, num processo que vara todos os ciclos econômicos, desde que, em 1500, “os portugueses tropeçaram em um meio continente, movidos por cobiça e vaidade, sem se deixar levar por compaixão ou mesmo por curiosidade”. O Brasil que eles avistaram pela primeira vez era um litoral coberto por 3.500 quilômetros de mata exuberante, em uma faixa quase contínua com 1 milhão de quilômetros quadrados em que hoje cabem as fronteiras de dezessete Estados. Numa terra cujo cenário começou a amadurecer quando o resto do planeta ainda era triturado por glaciações e turbulências geológicas, a tripulação de Pedro Álvares Cabral inaugurou o machado na semana do descobrimento, cortando palmito para variar a dieta de bordo. A colonização começou com a coleta do pau-brasil. Depois, vieram cinco séculos de queimadas. A cana, o pasto, o café, tudo foi plantado nas cinzas da Mata Atlântica. Dela saiu a lenha para os fornos dos engenhos de açúcar, locomotivas termelétricas e siderúrgicas. Até o século passado, punha-se fogo em madeira de lei nativa e importava-se mogno das Antilhas. Sobrou menos de 8 % da paisagem avistada por Cabral há 500 anos. (Marcos Sá Corrêa. *Veja (Especial Amazônia),* 24/12/97)

Texto nº 3 – O patrimônio natural e o cultural: por uma visão convergente

A Constituição Brasileira, em seu Artigo 216, considera constituintes do patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial (...) portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Esse artigo inclui como integrante desse patrimônio as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver. A mesma Constituição define como regiões prioritárias de conservação ambiental a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, o Pantanal e outros ecossistemas importantes, espaços territoriais onde existem subculturas importantes, como a dos caiçaras do litoral do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. O Estado implantou nessas áreas uma série de parques nacionais e reservas naturais que, pela legislação em vigor, levam à exclusão e mesmo reassentamento das comunidades e culturas tradicionais em outras áreas.

Essa política tem criado inúmeros conflitos entre a administração de parques e reservas e as comunidades tradicionais que, ainda presentes nessas áreas protegidas, são proibidas de exercer suas práticas econômicas e sociais. A prática de pequenas roças, o uso de tecnologias patrimoniais na pesca, no fabrico de farinha, na construção de canoas têm sofrido severas restrições, colocando em risco a própria reprodução social e simbólica dessas comunidades tradicionais cujos membros freqüentemente são forçados a migrar para as periferias pobres das cidades da região. Aí sofrem um processo de perda de sua identidade cultural, com o abandono de práticas simbólicas essenciais à sobrevivência do grupo. Essas práticas preservacionistas oficiais, impulsionadas por grupos ecológicos urbanos, desconhecedores das relações e práticas históricas destes grupos com o mundo natural, em grande parte responsáveis pela conservação das florestas e áreas costeiras, têm ocasionado a redução da diversidade cultural brasileira e contribuído para o aumento da degradação de matas e mares.

Na década de 80, a figura do *tombamento*, proposta pelo Serviço (Instituto) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi também proposta, seja para preservar o patrimônio natural (o tombamento da Serra do Mar, das Ilhas do Litoral Paulista), seja para preservar o patrimônio cultural (tombamento das vilas caiçaras como as de Picinguaba e Icapara, nos municípios litorâneos paulistas de Ubatuba e Iguape, respectivamente). (...)

A idéia de patrimônio natural já figurava no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, visando a proteger valores paisagísticos, "como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana" (Fonseca, 1996). Nesse sentido, o patrimônio natural tinha seu equivalente no primeiro parque nacional brasileiro, o de ltatiaia, criado nesse mesmo ano. Já em 1934, o Código Florestal definia parques nacionais como *monumentos naturais* destinados a proteger áreas de grande beleza cênica, com composição florística primitiva. (...)

A conservação do patrimônio natural e a do cultural não podem mais ser consideradas dois processos separados e opostos. O desafio maior é ainda o de conservar processos e produtos socioambientais que são dinâmicos e históricos. As culturas tradicionais não são peças de museus como sugerem alguns folcloristas, mas se encontram profundamente inseridas em formas de vida que subsistem, ainda que ameaçadas, em muitas regiões brasileiras, sobretudo em ecossistemas tidos até agora como marginais, como florestas, mangues e estuários.(Antônio Carlos Diegues. *Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural)*

Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos):

"Meio ambiente e patrimônio natural: os propósitos da preservação na construção do patrimônio nacional"

EXEMPLO DE REDAÇÃO (concurso de 1998)

César Augusto de Oliveira Sauer (51/60)

Há muito vem o Brasil a explorar, sem recorrer ao planejamento de longo prazo, os imensos recursos naturais disponíveis. O resultado de séculos de devastação ambiental pode ser percebido na mudança climática ora em curso em diversas regiões do País. A preservação do patrimônio natural, no entanto, não implica a renúncia ao aproveitamento econômico – tão caro ao patrimônio e à economia nacional. Saliente-se, ainda, que a estratégia governamental de proteger o meio ambiente e as culturas tradicionais não deve prescindir da educação e da fiscalização ambientais.

Os ciclos da economia brasileira ao longo da História revelam a maneira com que se tem tratado a questão ecológica. A extração do pau-brasil quase o levou à extinção, a economia açucareira devastou imensos tratos de Mata Atlântica no Nordeste, a mineração provocou voçorocas em regiões de Minas Gerais, a cultura do café tornou estéreis terras do Vale do Paraíba. Por último, durante o regime militar de exceção, a política, governamental de ocupação da Amazônia estimulou a criação extensiva de gado na região, acarretando o desmatamento de imensas áreas.

A solução para o impasse entre preservação ecológica e desenvolvimento econômico passa pelo aproveitamento racional dos recursos naturais. A pesca esportiva, tão difundida nos países ricos do Hemisfério Norte, não somente gera riquezas, como também não prejudica o ecossistema. A mesma lógica comercial e conservacionista aplica-se ao turismo. As florestas brasileiras são atrações turísticas em potencial à espera de encaminhamento adequado. O conseqüente aumento da renda da população local seria alcançado sem danos para o meio ambiente. O papel do Governo nessa questão é fundamental

Para fins de preservação ambiental, além da exploração planejada dos recursos naturais, mister se faz a educação do caboclo da Amazônia no que tange aos métodos de cultivo. Formas arcaicas de preparo do solo para o plantio devem ser abandonadas. Da mesma forma, a fiscalização por parte de órgãos governamentais desempenha relevante missão ao

reprimir atividades como o garimpo, a pecuária, a caça, a pesca e a extração de madeira que não obedeçam às normas vigentes de proteção ambiental

Por fim, o patrimônio cultural, representado pelas comunidades tradicionais, merece todos os esforços para ser resguardado das investidas da civilização. Os irmãos Villas-Boas, ainda no governo de Getúlio Vargas já se preocupavam com a questão indígena. Havia, então, a necessidade de amenizar o contato entre civilizados e aculturados. A criação de parques e reservas para as culturas tradicionais tem representado atitude louvável por parte do Governo. Deve-se ressaltar, porém, a urgência de providências mais abrangentes, tais como: a garantia de liberdade para as práticas culturais dessas comunidades e, sobretudo, a proteção contra a influência externa do homem civilizado.

Por meio de uma estratégia criteriosa de preservação ambiental, o Brasil estará a caminho de reverter a tendência histórica de desenvolver-se às custas do meio ambiente. Esse novo modelo de desenvolvimento – chamado desenvolvimento sustentável – possibilitará não só a preservação dos patrimônios natural e cultural da Nação, mas também a provisão dos meios necessários para a prosperidade econômica.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1999)

Leia os textos que se seguem:

Texto nº 1 – A ditadura do PC
Os americanos absolvem Clinton nas pesquisas mas deixam-se
asfixiar pelos códigos do politicamente correto

O escritor Norman Mailer e outros intelectuais revolucionários, tanto na arte quanto na política, em seu tempo diagnosticaram que a paranóia sexual nos Estados Unidos é apenas uma variante de um outro retrocesso: o movimento politicamente correto. "Ambos começaram como movimentos em favor da decência da sociedade e protetores dos mais fracos. Ambos degeneraram em fascismo", diz Mailer. Uma pessoa politicamente correta, PC, não faz piadas racistas ou de conteúdo sexual e evita palavras que contenham insinuações culturais negativas. Há todo um dicionário de termos que são considerados corretos e devem ser rigidamente obedecidos pelos que não querem ser vistos como aberrações (*veja* quadro). Os negros americanos fizeram-se chamar de afro-americanos. Os índios, de nativos. E os gays preferem ser chamados de homossexuais – mas já foi o contrário, e é preciso ficar atento para não parecer politicamente incorreto.

Fosse apenas o pecado da palavra e estava tudo muito bem. O problema é que o PC, no afã de justiça cega que caracteriza o movimento, colocou nas universidades legiões de alunos despreparados e incapazes de aprender. Preteriram-se alunos brilhantes em favor de outros pouco dotados intelectualmente. Os escolhidos tinham como virtude acadêmica apenas o fato de ser negros, latinos, ou ser mulheres e estar grávidas. Também as empresas foram obrigadas a contratar levas de candidatos piores apenas porque eles se encaixavam no figurino politicamente correto. Nos últimos dois anos, tanto as universidades quanto as empresas conseguiram na justiça retomar um pouco do poder de admitir alunos e funcionários não com base em cotas étnicas, mas na boa e velha competência. “Para isso, quem não sabe, uma dica: os PCs são tão fanáticos quanto a juventude hitlerista”, lembra Camille Paglia. A origem filosófica do movimento pode ser encontrada, na verdade, em outra freguesia tão totalitária e dirigiste quanto a de Hitler, a China de Mao Tsé-Tung. A idéia de carimbar um adversário político ou qualquer pessoa indesejável ao regime com o selo de politicamente incorreto foi um poderoso instrumento de dominação ideológica utilizado por Mao. A idéia foi apropriada pelos militantes das minorias étnicas dos Estados Unidos, em seguida caiu no gosto das feministas radicais e dos estudantes politizados. O escritor David Horowitz, autor de *Radical Son* (Filho Radical), livro lançado em abril nos Estados Unidos e que faz uma das melhores análises dos descaminhos da esquerda americana, levanta um ponto interessante. Horowitz espanta-se com o fato de que o politicamente correto, embora seja na raiz um movimento de esquerda radical, se viabilizou no país com a ,ajuda de algumas das mais conservadoras instituições americanas, as grandes empresas e as fundações de apoio ao ensino e pesquisa. (Eurípedes Alcântara. *Veja*, 26 de agosto, 1998)

Novilíngua

Analfabeto – marginalizado em relação à cultura eurocêntrica

Animal selvagem – não-humano que vagueia livremente

Antiaborto – pró-vida

Branco – pobre em melanina

Corrupto – eticamente diferente

Feio – cosmeticamente diferente

Fome – déficit nutricional

Gastador – poupador negativo

Gordo – generosamente modelado

Podre – economicamente marginalizado

Politicamente correto – a própria expressão deixou a ser “politicamente correta”. Melhor usar culturalmente sensível

Prisioneiro – cliente do sistema correcional

Saqueador – consumidor não-tradicional

Viciado em drogas – privado de sobriedade

Texto nº 2 – Exclusão semântica

Quando o primeiro foguete espacial Ariane 5 explodiu no lançamento, a comunicação ao público foi a seguinte pérola, que porta -voz algum faria melhor: “O vôo do Ariane 5 não resultou na validação do novo vetor europeu”. E de um coronel da Força Aérea americana temos a seguinte, a respeito dos aceleradores dos foguetes, mimosos objetos pesando 135 toneladas: “Eles exercem uma força explosiva no impacto sobre uma superfície que é suficiente para exceder o limiar aceito de sobrepressão dos danos fisiológicos ao pessoal exposto”. Eu, matogrossense simplório, imaginaria que, se caísse sobre a cabeça de alguém, causaria um belo galo...

Exemplos divertidos não faltam por aí, e muitos estudiosos sérios descobrem o humor involuntário desses convolutos exercícios de expressão. Mas o assunto da semântica vai muito além da brincadeira. Não sem motivo, um dos grandes lingüistas deste século, D. Bolinger, deu a um de seus livros este extraordinário título: “Linguagem, uma Arma Carregada”, que foi naturalmente muito aperfeiçoada pelos totalitarismos e autoritarismos de todos os sexos imagináveis, desenvolvidos, subdesenvolvidos ou neutros. E ninguém se especializou mais na criação de slogans do que as esquerdas, de Lênin ao “Grande Pai” Stalin. As esquerdas brasileiras não ficaram atrás, a ponto de o presidente Castello Branco lhes reconhecer três capacidades especiais: de organizar manifestações de rua, desorganizar a economia e fabricar slogans.

E, para ninguém dizer que só se distinguiram aquelas grandes figuras de esquerda, a CNN acaba de informar que o presidente Clinton e os líderes da maioria republicana no Congresso americano, Trent Lott e Newt Gringrich, receberam do Conselho Nacional dos Professores de Inglês o “Prêmio Nacional da Dupla Fala” (*Doublespeak*), pela linguagem escorregadia e ambígua com que descreveram o acordo deste ano sobre o orçamento equilibrado (que se vai traduzir no ,aumento do endividamento federal).

Como se sabe, quem primeiro usou o termo “dupla fala”, em conexão com os crimes de pensamento, foi George Orwell, o grande escritor inglês, cuja firme integridade o levou, primeiro, a lutar de armas na mão pela causa da esquerda nos campos de batalha da Guerra Civil Espanhola, e, depois, a denunciar as traições e intrigas das facções a serviço soviético. Isso lhe custou ser vítima de um dos mais canalhas “patrulhamentos” da intelectualidade socialista do tempo. (Roberto Campos. *Folha de S. Paulo,* 29 de novembro de 1998)

Texto 3 – Cegueira brasileira

O politicamente correto não ridiculariza os EUA,
como se pensa comumente

É surpreendente a facilidade com que, no Brasil, especialmente nos meios jornalísticos e entre intelectuais, idéias preconcebidas, fantasiosas e supostamente críticas se generalizam e acabam, por absoluta falta de contestação, ganhando o *status* de realidade.

Um dos exemplos mais impressionantes do desconhecimento travestido de senso crítico é a imagem que se criou, entre nós, do que seja a sociedade norte-americana e, particularmente, do que significa, nos EUA, o politicamente correto. Supõe-se, em geral, que o país – tratado, freqüentemente, como um bloco indiferenciado – esteja inteiramente dominado por leis repressivas que cerceiam a liberdade individual, enrijecem as relações entre homens e mulheres, abalam a espontaneidade e destroem o senso de humor.

Do que exatamente estamos falando, quando nos referimos ao politicamente correto? Trata-se somente de uma série de normas que asfixiam o vocabulário, restringem as relações interpessoais e substituem a competência pelo sistema de cotas? Alguém acredita, de fato, que a sociedade norte-americana passou a se devotar, gratuitamente, o exercício da autocontenção e à disseminação de um vocabulário repleto de ridículos eufemismos? Não é curioso, senão melancólico, o fato de repetirmos os mesmos velhos comentários, pretensamente argutos, sobre o politicamente correto, tantos anos depois de o debate ler-se iniciado e diversificado nos EUA?

Para evitar a hegemonia de uma visão unilateral, sugiro abordarmos o tema de forma um pouco menos provinciana: em primeiro lugar, não podemos esquecer que, a despeito de todos os seus efeitos perversos, a discussão em torno do politicamente correto diz respeito a problemas que, no Brasil, temos enorme dificuldade em enfrentar, como a discriminação racial, a violência doméstica, a violência de gênero, a homofobia e o etnocentrismo, por exemplo. Os abusos que têm ocorrido na América do Norte, perpetrados em nome dos direitos civis, vêm sendo, freqüentemente, confundidos, por nossa ignorância ilustrada, com a própria substância dos movimentos em torno desses direitos.

O fato de centenas de milhares de mulheres terem rompido o muro de silêncio da violência doméstica e das agressões sexuais e o fato de os afro-americanos terem tido acesso a posições que dificilmente alcançariam

em outros tempos parece ter sido obscurecido por uma dezena de histórias bizarras que, generalizadas, passaram a refletir a sociedade dos EUA em sua totalidade.

Quando penso em "os americanos", não vejo apenas os homens brancos, protestantes, com bandeiras nacionais tremulando na porta de casa, ou as feministas ensandecidas que a imprensa brasileira costuma destacar e generalizar (o que é lamentável, em se tratando de um cenário caracterizado exatamente pela multiplicidade de feminismos). A sociedade norte-americana é tudo menos homogênea e, tampouco, estática. Ao contrário, trata-se de uma sociedade profundamente experimental, no que concerne ao comportamento e às normas que procuram regulá-lo. Falar em "os americanos", desconsiderando a diversidade cultural de um país com enorme população de afro-americanos, asiáticos e hispânicos, entre tantos outros, é um "ato falho" que reflete não só o desconhecimento das dinâmicas culturais, mas, sobretudo, a necessidade de construir um modelo reduzido e simplificado de classificação dos fenômenos sociais.

Camille Paglia e Norman Mailer, críticos radicais do politicamente correto, representam apenas uma faceta de um debate intenso e de uma mobilização permanente, que a mídia brasileira sempre esquece de noticiar, quando retrata, unilateralmente, a chamada "ditadura do politicamente correto". Os casos que continuam a ser noticiados no Brasil, anos depois de ocorridos, como o do menino processado por beijar a coleguinha na escola, são também na América do Norte considerados ridículos e extremados. Mas insiste-se, no Brasil, em reproduzi-los como se fossem ilustrações vivas da camisa-de-força em que vivem "os americanos".

Houve e ainda há exageros, radicalismos e absurdos, ninguém nega. Esquece-se, entretanto, de que os efeitos perversos e as ameaças às liberdades individuais – fontes legítimas de inquietação – aconteceram em decorrência de mudanças profundas que beneficiaram parcelas significativas da população, ampliando, como nunca, o universo da cidadania.

Nos EUA, o desafio já está posto há algum tempo e a sociedade discute intensamente os limites da regulação do comportamento e a redefinição das fronteiras entre o público e o privado. Enquanto ainda supomos que o país se deixa dominar por uma nova ortopedia social, "os americanos" já mobilizam poderosas reações, vivem confrontos, recuos, retrocessos e reafirmações e desenvolvem novos organismos destinados tanto a combater os excessos quanto a restaurar antigas prerrogativas.

Há, portanto, um processo dinâmico de debates permanentes que insistimos, no Brasil, em não enxergar. Confunde-se, aqui, a confortável

inércia e a resistência à mudança, com a suposta espontaneidade de um modelo criativo de convívio entre dessemelhantes. Agarramo-nos infantilmente às falhas e aos excessos de uma experiência capaz, no limite, de ameaçar e desalojar velhos privilégios, para construir a imagem primitiva e cristalizada, de um país que estaria dominado pelo radicalismo conservador e falta de imaginação. Para quem acha graça em piadas racistas e precisa delas para alimentar seu senso de humor, uma sugestão: que tal se divertir com a enxurrada de piadas sobre o politicamente correto, popularizadas nos Estados Unidos e incorporadas, espertamente, ao poderoso mercado editorial? (Barbara Musimeci Soares. *Folha de S. Paulo*, 13 de dezembro de 1998)

Desenvolva o tema: Semântica, comportamento e discriminação positiva: até onde ir no "politicamente correto"?

– extensão: de 450 a 600 palavras
– valor: 60 pontos

EXEMPLO DE REDAÇÃO

Daniel Roberto Pinto (47/60)

O filósofo e ensaísta George Steiner observou certa vez que os artigos e livros publicados em alemão após a Segunda Guerra Mundial não mais atingiam os picos de graça e criatividade da fecunda primeira parte do século. (A maior, obra-prima do pós-guerra neste idioma Dr. Faustus, de Thomas Mann, foi redigido num estilo original inspirado no alemão arcaico). Isto se devia segundo Steiner, à contaminação do idioma pelo seu uso como língua oficial do Terceiro Reich: palavras como "relâmpago", "solução final", "tratamento", comuns e necessárias no dia-a-dia, passaram a adquirir outras conotações, por vezes mórbidas. À semântica é implacável, e sua vingança não tarda.

Sim, as palavras, com suas denotações e conotações, influenciam o pensamento e, portanto, também o comportamento. Todos conhecemos o efeito de expressões como "negro correndo é ladrão", "judeu é pão-duro" e "lugar de mulher e é na cozinha" sobre a carga semântica das palavras negro, judeu e mulher. Fica, em conseqüência, alterada a nossa percepção do outro, o que acabará se refletindo em nosso comportamento. Justifica-se, portanto, o combate a estas expressões pejorativas, pela erradicação

do seu uso na nossa linguagem cotidiana ou até em manuais escolares, onde por vezes se insinua. Será então lícito esperar que, prejudicada a transmissão dos preconceitos, estes retrocedam até certo ponto.

O movimento "politicamente correto" abraçou esta causa, juntamente com a da ação positiva, cujo papel no surgimento de uma próspera classe média negra, no crescimento da participação das mulheres na sociedade, no progresso sócio-econômico dos hispânicos é inegável.

Os Estados Unidos tem o mérito de estarem discutindo há décadas a questão da integração social. Não há duvidas: para judeus, negros, hispânicos, mulheres e católicos romanos, nunca foi tão bom viver nos EUA. É fato, comprova-se, e representa até certo grau uma história do movimento.

Mas há armadilhas. Quando o movimento "politicamente correto" ou, antes, uma de suas vertentes, assume uma postura agressiva de patrulha; quando professores de literatura são tachados de preconceituosos por ensinarem escritores "mortos, brancos, europeus e homens"; quando qualquer imprudência verbal pode levar a um processo judicial; quando se abre mão da objetividade em prol de um relativismo total, em que "todas as culturas se equivalem"; então a sociedade, privada de qualquer ponto de referência, se desintegra, e os maiores prejudicados são aqueles que originariamente se pretenda ajudar.

O programa de ação positiva sofre também por seus excessos, a tal ponto que não são poucos os negros que hoje defendem a sua extinção. Pela sua própria natureza, o programa suscitou inúmeros ressentimentos e o que é pior lançou sobre os beneficiados a pecha de "incapazes de vencer, sem ajuda"

Toda sociedade, por mais diversificada que seja – como a dos EUA – precisa se sustentar em valores comuns. Que haja, portanto, um movimento em prol da elevação da linguagem. Que se defenda a igualdade de oportunidades com base na, educação de alto padrão para todos. Mas, se o movimento "políticamente correto" ultrapassar, as barreiras do razoável o risco será alto: não haverá mais linguagem comum, e nem consenso sobre o conteúdo – e o significado – da educação. O oposto do totalitarismo, como descrito no inicio desta dissertação, mostrar-se-á um mal tão grande quanto ele.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 2000)

Leia os textos que se seguem:

Texto nº 1 – Pesquisa Variacionista e Ensino:
Discutindo o Preconceito Lingüístico

"Todos nós sabemos que, direta ou indiretamente, um dos maiores problemas do ensino de língua portuguesa" passa pela questão do preconceito lingüística. Na maior parte das vezes, o ensino de gramática é feito de forma rígida, como se tudo fosse inerentemente errado. O ensino normativo tem o objetivo explícito de banir da(s) língua(s) formas ditas empobrecedoras, formas ditas desviantes, formas consideradas indignas de serem usadas por homens de bem. E, na perseguição deste objetivo (no sentido mais literal do termo), muitas vezes, e com freqüência, banem-se da escola não as formas lingüísticas consideradas indesejáveis, mas, as pessoas que as produzem, porque estas formas são normalmente aquelas produzidas em maior quantidade pelas pessoas de classe social sem prestígio. As pessoas de classe prestigiada também produzem as formas consideradas indesejáveis, só, às vezes, em menor quantidade.

Em nome da boa língua, pratica-se a injustiça social, humilhado o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor. E mais do que isto: a escola e a sociedade da qual a escola é reflexo fazem associações sem qualquer respaldo lingüístico objetivo entre domínio de determinadas formas lingüísticas e elegância e deselegância; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e competência ou incompetência; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e inteligência e burrice (...).

Com que direito visões preconceituosas podem ser reforçadas? As questões que envolvem a linguagem não são simplesmente lingüísticas; são, acima de tudo, ideológicas.

E a Sociolingüística produz fatos para colocar *lenha na fogueira* deste debate e particularmente no debate público sobre o preconceito lingüístico, corroborado *tacitamente* pela maior parte dos membros de uma comunidade lingüística. Sabe-se bem que, infelizmente, língua é também instrumento de poder; língua é também instrumento de dominação; língua é também instrumento de opressão. Ainda não vi, e gostaria de ver um dia (a utopia faz parte da vida), a língua ser usada como um real instrumento de libertação. (...)

Então, os resultados da pesquisa sociolingüística podem ser usados para a discussão, do preconceito lingüístico, apresentando fatos inquestionáveis, que evidenciam que as pessoas não estão simplesmente “nocauteando a concordância”, “tropeçando” ou cometendo “gafes”, mas, sim, deixando seu vernáculo emergir numa situação de fala em que muitos não admitem que ela possa emergir. [William] Labov bem o coloca que, quando estamos completamente envolvidos com conteúdo lingüístico da nossa fala, deixamos de nos policiar e deixamos o vernáculo emergir, vernáculo este que muitas vezes não coincide com, as formas codificadas e, ao longo do tempo *sentidas* como as únicas formas legítimas por grande parte dos usuários da língua.

(...) Relembro, todavia, que também não deveríamos perder de vista a possibilidade de podermos contribuir para a codificação de uma norma mais realística, mais interessante, que contemplasse valores diversos, que refletisse um pouco mais a nossa identidade lingüística e que restituísse aos alunos o prazer ele “estudar português”, dando vez à pluralidade de normas (...).

Finalizando, considero que, com os resultados que temos em mão, não temos o direito de nos omitir diante das situações concretas de preconceito lingüístico. Mais do que isto: temos o dever de nos manifestar. É o exercício da cidadania!!! Transcrevo a seguir uma parte de minha primeira carta enviada ao Correio Braziliense, que reflete bem a minha visão a respeito do preconceito lingüístico e de suas implicações perversas.

“Para mim, igual ou pior do que o preconceito de religião, raça, cor, sexo, classe social (entre outros) é o preconceito lingüístico, porque ele é sutil e, por razões históricas, corroborado pela maior parte da sociedade como algo natural. O preconceito cria a falsa idéia de que há uma língua melhor do que outra, de que há um dialeto melhor do que outro. Pior do que isto, cria também a falsa idéia de que quem domina as formas de prestígio é mais inteligente, mais capaz. (...)

“Confundir discurso político com a língua de um povo é pensar esta língua como algo pequeno demais. E confundir forma de falar com competência ou com inteligência significa ver a língua apenas como instrumento de poder e de dominação, não como um poderoso instrumento de comunicação.

“A língua de qualquer povo, em qualquer época, é um instrumento extremamente poderoso porque presta a múltiplas funções: transmitir mensagens objetivas, organizar o pensamento, expressar os desejos e as emoções, convencer os outros, estabelecer contatos (...) e até mudar o

estado das coisas, ou seja, até "realizar atos". Mas este precioso instrumento também pode servir a instintos nada nobres: pode servir para oprimir, para discriminar, para enganar, para mentir, e até (infelizmente) para alijar o ser humano do meio produtivo." (Maria Marta Pereira Scherre. *Pesquisa & Ensino da Língua:Contribuições da Sociolingüística*. UFRJ/CNPq. Rio de Janeiro. 1996)

Texto nº 2 – Outrossins...

Já escrevi sobre isso. Na ocasião, fui ácido na crítica – no que, aliás, acho que fiz muito bem. Do que estou falando? Estou falando é de certos indivíduos que passam a vida entre o cinza e o marrom: a hedionda raça dos burocratas. Todos engajados, com afinco, em lidar com papéis, encaminhá-los, despachá-los e sobre eles deitar falação, geralmente num estilo de bula de remédio. São montanhas, cordilheiras de cartas, ofícios, avisos, pareceres e todo tipo de correspondência que vai daqui para ali numa penosa melopéia canina: "Ao Sr. Assessor, Ao Sr. Chefe, Ao Sr. Diretor". Isso desde o simples bilhete que só atravessa a Esplanada dos Ministérios nas mãos do contínuo até o pesado processo que cruza a nação inteira e se destina a seu mais longínquo igarapé.

Não me refiro ao conteúdo dessa papelada. Ela, obviamente, traduz a própria razão) de ser do serviço público. Reclamo é da lamentável forma como são escritos esses documentos oficiais e oficiosos.

É mais do que tempo de tornar inteligível e fluida a redação na administração pública. De falar português claro. Sim, porque causa espanto e náusea o blablablá rococó e gongórico que escorre, espesso e obscuro, pelas mal traçadas linhas da maioria dos processos escritos nestes brasis.

Há, em vigor, recomendação explícita no sentido de simplificar os textos. Mas, como outras, essa também não pegou. É olimpicamente ignorada por cidadãos pressurosos em bajular o chefe com palavras empoladas e ocas, numa verborragia que não conhece começo, início nem fim.

Coisas como destarte, inobstante, máxime, outrossim, e assim por diante. Outrossim! Você ouviu alguém pronunciar essa palavra? Uma vezinha só na vida? Pois bem, meu amigo, e no entanto as cartas e os ofícios estão cheios dela, dela que não altera ou acrescenta coisíssima alguma.

E que dizer do fim dos textos, quando surge aquele grotesco parágrafo que ninguém, rigorosamente ninguém lê – e se lesse não acreditaria um pingo no que ele declara: "Renovo meus protestos de estima", ou, pior ainda: "Colho o ensejo para reiterar meu apreço".

Colho o ensejo! Protestos de estima! Mais uma vez, paciente leitor, você já escutou isso da boca de alguém? Duvido. Pois há quem escreva, e lá se vai uma fortuna em tempo e dinheiro com tamanha baboseira!

A redação oficial não deve cultivar pretensões literárias. Estas são terreno dos literatos, que diabo. Há sujeitos, porém, que se dão ao desplante de escrever com o dicionário do lado só para escolher palavras mais difíceis. Conheço um que adora trocar o tão comum verbo ligar pela raridade que é o verbo jungir, só para provocar efeito na quadrada cabeça do seu chefe.

Existem pérolas nesse campo fértil. No Banco do Brasil, certa vez, circulou uma carta que começava assim: "Assunto: Cobra", e prosseguia: "O Sr. Fulano de Tal dirigiu-se a esta seção informando ter sido picado pela epigrafada". Blearghhh!

Há, ainda, o reino da nebulosidade. Nele, nada supera este trecho de uma instrução do então recém-criado Banco Central, pelos idos de 1965: "Faz-se notar que os parentes consangüíneos de um dos cônjuges são parentes por afinidade do outro; os parentes por afinidade de um dos cônjuges não são parentes de outro cônjuge. São, também, parentes por afinidade da pessoa, além dos parentes consangüíneos de seu cônjuge, os cônjuges de seus próprios parentes consangüíneos". Tente decifrar e você cumprirá um delirante exercício de piruetas mentais.

Mera coincidência: enquanto reflito sobre tanta sandice, vejo, na televisão, um político de prestígio dizer simplesmente o seguinte: "Nada veio de grave nas objugatórias de Sua Excelência". Sinto justa perplexidade, pois não estou defendendo o pobre e monossilábico vocabulário usado pela garotada, infelizmente formado a partir dos roncos primitivos do rock. Mas, tenha paciência, objurgatória!

E por aí afora. Até hoje os ofícios das repartições militares começam como no tempo do Barão de Paranapiacaba: "Solicitação (faz)", maneira bicentenária e anacrônica de pedir alguma coisa a alguém.

Repito:ninguém que regule bem diz coisas assim: "Meu amor, apraz-me comunicar que vou à sua casa amanhã. Outrossim, informo que chegarei para o jantar.", ou "você está uma gracinha, querida. Destarte, podíamos fazer um programa, se lhe aprouver." – e lá se vai o programa por água abaixo...

Falando sério: você já calculou quanto o Brasil gasta com tamanha besteira? Milhões de linhas diariamente datilografadas ou digitadas, um custo altíssimo em fitas de máquinas, papel e tempo completamente perdido. Sim, porque, suprimidas tais palavras e frases, o sentido da mensagem em nada se altera – e, sobretudo, não há um só destinatário neste planeta que se

comova com reiteradas manifestações de subida consideração. Muito menos a mulher que, na cama, escuta o marido formal sussurrar-lhe ao ouvido: “Boa noite, meu bem. Renovo minhas expressões de distinta consideração, com o que me despeço. Até amanhã”.

Tudo isso é absurdo, mas continuam as pobres secretárias datilografando o dia inteiro encômios, alvedrios e alvitres – além de zelarem com a máxima atenção pela ridícula margem direita, que atraso!

Saudades de Hélio Beltrão, que fez ventilar ar puro no seu tempo à frente do Ministério da Desburocratização. Foi bom enquanto durou. Depois, retrocedemos e agora só nos restam o tédio e o bocejo. (Márcio Cotrim)

Texto nº 3 – GiLuminoso

Deus anda bom demais comigo. Não sei se mereço tantas gentilezas dEle. Na última terça-feira, a dádiva veio de um inesperado convite para ver Gilberto Gil, que participava, em São Paulo, do lançamento do livro “GiLuminoso – A po.Ética do Ser”, trabalho do poeta Bené Fonteles, baseado na fecunda obra do mestre baiano

Gilberto Gil é dessas almas iluminadas, alma de poeta, que o criador envia ao planeta com a missão de traduzir o sentimento de seu povo. E Gil o faz com textos que primam pela criatividade, pelo bom gosto e – por que não? – pela correção. Além de bálsamo para corações e mentes, a poesia de Gil é verdadeira aula de português.

Vejamos alguns casos, pinçados desse encontro. Em “Super-Homem, a Canção” – belíssima letra que até hoje incomoda muita gente –, Gil usa com mestria um tempo verbal dos mais interessantes: o mais-que-perfeito.

Verdadeira tortura em certas aulas de português, esse tempo – de nome enigmático (“Por que ‘mais-que-perfeito?”, pergunta-se a garotada, cuja expectativa nem sempre o professor satisfaz) – surge na letra com dois valores distintos. Na primeira ocorrência (“Minha porção mulher, que até então se resguardara”), o mais-que-perfeito, em sua forma simples (que equivale à composta “tinha resguardado”), é usado com seu valor específico. E que valor é esse? Basta ver por que o mais-que-perfeito tem esse nome. Na verdade, antes é preciso saber por que o pretérito perfeito se chama perfeito. A palavra vem do latim *perfectu*, que, ao pé da letra, significa “feito completamente”. Não é à toa que se diz, por exemplo, que uma obra de arte é perfeita. Se é perfeita, não lhe falta nada; está completamente feita.

Na letra de “Super-Homem”, Gil começa dizendo: “Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria...”. A forma verbal “vivi” é do pretérito perfeito, portanto indica algo passado e acabado, feito completamente. Quando o poeta diz “Minha porção mulher, que até então se resguardara”, emprega o mais-que-perfeito (“resguardara”) até o momento em que deixou de existir a ilusão de que ser homem bastaria.

Pois bem, se “vivi” (que, por extensão contextual, implica a idéia de que “deixei de viver”) é pretérito perfeito, “resguardara”, que indica fato mais velho, anterior, só pode ser “mais-que-perfeito”, ou seja, “mais velho que o perfeito”.

Como outros tempos verbais, o mais-que-perfeito tem valores paralelos, periféricos. Um deles aparece na mesma letra: “Quem dera pudesse todo homem compreender, ó mãe!, quem dera...”. Como ocorre com “Tomara!” (que vem da primeira pessoa do singular do pretérito mais-que-perfeito do verbo “tomar”), “dera” é do mais-que-perfeito do verbo “dar”, mas não se emprega com o valor específico desse tempo. “Dera”, no caso, expressa desejo e funciona tal qual se vê em algumas formas do futuro do pretérito, como “gostaria”, “desejaria” etc.

Outro belo exemplo de Gil, presente no livro, está em “Tempo Rei”, letra em que o imperativo é usado com leveza e adequação: “Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei / transformai as velhas formas do viver, / Ensinai-me, ó pai, o que eu ainda não sei / Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei”. A segunda pessoa do plural, empregada nas formas do imperativo afirmativo (“transformar”, ensinai e “socorrei”), confere ao texto tom de oração – oração ao deus tempo.

E pensar que alguns deuses (menos nobres, é claro) do ensino lingüístico pregam à sumária eliminação das segundas pessoas (“tu” e “vós”) dos livros de português. Para esses nobres senhores, o verbo seria conjugado só nas primeiras pessoas (eu e nós) e nas terceiras (ele, eles, você vocês). E se dizem modernos, democratas e libertários. Para eles, liberdade é omitir, é negar o futuro cidadão o direito de conhecer todas as formas da língua. Em última análise, é fazê-lo imaginar que Gil, Machado de Assis, Fernando Pessoa e Vieira escrevem na língua de outro planeta.

Em Porto Alegre, onde estive recentemente para proferir palestra durante a importante Feira do Livro que lá se realiza, o professor Paulo Ledur, presidente da Câmara do Livro, disse-me que em muitas escolas (algumas delas públicas) do Rio Grande do Sul são adotados esses livros de português que omitem a segunda pessoa. Logo lá, terra em que o delicioso “tu”, muitas vezes com o verbo com o “s” da segunda pessoa (“tu podes”,

"tu viras"), é ouvido em cada esquina. Sem comentários. (Pasquale Cipro Neto. *O Globo*, 28/11/1999, p.34)

Desenvolva o tema: O bom usuário do idioma é quem sabe infringi-lo no momento certo.

– extensão: de 450 a 600 palavras
– valor: 60 pontos

EXEMPLO DE REDAÇÃO

Márcia Nazaré Souza Chaves (55/60)

Li, já a um tempo, uma crônica muito interessante de Luís Fernando Veríssimo acerca de sua falta de apego, por assim dizer, à norma culta da Língua Portuguesa. Contava a estória de uma entrevista da qual teria sido vítima: uma estudante o teria procurado, como "expert" no uso da língua, para dele colher algumas lições. Veríssimo retratou-se, então, como um enganador, alguém que absolutamente não conhece as regras gramaticais e nem tem muito interesse em com elas ter intimidade, pois: "dizer que algo está claro, pode até não estar certo, mas está claro, certo?"

Estou com o Veríssimo. Acredito, aliás, que a companhia não poderia ser melhor.

O bom uso da língua ultrapassa o conhecimento da regra. A norma nada mais é senão um acessório. Valioso, é verdade mas, ainda assim, acessório. Mais importante que a forma é a mensagem. Conhecer a língua é – no meu entender – usar a regra como aliada, como forma de esclarecimento, de aproximação do meu alvo, como maneira de chegar mais rápido e mais fácil ao meu destino final: a plena compreensão da mensagem pelo ouvinte.

Quando se fala, ou se escreve, há que se pensar não em si mesmo, mas em quem ouve, em quem lê. Se este não conseguiu compreender a mensagem, de que valeram as regras do "meu bom português? Sempre comunguei da idéia de que o nível da fala deve se adequar ao ouvinte, e não ao falante. E você não precisa, obrigatoriamente, falar "errado" para isso, basta falar claro, certo? (Ah, Veríssimo...)

Talvez, a maioria esmagadora dos políticos – e não me refiro só aos brasileiros – não concorde comigo. Afinal, clareza não é um bem perseguido por essa classe, principalmente junto ao eleitorado mais pobre, que, ainda,

confunde "gramatiquês" com bom português, persistindo aquela velha idéia de que quanto mais rebuscado o discurso, melhor preparado está o candidato.

Rodrigues Hapa, na sua "Estilística da Língua Portuguesa" possui opinião um tanto extrema sobre o assunto, que poderia ser resumida mais ou menos assim: "se é para acabar com a espontaneidade, com a riqueza da língua em nome da regra, morra a regra!"

Nem tanto ao mar, caro mestre! Vamos aplicar o princípio da coerência, do aceitável. Não desprezamos o vocabulário de nosso estudante somente porque ele não sabe usar o pretérito mais-que-perfeito, cuja prática exige uma sutileza, um certo "jogo de cintura" que ele não consegue alcançar. Paciência! Sempre restará o pretérito perfeito, cuja objetividade, talvez, esteja mais próxima de sua realidade.

Assim, se o seu filho, ainda no processo deformação da fala, emite um "eu fazi", não o culpe, corrigindo-o de pronto, como se ele fosse um "burrinho". O seu processo mental foi perfeito. Como poderia ele imaginar que o pretérito perfeito do indicativo desse verbo sofre uma variação de radical, esbanjando irregularidade? Ele pode até não ter falado certo, mas – parafraseando nosso bom e velho Veríssimo – foi claro, certo?

Lição 12

Coesão textual

Exercícios

QUESTÃO 1

A Marquesa de Alegros ficara viúva aos quarenta e três anos, e passava a maior parte do ano retirada na sua quinta de Carcavelos. (...) As suas duas filhas, educadas no receio do céu e nas preocupações da moda, eram beatas e faziam o chique falando com igual fervor da humildade cristã e do último figurino de Bruxelas. Um jornalista de então dissera delas: – Pensam todos os dias na "toilette com que hão de entrar no Paraíso." (QUEIRÓS, Eça de. O crime do Padre Amaro. In: *Obras de Eça de Queirós*. Porto, Lello e irmãos, s/d, vol.I, p.22)

Como se nota, as filhas da Marquesa de Alegros vêm caracterizadas satiricamente por meio de um jogo de coesão marcado pela seleção de dois conjuntos de palavras e expressões que pertencem a dois campos de significado opostos entre si: de um lado, ocorrem termos que se incluem no universo conceitual da espiritualidade; de outro, termos que se incluem no universo da materialidade.

Representando esquematicamente temos:

Universo da espiritualidade	*Universo da materialidade*
• receio do céu	preocupações da moda
• beatas	faziam o chique
• humildade	cristã último figurino

Nesses pares, o segundo termo desmente o primeiro, expondo a contradição entre eles, a qual vem ridicularizada no período final.

Procure, usando um esquema similar de escolha de palavras que se opõem, ridicularizar a contradição daqueles que se dizem devotados à causa pública mas na verdade seu procedimento é todo dirigido à satisfação das ambições pessoais ou de seu grupo.

QUESTÃO 2

Mal usados, os mecanismos de coesão podem provocar ambigüidades de efeitos grotescos. É o que acontece com o trecho jornalístico a seguir, transcrito de um vestibular da Unicamp:

A oncocercose é uma doença típica de comunidades primitivas. Não foi desenvolvido ainda nenhum medicamento ou tratamento que possibilite o restabelecimento da visão. Após ser picado pelo mosquito, o parasita (agente da doença) cai na circulação sangüínea e passa a provocar irritações oculares até perda total da visão. (*Folha de S. Paulo,* 02/11/90, apud Unicamp 91)

a) Do modo como está redigido, esse trecho nos induz a depreender da sua leitura um sentido absurdo. Qual é esse sentido?
b) Levando em conta o seu conhecimento de mundo, procure presumir o significado pretendido pelo redator e reescreva o trecho de modo a deixar clara essa pretensão.

QUESTÃO 3

O trecho que segue foi extraído de uma conferência do antropólogo Roberto da Mata. Após algumas páginas em que trata da prática do clientelismo em nossa política, deplorando a naturalidade com que os políticos nomeiam seus parentes para cargos públicos, o conferencista acrescenta o que segue:

Clientelismo histórico

Estudando tais casos, deduz-se uma norma capaz de explicar a crônica ineficiência das nossas administrações públicas. Quero me referir ao fato de que, neste sistema, o cargo é proporcional ao grau de relacionamento. Parentes próximos, compadres e amigos do peito aspiram – não obstante suas qualificações – a altos cargos. Uma tia velha pode ser nomeada fiscal do consumo, uma namorada pode vir a ser indicada como gerente de uma carteira do Banco do Brasil em Paris, um primo carnal poderá ser secretário de Estado. (MATA, Roberto da. *Brasileiro Cidadão?*. 1ª ed. São Paulo. Cultura Editores Associados, p.15)

Como se vê, a orientação argumentativa do texto tem a intenção de ridicularizar a administração pública e explicar sua ineficiência. Esse resultado é obtido por um jogo de coesão que correlaciona, de um lado, termos hipônimos do hiperônimo *"cargo"* e de outro, hipônimos de *"parentesco"*, deixando claro que – apesar da falta de qualificação – os parentes são nomeados para os mais diversos cargos. Essa relação entre cargo e parentesco vem exemplificada por palavras hipônimas (aquelas que estão contidas num conceito mais geral), dessa forma:

Conceitos gerais ou hiperônimos	*parentesco*	*cargo*
hipônimos	tia velha	fiscal do consumo
	namorada	gerente de uma carteira do Banco do Brasil em Paris
	primo carnal	secretário de Estado

Usando o mesmo tipo de coesão por hipônimos, tente acrescentar a esse mesmo texto um trecho que exemplifique o desprezo pela relação *competência* e *cargo*.

QUESTÃO 4

> Tinha razão o camponês que declarou no VIII Congresso dos Sovietes: tudo vai bem. Mas, se a terra é para nós, o pão é para vocês, isto é, para os comissários; a água é para nós, mas o peixe para vocês; as florestas são para nós, mas a madeira para vocês. (*Izvestia* de Kronstadt, 25/03/1921, cit.in Henri Arvon – *A Revolta de Kronstadt*, apud vestibular de História, Fuvest, 94)

O trecho acima cria um efeito irônico por meio de um jogo argumentativo com o conector *mas,* que, como se viu, estabelece uma relação de contrajunção, ligando enunciados com direção argumentativa contrária. Após dizer que tudo vai bem, o camponês contrapõe a essa afirmação três seqüências em que opõe os bens de produção (terra, água, florestas) aos bens de consumo (pão, peixe, madeira). Como é próprio do *mas,* o que vem à sua direita tem um peso argumentativo maior do que o vem à esquerda. Com isso, reforça a ironia, dizendo que o que pertence ao *nós* é menos vantajoso do que o que pertence ao *vocês* (os comissários).

Suponha que o texto comece assim:

Tinha razão o representante dos trabalhadores que declarou, numa reunião com representantes do empresariado brasileiro: tudo vai bem. Mas...

Continue o texto, seguindo o mesmo jogo argumentativo do camponês de Kronstadt, adaptando, porém, o conteúdo das declarações à realidade brasileira atual.

QUESTÃO 5

Vi uma fotografia *sua* no metrô.

Numa frase como essa, fora do contexto, o anafórico *sua* dá margem a várias interpretações para o mesmo enunciado. Dentro de um contexto determinado, porém, a ambigüidade pode ser desfeita.

Redija um trecho, colocando a frase dentro de um contexto em que fique claro apenas um dos seus significados.

Exemplo: Eu não sabia que você andava fotografando, ganhando prêmios e expondo suas fotos em lugares públicos. Pois, ontem, vi uma fotografia sua no metrô.

QUESTÃO 6

O uso inadequado de conectores entre os enunciados, muitas vezes, não produz ambigüidades nem afeta o sentido que o enunciador quis dar ao que falou ou escreveu, mas indica falta de conhecimento da norma padrão. Com isso desqualifica a imagem social do falante e, assim, enfraquece o poder argumentativo do texto. Com os pronomes relativos, é muito comum a ocorrência de problemas desse tipo.

Em todas as frases que seguem, o pronome relativo está usado inadequadamente. Reescreva-as, de acordo com as prescrições da norma culta.

I – Um cidadão de qualquer cultura tem sempre muito prazer em exibir aos visitantes os atributos e as particularidades que a sua cultura se tornou notória.

II – No Brasil, mesmo um grande autor, como Jorge Amado, que as obras dele são traduzidas em vários idiomas, não vende mais livros do que um autor menos popular nos Estados Unidos.

III – O século XX, que em sua longa seqüência de anos não se conseguiu reduzir a barbárie, suporta em seu currículo uma incômoda estatística de 187 milhões de pessoas vítimas de massacres de todo tipo.

IV – O custo humano das conquistas do regime soviético, que sobre os números dele não existem estatísticas consensuais, foi excessivo e intolerável.

V – A economia americana, que nenhuma outra se iguala no mundo durante o período de 1880 e 1914, beneficiou-se ainda da última guerra mundial.

VI – A Receita Federal perde cerca de 4 bilhões de reais com o contrabando do Paraguai. São cerca de 800 ônibus diários levando um exército de sacoleiros onde se pode perceber que as estatísticas não são tranqüilizadoras para o governo.

QUESTÃO 7

Procure completar os trechos que seguem, dando continuidade à orientação argumentativa indicada pelo conector grifado:

I – Os jornais, em época de eleição, não têm assumido com seriedade o seu compromisso de informar corretamente o leitor sobre os candidatos. Não apuram a verdade das propagandas, não ouvem o outro lado, não se preocupam com avaliar a viabilidade das mirabolantes promessas de campanha. *Além disso...*

II – O cidadão não está obrigado a pagar mais impostos do que a lei determina. Por isso, se ela permite manobras para a pessoa física ou jurídica pagar menos impostos, não se pode tachar esse ato de corrupção. *Entretanto...*

III – No carnaval de 1994 um rumoroso caso agitou a opinião pública nacional. O então Presidente da República Itamar Franco, foi fotografado ao lado de uma modelo, num camarote do sambódromo do Rio de Janeiro. A imprensa alardeou ostensivamente o escândalo provocado pelo fato de a modelo ter aparecido sem calcinha na foto. Não deu, porém, quase nenhum destaque ao fato de o Presidente da República, Supremo Magistrado da Nação, Comandante-Chefe das Forças Armadas, que jurou defender a Constituição e as leis, estar num camarote comprado por bicheiros. *Houve, portanto...*

IV – Como em qualquer outra profissão, os jornalistas não estão livres da corrupção. Há a pequena corrupção, na qual repórteres e editores aceitam presentes caros ou trocam favores com empresários e políticos. Há também, entre outras variantes, a grande corrupção, que envolve grandes somas de dinheiro ou o equivalente em espécie. *Apesar disso...*

(*Revista Imprensa*, março de 94, n.78, p.4)

QUESTÃO 8

Como se sabe, sobretudo a partir da década de 80, o movimento dos chamados sem-terra surgiu como conseqüência de um dos graves problemas da

cena econômica e social do Brasil. Como todo movimento dessa natureza, formaram-se em torno dele correntes de opinião contrárias.

As duas vertentes dentro do debate exprimem-se lingüisticamente em torno de dois conceitos básicos: os que consideram o ato dos sem-terra como *invasão*; os que o interpretam como *ocupação* de fazendas ou terrenos urbanos.

Redija um parágrafo sobre cada uma dessas versões, explorando recursos de coesão lexical para marcar, com clareza, a posição de quem o escreveu, seja para caracterizar o ato como invasão (mais grave) ou como simples ocupação (mais ameno).

Lição 13

Coerência textual

Exercícios

QUESTÃO 1

A apresentação de dados estatísticos brutos, sem levar em conta a sua relatividade, cria um tipo de incoerência que esvazia completamente o poder argumentativo desses dados.

O trecho que vem a seguir ilustra esse tipo de inconveniente.

Por que medo de avião?

O avião é propicio ao medo: fechado e com gente aglomerada. Você não tem domínio da situação nem jeito de escapar. Além disso, o vôo em si gera ansiedade. Há também, claro, os riscos de qualquer viagem.

Andar de avião é mais seguro do que tomar banho. No ano passado, 200 americanos morreram em acidentes aéreos. No mesmo ano, 800 perderam a vida por causa de objetos que caíram em suas cabeças e 300 porque escorregaram na banheira. Isso sem contar os 42 mil que morreram em acidentes de carro.(Bettina Monteiro, *Viagem e Turismo*, setembro de 1996)

No segundo parágrafo, a redatora lança mão de dados para argumentar a favor da afirmação contida no primeiro período.

a) Por que esses dados não funcionam como um argumento irrefutável para provar o que ela pretende?

b) Suponha o seguinte tópico frasal:

Andar de avião é mais seguro do que se pensa.

Usando os mesmos dados ou acrescentando outros, desenvolva esse parágrafo conferindo coerência a ele.

QUESTÃO 2

Mais importante do que o mero conhecimento de dados e cifras é a capacidade de perceber suas correlações e implicações. Observe estes dados:

A conta é de Carlos Augusto Montenegro, dono do Ibope. Com o Real, a audiência da TV brasileira caiu 12%. (*Veja*, 7.6.95, p. 49)

Além disso, no Brasil, segundo uma pesquisa que eu vi na sala do Boni, 78% das pessoas só se informam pela televisão. (CRUZ, Alberico de Souza, *Veja*, 7.6.95 p. 44)

Redija um parágrafo que tire dos dados apresentados uma conclusão compatível, dentro dos princípios da coerência textual.

QUESTÃO 3

Leia com atenção o trecho que segue:

> Maravilhoso e utilíssimo instrumento, a memória! Sem ela mal pode o raciocínio desempenhar o seu ofício. Ora, ela me falta por completo. O que me desejam perguntar devem fazê-lo parceladamente, pois responder a um assunto, em que haja muitas coisas importantes, ultrapassa minha capacidade. (MONTAIGNE, Michel Equem de. *O pensamento vivo de Montaigne,* apresentado por André Gide, São Paulo, Martins, Edusp, 1975, p.57)

A deficiência de memória, no entanto, pode-nos ser benéfica sobretudo nos casos em que nos é penosa a lembrança de episódios traumáticos da vida passada, como foi o de um acidente de que fui vítima há exatos quinze anos nove meses e dois dias. Foi na primavera, no dia 29 de setembro de 1563, na França. Eram dez horas e vinte e cinco minutos da manhã, quando cavalgava minha montaria predileta, um cavalo árabe de cinco anos e três meses; aferroado por vespa entre os dois quadris, disparou em desenfreada carreira, fazendo-me bater a cabeça contra um grosso galho de mangueira que ladeava a estrada que saía do portão do meu castelo e ia dar no município vizinho de Dresden, pequeno povoado com 25.000 habitantes. Por felicidade do destino, meia hora após o acidente, passava por lá um médico holandês que me socorreu, levando-me até o hospital de Dresden onde, após exames de laboratório, fui submetido a uma cirurgia que me salvou a vida. Sou até hoje grato a esse médico, Jackes Van Dirk, bonachão, de barba branca, amarelada pela fumaça dos seus prediletos charutos Havana.

O primeiro parágrafo dessa narração foi extraído dos Ensaios de Montaigne. O segundo foi forjado e contém incoerências de vários tipos (narrativa, figurativa, temporal, espacial) tanto no plano intratextual quanto no extratextual.

Reescreva o segundo parágrafo, eliminando as incoerências. Se necessário, consulte uma enciclopédia sobre datas, lugares e fatos.

QUESTÃO 4

No romance *Diva*, o narrador assim se manifesta a respeito de um dos personagens:

> Geraldo pertencia à classe de homens a quem lateja a moleira toda a vida, e velhos já, são ainda meninos de cabelos brancos. Não lhe admire portanto a leviandade desse moço. (ALENCAR, José de. *Diva* 5ed. São Paulo, Ática, 1993, p. 13)

Desprezando o contexto da obra de que foi extraído, mas, preservando os princípios da coerência narrativa, escreva um parágrafo, relatando a reação de Geraldo frente ao fato de que o pai da noiva se opõe ao casamento.

QUESTÃO 5

No trecho que segue, extraído do vestibular da Unicamp 94, há uma incoerência de nível figurativo. Reescreva-o, eliminando-a.

Acrescente mais algumas figuras que componham um percurso figurativo coerente com as fantasias do personagem.

Dois carregadores estão conversando e um diz: "Se eu fosse Presidente da República, eu só acordava lá pelo meio-dia, depois ia almoçar lá pelas três, quatro horas. Só então é que eu ia fazer o primeiro carreto".

QUESTÃO 6

A falta de compatibilidade entre uma conclusão e os dados que lhe servem de base constitui incoerência que desqualifica o poder argumentativo do texto e desmoraliza o enunciador.

É o que ocorre na passagem que segue, extraída do vestibular da Unicamp 1989:

O jornal *Folha de S. Paulo* introduz com o seguinte comentário uma entrevista recente (8.12.88) com o professor Paulo Freire:

> "A gente cheguemos" não será uma construção gramatical errada na gestão do Partido dos Trabalhadores em São Paulo.

Os trechos da entrevista nos quais a Folha se baseou para fazer tal comentário foram os seguintes:

> – A criança terá uma escola na qual a sua linguagem seja respeitada (...) Uma escola em que a criança aprenda a sintaxe, mas sem desprezo pela sua.

– Esses oito milhões de meninos vêm da periferia do Brasil (...). Precisamos respeitar a [sua] sintaxe mostrando que sua linguagem é bonita e gostosa, às vezes é mais bonita que a minha. E, mostrando tudo isso, dizer a ele: “Mas para tua própria vida tu precisas dizer ‘a gente chegou’ [em vez de ‘a gente cheguemos’]. Isso é diferente, [a abordagem] é diferente. É assim que queremos trabalhar, com abertura, mas dizendo a verdade.

Reescreva a introdução do jornal de modo que ela fique coerente com as demais passagens da resposta de Paulo Freire.

QUESTÃO 7

Em todas as passagens que seguem, por causa de defeitos de estruturação lingüística, há prejuízos ao sentido de cada uma delas. Reescreva-as, evitando essas formas de incoerência.

a) Zélia Cardoso de Mello decidiu amanhã oficializar sua união com Chico Anysio. (*A Tarde*, Salvador, 16.09.94, apud Vestibular Unicamp, 1995)

b) *Crime racial* – O “olho” da manchete de página do *Diário Catarinense* dizia: “Maurício José Lemos Freire, titular do primeiro órgão do mundo a tratar especificamente de casos de racismo, deu palestra em escola de Joinville”. Aí o título botou tudo a perder – DELEGACIA DEFENDE CRIME RACIAL.

Meu secretário ficou indignadíssimo:

“Considerado, que diabo de delegacia é essa que defende o crime racial? Quer dizer que se um monstro qualquer espancar um doce crioulinho como aquele Kennedy da falecida novela *Pátria Minha*, é só correr para a delegacia que estará a salvo???”

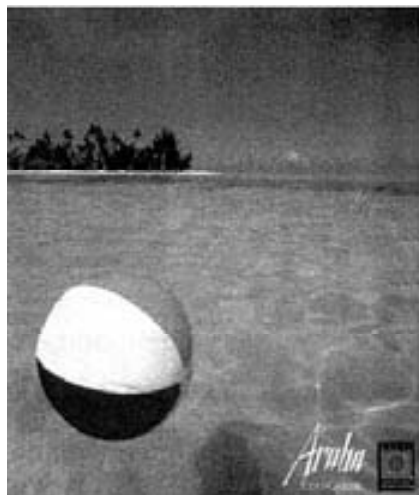
Parece que é. Fascistas de todo o mundo, acorrei! (*Imprensa*, maio 95, n.92, p. 31)

c) *Aspas atropeladas* – De algum lugar do Rio de Janeiro, chegou fax do leitor André Martins, inconformado com esta revista Imprensa. É que no mês de fevereiro de 95, matéria intitulada 0KM JÁ ATROPELA NA LARGADA (p. 67), é atribuída ao diretor de Comunicação da Fiat, Nivaldo Notoli, entre aspas, a seguinte frase: “A proposta da Editora Globo veio de encontro à nossa estratégia, que visa estabelecer um elo direto com o nosso consumidor”.

Perplexo por saber que a Fiat aceitou uma proposta contrária à estratégia da empresa, André deseja identificar a verdadeira vítima desse atropelamento da comunicação. (...) (*Imprensa*, maio 95, n.92, p. 31)

QUESTÃO 8

O texto que segue faz parte de uma publicidade sobre Aruba, veiculada em página dupla na *Revista Imprensa.* O texto vem transcrito na página da esquerda e da direita é ocupada por uma grande foto do mar de Aruba.

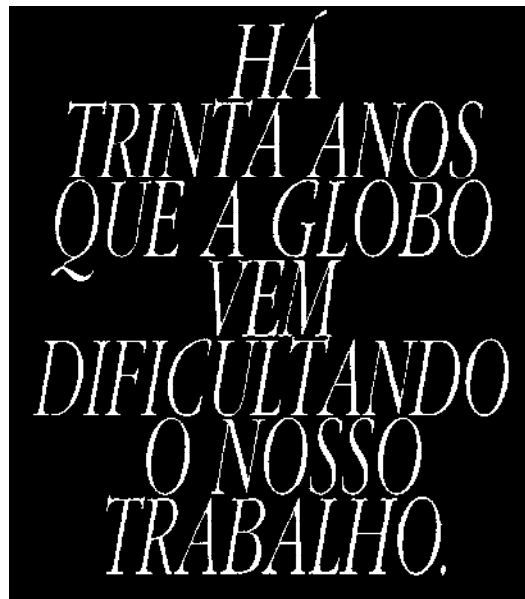
Aruba, 20 de fevereiro de 1995
Queridos Ana e Paulo:
Aqui é o seu velho amigo Bernardo, falando
diretamente de Aruba. Estamos nos divertindo muito.
Nos mergulhos, pudemos conhecer melhor os hábitos
do Hippocampus guttulatus. O santuário ecológico
de Bubali também é extraordinário. E as cavernas
com desenhos indígenas, então? Vocês iriam adorar.
Descobrimos também a fonte da juventude.
E é de água salgada (ah! ah! ah!).
À noite, parecemos dois adolescentes. Andamos
de mãos dadas e namoramos como nos velhos tempos.
Até no cassino! O azul do mar é incrível
e a areia, branquinha... A praia é bonita.
Ontem, eu brinquei de castelinho.
O meu baldinho é verde e o da
Elisa é vermelho
Aqui é legau
UM BEIJO
BERNARDO

Se interpretamos a parte final do texto (a partir da frase *O azul do mar é incrível e a areia, branquinha*) dando às palavras o seu sentido literal, surpreendemo-nos com uma incoerência que chega perto do absurdo. A ruptura com a forma de linguagem anterior é tal, que temos a impressão de que essa parte final foi completada por uma criança em fase inicial de alfabetização. Corroboram essa hipótese não só o tema, que é pueril, mas também a forma gráfica das letras e o tipo de erro ortográfico (*legau*).

Se, entretanto, tentarmos interpretar essa mesma passagem, percebendo o seu sentido não literal, ela ganha coerência e contribui de maneira original e pitoresca com o significado que o redator quer criar. Uma boa pista para o cálculo desse sentido não literal é a passagem *Descobrimos também a fonte da juventude.* A partir daí, a linguagem do texto vai-se alterando progressivamente, criando a impressão de regressão de idade.

Levando tudo isso em conta, redija um parágrafo, procurando explicitar o sentido não literal que esta passagem produz.

QUESTÃO 9

Na publicidade que vem a seguir, aparentemente há uma gritante incoerência entre o trecho inscrito no quadro e a frase final:

Homenagem da MPMLintas aos 30 anos da Rede Globo. Eis o texto publicitário:

A passagem intermediária, no entanto, desfaz a incoerência e torna o texto perfeitamente compreensível.

Traduza, num parágrafo, de maneira mais explícita, o sentido dessa passagem intermediária, tentando explicar sua função para criar o sentido global da propaganda.

QUESTÃO 10

Leia os trechos que seguem:

1. Tão inteiramente conhecia Cristo a Judas, como a Pedro, e aos demais; mas notou o Evangelista com especialidade a ciência do Senhor, em respeito a Judas, porque em Judas mais que em nenhum dos outros campeou a fineza do seu amor. Ora vede: Definindo S. Bernardo o amor fino, diz assim: *Amor non quaerit causam, nec fructum:* O amor fino não busca causa nem fruto. “Se amo, porque me amam, tem o amor causa; se amo, para que me amem, tem fruto: e amor fino não há de ter por quê, nem para quê. Se amo porque me amam, é obrigação, faço o que devo; se amo para que me amem, é negociação, busco o que desejo. Pois como há de amar o amor para ser fino? *Amo, quia amo, amo, ut amem:* amo, porque amo, e amo para amar. Quem ama porque o amam, é agradecido; quem ama, para que o amem, é

interesseiro; quem ama, não porque o amam, nem para que o amem, esse só é fino. E tal foi a fineza de Cristo, em respeito de Judas, fundada na ciência que tinha dele e dos demais discípulos. (VIEIRA, Antônio. *Sermões*, 4 ed. Rio de Janeiro, Agir, 1966, p. 64)

2. Moça da sociedade paulista

Empresário europeu deseja conhecer, para fins de amizade e breve compromisso, moça de elevada índole moral, culta, de inegável beleza física e com convicção interior e sensibilidade, que o faça acreditar que ainda existem mulheres de bons princípios, caráter íntegro, romântico, que crêem na existência e encontro do verdadeiro amor. Características pessoais: Europeu, 38 anos, livre, 1,77m, 75kg, situação financeira e social definidas, ótima apresentação.

Características pretendidas: 26/34 anos, livre, exigente em relação ao que quer da vida, entretanto simples, meiga, voltada prioritariamente ao lar, de boa família, companheira e amiga. Pede-se foto de corpo inteiro e carta de próprio punho que serão devolvidas em sigilo.

Se você existe, pode confiar e escrever sem receios. Esta mensagem é absolutamente séria.

CAIXA POSTAL xx.xxxx, CEP: xxxxx

São Paulo – SP.

(*Folha de S. Paulo,* apud vestibular Unicamp, 89)

Proposta de redação

Confrontando a concepção de amor explícita no texto de Vieira e a concepção de amor implícita na mensagem *absolutamente séria* do anúncio da *Folha de São Paulo,* redija um texto dissertativo, discutindo a relação (de concordância ou de discordância) que existe entre ambas.

Lição 14

Informações implícitas

Exercícios

QUESTÃO 1

Os dois textos que seguem contêm uma pergunta e uma resposta respectivamente e foram extraídos da seção *Bárbara responde* da *Revista da Folha,* de 30/4/95, nº 158, p. 8.

> Uma amiga me mandou uma cartinha para que minha filha entre em uma corrente mundial de livros infantis (até o príncipe Henry, filho da princesa Diana, participa). Como saltar fora sem ser antipática? (Sofia Carvalhosa, S.P.)
>
> – Você enlouqueceu, mulher? Sua filha pode vir a ser amiga do irmão do futuro rei da Inglaterra e você quer fazê-la saltar fora? Por acaso você acha que a corrente não está à altura da sua pimpa? Um dia ela ainda vai jogar essa negligência na sua cara. Preguiçosa!

Com a irreverência que caracteriza o estilo da referida jornalista, ela vai direto ao argumento exposto com mais destaque pela sua consulente: a participação do príncipe Henry. O pressuposto de que a inclusão do filho de Diana é o argumento mais forte está instaurado pelo uso do marcador *até,* que implica o seguinte raciocínio: a) não é comum um príncipe estar entre os integrantes de uma corrente de livros; b) se ele está, é que existem motivos de sobra para justificar a entrada de qualquer outro.

Construa um pequeno texto, convidando seu interlocutor a aceitar uma proposta qualquer, instaurando como argumento mais forte o fato de que ela é apoiada por alguém insuspeito, que habitualmente não apoiaria propostas do mesmo gênero.

QUESTÃO 2

> Veja bem – abrasileiramento do brasileiro não quer dizer regionalismo nem nacionalismo... pra ser civilizado artisticamente, entrar no concerto das nações que hoje em dia dirigem a civilização da Terra, (o Brasil) tem que concorrer para este concerto com a sua parte pessoal, com o que o singulariza e o individualiza... (Mário de Andrade – 1924, apud Vestibular de História da PUC – SP, 1992)

Nesse texto, sob a forma de pressupostos, afirma-se que:

a) o brasileiro não é brasileiro;
b) o Brasil não é civilizado artisticamente;
c) o Brasil não faz parte do concerto das nações dirigentes da civilização da Terra;
d) o Brasil não concorre para esse concerto com a parte que o singulariza.

Esses pressupostos são marcados por:

a) um substantivo derivado de verbo: *abrasileiramento;*
b) uma preposição que indica finalidade: *pra* (ser);
c) uma preposição e um verbo: (*pra*) *entrar;*
d) uma locução verbal: *tem que concorrer.*

Redija um texto, usando marcadores de pressupostos apropriados, que instaurem no texto os seguintes implícitos:

a) que o brasileiro não era brasileiro, mas agora é;
b) que o Brasil não era civilizado artisticamente, mas nos dias de hoje é;
c) que o Brasil não fazia parte do concerto das nações dirigentes da civilização da Terra, mas hoje faz;
d) que o Brasil não concorria para esse concerto com a parte que o singulariza, mas hoje concorre.

QUESTÃO 3

Num debate de televisão, pelos idos de 1986, um famoso político, em defesa do plano cruzado, um dos planos econômicos de nossa história, afirmou, cometendo um ato falho que foi acompanhado de risos irônicos:

O plano cruzado é bom até para os trabalhadores.

a) Comente o pressuposto instaurado na declaração que deu margem aos risos.
b) Construa uma declaração análoga em que o declarante deixe escapar um pressuposto que, em estado de atenção, não diria.

QUESTÃO 4

Com as alterações efetuadas, o produto ficou *mais* saudável, *pois, além* da gordura, foram extraídos os ingredientes prejudiciais à saúde.

Há, no fragmento, pressupostos, estabelecidos pelo advérbio *mais,* pela conjunção *pois* e pela locução prepositiva *além de.*

Redija um texto similar, com esses três instauradores de pressupostos, respeitando as seguintes instruções:

a) uma alteração foi efetuada;
b) ela produziu melhora em algo que já era bom;
c) o argumento dado para a melhora é que, dentre todos os inconvenientes, sobretudo um deles foi eliminado.

QUESTÃO 5

Estou telefonando para marcar quando devo mandar receber a diferença relativa ao primeiro orçamento referente às obras de troca de cabos e fios elétricos em sua empresa.

Há dois pressupostos no trecho, estabelecidos um pela conjunção *quando* e outro pelo ordinal *primeiro.*

Construa um texto similar, efetuando uma cobrança sob os pressupostos de que:

a) houve uma alteração de contrato a favor do fornecedor;
b) o conteúdo dessa alteração não está sob controvérsia, segundo a versão de quem está cobrando.

QUESTÃO 6

Se a Receita Federal passar a fiscalizar com eficiência, até os empresários vão acabar pagando imposto de renda.

A frase conta com os pressupostos de que:

a) a Receita Federal não é eficiente na fiscalização;
b) os empresários não costumam pagar imposto de renda.

Usando marcadores de pressupostos similares aos da frase acima, redija uma outra em que se estabeleçam os pressupostos de que:

a) o governo não administra com rigor, mas pode fazê-lo;
b) essa atitude pode controlar os gastos públicos com as empreiteiras (que habitualmente são difíceis de controlar).

QUESTÃO 7

O diálogo que segue foi extraído de uma tira do humorista Luís Fernando Veríssimo intitulada *AS COBRAS:*

– Flecha, você é machista?

– Para mim não existe qualquer diferença entre os sexos, Shirley. Que pergunta! Aliás, típica.(Apud Unicamp – 93)

Como se vê, nesse texto, Flecha nega um preconceito no plano explícito, mas o afirma no plano implícito.

Usando um marcador de pressuposição similar ao do texto, redija um diálogo em que um dos interlocutores:

a) manifeste uma opinião explícita;
b) deixe implícita a opinião contrária.

QUESTÃO 8

Suponha que você vá redigir uma lei isentando as igrejas e instituições religiosas do pagamento de impostos.

Na oração principal deve constar a afirmação de que *As igrejas e instituições religiosas estão isentas de pagar imposto.*

Entre as expressões *instituições religiosas* e *estão isentas*, encaixe, por meio de uma oração subordinada adjetiva, a seguinte expansão:

Elas se dedicam à assistência dos segmentos sociais menos favorecidos e à sua promoção.

a) Qual seria a redação do texto se quiséssemos dar vantagens para as igrejas e instituições religiosas?
b) E para dar vantagens ao fisco?

QUESTÃO 9

A partir de agora, só as pessoas que conseguirem autorização do governo poderão ter máquina de escrever em casa. Quem tiver passagem pela polícia não está autorizado a ter porte de máquina. Quanto aos contemplados, serão devidamente registrados.

No fragmento acima, há dois subentendidos instaurados pelo redator da notícia:

a) que máquina de escrever, no regime considerado, é similar a uma arma de fogo;
b) que mesmo os portadores autorizados não estão livres de suspeita.

Redija um fragmento similar, instaurando o subentendido de que o governo a que se refere a notícia:

a) está fragilizado;
b) sente-se ameaçado por escritores como se portassem armas de fogo.

QUESTÃO 10

O Ministério da Fazenda descobriu uma nova esperteza no Instituto de Resseguros do Brasil. O instituto alardeou um lucro no primeiro semestre de 3,1 bilhões de cruzeiros, que esconde na verdade um prejuízo de dois bi. Brasil, Cuba e Costa Rica são os três únicos países cujas empresas de resseguros são estatais. (*Veja*, 1/9/93, p. 31)

Como se vê, além de vários pressupostos, o texto deixa subentendido por um processo de comparação de três países – que:

a) empresa de resseguros na mão do Estado não é uma solução recomendável;

b) que o Brasil, no que se refere a empresas de resseguros, é um país dos mais atrasados do mundo.

Usando do mesmo processo de comparação, redija um texto que deixe entrever o subentendido de que a animosidade contra as empresas estatais, muitas vezes, é fruto de preconceito e de desinformação.

Lição 15

Progressão textual

Exercícios

QUESTÃO 1

Muitas vezes, a falta de coesão textual acaba redundando na falta de progressão, já que o produto resultante é um mero aglomerado de frases que não possui unidade temática. As frases não fluem, o sentido global não se constrói. Tem-se a impressão de camadas que poderiam ocupar qualquer lugar no conjunto.

O trecho que segue está claramente comprometido por falta de coesão e de progressão textual. Nele se encaixam várias frases, todas elas bem redigidas, mas, no seu conjunto, não chegam a constituir um texto. Todas as passagens falam da educação, mas não é possível, a partir da sua leitura, determinar um tema que lhes dê unidade. Há, entre elas, até mesmo contradições comprometedoras: umas supervalorizam o papel da educação, outras a consideram como desnecessária e até mesmo como inimiga da sabedoria.

Leia com atenção o que vem a seguir:

> O mundo, na hora presente, encontra-se numa encruzilhada entre a educação e a catástrofe. De todos os métodos já experimentados em educação, o melhor consiste em dar a cada criança uma boa mãe. A educação deve levar o homem a fazer o que precisa ser feito, por sua espontânea vontade. A grande falha dos educadores é nunca se lembrarem de que eles já foram crianças. A educação não tem conseguido até hoje bons resultados, já que, quando criança, os homens são tão inteligentes e amáveis; quando adultos, no geral, são tolos e grosseiros. A educação é inimiga da sabedoria porque nos obriga a aprender muitas coisas completamente desnecessárias para quem quer ser sábio.

Há, no entanto, dentro desse trecho idéias que se compatibilizam e podem ser ordenadas dentro dos princípios da progressão textual. Mesmo as que se incompatibilizam podem ser encaixadas de modo tal, que fique preservada a unidade temática: basta, para isso, que o texto distinga com clareza os diferentes pontos de vista sob os quais se pode avaliar uma mesma questão.

Tente, pois, construir um texto onde essas opiniões sobre a educação se encaixem sem afetar a progressão textual. Evidentemente você pode acrescentar

suas opiniões e excluir do trecho dado aquelas que sejam incompatíveis com o ponto de vista que vai garantir a unidade temática.

QUESTÃO 2

O texto que segue foi extraído do prefácio do livro *Nova Técnica de Convencer,* de Vance Packard (5 ed. São Paulo, Ibrasa, 1980, p.5-6). Nele, o autor trata, com preocupação, de modernos recursos empregados por agências de publicidade para induzir consumidores a comprar produtos, movidos por impulsos da fantasia e por apelos incontrolados do inconsciente.

De propósito, foram enxertados neste trecho de Packard algumas passagens que, *dada a sua redundância,* prejudicam a progressão textual.

Leia com atenção o que vem a seguir e, excluindo as redundâncias, procure reconstituir o texto original.

> Um diretor de publicidade de Milwaukee, dirigindo-se a colegas, comentou o fato de as mulheres pagarem dois dólares e meio por um creme para a pele, mas não darem mais de vinte e cinco centavos por um sabonete. Elas pagam muito mais por um creme para a pele do que por um sabonete. Por quê? O sabonete, explicou ele, apenas promete deixá-las limpas. O creme promete torná-las belas. Segundo o diretor de publicidade, essas mulheres são atraídas pela promessa de beleza feita pelo creme enquanto que o sabonete só promete a limpeza do corpo. (Os sabonetes começaram agora a prometer também beleza, além de limpeza). Aliás, os sabonetes também passaram a fazer o mesmo apelo do creme de pele. Esse diretor de publicidade acrescentou: “As mulheres estão comprando uma promessa. “Prosseguindo disse: “Os fabricantes de cosméticos não estão vendendo lanolina, estão vendendo esperança... Não compramos mais laranjas, compramos vitalidade. Não compramos simplesmente um automóvel, compramos prestígio.” O pior é que, na opinião do referido diretor de publicidade, não só as mulheres compram promessa em vez de creme de pele, mas nós também compramos saúde em vez de laranja e prestígio em vez de automóvel.

QUESTÃO 3

O texto que segue constitui um bom exemplo de progressão textual:

Brilhantes e engraçados

Jornalistas às vezes são brilhantes, bem-informados, aplicados, interessados.
Outras são desleixados, mal-informados, desinteressados.
Quatro histórias da segunda parte:

1. Quando se dava o resultado do jogo do bicho pelo rádio, o repórter Alberto Brandão, da Rádio Globo, saiu anunciando:

“Na cabeça, elefante; no segundo prêmio, cobra; no terceiro... e no sétimo prêmio, o bicho do mar: jacaré”.

2. Toda a redação do *Jornal do Brasil* estava diante do televisor vendo o histórico momento em que o homem pisava pela primeira vez na Lua. Todos, menos um: Remy Gorga, bom jornalista e bom tradutor, torcedor fanático do Colorado, estava sentado lá no fundo, alheio a tudo, atento ao radinho de pilha que, colado ao ouvido, transmitia o jogo do Internacional.

3. Marcus Vinicius, repórter da Rádio Globo, descrevendo um desastre de automóvel: “Depois do choque o carro saiu cambaleando.”

4. Roberto Granja, jovem repórter, recém-chegado do Recife, começou no Rio fazendo plantão da madrugada. Fechado o jornal, o chefe de redação, antes de sair, pergunta a Granja, que fazia ronda:

– Alguma novidade?

– Não. Só um bonde que enguiçou com algumas pessoas dentro.

No elevador foi que o chefe se tocou: só podia ser o bondinho do Pão de Açúcar. Voltou, foi ver, era. Dez pessoas estavam dentro, penduradas por um fio “num bonde enguiçado” já havia duas horas. Um drama de primeira página. Apenas “um bonde que enguiçou.” (LEMOS, Carlos. *Revista Imprensa*, n. 92, maio/95, p.72)

Como se vê, os quatro itens que se seguem ao primeiro parágrafo constituem uma ilustração das inferências contidas na seqüência dos adjetivos: *desleixados, mal-informados, desinteressados.*

Procure compor um texto, usando processo similar ao do trecho da Revista Imprensa, ilustrando o que afirmam os adjetivos em itálico na passagem que segue:

Não são raros os casos em que nossa imprensa, por precipitação, irresponsabilidade ou má-fé, publica notícias *infundadas, alarmantes, interesseiras*.

OBS.: Use só um item para cada adjetivo. Os casos podem ser relatados de memória ou até mesmo inventados. O importante é que se coloquem em progressão com o trecho citado.

QUESTÃO 4

A redundância é um dos fatores que compromete a progressão textual, mas pode ser usada – como de fato se dá em bons textos – a serviço de intenções retóricas, para a produção de efeitos de sentido. A diferença entre esses dois usos repousa no dado de que, como recurso retórico, a redundância é produto de um programa intencionalmente traçado para criar efeito de reforço da mensagem ou para estabelecer certa hierarquia entre as passagens do texto, ou para marcar certa divisão entre elas, etc; a redundância perturbadora é produto da inadvertência e não acrescenta nada de novo ao texto, não sendo possível perceber por trás delas nenhum esquema regular de organização.

As trovas populares, em que a métrica e a rima são fatores determinantes, fazem largo uso das repetições, extraindo delas coloridos efeitos. Eis um exemplo:

O tempo é senhor de tudo
Sem tempo nada se faz
Tempo dá e tempo tira,
Tempo leva e tempo traz.
(MOTA, Leonardo. *Adagiário Brasileiro.* Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p.344)

Ou ainda este, extraído da mesma fonte:

Com jeito se leva o mundo,
De tudo o jeito é capaz:
O caso é ajeitar-se o jeito
Como muita gente faz.

Procure construir um pequeno texto em prosa, repetindo como recurso expressivo a expressão *"O tempo é senhor de tudo";* se preferir, inspirando-se no célebre poema de Vinícius de Morais, construa um texto usando como refrão a expressão *"Porque hoje é sábado."*

QUESTÃO 5

Faz parte das regras do jogo da progressão textual o respeito às noções de pertinência e de funcionalidade. Isso quer dizer que não se inserem dados no texto que não sejam úteis ou funcionais para o enriquecimento do significado que se deseja construir ou dos resultados que se pretendem atingir. Um dado ou uma informação que não vão ser explorados posteriormente ou que não sirvam para confirmar o que se disse antes devem ser excluídos do texto.

A pertinência dos dados é sempre relativa às intenções que presidem a construção do texto. Suponhamos, por exemplo, uma passagem como esta:

> A Revista X atingiu a tiragem de 1.130.000 exemplares, está há mais de 20 anos no mercado e é lida sobretudo pelas classes A e B. Segundo fontes de pesquisa de opinião, trata-se da publicação mais confiável do país.

Tais dados são pertinentes para promover a venda de espaço da revista a anunciantes ou para convencer um articulista de renome a aceitar uma proposta de passar a escrever para ela. Entretanto, para persuadir uma escola de público infantil a assiná-la para a biblioteca das crianças, não tem a menor pertinência.

Levando em conta essas condições, observe com atenção os dados contidos no trecho que segue e desenvolva um texto dissertativo, explorando os desdobramentos para os quais esses dados são pertinentes.

> A República da Argentina, nosso vizinho de fronteira, com uma população de 33.070.000 habitantes, é o mercado mais promissor de todos os países da América Latina para a produção da indústria brasileira. Em 1990 importou US$ 4,1 bilhões em máquinas industriais, produtos químicos e minerais, tendo por parceiros comerciais os Estados Unidos, Brasil, Holanda, Alemanha e Repúblicas da CEI (Em 1992, as exportações do Brasil somaram US$ 36,1 bilhões). O atual presidente Carlos Saúl Menem tem-se empenhado vivamente para converter o país num destacado interlocutor internacional dos Estados Unidos. Em recente visita ao presidente Bill Clinton, tendo sido recebido como líder do hemisfério, ouviu deste a afirmação de que a Argentina é uma "candidata natural" a integrar-se ao NAFTA, o acordo de livre comércio entre os Estados Unidos, México e Canadá, o que pressupõe um entendimento com seus parceiros do Mercosul: Brasil, Uruguai e Paraguai.

Lição 16

Dizer uma coisa para significar outra

Exercícios

Texto para as questões 1 e 2

Ponto de vista

Avolumam-se, com suspeito sincronismo, as denúncias na imprensa sobre a prática do nepotismo entre os políticos brasileiros. Como um dos atingidos pela nefasta campanha, que visa a denegrir a imagem do servidor público no Brasil, a mando de interesses inconfessáveis, me senti no dever de responder publicamente às insidiosas insinuações, na certeza de que assim fazendo estarei defendendo não apenas minha honra – apanágio maior de uma vida toda ela dedicada à causa pública e à tradição familiar que assimilei ainda no colo do meu saudoso pai, quando era prefeito nomeado da nossa querida Queijadinha do Norte e eu era o seu secretário particular, depois da escola – mas também a honra de toda uma classe tão injustamente vilipendiada , a não ser quando pertence a outro partido, porque aí é merecido. A imprensa brasileira, em vez de cumprir seu legítimo papel numa sociedade democrática, que é o de dar a previsão do tempo e o resultado da Loteria, insiste em perscrutar as ações dos políticos, como se estes fossem criminosos comuns, não qualificados, e em difamá-los com mentiras. Ou, em casos de extrema irresponsabilidade e crueldade, com verdades. Outro dia, depois de ler uma reportagem em que um órgão da nossa grande imprensa me fazia acusações especialmente levianas, virei-me para meu chefe de gabinete e comentei: “Querida, por que eles fazem isto comigo?”. Mas ela apenas resmungou alguma coisa, virou-se para o outro lado e continuou a dormir, obviamente perplexa. (VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Veja,* 12/4/89, p. 19)

Esse trecho corresponde à parte inicial de um artigo de página inteira em que Luís Fernando Veríssimo veste a máscara de um político brasileiro que se considera vítima de uma campanha de difamação e se põe em defesa da classe. Trata-se de um curioso artifício de construção textual em que o texto diz uma coisa para significar outra.

À primeira vista, o significado do texto parece ser uma veemente defesa que um político brasileiro faz da própria honra e da sua classe. No entanto a inserção de certas passagens no contexto não deixam dúvidas de que o sentido

global é exatamente o oposto de uma defesa da classe política. Na verdade é uma demolidora e bem-humorada ironia contra o tipo de político cujo discurso vem caricatamente simulado no texto. Só uma interpretação irônica é que pode justificar a inclusão de passagens como: *no colo do meu saudoso pai, quando era prefeito nomeado da nossa querida Queijadinha do Norte; uma classe tão injustamente vilipendiada, a não ser quando pertence a outro partido, porque aí é merecido; ou ainda virei-me para meu chefe de gabinete e comentei: Querida, porque eles fazem isto comigo?*

QUESTÃO 1

Acrescente um parágrafo ao trecho acima transcrito, no mesmo tom irônico, de modo que forme com ele um conjunto coerente.

QUESTÃO 2

Suponha agora que esse texto de Luís Fernando Veríssimo tenha a efetiva intenção de assumir com veemência a defesa dos políticos brasileiros contra as denúncias de prática no nepotismo orquestradas pela imprensa.

Que tipo de rearticulações ele deveria sofrer?

QUESTÃO 3

Leia o trecho que segue:

> Prezado amigo,
> Na última carta você me pedia notícias sobre a situação geral do nosso país. Lamento informá-lo de que as coisas aqui não vão nada bem. Persistem os velhos problemas nada contornáveis: grupos econômicos nada dispostos a abrir mão de seus interesses não muito patrióticos, as ações não pouco corrosivas da corrupção, as intervenções nada eficazes da classe política. Coexistindo com esse quadro e por causa dele, continuam as condições econômicas do povo num estado que não causa inveja a ninguém, e o bem-estar coletivo em patamares de que não temos motivo para nos orgulhar.

Esse fragmento simulado de uma carta, fazendo uso do recurso da lítotes, cria uma imagem pouco alvissareira do país.

Fazendo uso deste mesmo recurso, escreva um fragmento similar, criando uma imagem do país oposta à do trecho acima transcrito.

QUESTÃO 4

CAPÍTULO CXXV / EPITÁFIO

AQUI JAZ
DONA EULÁLIA DAMASCENA DE BRITO
MORTA
AOS DEZENOVE ANOS DE IDADE
ORAI POR ELA!

CAPÍTULO CXXVI / DESCONSOLAÇÃO

O epitáfio diz tudo. Vale mais do que se lhes narrasse a moléstia de Nhã-loló, a morte, o desespero da família, o enterro. Ficam sabendo que morreu; acrescentarei que foi por ocasião da primeira entrada da febre amarela. Não digo mais nada, a não ser que a acompanhei até o último jazigo, e me despedi triste, mas sem lágrimas. Concluí que talvez não a amasse deveras. ....Se não contei a morte, não conto igualmente a missa do sétimo dia. A tristeza de Damasceno era profunda; esse pobre homem parecia uma ruína. Quinze dias depois estive com ele; continuava inconsolável, e dizia que a dor grande com que Deus o castigara fora ainda aumentada com a que lhe infligiram os homens. Não me disse mais nada. Três semanas depois tornou ao assunto, e então confessou-me que, no meio do desastre irreparável, quisera ter a consolação da presença dos amigos. Doze pessoas apenas, e três quartas partes amigos do Cotrim, acompanharam à cova o cadáver de sua querida filha. E ele fizera expedir oitenta convites. Ponderei-lhe que as perdas eram tão gerais que bem se podia desculpar essa desatenção aparente. Damasceno abanava a cabeça de um modo incrédulo e triste.
– Qual! – gemia ele – desampararam-me. (ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas.* São Paulo, Abril Cultural, 1978, p.150-151)

No trecho acima, o narrador faz referência à morte inesperada daquela que ele pretendia por esposa (Nhã-loló ou Dona Eulália Damascena de Brito) e ao desconsolo do pai, agravado pelo fato de pouquíssimos amigos terem comparecido ao enterro.

O narrador fala de temas de que promete não falar, usando, pois, o recurso retórico da preterição.

Tal recurso cria um efeito curioso: ao fingir não tocar num assunto, cria a impressão de que ele se impõe com tal evidência, que, na verdade, nem precisaria ser mencionado. Com isso, a revelação daquilo que não precisaria ser relevado acaba dando destaque ao que, de fato, se põe em cena.

Proposta: Fazendo uso da preterição, cite mais algumas reações de possíveis membros da família que estavem entre as doze pessoas a acompanhar o enterro.

QUESTÃO 5

I

Rubião fitava a enseada – eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas em verdade, vos digo que pensava em outra coisa. Coteja o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora! Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.

– Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele.

Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral! Não casou; ambos morreram, e aqui está tudo comigo; de modo que o que parecia uma desgraça...

II

Que abismo que há entre o espírito e o coração! O espírito do ex-professor, vexado daquele pensamento, arrepiou caminho, buscou outro assunto, uma canoa que ia passando; o coração, porém, deixou-se estar a bater de alegria. Que lhe importa a canoa nem o canoeiro, que os olhos de Rubião acompanham, arregalados? Ele, coração, vai dizendo que, uma vez que a mana Piedade tinha de morrer, foi bom que não casasse; podia vir um filho ou uma filha...

(ASSIS, Machado de. *Quincas Borba.* 11 ed. São Paulo, Ática, 1992, p. 13)

Como se nota, as duas reticências que ocorrem no texto marcam a interrupção do discurso imposta pela censura do espírito do ex-professor ao coração.

Proposta

Fazendo uso das reticências, continue o texto, construindo um diálogo em que a euforia do coração do ex-professor pela fortuna herdada é entrecortada

pela censura do espírito de Rubião, constrangido por estar-se alegrando com a morte alheia.

QUESTÃO 6

Num repente, relembrei estar em noite de lobisomem – era sexta-feira (...)

Já um estirão era andado quando, numa roça de mandioca, adveio aquele figurão de cachorro, uma peça de vinte palmos de pêlo e raiva (...)

Dei um pulo de cabrito e preparado estava para a guerra do lobisomem. Por descargo de consciência, do que nem carecia, chamei os santos de que sou devocioneiro:

– São Jorge, Santo Onofre, São José!

Em presença de tal apelação, mais brabento apareceu a peste. Ciscava o chão de soltar terra e macega no longe de dez braças ou mais. Era trabalho de gelar qualquer cristão que não levasse o nome de Ponciano de Azeredo Furtado. Dos olhos do lobisomem pingava labareda, em risco de contaminar de fogo o verdal adjacente. Tanta chispa largava o penitente que um caçador de paca, estando em distância de bom respeito, cuidou que o mato estivesse ardendo. Já nessa altura eu tinha pegado a segurança de uma figueira e lá de cima, no galho mais firme, aguardava a deliberação do lobisomem. Garrucha engatilhada, só pedia que o assombrado desse franquia de tiro. Sabidão, cheio de voltas e negaças, deu ele de executar macaquice que nunca cuidei que um lobisomem pudesse fazer. Aquele par de brasas espiava aqui e lá na esperança de que pensasse ser uma súcia deles e não uma pessoa sozinha.

O que o galhofista queria é que eu, coronel de ânimo desenfreado, fosse para o barro denegrir a farda e deslustrar a patente. Sujeito especial em lobisomem como eu não ia cair em armadilha de pouco pau. No alto da figueira estava, no alto da figueira fiquei. (CARVALHO, José Cândido de. *O Coronel e o Lobisomem.* 8 ed. São Paulo, J. Olympio, s.d., p. 178-179)

Como se vê, o texto se estrutura a partir da alternância entre eufemismos e hipérboles. De um lado, o Coronel disfarça o seu medo do lobisomem com eufemismos: *dei um pulo de cabrito* (criando a impressão de esperteza e não de medo), *chamei os santos de que sou devocioneiro* (segundo ele, por descargo de consciência e não por medo), *tinha pegado a segurança de uma figueira* (alegando que era por por estratégia e não por medo); de outro lado exagera, por meio de hipérboles, a periculosidade do lobisomem: *uma peça de*

vinte palmos de pêlo e raiva; ciscava o chão de soltar terra e macega no longe de dez braças ou mais; pingava labareda em risco de contaminar de fogo o verdal adjacente.

Proposta

Muitas vezes, certas condições nos impõem a necessidade de contrabalançar eufemismos e hipérboles. Fazendo uso desses dois recursos retóricos, elabore um pequeno discurso de homenagem à delegação de um país com que já nos relacionamos cordialmente e sem restrições no passado, mas, no presente, aquelas boas relações estão sendo abaladas por tensões e conflitos delicados. As boas relações do passado devem ser enfatizadas e os conflitos atuais devem ser atenuados, mas não podem deixar de ser citados.

Lição 17

Argumentação

Exercícios

QUESTÃO 1

O texto publicitário que segue tenta persuadir o telespectador a ver o canal MTV e o patrocinador a investir nele, baseado em vários tipos de argumento comandados por um principal, do qual os demais são manifestação e sintoma: sua grande quantidade de telespectadores (111 municípios na rede, 3ª emissora no público jovem). Além disso, trata-se de um telespectador ativo, participante (2.000 quilos em cartas recebidas, 5.563 ôis (sic) do Zeca Camargo). Os dados mostram ainda um longo tempo de exposição dos seus programas (11.712 horas no ar), com muita variedade (26.400 videoclips exibidos), que dá bom retorno aos patrocinadores (180 anunciantes).

Enfim, uma empresa de porte, que dá emprego para 201 funcionários. Tudo isso com apenas 2 anos de MTV. É um invejável resultado em muito pouco tempo.

Como se nota, trata-se de um jogo argumentativo baseado sobretudo no tópico da *quantidade*, para o qual aquilo que produz muitos resultados e agrada a muitos tem mais valor do que aquilo que produz pouco e que agrada a poucos. Além disso, a discriminação de dados e o uso de quantidades exatas criam um efeito de verdade. A indicação da fonte fornecedora da estatística (Datafolha), um organismo não vinculado à MTV, é outro recurso que reforça a impressão de verdade.

Explorando recursos argumentativos baseado no tópico da *quantidade*, faça um parágrafo dissertativo, procurando convencer o leitor de que um dos

graves problemas sócioeconômicos do Brasil é a imigração de regiões carentes para os grandes centros urbanos do Sul. Se necessário, pesquise dados em uma fonte credenciada.

QUESTÃO 2

A seguir vem um texto publicitário que, baseado nas diferenças individuais, propõe um produto identificado com elas. Individualidade e identidade são, pois, a base do jogo argumentativo do texto, explorando o tópico da *qualidade*.

SOLUÇÕES PERSONALIZADAS EM REVESTIMENTO CERÂMICO

Por natureza, você é diferente de qualquer outra pessoa. Ninguém tem seu código genético, sua impressão digital suas experiências de vida. Assim, suas preferências também são únicas. Por isso, a Portobello está decretando o fim da massificação na indústria cerâmica. As Soluções Personalizadas Portobello formam um conjunto de produtos e serviços que permitem a máxima individualização em cada projeto, interagindo diretamente com arquitetos, decoradores e consumidores. Os revendedores e Showrooms Portobello oferecem variedades de formatos, texturas e cores, combináveis entre si, permitindo um número ilimitado de soluções. São exclusividades Portobello combinadas com uma só fonte de inspiração: você.

Fazendo uso do argumento de *qualidade* redija um texto pequeno, persuadindo seus amigos de que a leitura de bons livros é mais útil do que ver televisão.

QUESTÃO 3

Como se sabe, o que existe, sobretudo aquilo que está arraigado a uma cultura, é mais persuasivo do que o seu contrário. Por isso é difícil produzir argumentos que convençam os indivíduos acostumados com o *existente* a agir contra ele.

O trecho que segue é o início de uma publicidade institucional financiada pelo Unicef e pela Fundação Odebrecht.

Leia-o com atenção:

Você acha normal
que uma criança carente
fracasse na escola?
Nós não.

Os altos índices de repetência escolar só não são mais perversos que o conformismo da nossa sociedade com esse absurdo. Um absurdo que está presente de modo significativo entre as classes sociais mais ricas e de modo esmagador entre as classes mais pobres.

A verdade é que o fracasso na escola passou a ser encarado de forma tão natural quanto a chuva, o sol, o calor e o frio. Tão natural que passou a fazer parte da nossa cultura.(*Veja*, 17/8/94, p. 52)

Após esses dois parágrafos iniciais, o texto procura apresentar argumentos para persuadir o povo a tomar providências contra esse estado de coisas.

Redija você um pequeno texto com essa mesma orientação argumentativa. Trata-se de um esforço argumentativo direcionado contra uma opinião consensual.

QUESTÃO 4

Leia com atenção o trecho que segue, extraído do texto dramático *Auto da Compadecida*.

CHICÓ – Mas padre, não vejo nada de mau em se benzer o bicho.

JOÃO GRILO – No dia em que chegou o motor novo do major Antônio Morais o senhor não benzeu?

PADRE – Motor é diferente, é uma coisa que todo mundo benze. Cachorro é que eu nunca ouvi falar.

CHICÓ – Eu acho cachorro uma coisa muito melhor do que motor.

PADRE – É, mas quem vai ficar engraçado sou eu, benzendo o cachorro. Benzer motor é mais fácil, todo mundo faz isso, mas benzer cachorro?

JOÃO GRILO – É, Chicó, o padre tem razão. Quem vai ficar engraçado é ele e uma coisa é benzer motor do major Antônio Morais e outra benzer o cachorro do major Antônio Morais.

PADRE – (mão em concha no ouvido) Como?

JOÃO GRILO – Eu disse que uma coisa era o motor e outra o cachorro do major Antônio Morais.

PADRE	–	E o dono do cachorro de quem vocês estão falando é Antônio Morais?
JOÃO GRILO	–	É. Eu não queria vir, com medo de que o senhor se zangasse, mas o major é rico e poderoso e eu trabalho na mina dele. Com medo de perder meu emprego, fui forçado a obedecer, mas disse a Chicó: o padre vai se zangar.
PADRE	–	(desfazendo-se em sorrisos) Zangar nada, João! Quem é um ministro de Deus para ter direito de se zangar? Falei por falar, mas também vocês não tinham dito de quem era o cachorro!
JOÃO GRILO	–	(cortante) Quer dizer que benze, não é?
PADRE	–	(a Chicó) Você o que é que acha?
CHICÓ	–	Eu não acho nada de mais.
PADRE	–	Nem eu. Não vejo mal nenhum em se abençoar as criaturas de Deus.

(SUASSUNA, Ariano. Teatro Moderno. *Auto da Compadecida*. 8 ed., Rio de Janeiro, Agir, INL, 1971, p.32-34)

O texto mostra um jogo argumentativo entre três personagens: de início, Chicó e João Grilo tentam persuadir o sacerdote a fugir do consenso e benzer um cachorro; o sacerdote, baseado no consenso, recusa-se a acatar seus argumentos.

Para se opor ao consenso é preciso um argumento mais forte: escolheram então o de autoridade (o cachorro era do major Antônio Morais).

O padre submete-se a ele.

Coloque-se agora no lugar do sacerdote e encontre uma saída honrosa para não se desviar do consenso (não cair em contradição) e não entrar em confronto ostensivo com o major Antônio Morais.

QUESTÃO 5

Os argumentos baseados em categorias genéricas são menos persuasivos do que os dados de realidade que os sustentam. Uma categoria abstrata só é eficaz em argumentação, quando os interlocutores compartilham os fenômenos que lhes dão fundamento.

O trecho que segue é uma boa demonstração de que a generalidade é um defeito que enfraquece o poder argumentativo do texto.

Afinal de contas, quem são eles?

Engulo o uísque e vou caminhando. Tenho um encontro com um empresário e um americano antropólogo que está com ele. Cinema, grana, outros papos. O burguês amigo meu fala sem parar nas tragédias da lucratividade nacional. Meu amigo fala muito "deles...deles...deles". Todo o mal do Brasil é culpa deles. O mundo e o país estão sendo destruídos por eles. Até que o americano não agüenta mais de curiosidade e pergunta: "*Who are they?*" (Quem são eles?) Meu amigo pára, travado. Quem são eles. Aí descubro o óbvio triunfal. Eles são os outros. São as forças ocultas que desculpam nossa omissão. Grande categoria descobri: eles. Todos nós falamos da desgraça nacional como se fosse feita por outros, seres impalpáveis que são responsáveis por tudo. Eles podem ser o governo, o operariado, os americanos, os jornalistas, até os judeus talvez... Todos, menos nós. (JABOR, Arnaldo. *Os canibais estão na sala de jantar.* 5 ed. São Paulo, Siciliano, 1993, p. 19)

Elabore um parágrafo, esclarecendo os possíveis atores a que a categoria *eles* se refere, procurando dar uma resposta mais persuasiva à pergunta feita pelo "americano".

QUESTÃO 6

Em época de campanha política, faz parte do jogo argumentativo um candidato desqualificar o discurso do seu concorrente.

É o que se dá nesta declaração de Lula contra Fernando Henrique Cardoso por ocasião da campanha eleitoral para a Presidência da República em 1994.

O que Fernando Henrique conhece do Brasil? Nada. Ele só sabe onde ficam os monumentos de Roma, as praças de Londres e os botequins de Paris. Não dá para conhecer o Brasil pelo mapa. (*Veja,* 4/1/95, p. 6)

Suponha que você seja o assessor de comunicação de Fernando Henrique. Redija uma resposta rápida à declaração de Lula, tentando neutralizar a intenção de seus argumentos.

QUESTÃO 7

Palavras de sentido aparentemente idêntico possuem matizes de significado que permitem seu uso para orientações argumentativas completamente diferentes e até opostas.

É o caso da oposição entre ***assassinasse*** e ***executasse*** no texto que vem a seguir, extraído da seção de cartas do leitor de *Veja,* 7.6.95.

> Não está correta a afirmação de que foi oferecido prêmio de 3 milhões de dólares ao fiel que "assassinasse" Salman Rushdie. O correto é dizer que a recompensa foi prometida ao fiel que "executasse" a sentença proferida por quem tinha competência para tanto; no caso, um imã xiita. Como muçulmano xiita que sou, tenho direito – e competência – para discordar da sentença, pois concordo com Salman Rushdie quando afirma que quem se ofendeu provavelmente não leu *Os Versos Satânicos.* Eu os li e achei que o autor merecia, quando muito, uma reprimenda pública. Concordo também com Rushdie sobre a banalidade do fundamentalismo, contrário aos preceitos islâmicos de tolerância, justiça e liberdade (Amarelas, 17 de maio)

Suponha o que segue: foi você que usou, nas Páginas Amarelas de *Veja,* o verbo *assassinasse* em vez de *executasse.* Redija breve resposta ao leitor, comentando o uso de uma palavra em vez de outra.

QUESTÃO 8

Dada a complexidade de certos temas que são objeto de debate em determinado momento da História, não é de estranhar o fato de que existam bons argumentos favoráveis tanto a um ponto de vista quanto ao seu contrário.

Modernamente, o debate sobre questões ligadas à ecologia tem despertado polêmicas acaloradas e opiniões conflitantes, muitas delas baseados em argumentos respeitáveis.

Leia os três trechos que vêm a seguir:

I

> Nos países onde a ecologia se estruturou como movimento de opinião, três projetos, um reformista, um intermediário, outro revolucionário, se defrontam. As diferenças de ótica entre eles se enraízam para além (ou aquém) da política tradicional, em divergências quase metafísicas sobre a questão de nossas relações com o universo. Para o primeiro grupo, sem dúvida o mais banal por ser menos dogmático, menos doutrinário, parte-se da noção de que através da proteção ao meio ambiente é o homem que se trata de salvaguardar – quando preciso – até dele mesmo. O meio ambiente em si não tem valor intrínseco. Apenas, se for destruído, a própria existência ou pelo menos o bem-estar do homem podem ficar comprometidos. Trata-se por assim dizer de uma visão "humanista" da ecologia, antropocentrista, em que a natureza tem papel indireto – o centro é o homem. O meio ambiente é a nossa periferia, o que engloba, envolve o homem. A natureza não tem, por si só, nenhum valor absoluto.

II

A segunda via vai um passo além. Ela se fundamenta no princípio de que não se deve apenas militar em defesa dos direitos do homem. De maneira mais global, deve-se também visar à ampliação do bem-estar de tudo o que se encontra na Terra. Nessa linha de ação e raciocínio, atribui-se um valor pelo menos moral a certos seres não humanos e aspira-se a um bem-estar de todas as espécies. Daí nasceu o movimento da "libertação animal", segundo o qual todos os seres suscetíveis de sentir dor e prazer devem ser tratados igualmente. Homens e animais, portanto, passam pelo crivo das preocupações morais. O antropocentrismo já começa a ceder.

III

O terceiro grupo verbaliza a reivindicação de um "direito das árvores e das pedras", ou seja, da natureza como tal, inclusive sua forma vegetal e mineral. Os princípios dessa ecologia mais radical passam pela revisão do conceito de humanismo moderno: o "contrato social" dos pensadores políticos deve ser substituído por um novo "contrato natural", no qual o universo todo se torna uma figura de direito. Não se trata mais de considerar o homem como centro do mundo, e sim o cosmos, que, se necessário, deve ser protegido do próprio homem. O ecossistema – ou biosfera – passa a adquirir valor próprio, superior ao da espécie humana. A natureza, longe de ser apenas o palco de nossas atividades, deveria ser o objeto de um respeito estético, moral e jurídico. Sendo assim, é a civilização ocidental inteira que caberia incriminar. Entregue ao consumismo desenfreado, ela conduziria de forma inequívoca à devastação da Terra. (FERRY, Luc. Veja 25 anos, *Reflexões para o futuro,* 1993, p. 174-176)

Como se pode notar, os três fragmentos abordam a questão das relações do homem com o universo em que vive.

No primeiro, antropocentrista, o homem é concebido como valor máximo na natureza. Todos os demais seres só adquirem valor em função dele.

No segundo, antropocentrista moderado, o homem não é o único valor do universo em função do qual os outros seres adquirem importância. Reconhece-se, além do homem, valor intrínseco a outras espécies, que têm também direito ao bem-estar.

No terceiro, contrário ao antropocentrismo, o universo é todo concebido como uma figura de direito. O homem passa a ser função do universo e não o contrário.

Proposta

Redija um texto dissertativo manifestando com que ponto de vista você se identifica e expondo argumentos competentes para justificá-lo.

Lição 18

Resumo

Exercícios

PROPOSTAS DAS PROVAS DE 1996 A 2000

Para esta lição, que trata das características de um resumo e da melhor forma de fazê-lo, não há melhor exercício que tentar resumir os próprios textos propostos nos últimos concursos para Admissão ao Curso de Preparação à Carreira Diplomática.

A grande vantagem dessa escolha é que cada texto vem acompanhado de um exemplo de resumo, elaborado por um dos candidatos, acrescido da nota obtida.

Dentre os textos da coletânea proposta para a redação, um é selecionado para resumir, com especificação da extensão ideal em quantidade de palavras e do valor em pontos. Trata-se de uma forma de a banca dar a conhecer, ao menos implicitamente, seus critérios de avaliação desse tipo de prova.

Nesta lição (18) será transcrito apenas o texto da coletânea, destacado para ser resumido. Os demais componentes da coletânea, inclusive o que vem repetido aqui, estão transcritos nos exercícios da lição 11.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1996)

Texto nº 2 – Um sistema dual: os integrados e os marginalizados

Recorrendo de novo à terminologia de Dahl, seria possível dizer que há hoje no Brasil um "sistema dual", caracterização que também se aplica ao sistema político de vários países latino-americanos. Dahl usa a expressão para descrever diferentes sistemas de poder, tais como os que existiram em Atenas, na Grécia Antiga, e no sul dos Estados Unidos até a década de 1960. A peculiaridade do "sistema dual" é a de que, para os indivíduos que estão integrados, existem mecanismos efetivos de participação e influência, ao passo que para os que ficam de fora há um regime de coerção e, em casos extremos de terror. Evidentemente, tais "sistemas" duais diferem muito entre si: um exemplo extremo é o atual regime da África do Sul; outro, mais ameno, é o do período de Giolitti na Itália.

A atual ordem política brasileira pode ser comparada ao passado sistema italiano, especialmente no que se refere à extraordinária diferenciação *regional* de poder, existente nos dois casos. Também seria interessante comparar a sociedade brasileira à do Sul dos Estados Unidos no período anterior à década de 1960, dado o papel da escravidão na história de ambas. No entanto, o caso italiano é mais próximo, no sentido em que a dualidade do sistema baseia-se em critérios mais sociais do que raciais. Como afirmou o deputado Ulysses Guimarães no discurso citado, a miséria é uma forma de discriminação e "não há pior discriminação do que a miséria".

Em que consiste esse "sistema dual brasileiro"? Para aqueles que estão dentro – isto é, para os grupos social e economicamente dominantes, assim como para outros segmentos organizados da sociedade – há um regime político competitivo. Talvez seja avançar muito supor que existe uma "poliarquia" para esses grupos, mas já estamos a caminho disso. Evidentemente, entre os que estão dentro contam-se segmentos organizados de trabalhadores, assim como outros setores sociais e políticos que querem democratizar o sistema e eliminar a dualidade, universalizando suas características democráticas. Para os que ficam de fora, para os marginalizados que são muito pobres e incapazes de se organizar, resta apenas tornarem-se objeto de manipulação política – em outras palavras, são tratados não como cidadãos mas como "clientes", na acepção romana do termo. E, quando necessário, o que ocorre com freqüência, são submetidos à repressão policial. Eles são livres para participar das eleições e, na realidade, a maioria o faz. Não são marginalizados por nenhum tipo de restrição institucional, mas pelas próprias condições sociais, políticas e culturais em que vivem e que os transformam em massas amorfas.

Talvez seja mais exato dizer que também eles estão dentro, só que à margem. Aqui impõe-se uma distinção muito complexa entre cidadãos e eleitores. Segundo Ulysses Guimarães, "em um país com 30.401.000 de analfabetos (...) é preciso não esquecer que a cidadania começa com a alfabetização". Esta observação nos remete ao problema inicial da distância entre as instituições que garantem a liberdade (política) e o que diz respeito à defesa da justiça social. Não é que as eleições não tenham relevância nas decisões tomadas nos "sistemas duais". A questão é que deles participam segmentos da população que têm pouca, ou mesmo nenhuma, possibilidade de exercer qualquer influência autônoma. A clássica frase eleitoral – "a cada homem um voto" – pressupõe a autonomia do indivíduo para expressar sua opinião. Todavia, no Brasil, como observou o cientista político Fábio Wanderley, somente 7,5 milhões de pessoas pagam impostos, enquanto 75 milhões estão habilitados a votar. Isto significa que a cidadania eleitoral "antecipou" de certo modo a cidadania política no sentido mais amplo. Para

dizer de outro modo: existem milhões de cidadãos no sentido eleitoral que, na realidade, não passam de cidadãos de segunda classe.

Aqui começamos a nos distanciar do caso norte-americano, onde, a despeito da desigualdade entre ricos e pobres, e pondo à parte a questão racial, sempre houve, pelo menos desde a época de Tocqueville, uma forte tendência à "igualdade de condições" no sentido de efetiva igualdade dos cidadãos perante a lei. Isto de forma alguma é uma mera formalidade legal, mas representa a capacidade política, cultural e social de cada cidadão para exercer os direitos garantidos pelo sistema institucional. Em uma sociedade democrática, os indivíduos pertencem a diferentes classes, o que ocasiona desigualdades sociais, mas não existem cidadãos de segunda classe, pelo menos não na magnitude registrada no Brasil (e na maioria dos países latino-americanos). Evidentemente, encontra-se situação semelhante em várias das grandes cidades dos Estados Unidos que receberam um grande número de migrantes negros sulinos nos últimos quarenta anos. Também nessas cidades os pobres constituem a grande maioria da cidadania e do eleitorado. No entanto, não é esta a situação geral do país nem de nenhuma de suas regiões. (Francisco Weffort. *Qual Democracia?)*

Elabore um resumo do Texto nº 2, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

EXEMPLO DE RESUMO

Maurício Fernando Dias Fávero (37/40)

No excerto "Um sistema dual: os integrados e os marginalizados", da obra Qual Democracia?, Francisco Weffort descreve o sistema político brasileiro como "sistema dual", salientando as condições sociais que determinam a marginalização política de parcela significativa da população do país.

À luz da terminologia de Dahl, Weffort aponta a existência, no Brasil, de sistema político dual. Esse sistema caracteriza-se, por um lado, como regime efetivo de participação política para os indivíduos socialmente integrados e, por outro, como regime de exclusão e de coerção para as pessoas marginalizadas.

Weffort sublinha que a marginalização político-social radica-se sobretudo, em causas sociais. Tais causas, na opinião do autor, originam-se da diferenciação regional de poder e de herança escravocrata do Brasil.

A situação de marginalização em apreço propicia a manipulação eleitoral da população pobre e desinformada, cuja situação – lembra o autor – é determinada pelas condições de empobrecimento social, político e cultural em que se encontra.

Em seguida, Weffort adverte que a educação constitui fator responsável pela distinção entre cidadão e eleitor. A cidadania eleitoral, assevera o autor, não garante cidadania política, que, por seu turno, é mais abrangente e exercida de modo autônomo. Ao contrário dos Estados Unidos, assinala Weffort, o Brasil não oferece igualdade de oportunidades à maioria da população, relegando expressivo número de brasileiros, à semelhança da maioria dos latino-americanos, ao exercício de cidadania de segunda classe: socialmente dependente e politicamente manipulável.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1997)

Texto nº 3 – Português do Brasil
versus português de Portugal: as querelas

(...) Vamos ler algumas opiniões sobre a questão de haver uma ou duas línguas portuguesas. Tais especulações são, em geral, carregadas de nacionalismo exacerbado, para um ou para outro lado. Iniciemos pela de Câmara Júnior:

"Como quer que seja, as discrepâncias de língua padrão entre Brasil e Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana, como se tem feito às vezes. Resultam essencialmente de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados.

A partir do período clássico, em que o português se implantou no Brasil, cada país teve a sua evolução lingüística, nem sempre coincidente uma com a outra, apesar das estreitas relações de vida social e cultura. (...)

O problema do português popular e dialetal do Brasil é, naturalmente, outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente, tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. Também se verificaram, por outro lado, sobrevivências de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial. A imensa vastidão do território brasileiro e as modalidades de uma exploração intermitente e caprichosa já propiciavam, aliás, por si sós, uma complexa dialetação, que ainda está por se estudar cabalmente".

A posição de Câmara Junior, poderíamos dizer, é objetiva e neutra: nela está presente a preocupação científica do lingüista que preconiza, fundamentalmente, a evolução natural para um e outro sistema, em territórios geográficos distintos. Tal não é a neutralidade científica encontrada em Ribeiro (1933). Nessas breves passagens do texto de Ribeiro, *A língua nacional*, fica clara a posição apaixonada que o autor assume em relação à unidade brasílica do português americano. Vejamos:

"Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras. (...)

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos. (...)

Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidade artificiosas e enganadoras. (...)

Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões.

Corrigi-las pode ser um abuso que afete e comprometa a sensibilidade imanente a todas elas.

Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita".

Temos, assim, no testemunho de João Ribeiro, uma defesa da língua brasileira nacional como marca da independência do povo brasileiro: uma exaltação à alma e ao espírito brasileiros, libertos, via língua, das amarras que os prendiam ao reino português. Se é veemente e exacerbada a glorificação da língua brasileira nacional defendida por Ribeiro, não menos veemente e exacerbado é o depoimento de José Pedro Machado em O *português do Brasil*.

Este texto que ora leremos foi escrito como uma resposta indignada a um pronunciamento do poeta Cassiano Ricardo, lido a 30 de janeiro de 1941, frente à Academia Brasileira de Letras, intitulado "A Academia e a língua brasileiras', partes do qual aparecem transcritas no livro de Machado e que retomaremos para melhor explicitar a posição "lusitana" do último. Em primeiro lugar, pois, as palavras de Cassiano Ricardo:

"A glória de Portugal nada tem que ver com a língua falada pelo povo brasileiro. Muito ao contrário, é na língua falada pelo brasileiro que melhor havemos de celebrar a glória de Portugal.

Se os filólogos portugueses são os primeiros a reconhecer, com absoluta lealdade, que falamos um dialecto do português e, portanto, uma língua que se destacou de sua origem peninsular, não poderemos nós ser mais realistas do que o rei, ou, no caso, do que os reis da lingüística portuguesa. (...)

Glorifiquemos, assim, as duas línguas e não somente a portuguesa, criando direitos e obrigações recíprocas.

Não é possível anular o fenômeno lingüística no Brasil; muito menos transigir num assunto que tanto interessa à formação nacional". E, em seguida, o depoimento de Machado:

"Não foi pequeno o eco do discurso do Sr. Cassiano Ricardo. Os jornais publicaram-no integralmente e até o *Estado de São Paulo* procedeu a um inquérito entre alguns publicistas e intelectuais brasileiros.

Como tem sucedido várias vezes, também aqui as opiniões se dividiram: para um lado os defensores do *idioma brasileiro*, para o outro os seus adversários.

Infelizmente não se lembraram de tomar aquela atitude que, afinal, parece tão evidente, tão lógica, que muito surpreende não ter sido a adaptada: em vez de se ouvirem pessoas, com certeza distintas nas suas especialidades, mas pouco versadas nesta, por que não se pediu a opinião dos filólogos? (...)

O facto de não considerar *língua brasileira*, mas dialectos brasileiros, não quer dizer que eu ponha em dúvida a justiça da independência brasileira (o que seria estupidamente absurdo), nem tão-pouco ofender os brios patrióticos dos nossos irmãos de além-Atlântico.

Devemos, no entanto, afastar todos os sentimentos para alcançar um objecto que, sem essa medida prévia, aparecerá diante dos nossos olhos rodeado de espessas névoas ou deturpado. (...)

Eu sou da opinião de Sílvio Elia: 'A fuga para a Europa ou o recolhimento na taba do índio são duas soluções cômodas, mas em desacordo com o ser nacional' ".

O texto de Machado fala por si mesmo. O posicionamento que o autor assume em tomo de uma política lusitana da língua portuguesa ecoa em cada passagem, embora ele procure enfatizar o poder decisório dos filólogos que poria fim a discursos, como o proferido pelo poeta. E é justamente em um breve comentário sobre Cassiano Ricardo, em nota de rodapé,...., que Machado mais fortemente revela seu descaso pelos que apregoam a existência de uma língua brasileira nacional individuada. Assim se expressa o autor nessa nota de pé-de-página:

"Lembro que o nome do ilustre acadêmico não é, nem pode ser, desconhecido. Trata-se de um poeta, cuja glória foi coroada com aquele admirável *Martim Cererê,* dedicado ao Brasil-menino. Nessas páginas, ao lado da simplicidade tão bela, aparece-nos um português razoável.

Por isso, ocorre perguntar: *Por que não emprega o delicado poeta nas suas obras uma língua absolutamente diferente da minha?*

Além de justificar a existência do 'dialecto dignificado', tornava-se coerente com o teor do discurso feito na Academia Brasileira". (Ênfase acrescida pelo autor.)

Temos, pois,... quatro diferentes posições sobre a questão da língua nacional." (F. T. *Tempos Lingüísticos:itinerário histórico da língua portuguesa)*

Elabore o resumo do Texto nº 3, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

EXEMPLO DE RESUMO

Maximiliano Barbosa Fraga (40/40)

No texto "Português do Brasil VERSUS português de Portugal: as querelas", da obra Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa, F.T. faz um relato das opiniões de quatro escritores sobre a questão de haver uma ou duas línguas portuguesas.

F.T. considera a opinião de Câmara Júnior objetiva e neutra. Câmara Júnior – lembra o autor – explica as diferenças de língua padrão entre Brasil e Portugal com base na evolução natural da língua em territórios geográficos distintos e separados. Câmara Júnior, cita F.T., destaca que o português popular e dialetal do Brasil, por seu turno, pode ter sofrido a ação de substratos indígenas e africanos na estrutura fonológica e gramatical.

Em seguida, F.T. destaca o caráter apaixonado do posicionamento de João Ribeiro. Este, conforme F., assevera as diferenças regionais existentes entre Brasil e Portugal e a necessidade de haver estilo e método diversos entre a língua dos dois países. Ribeiro, aponta F.T., defende uma língua brasileira nacional como característica de independência do povo brasileiro.

F.T. assinala as discrepâncias de opinião existentes entre José Pedro Machado e Cassiano Ricardo. Cassiano – aponta F.T. – salienta a existência de duas línguas, citando o fato de que os próprios portugueses consideram que os brasileiros falam um dialeto do português peninsular. Machado – menciona F. T. – defende consulta aos filólogos sobre o tema e posiciona-se contra a existência de língua brasileira nacional individuada, assinalando que a língua usada por Cassiano Ricardo não é absolutamente diferente daquela por ele empregada.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1998)

Texto nº 1 – Fazedores de desertos

É natural que todos os dias chegue do interior um telegrama alarmante denunciando o recrudescer do verão bravio que se aproxima. Sem mais o antigo ritmo, tão propício às culturas, o clima de S. Paulo vai mudando.

Não o conhecem mais os velhos sertanejos afeiçoados à passada harmonia de uma natureza exuberante, derivando na intercadência firme das estações, de modo a permitir-lhes fáceis previsões sobre o tempo.

As suas regras ingênuas enfeixadas em alguns ditados que tinham, às vezes, rigorismo de leis falham-lhes, hoje, em toda a linha: passam-lhes, estéreis, as luas novas trovejadas; diluem-se-lhes como fumaradas secas as nuvens que ao entardecer abarreiram os horizontes; varrem-lhes as ventanias súbitas a poeira líquida das neblinas que se adensam de manhã, pelo topo dos outeiros; e em plena primavera, agora, sob o alastramento das soalheiras fortes, o aspecto de suas plantações, esfolhadas e esfloradas, principia a ser desanimador, revelando, antes do estilo franco, esse período máximo à vida vegetativa que, nos países quentes, está no desequilíbrio entre a evaporação intensa pelas folhas e a absorção escassa, e cada vez menor, pelas raízes. (...)

Mas é natural o fenômeno. Nem é admissível que ante ele se surpreendam os nossos lavradores, primeiras vítimas dessa anomalia climática.

Porque há longos anos, com persistência que nos faltou para outros empreendimentos, nós mesmos a criamos.

Temos sido um agente geológico, nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia.

É o que nos revela a história.

Foi a princípio um mau ensinamento do aborígine. Na agricultura do selvagem era instrumento preeminente o fogo. Entalhadas as árvores pelos cortantes *dgis* de diorito, e encoivarados os ramos, alastravam-lhes por cima as caitaras crepitantes e devastadoras. Inscreviam, depois, em cercas de troncos carbonizados a área em cinzas onde fora a mata vicejante; e cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, exaurida, aquela mancha de terra fosse abandonada em *caapuera*, jazendo dali por diante para todo sempre estéril, porque as famílias vegetais, renovadas no terreno calcinado, eram sempre de tipos arbustivos diversos das da selva primitiva. (...)

Veio depois o colonizador e copiou o processo. Agravou-o ainda com se aliar ao sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro.

Afogada nos recessos de uma flora que lhe abreviava as vistas e sombreava as tocaias do tapuia, dilacerou-a, golpeando-a de chamas, para desvendar os horizontes e destacar, bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam balizando a rota das bandeiras.

Atacaram a terra nas explorações mineiras a céu aberto; esterilizaram-na com o lastro das grupiaras; retalharam-na a pontaços de alvião; degradaram-na com as torrentes revoltas; e deixaram, ao cabo, aqui, ali, por toda a banda, para sempre áridas, avermelhando nos ermos com o vivo colorido da argila revolvida, as *catas* vazias e tristonhas com o seu aspecto sugestivo de grandes cidades em ruínas...

Ora, tais selvatiquezas atravessaram toda a nossa história.

Mais violentas no Norte, onde se firmou o regímen pastoril nos sertões abusivamente sesmados, e desbravados a fogo – incêndios que duravam meses derramando-se pelas chapadas em fora – ali contribuíram para que se estabelecessem, em grandes tratos, o regímen desértico e a fatalidade das secas.

O sul subtraiu-se em parte à faina destruidora, que o próprio governo da metrópole, em sucessivas cartas régias, procurou refrear, criando mesmo juizes conservadores das matas que impedissem a devastação.

O mesmo sistema de culturas largamente extensivas, porém, as lavouras parasitárias arrancando todos os princípios vitais da terra sem lhes restituir um único, foram, pouco a pouco, remodelando-lhe as paragens mais férteis, transmudando-as e amaninhando-as. (...)

As conseqüências repontam, naturais.

A temperatura altera-se, agravada nesse expandir-se de áreas de insolação cada vez maiores pelo poder absorvente dos nossos terrenos

desnudados, cuja ardência se transmite por contacto aos ares, e determina dois resultados inevitáveis: a pressão que diminui tendendo para um *minimum* capaz de perturbar o curso regular dos ventos, desorientando-os pelos quatro rumos do quadrante, e a umidade relativa que decresce, tornando cada vez mais problemáticas as precipitações aquosas.

De sorte que o sueste – regulador essencial do nosso clima – depois de transmontar a Serra do Mar, onde precipita grande cópia de vapores, ao estirar-se pelo planalto, vai encontrando atmosfera mais quente do que dantes, cujo efeito é aumentar-lhe a capacidade higrométrica, diminuindo na mesma relação as probabilidades de chuvas.

São fatos positivos, irrefragáveis, e bastam para que se explique a alteração de um clima.

Mas apontemos um outro.

Neste entrelaçamento de fatores climáticos, introduzimos um – artificial e de todo fora das indagações meteorológicas normais – a queimada.

É transitória, mas engravece os perigos.

De feito, a irradiação noturna contrabate a insolação: a terra devolve aos céus o excesso de calor acumulado; resfria; e o orvalho decorrente ilude de algum modo a carência das chuvas.

Ora, as queimadas impedem esse derivativo único.

As colunas de fumo, rompentes de vários lugares, a um tempo, adensam-se no espaço e interceptam a descarga do solo. Desaparece o sol e o termômetro permanece imóvel ou, de preferência, sobe. A noite sobrevém em fogo: a terra irradia com um sol obscuro, porque se sente uma impressão estranha de faúlhas invisíveis, mas toda a ardência reflui sobre ela recambiada pelo anteparo espesso da fumaça; e mal se respira do bochorno inaturável em que toda a adustão golfada pelas soalheiras e pelos incêndios, se concentra numa hora única da noite. (...)

Hoje, Thomas Buckle não entenderia as páginas que escreveu sobre uma natureza que acreditou incomparável no estadear uma dissipação de força, *wantoness of power*, com esplendor sem par.

Porque o homem, a quem o romântico historiador negou um lugar no meio de tantas grandezas, não as corrige, nem as domina nobremente, nem as encadeia num esforço consciente e sério.

Extingue-as. (Euclides da Cunha. O *Estado de São Paulo*, 21/10/1901)

1) Elabore um resumo do Texto nº 1, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

EXEMPLO DE RESUMO (concurso de 1998)

Luiz Claudio Themudo (38/40)

No artigo intitulado "Fazedores de desertos ", que foi publicado na edição de 21/10/1901 do jornal O Estado de São Paulo, o escritor Euclides da Cunha crítica a forma nefasta e inconseqüente de o Homem agir, ao tratar do próprio ambiente em que vive.

De início, o articulista aponta o fogo, e seu uso sistemático na agricultura do aborígene, como o primeiro elemento responsável pela esterilidade da terra. O quadro é agravado quando o colonizador, em conjunto com o sertanista, parte em busca de ouro e índios. O autor salienta que, após os períodos das bandeiras e da exploração mineral, os resultados foram o desmatamento florestal e a dilapidação de áreas extensas.

Em seguida, o escritor afirma que os regimes pastoris, em prática no Norte do Brasil, muito contribuíram para a ocorrência de secas e para o processo de desertificação dos solos. Ressalta, ainda, Cunha os malefícios advindos da introdução das queimadas que, embora transitórias, alteram de forma significativa o processo de resfriamento natural dos solos.

Euclides da Cunha conclui, então, que fenômenos como mudanças climáticas, seja a alteração da temperatura, a mudança do curso regular dos ventos ou a diminuição da umidade relativa, são conseqüências naturais das diversas práticas que, apesar de bárbaras, são persistentemente adotadas pelo Homem com vistas a controlar a natureza.

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 1999)

Texto 3 – Cegueira brasileira
O politicamente correto não ridiculariza os EUA,
como se pensa comumente

É surpreendente a facilidade com que, no Brasil, especialmente nos meios jornalísticos e entre intelectuais, idéias preconcebidas, fantasiosas e supostamente críticas se generalizam e acabam, por absoluta falta de contestação, ganhando o *status* de realidade.

Um dos exemplos mais impressionantes do desconhecimento travestido de senso crítico é a imagem que se criou, entre nós, do que seja a sociedade norte-americana e, particularmente, do que significa, nos EUA, o politicamente correto. Supõe-se, em geral, que o país – tratado,

freqüentemente, como um bloco indiferenciado – esteja inteiramente dominado por leis repressivas que cerceiam a liberdade individual, enrijecem as relações entre homens e mulheres, abalam a espontaneidade e destroem o senso de humor.

Do que exatamente estamos falando, quando nos referimos ao politicamente correto? Trata-se somente de uma série de normas que asfixiam o vocabulário, restringem as relações interpessoais e substituem a competência pelo sistema de cotas? Alguém acredita, de fato, que a sociedade norte-americana passou a se devotar, gratuitamente, o exercício da autocontenção e à disseminação de um vocabulário repleto de ridículos eufemismos? Não é curioso, senão melancólico, o fato de repetirmos os mesmos velhos comentários, pretensamente argutos, sobre o politicamente correto, tantos anos depois de o debate ler-se iniciado e diversificado nos EUA?

Para evitar a hegemonia de uma visão unilateral, sugiro abordarmos o tema de forma um pouco menos provinciana: em primeiro lugar, não podemos esquecer que, a despeito de todos os seus efeitos perversos, a discussão em torno do politicamente correto diz respeito a problemas que, no Brasil, temos enorme dificuldade em enfrentar, como a discriminação racial, a violência doméstica, a violência de gênero, a homofobia e o etnocentrismo, por exemplo. Os abusos que têm ocorrido na América do Norte, perpetrados em nome dos direitos civis, vêm sendo, freqüentemente, confundidos, por nossa ignorância ilustrada, com a própria substância dos movimentos em torno desses direitos.

O fato de centenas de milhares de mulheres terem rompido o muro de silêncio da violência doméstica e das agressões sexuais e o fato de os afro-americanos terem tido acesso a posições que dificilmente alcançariam em outros tempos parece ter sido obscurecido por uma dezena de histórias bizarras que, generalizadas, passaram a refletir a sociedade dos EUA em sua totalidade.

Quando penso em “os americanos”, não vejo apenas os homens brancos, protestantes, com bandeiras nacionais tremulando na porta de casa, ou as feministas ensandecidas que a imprensa brasileira costuma destacar e generalizar (o que é lamentável, em se tratando de um cenário caracterizado exatamente pela multiplicidade de feminismos). A sociedade norte-americana é tudo menos homogênea e, tampouco, estática. Ao contrário, trata-se de uma sociedade profundamente experimental, no que concerne ao comportamento e às normas que procuram regulá-lo. Falar em “os americanos”, desconsiderando a diversidade cultural de um país com enorme população de afro-americanos, asiáticos e hispânicos, entre tantos outros, é

um "ato falho" que reflete não só o desconhecimento das dinâmicas culturais, mas, sobretudo, a necessidade de construir um modelo reduzido e simplificado de classificação dos fenômenos sociais.

Camille Paglia e Norman Mailer, críticos radicais do politicamente correto, representam apenas uma faceta de um debate intenso e de uma mobilização permanente, que a mídia brasileira sempre esquece de noticiar, quando retrata, unilateralmente, a chamada "ditadura do politicamente correto". Os casos que continuam a ser noticiados no Brasil, anos depois de ocorridos, como o do menino processado por beijar a coleguinha na escola, são também na América do Norte considerados ridículos e extremados. Mas insiste-se, no Brasil, em reproduzi-los como se fossem ilustrações vivas da camisa-de-força em que vivem "os americanos".

Houve e ainda há exageros, radicalismos e absurdos, ninguém nega. Esquece-se, entretanto, de que os efeitos perversos e as ameaças às liberdades individuais – fontes legítimas de inquietação – aconteceram em decorrência de mudanças profundas que beneficiaram parcelas significativas da população, ampliando, como nunca, o universo da cidadania.

Nos EUA, o desafio já está posto há algum tempo e a sociedade discute intensamente os limites da regulação do comportamento e a redefinição das fronteiras entre o público e o privado. Enquanto ainda supomos que o país se deixa dominar por uma nova ortopedia social, "os americanos" já mobilizam poderosas reações, vivem confrontos, recuos, retrocessos e reafirmações e desenvolvem novos organismos destinados tanto a combater os excessos quanto a restaurar antigas prerrogativas.

Há, portanto, um processo dinâmico de debates permanentes que insistimos, no Brasil, em não enxergar. Confunde-se, aqui, a confortável inércia e a resistência à mudança, com a suposta espontaneidade de um modelo criativo de convívio entre dessemelhantes. Agarramo-nos infantilmente às falhas e aos excessos de uma experiência capaz, no limite, de ameaçar e desalojar velhos privilégios, para construir a imagem primitiva e cristalizada, de um país que estaria dominado pelo radicalismo conservador e falta de imaginação. Para quem acha graça em piadas racistas e precisa delas para alimentar seu senso de humor, uma sugestão: que tal se divertir com a enxurrada de piadas sobre o politicamente correto, popularizadas nos Estados Unidos e incorporadas, espertamente, ao poderoso mercado editorial? (Barbara Musimeci Soares. *Folha de S. Paulo,* 13 de dezembro de 1998)

Elabore um resumo do Texto nº 3, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

EXEMPLO DE RESUMO

Daniel Roberto Pinto (35/40)

No artigo “Cegueira Brasileira” (SP, 13/12/1998), Bárbara Musimeci Soares disseca a crítica brasileira ao fenômeno norte-americano do “politicamente correto”. Seu objetivo: combater o hábito, arraigado nos meios intelectuais e jornalísticos brasileiros, de fazer generalizações falsamente argutas (e nada originais) sobre uma sociedade tão complexa e dinâmica como a norte-americana. Segundo esta visão brasileira, os EUA padeceriam sob leis que limitam a liberdade individual e sufocam a espontaneidade e o senso de humor nas relações sociais.

Bárbara Soares acusa esta visão de confundir os abusos de um sistema com o próprio sistema, e a tacha de provinciana: estamos atentos aos problemas alheios, sem percebei, que são conseqüência de tentativas de solucionar dificuldades graves e que continuam a nos afligir no Brasil, tais como a discriminação, a violência e a desigualdade.

É de se lamentar, ainda, que os inegáveis progressos na luta pelos direitos civis, como a reação das mulheres à violência sexual e a ascensão social dos negros, não sejam levados na devida conta, encobertos que são por alguns casos pitorescos. Estes, aliás, são ridicularizados e condenados também nos EUA, onde os abusos e absurdos do processo são alvo de debates permanentes, resultando em um mecanismo dinâmico de progresso social.

Já no Brasil, estaríamos insistindo em achar que nossa acomodação e resistência à mudança nada mais é que a espontaneidade de uma sociedade onde os *desiguais convivem de maneira “criativa” E assim, a autora parece concluir”, permanecerão desiguais “ad infinitum”.*

EXEMPLO DE PROVA (concurso de 2000)

Texto nº 1 – Pesquisa Variacionista e Ensino:
Discutindo o Preconceito Lingüístico

Todos nós sabemos que, direta ou indiretamente, um dos maiores problemas do ensino de língua portuguesa” passa pela questão do preconceito lingüística. Na maior parte das vezes, o ensino de gramática é feito de forma rígida, como se tudo fosse inerentemente errado. O ensino normativo tem o objetivo explícito de banir da(s) língua(s) formas ditas empobrecedoras, formas ditas desviantes, formas consideradas indignas de serem usadas por

homens de bem. E, na perseguição deste objetivo (no sentido mais literal do termo), muitas vezes, e com freqüência, banem-se da escola não as formas lingüísticas consideradas indesejáveis, mas, as pessoas que as produzem, porque estas formas são normalmente aquelas produzidas em maior quantidade pelas pessoas de classe social sem prestígio. As pessoas de classe prestigiada também produzem as formas consideradas indesejáveis, só, às vezes, em menor quantidade.

Em nome da boa língua, pratica-se a injustiça social, humilhado o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor. E mais do que isto: a escola e a sociedade da qual a escola é reflexo fazem associações sem qualquer respaldo lingüístico objetivo entre domínio de determinadas formas lingüísticas e elegância e deselegância; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e competência ou incompetência; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e inteligência e burrice (...).

Com que direito visões preconceituosas podem ser reforçadas? As questões que envolvem a linguagem não são simplesmente lingüísticas; são, acima de tudo, ideológicas.

E a Sociolingüística produz fatos para colocar *lenha na fogueira* deste debate e particularmente no debate público sobre o preconceito lingüístico, corroborado *tacitamente* pela maior parte dos membros de uma comunidade lingüística. Sabe-se bem que, infelizmente, língua é também instrumento de poder; língua é também instrumento de dominação; língua é também instrumento de opressão. Ainda não vi, e gostaria de ver um dia (a utopia faz parte da vida), a língua ser usada como um real instrumento de libertação. (...)

Então, os resultados da pesquisa sociolingüística podem ser usados para a discussão, do preconceito lingüístico, apresentando fatos inquestionáveis, que evidenciam que as pessoas não estão simplesmente "nocauteando a concordância", "tropeçando" ou cometendo "gafes", mas, sim, deixando seu vernáculo emergir numa situação de fala em que muitos não admitem que ela possa emergir. [William] Labov bem o coloca que, quando estamos completamente envolvidos com conteúdo lingüístico da nossa fala, deixamos de nos policiar e deixamos o vernáculo emergir, vernáculo este que muitas vezes não coincide com, as formas codificadas e, ao longo do tempo *sentidas* como as únicas formas legítimas por grande parte dos usuários da língua.

(...) Relembro, todavia, que também não deveríamos perder de vista a possibilidade de podermos contribuir para a codificação de uma norma mais realística, mais interessante, que contemplasse valores diversos, que

refletisse um pouco mais a nossa identidade lingüística e que restituísse aos alunos o prazer ele "estudar português", dando vez à pluralidade de normas (...).

Finalizando, considero que, com os resultados que temos em mão, não temos o direito de nos omitir diante das situações concretas de preconceito lingüístico. Mais do que isto: temos o dever de nos manifestar. É o exercício da cidadania!!! Transcrevo a seguir uma parte de minha primeira carta enviada ao Correio Braziliense, que reflete bem a minha visão a respeito do preconceito lingüístico e de suas implicações perversas.

Para mim, igual ou pior do que o preconceito de religião, raça, cor, sexo, classe social (entre outros) é o preconceito lingüístico, porque ele é sutil e, por razões históricas, corroborado pela maior parte da sociedade como algo natural. O preconceito cria a falsa idéia de que há uma língua melhor do que outra, de que há um dialeto melhor do que outro. Pior do que isto, cria também a falsa idéia de que quem domina as formas de prestígio é mais inteligente, mais capaz. (...)

Confundir discurso político com a língua de um povo é pensar esta língua como algo pequeno demais. E confundir forma de falar com competência ou com inteligência significa ver a língua apenas como instrumento de poder e de dominação, não como um poderoso instrumento de comunicação.

A língua de qualquer povo, em qualquer época, é um instrumento extremamente poderoso porque presta a múltiplas funções: transmitir mensagens objetivas, organizar o pensamento, expressar os desejos e as emoções, convencer os outros, estabelecer contatos (...) e até mudar o estado das coisas, ou seja, até "realizar atos". Mas este precioso instrumento também pode servir a instintos nada nobres: pode servir para oprimir, para discriminar, para enganar, para mentir, e até (infelizmente) para alijar o ser humano do meio produtivo. (Maria Marta Pereira Scherre. *Pesquisa & Ensino da Língua:Contribuições da Sociolingüística.* UFRJ/CNPq. Rio de Janeiro. 1996)

EXEMPLO DE RESUMO

Márcia Nazaré Souza Chaves (38/40)

Maria Marta Pereira Scherre, no texto "Pesquisa Variacionista e Ensino: Discutindo o Preconceito lingüístico" (Pesquisa e Ensino da Língua: contribuições sociolingüística, UFRJ/CNPq. Rio de Janeiro. 1996), faz uma

reflexão acerca do que entende como "preconceito lingüístico": a imposição, nas escolas, da chamada norma culta como forma de manutenção do "status quo" um dos mais aviltantes meios de preconceito social, vez que expressões lingüísticas consideradas inaceitáveis – e quem as produz – são relegadas a uma casta inferior.

Essa imposição é feita de maneira sutil no intuito de esconder sua ferocidade: a "boa língua" vai sendo instalada lenta, mas constantemente, sufocando "desvios" até que dois blocos sejam compostos: o primeiro, formado por aqueles que apreenderam as minúcias da regra, usando-as a seu favor; o segundo, pelos que não se enquadraram, cujo destino é servir ao primeiro.

Segundo a visão sociolingüísta, está-se perdendo a perspectiva da finalidade da língua, a comunicação, em primazia da forma como essa comunicação é feita, como se fazer a concordância fosse mais importante do que saber com o que se está concordando.

A autora conclui não pelo fim das regras, mas que elas sejam feitas considerando-se a riqueza, a pluralidade dos falares, tornando o seu estudo interessante justamente por refletir essa gama de variações lingüísticas. De outra forma, a língua nada mais será senão um instrumento (letal) de dominação, deixando a comunicação num plano insignificante.

Título	Manual do Candidato – Português
Autores	Francisco Platão Savioli e José Luiz Fiorin
Coordenação Editorial	Ednete Lessa
Editoração Eletrônica	Samuel Tabosa de Castro
Capa	Ingrid Rocha Comunicações
Revisão de Texto	Jeanne Sawaya
Formato	21 x 29,7 cm
Mancha Gráfica	12,5 x 25,9 cm
Tipologia	Times New Roman 12/17,8, textos
	Univers bold, 12, 14, aberturas
Papel	Cartão Supremo 250 gm^2 (capa)
	Ap 75 gm^2 (miolo)
Número de Páginas	376
Tiragem	1.500 exemplares
Impressão e Acabamento	PAX Editora & Gráfica